



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE LETRAS
DEPARTAMENTO DE LINGUÍSTICA, PORTUGUÊS E LÍNGUAS CLÁSSICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA

FRANCISCO HIGO DE AMORIM

**NEGRO (*NE.GRO*): REPRESENTAÇÕES DISCURSIVAS CRÍTICAS DE COR, RAÇA
E RACIALIDADE EM DICIONÁRIOS BRASILEIROS (1939 – 2022)**

Brasília – DF
2025



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE LETRAS
DEPARTAMENTO DE LINGUÍSTICA, PORTUGUÊS E LÍNGUAS CLÁSSICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA

**NEGRO (NE.GRO): REPRESENTAÇÕES DISCURSIVAS CRÍTICAS DE COR, RAÇA
E RACIALIDADES EM DICIONÁRIOS BRASILEIROS (1939 – 2022)**

Texto apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Linguística, Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas, Instituto de Letras, Universidade de Brasília como requisito da defesa para obtenção do grau de Doutor, na área de concentração *Linguagem e Sociedade*.

Orientadora: Profª Drª: Maria Carmen Aires Gomes

Brasília – DF
2025

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

An	Amorim, Francisco Higo de Negro (ne.gro): Representações Discursivas Críticas de Cor, Raça e Racialidade em Dicionários Brasileiros (1939 - 2022) / Francisco Higo de Amorim; orientador Maria Carmen Aires Gomes. Brasília, 2025. 206 p. Tese (Doutorado em Linguística) Universidade de Brasília, 2025. 1. Estudos Críticos do Discurso. 2. Dicionários. 3. Racismo Linguístico. I. Gomes, Maria Carmen Aires, orient. II. Título.
----	---

Negro (ne.gro): representações discursivas críticas de cor, raça e racialidades em dicionários brasileiros (1939 – 2022)

Francisco Higo de Amorim

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística, Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas, Instituto de Letras, Universidade de Brasília, como requisito parcial para a obtenção do Grau de Doutor, área de concentração *Linguagem e Sociedade*, defendida e aprovada em 30 de junho de 2025 e aprovada pela Banca Examinadora;

Comissão Examinadora:

Dra. Maria Carmen Aires Gomes – Presidenta (UnB)

Dra. Alexandra Bittencourt de Carvalho – Examinadora Externa (IFNMG)

Dr. Bruno de Assis Freire de Lima – Examinador Externo (IFMG)

Dr. Gabriel Nascimento dos Santos – Examinador Externo (UFSB)

Dra. Francisca Cordelia Oliveira da Silva – Examinadora interna (UnB)

AGRADECIMENTOS

Inicialmente, gostaria de agradecer à minha orientadora, Prof^a Dra. *Maria Carmen Aires Gomes* que, com todos os seus conhecimentos, contribuiu imensamente para que este trabalho tivesse o tamanho e a importância que tem, a partir de diversas conversas, reflexões, paciência e *Afecto*.

À Prof^a Dra. *Francisca Cordelia Oliveira da Silva*, quem inicialmente acolheu esta pesquisa e contribuiu de diversas formas ao longo da minha trajetória acadêmica de forma humana, empática e afetuosa.

À Prof^a Dra. *Alexandra Bittencourt Carvalho*, pelas conversas, reflexões, contribuições, leituras e uma grande generosidade ao longo dos encontros do grupo *Afecto*.

Ao Prof. Dr. *Bruno Lima*, pelas sugestões, contribuições e refinamento das ideias desta tese, sem as quais esta pesquisa não teria o encaminhamento que teve na reta final.

Ao Prof. Dr. *Gabriel Nascimento*, pela sua disposição em participar da avaliação deste trabalho, com toda a sua bagagem e contribuição para uma linguística antirracista.

À *Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior* (CAPES), pela oportunidade de desenvolver a presente pesquisa de forma financiada e digna.

Ao *Programa de Pós-Graduação em Linguística* (PPGL), que permitiu que esta pesquisa existisse com financiamento por critérios de ação afirmativa, contribuindo para uma episteme negra na Universidade de Brasília.

À *Universidade de Brasília* (UnB), pelo compromisso inflexível com a inclusão e, em especial à *Biblioteca Central* (BCE), com o cuidado das obras consultadas, apreço à memória, que contribuíram imensamente para a presente pesquisa.

Aos funcionários da *Biblioteca do Senado*, pelo atendimento e zelo com o patrimônio público e histórico, que contribuem cotidianamente para a valorização e manutenção da memória e de nossa cultura.

À *Academia Brasileira de Letras*, responsável por boa parte da composição dos *corpora* desta pesquisa que, na oportunidade, abriu seu acervo para consulta e, de forma ímpar, demonstrou zelo com a memória e toda a contribuição para a cultura brasileira.

Ao grupo *Afecto*, pelos encontros, análises, leituras, reflexões e abordagens com muito afeto e Fairclough. Pessoalizo o agradecimento ao grupo nas pessoas da Alexandra Bittencourt Carvalho, Leo Café, Micheli, Litiane, Elisa, dentre tantas outras pessoas que engrandeceram esta jornada.

À Prof^ª. Dra. *Ormenzinda*, pelo seu acolhimento em diversas vezes durante este processo de doutoramento, diante dos desafios acadêmicos em um mundo pós-pandêmico. Sou grato pela empatia, partilha e contribuições.

À *Mara Lúcia Castilho*, pelas sementes plantadas há quase 10 anos atrás, sou grato por toda a trajetória que, como humana e profissional/pesquisadora/professora, trilhamos. Grato também por me apresentar a ADC, LSF e tantas outras possibilidades de pesquisar/ser com muita ética, respeito e humildade.

Ao professor *Edson Cunha*, pelas conversas, sem as quais os percursos que tomei em minha vida acadêmica não teriam sido os mesmos, tamanha é a admiração que tenho por este profissional, que é amigo e professor.

À professora *Isabella Mundim*, quem me inspira enormemente e a quem reservo grande admiração, por ter sido sempre um ser humano, uma professora, uma profissional séria, acolhedora e com muito comprometimento com as pautas que defendo nesta pesquisa. Você é inspiradora!

Aos professores e profissionais do Instituto Federal de Brasília – *Campus Riacho Fundo*, por quem nutro muita admiração e carinho: *Luciana Silva, Marcela Magalhães, Bruna Zocaratto, Newton Lima, Luan do Carmo, Gervásio, Alessandra, Messias, Sérgio* e tantos outros, por quem construí parceria e imensa admiração, que depositaram muita confiança em mim durante toda minha trajetória acadêmica e profissional.

À minha parceira de samba e companheira de forró, *Iara Araújo*, por todas as vezes que eu interrompi nossos momentos de dengo para fazer alguma reflexão a respeito desta pesquisa, quem contribuiu sempre generosamente com suas profundas reflexões e sua deliciosa criticidade.

À artista *Eliana Amorim*, por ter autorizado a utilização de suas obras na composição deste trabalho.

Aos colegas *Moacir* e *Mircéa*, pelo cuidado e zelo na revisão deste trabalho, com muito respeito e carinho.

À minha amiga *Lydiane Bruno*, por quem nutro imensa admiração, por sempre ter contribuído de forma afetuosa com as questões emocionais colocadas no doutorado. Torce sempre para os seus voos mais altos.

Às/aos parceiros de vida acadêmica, conversas de corredores, *internet*, dentre outras formas, que fazem igualmente importante mencionar neste trabalho: *Amanda Moraes, Magu, Mariana Teixeira, Fernanda Justo, Juliana Silva, Railson Cruz, Ana Julia Castro, Matheus Henrique, Leopoldo, Ruth e Rosalha Gomes*.

E o mais importante agradecimento de todos: aos meus pais, *Francisco Amorim* e *Inês Cardoso*, que me guiaram, me apoiaram e, mais uma vez, foram meu farol diante de todas as situações difíceis durante este doutoramento. Vocês são a razão de eu nunca ter desistido!

“Parece-me que a afirmação ‘interpretar demais’ tem a ver com a ideia de que a/o oprimida/o está vendo ‘algo’ que não deveria ser visto e a revelar ‘algo’ que deveria permanecer em silêncio, como um segredo”
(Kilomba, 2019, p. 55)

RESUMO

A presente pesquisa busca analisar discursivamente verbetes sobre negritude em dicionários brasileiros de língua portuguesa do último século (1930 – 2020), problematizando as questões raciais no Brasil, bem como discutir a negritude e a questão racial, a partir da análise do contexto de produção de dicionários no país para então propor caminhos e orientações para outras explicações em uma perspectiva antirracista. Os *corpora* analisados foram coletados em bibliotecas, a saber: Academia Brasileira de Letras, Biblioteca do Senado e Biblioteca Central da Universidade de Brasília, em que foram encontrados dez dicionários de língua portuguesa, um representativo de cada década. Os verbetes analisados são “Branco”, “Pardo”, “Parda”, “Preta”, “Preto”, “Negra” e “Negro”, por representarem as categorias de autoidentificação racial oficial, conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os verbetes de Racismo, Raça e Quilombo foram analisados para contribuir para a explanatória crítica sobre a questão étnico-racial. A fundamentação teórica da pesquisa está voltada para os Estudos Críticos do Discurso (ECD), com a abordagem de Norman Fairclough (2016 [1992], 2003, 2012), Chouliaraki e Fairclough (1999), para os estudos da Linguística Sistêmico-Funcional (LSF), de Halliday (1994) e Halliday e Mathiessen (2004), e o sistema de avaliatividade de Martin & White (2005), assim como as análises das metáforas Lakoff e Johnson (2003). Para a compreensão do racismo em nossa sociedade, Fernandes (2008), Devulsky (2021), Guimarães (2009, 2012); intersseccionalidade, Akotirene (2019), Gonzalez (2020), Davis (2016), hooks (2017, 2022), Kilomba (2019); estudos sobre a branquitude, Bento (2022), Schucman (2012, 2023); decolonialidade, Carneiro (2005, 2011), Maldonado-Torres (2018), Nascimento (2019), Quijano (2005), Antônio Bispo dos Santos (2005). Por fim, a compreensão da organização de dicionário, Borba (2003), Vilarinho (2013), Faulstich (2010; 2013; 2014). Para tanto, foram analisados os aspectos ideológicos e as formas simbólicas (Thompson, 1995). Essa pesquisa foi realizada a partir dos significados acionais do discurso, conforme Fairclough (2003). Os resultados revelam que mulheres negras (Pretas e Pardas) são explicadas nos dicionários de modo a serem sexualizadas; o Pardo é explicado de modo a ter a sua identidade negra embranquecida, avaliado negativamente por meio de estima social e complexidade; Negro, para além de ser definido como toda a população negra, também tem estima social negativa, como escravo e muito trabalhador nos dicionários. O Branco, por sua vez, é apresentado como patrão, senhor de escravo e ingênuo, demonstrando uma estima social positiva. No entanto, quando verificamos os verbetes de Racismo, nos dicionários, por meio de pressuposições (Fairclough, 2003), não são identificados quais são os grupos de pessoas que oprimem e quais são os oprimidos, dissimulando (Thompson, 1995) a desigualdade racial.

Palavras-chave: Estudos Críticos do Discurso. Dicionários. Racismo Linguístico.

ABSTRACT

This research aims to discursively analyze entries on blackness in Brazilian Portuguese-language dictionaries from the last century (1930-2020), problematizing racial issues in Brazil, as well as discussing blackness and the racial issue, based on the analysis of the context of dictionary production in the country, and then proposing paths and guidelines for other explanations from an anti-racist perspective. The corpora analyzed were collected in libraries, namely: Academia Brasileira de Letras, Biblioteca do Senado and the Biblioteca Central of the University of Brasília, where ten Portuguese-language dictionaries were found, one representative of each decade. The entries analyzed are Branco, Pardo, Parda, Preta, Preto, Negra and Negro, as they represent the official racial self-identification categories, according to the Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). The entries on Racismo, Raça and Quilombo were analyzed to contribute to the critical explanation of the ethnic-racial issue. The theoretical basis of the research is focused on Critical Discourse Studies (CDS), with the approach of Norman Fairclough (2016 [1992], 2003, 2012), Chouliaraki and Fairclough (1999), on the studies of Systemic-Functional Linguistics (SFL), by Halliday (1994) and Halliday and Mathiessen (2004), and the system appraisal of Martin & White (2005), as well as the analyses of the metaphors of Lakoff and Johnson (2003). To understand racism in our society, Fernandes (2008), Devulsky (2021), Guimarães (2009, 2012); intersectionality, Akotirene (2019), Gonzalez (2020), Davis (2016), hooks (2017, 2022), Kilomba (2019); studies on whiteness, Bento (2022), Schucman (2012, 2023); decoloniality, Carneiro (2005, 2011), Maldonado-Torres (2018), Nascimento (2019), Quijano (2005), Antônio Bispo dos Santos (2005). Finally, the understanding of dictionary organization, Borba (2003), Vilarinho (2013), Faulstich (2010; 2013; 2014). For this purpose, the ideological aspects and symbolic forms were analyzed (Thompson, 1995). This research was conducted based on the actional meanings of discourse, according to Fairclough (2003). The results reveal that Negras (Pretas e Pardas) are explained in dictionaries in such a way that they are sexualized; the Pardo is explained in such a way that their black identity is whitened, negatively evaluated through social esteem and complexity; Negro, in addition to being defined as the entire black population, also has negative social esteem, as slave and hard worker in dictionaries. Branco, in turn, is presented as boss, slave master and naive, demonstrating a positive social esteem. However, when we check the entries for Racismo in dictionaries, through assumptions (Fairclough, 2003), it is not identified which groups of people oppress and which are the oppressed, disguising (Thompson, 1995) racial inequality.

Keywords: Critical Discourse Studies. Dictionaries. Linguistic Racism.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1 – A primeira missa no Brasil , Victor Meirelles (1860).....	35
Ilustração 2 – Possíveis sonhos de Mônica , Eliana Amorim, colagem digital, 2019.....	63
Ilustração 3 – Reintegração do leite , Colagem digital. Eliana Amorim (2019).....	78
Ilustração 4 – A redenção de Cam , Modesto Brocos (1895).....	92
Ilustração 5 – Anastácia livre , Yhuri Cruz (2019)	190

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Laudelino Freire.....	56
Figura 2 – Antenor Nascentes.....	57
Figura 3 – Antônio Houaiss.....	59
Figura 4 – Evanildo Bechara.....	60
Figura 5 – Momentos da prática social.....	67
Figura 6 – Ilustração de Negro, em Aulete (1958).....	136
Figura 7 – Ilustração de Mulata, dicionário de Nascentes (1976).....	166
Figura 8 – Linha do tempo até a abolição da escravidão	169
Figura 9 – Significados do Atributo Negro nos dicionários analisados	172
Figura 10 – Ilustrações de Negreiro, Negro e Negócio, dicionário de Nascentes (1976)	182
Figura 11 – Ilustrações de Negociação e Negro, dicionário de Nascentes (1976)	184

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Verbetes Negra em dicionário de língua portuguesa: Caldas Aulete (1958)	42
Quadro 2 – Modos de operação da ideologia	68
Quadro 3 – Avaliatividade: o subsistema de atitude.....	74
Quadro 4 – Termos identificatórios.....	81
Quadro 5 – Verbetes associados às relações étnico-raciais	81
Quadro 6 – Verbetes “Negro”	82
Quadro 7 – Verbetes “Negra”	82
Quadro 8 – Verbetes “Pardo(a)”	82
Quadro 9 – Verbetes “Prêto”	83
Quadro 10 – Verbetes “Preta”	83
Quadro 11 – Verbetes “Branco”	83
Quadro 12 – Verbetes “Raça”	84
Quadro 13 – Verbetes “Racismo”	84
Quadro 14 – Verbetes “Quilombo”	85
Quadro 15 – Dicionários selecionados para a pesquisa	85
Quadro 16 – O enquadre metodológico da pesquisa.....	89
Quadro 17 – Estima social entre os grupos raciais presentes nos verbetes de Raça	133
Quadro 18 – Algumas definições de boçal.....	144
Quadro 19 – Algumas definições de denegrir e denegrido	148
Quadro 20 – “A coisa tá preta” e “colocar o preto no branco”	152
Quadro 21 – Metáforas negras cotidianas presentes nos dicionários.....	154
Quadro 22 – Categorias classificatórias do quesito cor ou raça ao longo da história dos censos demográficos brasileiro.....	157
Quadro 23 – Definições de Negro de Rafael Bluteau (1789)	168
Quadro 24 – Definição de Negro em Dicionario da lingua brasileira	168
Quadro 25 – Definição de Negro em Vocabulário Português de Raphael Bluteau.....	169
Quadro 26 – Definição de Black em Longman (2009)	171
Quadro 27 – Definição de Black em Oxford (2010).....	171
Quadro 28 – Definição de Negro em Longman (2009)	172
Quadro 29 – Definição de Negro em Oxford (2010)	172
Quadro 30 – A avaliação do Negro sob o Sistema da Avaliatividade	175
Quadro 31 – O branco e o preto como antônimos.....	187

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

ABL	Academia Brasileira de Letras
ADTO	Análise de Discurso Textualmente Orientada
ADC	Análise do Discurso Crítica
Afecto	Abordagens faircloughianas de estudos do corpo/discurso textualmente orientados
Ant.	Antigo e/ou antiquado
B. Ant.	Brasileirismo, antigo
BCE-UnB	Biblioteca Central da Universidade de Brasília
Bras.	Brasileiro, brasileiro
DCLP	Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa
ECD	Estudos Crítico do Discurso
Fem.	Feminino
Fig.	Figurado
Gír.	Gíria
FNB	Frente Negra Brasileira
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LSF	Linguística Sistemico-Funcional
m. q.	Mesmo que
OIT	Organização Internacional do Trabalho
p. ext.	Por extensão
PAA	Políticas de Ações Afirmativas
Pej.	Pejorativo
PNLD	Programa Nacional do Livro e do Material Didático
Poét.	Poético
Pop.	Popular
PPGL-UnB	Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade de Brasília
s. f.	Substantivo Feminino
s. m.	Substantivo Masculino
VOLP	Vocabulário Orográfico da Língua Portuguesa

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	25
2 CONJUNTURA SOCIOPOLÍTICA E CULTURAL: A COISA TÁ PRETA?	35
2.1 Dicionário: Colonização, cultura e língua	35
2.2 A composição dos dicionários e verbetes: reflexões iniciais	39
2.3 O gênero verbete e estereótipos	45
2.5 O poder por trás do discurso: os produtores dos dicionários	52
2.5.1 <i>Academia Brasileira de Letras</i>	53
2.5.2 <i>Laudelino Freire</i>	56
2.5.3 <i>Antenor Nascentes</i>	57
2.5.4 <i>Caldas Aulete</i>	58
2.5.5 <i>Antônio Houaiss</i>	59
2.5.6 <i>Evanildo Bechara</i>	60
3 APORTE TEÓRICO: NÃO DEIXAR EM BRANCO	63
3.1 Análise do discurso crítica em linhas gerais	63
3.2 A abordagem dialético-relacional	67
3.3 Discurso e significado acional, identificacional e representacional	71
3.4 O sistema de avaliatividade	73
3.5 Análise do discurso crítica em afroperspectividade	75
4 METODOLOGIA: COLOCANDO O PRETO NO BRANCO	78
4.1 A seleção dos <i>CORPORA</i>	78
4.1.1 <i>A seleção dos verbetes</i>	79
4.2.2 <i>Os dicionários selecionados</i>	85
4.3 Procedimentos metodológicos	87
4.4 A organização dos <i>CORPORA</i> de pesquisa	90
5 ANÁLISE: SERVIÇO DE PRETO	92
5.1 A macroestrutura dos dicionários	94
5.2 A microestrutura nos dicionários: racialidades nos verbetes	95
5.2.1 <i>Negra e Preta: substantivo feminino</i>	96
5.2.2 <i>A mulher negra: mulata e sexualização</i>	100
5.2.3 <i>A desumanização das mulheres negras</i>	104
5.2.4 <i>Negra e Negro: Raça, classe e gênero</i>	106
5.2.5 <i>Cor, raça e pele nos dicionários</i>	116
5.2.6 <i>A construção do inimigo: ele é negro</i>	139
5.2.7 <i>Escurecido e denegrado</i>	142
5.2.8 <i>As metáforas raciais nos dicionários</i>	149
5.2.9 <i>Pardo e a negritude</i>	155
5.2.10 <i>Definições de Negro nos dicionários</i>	167
5.2.11 <i>A branquitude nos dicionários</i>	176
6 ÚLTIMAS CONSIDERAÇÕES: DENEGRINDO OS DICIONÁRIOS	190
REFERÊNCIAS	196

1 INTRODUÇÃO

Este estudo, apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade de Brasília (PPGL – UnB), é requisito para a conclusão do Doutorado em Linguística, integrando-se à linha de pesquisa Discurso e Recursos Sociossemióticos em uma Perspectiva Crítica. O trabalho foi desenvolvido sob a orientação da Professora Doutora Maria Carmen Aires Gomes e alinha-se ao Grupo Abordagens de estudo do corpo/discurso textualmente orientados (Afecto/Labec).

Nesta apresentação, abordo os conceitos de epistemicídio (Carneiro, 2005) e linguicídio (Nascimento, G., 2019), frutos da violência colonial que reverberam nas questões étnico-raciais, evidenciando racismo linguístico. Apresento o problema da pesquisa de modo a contextualizar tais aspectos para, assim, ressaltar a importância dos dicionários na sustentação das relações de dominação e poder, uma vez que somos definidos reiteradas vezes por meio da língua portuguesa. Assumo que, em função de conotações inferiorizantes, pessoas negras passam a não se considerarem como tais (Kilomba, 2019; Carneiro, 2019), o que enfraquece a luta por emancipação, pois, para lutar por ela, devemos saber quem somos. Por fim, destaca-se a relevância da Lei nº 10.639/03 no processo de constituição e fortalecimento da identidade negra, considerando que essa legislação também abrange os dicionários, os quais são selecionados por meio do Programa Nacional do Livro e do Material Didático – Dicionários.

Para iniciar, apresento-me como um homem negro e escrevo esta tese a partir de meu *lôcus* de enunciação (Mignolo, 2000). Considero, também, que minhas experiências e leituras podem, ainda, ser únicas devido à minha trajetória pessoal, escolar e acadêmica. Tenho uma experiência particular, pois, durante o ensino básico, fui aluno formado pela Educação de Jovens e Adultos, após reprovar diversas vezes, em razão de considerar a escola um ambiente hostil. Além disso, posteriormente, graduei-me em língua inglesa e, a partir desse momento, dedico-me a pesquisas sobre as relações entre discurso e racialidades em contexto escolar e acadêmico e, no presente trabalho, com dicionários e racialidades.

Apesar de ter ciência das diferentes formas de opressão, tais como racismo, classismo e sexismo, por exemplo, que atravessam as vidas de mulheres negras, algumas das minhas observações e análises nesta tese podem ser limitadas, diante das minhas experiências singulares. Com base em hooks (2022), identifico que a construção da minha masculinidade ocorreu também dentro de um sistema patriarcal, no qual, frequentemente, naturalizo práticas que, embora representem formas de opressão, acabam por me favorecer em determinado contexto de dominação.

Partindo das noções de colonialidade (Maldonado-Torres, 2018), epistemicídio (Carneiro, 2005) e linguicídio, que atravessam a modernidade e contribuem para que pessoas negras tenham suas identidades apagadas e reconfiguradas a partir das categorias impostas pelos colonizadores europeus — como o termo “Negro” (Nascimento, G., 2019) —, esta tese analisa de que forma, nas últimas décadas, fomos definidos nos dicionários da língua portuguesa e como os próprios colonizadores explicam um problema que eles mesmos criaram.

São diversas as formas de opressão de que os povos brancos colonizadores utilizaram para sustentar a dominação. Para além das formas visíveis, como uso de armas, os europeus, durante o período colonial em suas missões civilizadoras, consideraram os povos colonizados como inferiores, acarretando um violento processo de assimilação cultural (Nascimento, G., 2019), por serem compreendidos como exóticos e diferentes.

Uma dessas formas de violência é o epistemicídio, aqui, compreendido como

Processos persistente de produção da indigência cultural: pela negação ao acesso à educação, sobretudo de qualidade; pela produção da inferiorização intelectual; pelos diferentes mecanismos de deslegitimação do negro como portador e produtor de conhecimento e de rebaixamento da capacidade cognitiva pela carência material e/ou pelo comprometimento da autoestima pelos processos de discriminação correntes no processo educativo (Carneiro, 2005, p. 97).

Essa forma de dominação ocorreu ao longo do tempo, conforme Carneiro (2005), primeiramente, pela Igreja Católica, que validava a escravidão e desumanizava a população negra, afirmando que os negros não tinham alma. Além disso, ocorria a exclusão educacional, uma vez que o “epistemicídio se realiza através de múltiplas ações que se articulam e se retroalimentam, relacionando-se tanto com o acesso e/ou a permanência no sistema educacional, como um rebaixamento da capacidade cognitiva do alunado negro” (Carneiro, 2005, p. 114). Outro aspecto levantado pela autora são os estereótipos que propagam uma suposta inferioridade dos povos negros, reforçando imagens negativas e acarretando, portanto, a dificuldade em ter os nossos conhecimentos e identidades raciais validados. Assim, o epistemicídio é uma estratégia articulada por várias frentes. Corroborando essa ideia, Abdias do Nascimento (2019) afirma que o apagamento dos saberes afro-brasileiros é promovido de forma consciente pelos colonizadores e seus descendentes. A negritude é apagada como estratégia para isentar os responsáveis históricos de qualquer sentimento de remorso, pois

aliviaria a consciência dos descendentes escravocratas, os mesmos que ainda hoje continuam dirigindo os destinos do país; segundo, simultaneamente ao desaparecimento do seu passado, o negro brasileiro assistiria também à obnubilação de sua identidade original, de sua religião de berço e de sua cultura, o que resultaria na erradicação da personalidade africana e do orgulho que lhe é inerente (Nascimento, A., 2019, p. 110).

Essa estratégia de apagamento, inclusive do próprio caráter negativo da escravidão, é apontada por Schwarcs (2012). Conforme a autora, no período pós-abolição, intelectuais passaram a difundir a ideia de que a escravidão foi um mal necessário e os bandeirantes deixaram “de ser vistos como meros aventureiros – caçadores de escravos e aprisionadores de indígenas – para serem convertidos em ‘heróis de uma raça’, símbolo do caráter empreendedor da gente paulista” (Schwarcs, 2012, p. 48). Dessa maneira, a narrativa sobre a escravidão é intencionalmente reformulada com o objetivo de atribuir-lhe uma conotação positiva. Recontar a história, criando outra narrativa sobre os acontecimentos, é um tipo de violência que esconde, durante o período colonial, a existência não só da exploração para a expropriação de riquezas por meio do tráfico de pessoas escravizadas (Bernd, 1994), mas também do persistente epistemicídio de nossas culturas, saberes e identidade (Carneiro, 2005). A construção da identidade negra passa pela categoria discursiva e histórica de forma eurocêntrica, pois passamos, forçadamente, a utilizar a língua dos colonizadores para construir sentidos e significados (Nascimento, G., 2019). O termo “Negro” é entendido como o grupo de pessoas que tiveram suas identidades apagadas e reescritas sob a lógica do racismo imposto pelos brancos europeus.

Como consequência disso, o epistemicídio é acompanhado pelo linguicídio, que tirou o poder linguístico dos povos negros escravizados e de seus descendentes, causando desmobilização política. Conforme Santos (2023, p. 10),

falar em linguicídio implica falar de epistemicídio, em que, à luz do termo genocídio, é usado para qualificar o assassinato do conhecimento do outro. Em nosso caso, o genocídio, epistemicídio e linguicídio do negro andam lado a lado, pois representam a morte física do corpo negro, do seu conhecimento e de sua língua (Santos, 2023, p. 10).

O apagamento dos conhecimentos dos negros escravizados tem um efeito prático para a manutenção do racismo, pois, para além de tudo o que foi exposto até aqui, o epistemicídio e o linguicídio fazem com que a história não seja devidamente passada às futuras gerações, pois o “afastamento e a destruição da consciência histórica eram uma das estratégias utilizadas pela escravidão e pela colonização para destruir a memória coletiva dos escravizados e colonizados” (Munanga, 2020a, p. 12). Além disso, por meio da ótica da democracia racial (Freyre, 2016), hoje entendida como falaciosa, os brancos colonizadores se veem, mais uma vez, desresponsabilizados por qualquer mudança no *status quo* de desigualdade racial, genocídio e exclusão dos povos negros no Brasil (Fernandes, 2008). Apesar desse quadro, sabemos que

há resistência dos movimentos negros organizados diante de tantas violências, como apresentarei ao longo deste trabalho.

Conforme Gabriel Nascimento (2019), antes da colonização, os povos africanos não reivindicavam para si uma identidade compreendida como negra. Para Quijano (2005), na Antiguidade, europeus e africanos interagiam. Essas relações, contudo, não eram marcadas pela construção do conceito de raça. Tal forma de identificação, com os termos impostos pelo racismo, é fruto da opressão colonial, que os europeus construíram para identificar os povos indígenas durante as Grandes Navegações e, posteriormente, os negros africanos. A raça e o racismo, então, são frutos da branquitude, pois ser branco e ser negro são construções sociais, tendo assim uma estrutura, com elementos sociais e religiosos que justificam que negros e indígenas sejam compreendidos como “coisas” (Santos, 2015).

Sendo um dos instrumentos utilizados para a hierarquização dos saberes e para dominação, a categoria “negro” pode ser compreendida como parte do racismo que estrutura a sociedade, que não se desmantela com o mero apagamento do termo, pois, se compreendermos que o racismo é um elemento fundante da atual construção sociopolítica, saberemos que a língua é parte dessa estrutura racista (Nascimento, G., 2019).

Pensando na importância da língua como uma das ferramentas de resistência, hooks (2017) aborda o contexto dos escravizados afro-estadunidenses e menciona que o inglês, língua de seus opressores, foi imposto aos negros. Para a autora, dominar tal idioma passou a ser uma maneira pela qual os negros nos Estados Unidos “começaram a recuperar seu poder pessoal dentro de um contexto de dominação” (hooks, 2017, p. 226). Ademais, ela defende que é por meio da língua que os povos podem se emancipar. Portanto, compreendo que há uma possibilidade de nos reconectarmos e ressignificarmos nossas identidades por meio da língua do colonizador, em nosso caso, o português. Essa resistência que se dá por meio da língua, Lélia Gonzalez (2020, p. 128) chama de *pretuguês*, “nada mais que marca de africanização do português falado no Brasil”.

Em nosso contexto, a despeito da miscigenação, a desigualdade racial é um fato (Telles, 2003). A partir de um olhar interseccional (Gonzalez, 2020; Akotirene, 2019), a mistura de raças não significa uma ruptura com a violência ou uma suposta harmonia entre os povos, pois ainda existem relações de poder que são evidenciadas por meio de gênero. Para Gonzalez (2020), os sentidos de mestiçagem e racismo são frutos não só da violência colonial na dominação do homem branco sobre o homem negro por meio da exploração, mas também por meio da exploração sexual da mulher negra, em que homens brancos e negros exercem poder, por meio da socialização patriarcal que aprendemos (hooks, 2022).

Guimarães (2012, p. 183) aponta que os termos “preto” e “negro” são utilizados de forma pejorativa. Insultos raciais são utilizados para marcar a suposta inferiorização da população negra. Trata-se de uma “síntese verbal para toda uma constelação de estigmas referentes a uma formação racial identitária”. Ainda conforme o autor, essa inferiorização ocorre de modo que os termos sequer precisam ser ditos para que a ofensa ocorra. Como consequência, Carneiro (2011) e Kilomba (2019) identificam que essas conotações negativas fazem com que pessoas mestiças não se identifiquem como pertencentes a este grupo politicamente construído.

Munanga (2020b) compreende que as principais implicações para esse tipo de comportamento são o embranquecimento da identidade racial e a desmobilização da luta por direitos, os quais foram causados conscientemente pelos governos, pelos intelectuais e pela elite dominante (Nascimento, A., 2019). De certo modo, isso também foi identificado por Guimarães (2009), ao mapear os argumentos contrários às Políticas de Ações Afirmativas (PAA): seus opositores defendiam que o número de pessoas negras era inexpressivo, uma vez que a maior parte da população, então, seria mestiça. Desse modo, há um número relevante de pessoas que se autoidentificam como *morenas* para evitar o termo “negro” (Telles, 2003).

Eis, então, que a questão racial no Brasil tem nuances que afastam o negro (preto e pardo) da identificação racial como unidade sociopolítica e historicamente construída por meio do epistemicídio (Carneiro, 2005), linguicídio (Nascimento, G., 2019), o mito da Democracia Racial (Fernandes, 2008) e o genocídio do povo negro por meio do branqueamento (Nascimento, A., 2019). Conforme Munanga, tudo isso

Encobre conflitos raciais possibilitando a todos se reconhecerem como brasileiros e afastando das comunidades subalternas a tomada de consciência de suas características culturais que teriam contribuído para a construção e expressão de uma identidade própria. Essas características são “expropriadas”, “dominadas” e “convertidas” em símbolos nacionais pelas elites dirigentes (Munanga, 2020b, p. 83-4).

A negação da própria identidade racial por parte de pessoas negras é um exemplo que comprova o êxito da ideologia racista. De acordo com Fairclough (2016 [1992]), uma ideologia se demonstra hegemônica quando atinge o *status* de senso comum, sobretudo para os próprios oprimidos. Apesar das estratégias de dissimulação do racismo por meio do mito da democracia racial, o conceito de negritude busca construir uma reação negra a uma agressão racial branca, segundo Munanga (2020b). Conforme o autor, em nosso contexto, há dois problemas políticos relacionados ao negro quando pensamos cor e cultura

Em primeiro lugar, coloca-se a espinhosa questão de saber se os negros seriam capazes de construir sua identidade e sua unidade baseando-se somente na pigmentação da pele e em outras características morfológicas do seu corpo, numa sociedade em que a tendência geral é fugir da cor da pele “negra”, de acordo com a prática de embranquecimento sustentada pela ideologia da democracia racial fundamentada na dupla mestiçagem biológica e cultural (Munanga, 2020b, p. 17).

O epistemicídio possibilitou que os racistas pudessem reescrever, com o poder do discurso moderno colonial, outros saberes, identidades e sentidos sobre nós, negros, o que nos desmobilizou politicamente por séculos. Não seria diferente que termos como negro e preto, por exemplo, reproduzissem definições do contexto sociopolítico e cultural de produção – discutirei mais a fundo o dicionário como produto cultural em nossa sociedade na primeira seção desta tese. Os produtores de textos colocam, sugerem, propõem seus modos de ver o mundo, mesmo que implicitamente. Nesse sentido, Fairclough (2003) demonstra que o discurso é também uma forma de representar crenças, valores e sentimentos. Por sua vez, quem lê pode aceitar ou discutir. Contudo, vale pensar que dicionários, para além de serem produtos culturais, podem ser instrumentos pedagógicos, conforme Borba (2003, p. 208-9),

Resulta de um olhar sobre a estrutura e o funcionamento do sistema linguístico num determinado momento da vida de uma comunidade. Por isso, é organizado a partir de uma ideologia. Ela pode estar explícita na introdução ou pode ser inferida da seleção dos verbetes, da rotulação de entradas, do sistema definatório etc. (Borba, 2003, p. 308-9).

O caráter pedagógico dos dicionários deve ser observado também a partir da Lei nº 10.639/03, que trata sobre o ensino da história e cultura afro-brasileira, promovendo uma educação antirracista, conforme Vilarinho (2013), para que não reproduza estereótipos. Logo no início de seu primeiro mandato, o presidente Luís Inácio Lula da Silva, em 2003, assinou a esta lei que estabelece o ensino obrigatório da história afro-brasileira nas escolas do território brasileiro. No entanto, esta é uma luta antiga dos movimentos sociais. Abdias do Nascimento (2017), antes disso, já questionava a ausência de nossa história nas salas de aula. Com esta Lei, uma série de outras políticas públicas passaram a contemplar a luta antirracista no campo da educação, como o Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD), que além da distribuição, também estabelece critérios de seleção para avaliação dos materiais. Conforme a versão mais recente, as obras selecionadas devem promover “positivamente a imagem de afrodescendentes, considerando sua participação em diferentes trabalhos, profissões e espaços de poder, valorizando sua visibilidade e protagonismo social” (Brasil, 2024, p. 78). O PNLD Dicionários também estabelece critérios eliminatórios relacionados a conteúdos discriminatórios. Essa medida é especialmente relevante, considerando que os dicionários selecionados por essa política pública estão amplamente presentes nas salas de aula e, por isso,

a própria política de seleção se configura como uma justificativa social para a realização da presente pesquisa.

Com isso, apresento a seguir o **objetivo geral** da presente pesquisa:

- Analisar discursiva e criticamente verbetes que definem a identidade negra e a questão étnico-racial em dicionários brasileiros de língua portuguesa do último século (1930 – 2020), problematizando as questões raciais no Brasil;

Para tanto, elencam-se os seguintes **objetivos específicos**:

- Discutir a negritude e a questão racial no Brasil a partir de verbetes de dicionários, contribuindo com a formação e a potencialização da identidade negra através de uma perspectiva antirracista;
- Analisar discursivamente o gênero verbete e seu contexto de produção, identificando os discursos/saberes e poderes ali (re)produzidos sobre a identidade negra e a questão étnico-racial, por meio dos significados acional, representacional e identificacional;
- Propor caminhos e orientações para outras definições/acepções dos verbetes analisados em uma perspectiva antirracista, à luz das análises, com o intuito de fortalecer a negritude e promover o letramento racial crítico.

Na presente pesquisa, de cunho qualitativo, utilizarei o aporte teórico-metodológico dos Estudos Críticos do Discurso (ECD) de Fairclough (2003) e Chouliaraki, Fairclough (1999), em que analiso os verbetes por meio da Gramática Sistemico Funcional (GSF) de Halliday (1994) e Halliday e Mathiessen (2014). Além disso, utilizo o sistema de Avaliatividade de Martin e White (2005). Na explanatória crítica do trabalho, relaciono a discussão com autores como Carneiro (2011), Gonzalez (2020, 2022), Akotirene (2019) Fernandes (2008), Guimarães (2009, 2012), Munanga (2020a, 2020b), Abdias do Nascimento (2017, 2019) e Gabriel Nascimento dos Santos (2019, 2023) e Maldonado-Torres (2018).

Os objetivos específicos serão contemplados a partir da análise dos verbetes “Parda”, “Pardo”, “Preta”, “Preto”, “Negra”, “Negro”, “Branco”, “Quilombo”, “Raça” e “Racismo”, de 10 dicionários monolíngues de língua portuguesa datados desde a década 1930 até a de 2020 – importante salientar que, dentre os dicionários selecionados, três são republicações. Foi selecionado, então, um dicionário representativo de cada década. Entre os dicionários escolhidos estão: Evanildo Bechara (2011), Houaiss (2009), Michaelis (1998), Laudelino Freire (1939) e Caldas Aulete (1958). Devido a disponibilidade, cinco dos dicionários pertencem à Academia Brasileira de Letras (ABL), são eles: de Nascentes (1943, 1962, 1976, 1988) e Bechara (2008).

As justificativas deste trabalho perpassam a minha vida pessoal, acadêmica, social e lexicográfica. Em primeiro lugar, reitero a importância das contribuições da Universidade de Brasília com seu histórico, sobretudo por meio do Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGL – UnB), por promover estudos que denunciam o racismo a partir de uma perspectiva crítica, que leva em consideração a linguagem na produção e na manutenção das exclusões sociais com finalidade de sugerir práticas que colaborem com a superação dos problemas sociais. Entre as contribuições na área da Análise do Discurso Crítica, podem ser listadas:

- a) A minha dissertação de mestrado apresentada ao PPGL – UnB em 2021, intitulada *Cotas raciais nas universidades e alunos cotistas: representações sociais em textos da mídia online ao longo da primeira década da Lei 12.711/12*, sob orientação da professora doutora Francisca Cordelia de Oliveira Silva;
- b) A dissertação de mestrado apresentada ao PPGL – UnB, no ano de 2021, por Marissol de Oliveira Barreto Mendes, intitulada *Representações discursivas de mulheres negras em textos literários de autoria feminina negra brasileira de livros didáticos de língua portuguesa do 1º ano do ensino médio do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) 2018*, sob orientação da professora doutora Francisca Cordelia de Oliveira Silva;
- c) A tese de doutorado apresentada ao PPGL – UnB, no ano de 2023, por Marcondes Henrique Barbosa Silva, intitulada *Uma construção limbo-discursiva: a identidade das bichas negras no Brasil*, sob orientação do professor doutor Kleber Aparecido da Silva;
- d) A tese de doutorado apresentada ao PPGL – UnB, em 2016, por Fernando Cezar Melo de Oliveira, sob orientação da Profª. Drª. Denize Elena Garcia da Silva: *Sistema de cotas raciais à brasileira: uma análise linguística discursiva*.
- e) A tese de doutorado apresentada ao PPGL – UnB, em 2021, por Romar Souza Dias, sob orientação da Profª. Drª. Francisca Cordelia de Oliveira Silva: *Ensino de inglês no contexto superior: analisando conceitos de identidades de raça e de classe por uma perspectiva crítica*.
- f) A tese de doutorado apresentada ao PPGL – UnB, em 2023, por Juliana Vassoler, sob orientação do Prof. Dr. Kleber Aparecido da Silva: *Ressignificando o banzo: uma análise crítica de discursos antirracistas em canções de rap contemporâneas*.

Como observado, o PPGL-UnB vem possibilitando o protagonismo a pesquisadores negras e negros e a ocupação de lugares de agência na produção de conhecimento, sobretudo numa perspectiva antirracista, proporcionando tais discussões para fomentar epistemes decoloniais. Considerando os já explicitados epistemicídio (Carneiro, 2005), linguicídio (Nascimento, G., 2019) e supremacia branca (Almeida, 2019) como alguns dos pilares do

racismo, temos um ambiente que faz com que, gradualmente, tenhamos conhecimentos construídos e validados em uma perspectiva afro-centrada, antirracista e decolonial num dos lugares de maior prestígio em nossa sociedade: a universidade.

A justificativa acadêmica para a presente pesquisa, para além da já apontada pretensa superação do epistemicídio em nossa sociedade, se dá por meio da relação dialética entre discurso e sociedade e as teorias sobre o racismo no Brasil. Assim, este estudo toma os discursos presentes nos dicionários como objeto de análise, com o objetivo de compreender como os discursos moderno-coloniais sobre raça são produzidos, disseminados e quais sentidos sociais eles produzem. Socialmente, isso reverbera na falta de identificação das pessoas negras com a identidade negra. Com isso, a justificativa social se relaciona com o fortalecimento da negritude.

Justifico esta pesquisa a partir do meu próprio *locus* social: sou um professor negro que se dedica ao estudo dessas temáticas. No cotidiano da sala de aula, frequentemente surgem perguntas como “o que é ser negro?”, “o que é ser branco?”, “professor, eu sou negro?” ou “sou pardo?”, evidenciando a relevância e a urgência de refletirmos sobre as construções sociais e discursivas da racialidade.

Muitos professores, por não conhecerem tais temas, podem orientar seus estudantes a pesquisarem em dicionários. Por vezes, essas discussões chegam em sala de aula por meio de comentários jocosos. Nesse sentido, é importante que os dicionários estejam munidos de respostas satisfatórias.

O presente trabalho está organizado em seções, além desta apresentação, em que introduzo os principais conceitos e objetivos, e as considerações ao final do trabalho, são eles:

- *Considerações iniciais:* Apresento o problema desta pesquisa, juntamente com um breve histórico, relacionando-o com a colonialidade, o epistemicídio e a propagação da língua portuguesa. Além disso, apresento os objetivos desta pesquisa, minhas justificativas pessoais, acadêmicas e sociais.
- *Seção 1 – Conjuntura sociopolítica e cultural: a coisa tá preta?:* Contextualizo a história do colonialismo e a sua relação com os dicionários e as suas formas de produção. Como os primeiros educadores, jesuítas, utilizavam o português para dar sentido aos povos indígenas e como os dicionários ganharam notoriedade ao longo dos séculos seguintes. Além disso, traço um breve histórico da Academia Brasileira de Letras, dos respectivos autores dos dicionários analisados na presente tese e como verbetes de dicionários são construídos.

- *Seção 2 – Aporte teórico: não deixar em branco:* Fundamento o trabalho por meio dos pressupostos teóricos da Análise Crítica do Discurso de Norman Fairclough em que a presente pesquisa está ancorada.
- *Seção 3 – Metodologia: colocando o preto no branco:* Apresento as estratégias metodológicas desenvolvidas para alcançar os resultados esperados. Ademais, detalho os *corpora* analisados para esta pesquisa.
- *Seção 4 – Análise: serviço de preto:* Trago os dados e os resultados alcançados na presente pesquisa, a partir da análise realizada. Ademais, trago aqui as minhas contribuições a respeito de como redefinir os verbetes analisados.
- *Seção 5 – Considerações preliminares: denegrindo os dicionários:* Apresento os resultados da pesquisa, a partir das análises realizadas, explicando como os dicionários definem o que é ser negro e o racismo em nossa sociedade.

2 CONJUNTURA SOCIOPOLÍTICA E CULTURAL: A COISA TÁ PRETA?

Ilustração 1 - A primeira missa no Brasil, Victor Meirelles (1860)



2.1 Dicionário: Colonização, cultura e língua

Esta seção explicita o contexto de colonização do Brasil no que concerne à chegada dos valores europeus e do idioma português no Brasil. Devido a este histórico, o título foi elaborado por uma das acepções repetidas nos dicionários analisados “a coisa tá preta”, que apresenta efeitos de sentidos negativos de dificuldade e perigo. Por serem esses um dos valores trazidos pelos colonizadores, a ilustração da seção é feita pela pintura “a primeira missa no Brasil” de Victor Meirelles (1860), que evidencia o lugar da religião católica na colonização, uma imposição aos povos colonizados. Além disso, os jesuítas, durante a colonização, também exerciam o papel de ensinar a língua portuguesa aos povos indígenas (Nascimento, G., 2019), sendo este momento preponderante para a hierarquização de saberes, línguas e culturas.

É no contexto da colonização que o idioma português adentra o território que chamamos hoje de Brasil. É nesse período histórico que há a disseminação de todo um campo lexical desenvolvido para catequizar os povos indígenas, que tiveram contato com palavras cujos

conceitos sequer conheciam, como *deus* e *pecado*. No período colonial, por exemplo, um lexicógrafo, ao elaborar um dicionário português-tupi, tinha preocupações religiosas, conforme Nunes (2010). Essa conjuntura remete ao conceito de linguicídio, presente no período colonial, quando a Companhia de Jesus introduziu a língua portuguesa como um bem imaterial. (Nascimento, G., 2019), hierarquizando práticas que ocorriam oficialmente por meio da língua portuguesa.

A importância que damos à linguagem na disseminação de determinados valores, para além dos religiosos, ocorre, conforme Fanon (2020), por uma visão de mundo acerca dela, “todo povo colonizado [...] se vê confrontado com a linguagem da nação civilizadora, quer dizer, da cultura metropolitana” (Fanon, 2020, p. 32). Não obstante, não devemos perder de vistas o entrelace entre estes dois conceitos: linguicídio e epistemicídio. Além dos religiosos, outros valores, então, foram estabelecidos a partir da colonização, por meio do novo idioma que os colonizadores introduziram. Conforme Nascimento (2019, p. 24), “é o epistemicídio [...] que decide que as línguas dos brancos são línguas nacionais enquanto as demais não são sequer línguas e são apenas dialetos”.

Como observado, o linguicídio não se refere somente ao genocídio das línguas dos povos originários, mas também ao de suas culturas. O processo de colonização, por meio da linguagem, não só buscou normatizar culturas, tradições e religiões, mas também a forma de comunicar dos povos colonizados (Nascimento, 2019). Com isso, a colonização cria uma marcação do que é entendido como normal, não racializado e civilizado: a humanidade, que é branca e desenvolvida.

Quase um século após a invasão e o povoamento pelos portugueses, a Língua Geral, de origem majoritariamente tupinambá, passou a ser ensinada e utilizada como instrumento de catequese dos povos originários. Com o tempo, no entanto, essa língua foi oficialmente suprimida, dando lugar à imposição do uso do português:

Isso causou um grande problema, levando inclusive o Estado português a implantar uma política formal de impedimento do uso da Língua Geral como língua de comunicação. Isso levou também ao julgamento de jesuítas por educarem os indígenas na Língua Geral (Nascimento, 2019, p. 37).

Conforme Yeda Castro (1983), o tráfico de escravizados que se intensifica a partir do século XVII faz as línguas ameríndias, empregadas como vernaculares, perderem uso em determinadas práticas sociais. Diante disso, os falares de origem africana passaram a integrar o uso linguístico no contexto colonial, sendo, então, denominados de *dialeto da senzala*. Sobre o termo *dialeto*, vale considerar a carga pejorativa contida neste termo, conforme Rajagopalan (2003, p. 65), pois “quando a língua é considerada de menor prestígio, é quase sempre

qualificada como ‘exótica’ ou até mesmo como ‘dialeto’, e não como uma ‘língua’ propriamente dita”. A mudança de pessoas escravizadas indígenas para, então, as negras é também um fato linguístico que ocorre na história do Brasil.

O Estado português implantou, durante o período colonial, políticas linguísticas para disseminar o uso de seu idioma no território colonizado (Nascimento, 2019). Essas políticas fortaleceram não só o uso do português na região, mas também os *status* de destaque das línguas europeias. Em 1808, ao fugir das tropas napoleônicas, a família Real, ao chegar no Brasil, oficializa, então, a língua portuguesa. O francês e o inglês passaram a ser ensinados como línguas estrangeiras (Nascimento, 2019).

No século XIX, o ensino do português passa a ser transformado e começa a ser ensinado a partir do que é difundido na Europa, desconsiderando a variante do brasileiro (Silva, 2006). Nesse contexto, a lexicografia monolíngue constitui uma proposta de origem europeia, sendo que as produções dicionarísticas nas colônias portuguesas e espanholas ocorreram apenas em períodos posteriores. Dois fatores explicam esse atraso: o primeiro refere-se à condição das colônias ibéricas, que eram interditadas para publicações como forma de manter o controle colonial; o segundo diz respeito à dificuldade de se estabelecer uma identidade linguística, uma vez que se tratava de línguas transplantadas, que assumiam configurações próprias ao longo do tempo (Krieger, 2012).

Os primeiros dicionários monolíngues brasileiros de língua portuguesa aparecem no intuito de complementar os dicionários portugueses, o que dá certa legitimação, como o de Rafael Bluteau, reformado e acrescido por Antonio Morais Silva (1789). A partir do século XX, surge a lexicografia brasileira da língua portuguesa, em que os dicionários não são mais complementares ou de regionalismos, mas sim sobre a língua portuguesa praticada no Brasil. A produção dos dicionários de português brasileiro, então, se consolida num contexto de condições institucionais, já no período republicano, a exemplo da fundação da ABL (Nunes, 2010). Não significa, porém, que antes disso não existissem dicionários produzidos no Brasil.

Desse modo, o Brasil passa a ter produção lexicográfica com regularidade e a contemplar o léxico do português brasileiro, que antes era difundido e produzido na Europa (Krieger, 2012). Ao falarmos da história dos dicionários brasileiros, levamos em consideração a passagem da lexicografia portuguesa à brasileira (Nunes, 2006), uma vez que o português, como vimos, durante o período colonial, era ensinado como língua estrangeira, devido a seu *status*.

Sobre essa produção, Krieger (2012) aponta seis dicionários fundadores da lexicografia brasileira, são eles:

- *Novo dicionário da língua portuguesa*, de Cândido Figueiredo (1899), a partir da quarta edição (1926), publicado em coedição no Brasil;
- *Dicionário contemporâneo da língua portuguesa*, Caldas Aulete, em que a quarta edição portuguesa (1958) é a primeira edição brasileira;
- *Pequeno dicionário brasileiro da língua portuguesa*, de Hildebrando Barroso e outros colaboradores, com primeira edição em 1938;
- *Grande e novíssimo dicionário da língua portuguesa*, de Laudelino Freire, produzido ao longo de cinco anos (1939 – 1944);
- *Dicionário da língua portuguesa*, de Antenor Nascentes. Primeira obra publicada por um acadêmico, filólogo, que assumiu o projeto lexicográfico da Academia Brasileira de Letras;
- *Novo dicionário da língua portuguesa*, de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, com edição de 1975.

Como podemos verificar, os dicionários compreendidos como fundadores estão localizados historicamente não só no período pós-independência (1822), mas em um contexto em que o Brasil deixa de ser um Império regido pelos descendentes da Família Real Portuguesa e passa a ser uma República, após o ano de 1889. Como sabemos, o período republicano no Brasil inicia-se conjuntamente com a abolição da escravatura. A partir desse momento, intelectuais passam a refletir sobre a identidade do povo brasileiro. A ideia de que o Brasil é miscigenado, no que tange à composição racial de seu povo, torna-se um dos pontos centrais na identidade nacional, pois a ideia também abarca uma miscigenação cultural, conforme Freyre (2008). Ao mesmo tempo, durante a primeira metade do século XX, observamos os dicionários que são publicados valorizando a variação linguística brasileira.

Essa mescla de raças e, consequentemente, de culturas e línguas assinala a forma como o país, na primeira metade do século XX, estava lidando com a sua suposta língua materna, isto é, o português. Considero que a marcação do brasileiro implica, simultaneamente, a afirmação de uma identidade nacional. Nesse sentido, o dicionário de Freire (1940, p. VIII) explicita:

feito principalmente para brasileiros, este dicionário não precisa de indicação de brasileiro para conhecimento da linguagem falada no país. Além disso, não é fácil definir o que seja brasileiro. Muitos deles são expressões do português falado pelos antigos colonizadores; outros são termos da linguagem comum, os quais, por não terem sido averbados em dicionários lusitanos, foram considerados brasileiros (Freire, 1940, p. VIII).

A princípio, há uma pretensa apropriação e valorização das variantes do português faladas no Brasil por parte dos dicionaristas. Krieger (2012) destaca que há uma diversidade de posicionamentos, por exemplo, no dicionário de Caldas Aulete (1958), cuja abordagem se dá pelo regionalismo:

Todos os vocábulos de uso exclusivo ou preferentemente brasileiros, já dicionarizados ou novamente colhidos em nossos autores, ou ainda diretamente entre o povo, estão não só registrados, mas referidos às regiões onde ocorrem com maior frequência (Garcia, 1958, p. XXVII).

Isso nos mostra que há, ainda, uma forma de falar português relacionada à metrópole colonial. Assim, o que foge à regra é regional. A discussão sobre a marcação de brasileirismos nos dicionários produzidos no Brasil atravessa o século, destacando elementos do idioma e expressões tipicamente brasileiras. Krieger (2012) aponta uma expressiva contribuição das línguas indígenas, especialmente o Tupi, e dos africanos escravizados, cuja presença linguística ajuda a significar aspectos da natureza física do país e outras características que o diferenciam da realidade europeia. Entendo a marcação de brasileirismos nos dicionários como uma escolha de natureza ideológica, que revela traços de linguicídio, embora se apresente sob a aparência de inclusão — aspecto que será aprofundado na seção 1.4, *A resistência negra na língua portuguesa*. Conforme Vilarinho (2013, p. 37) “os usos desprestigiados que estão inseridos na sociedade são completados e indicados por meio de marcas de usos”. Nesse sentido, compreendo que a marcação de brasileirismos seja uma forma de marginalização dessas expressões em relação à norma padrão.

Nesta seção, foi apresentado um histórico de como o português brasileiro é transformado do período colonial até o republicano, momento em que o país passa a discutir a sua identidade nacional e a própria lexicografia. Ao final desta seção, verificamos como a distinção do português brasileiro é demarcada em relação a sua variante europeia nos verbetes de dicionários. Na seção seguinte, discuto a composição dos dicionários e dos verbetes.

2.2 A composição dos dicionários e verbetes: reflexões iniciais

As principais características de um dicionário monolíngue estão relacionadas às suas funcionalidades. Os dicionários exercem o papel de instrumento pedagógico, bem como produto cultural (Borba, 2003). Para Vilarinho (2013, p. 25), eles são como “inventário lexical, [que] oferece condições para que o consulente utilize as palavras nas modalidades falada e escrita da língua com propriedade”. Por outro lado, Barros (2000, p. 76) define o discurso do

dicionário como “inventário ou registro do saber linguístico de uma sociedade; de discurso competente sobre a língua; de discurso anônimo da coletividade”. Com isso, não devemos perder de vistas o histórico descrito na seção anterior sobre a relação entre dicionário, história e cultura.

A relação língua e sociedade é relevante, pois é por meio do léxico que nomeamos e representamos as coisas, os fenômenos e as pessoas e, “dada a sua amplitude, também se associa a outros diferentes níveis da linguagem: fonético, fonológico, morfológico, sintático e semântico” (Santana, 2023, p. 7). O nível lexical oferece pistas sobre a explicação da visão de mundo de uma determinada época (idem, 2023).

Os dicionários normatizam a maneira como as pessoas se comunicam, considerando o contexto e uso de expressões. O léxico possui interfaces com várias áreas da linguística, como a semântica e pragmática (Vilarinho, 2013), entre outras. Em nosso caso, a pragmática e a semântica nos dão aportes para compreendermos o papel do dicionário linguisticamente. Primeiramente, é na semântica que discutiremos os significados das palavras na língua. Em segundo lugar, a pragmática ajuda na compreensão dos significados a partir de elementos socioculturais, a interação entre os falantes em contexto de uso, pressupostos e conhecimentos extralinguísticos (idem, 2013).

A funcionalidade do dicionário está ligada à forma como os falantes mantêm e registram a língua, relacionando-se com a cultura. No entanto, há finalidades específicas que se relacionam com a manutenção da cultura, segundo Vilarinho (2003, p. 37), tais como: “consulta sobre grafia, informação gramatical e etimológica, contextos, divisão silábica, pronúncia, significado, sentido, nível de linguagem, área de especialidade, fraseologia, entre outras”. Uma das relevâncias da lexicografia está ligada à manutenção da linguagem, uma vez que ela é, conforme Faulstich (2013), uma técnica de elaborar dicionários, feita com base em estudos sobre a forma e significado. Com isso, pensamos: a manutenção da língua se dá por quem? Em parte considerável do continente africano, as sociedades desenvolviam conhecimentos concretos e abstratos por meio da oralidade, conforme Martins (2021).

Por colaborar com a manutenção da língua, o dicionário atua como instrumento educativo e vai muito além de uma ferramenta que apresenta definições, conceitos e significados. É uma obra ancorada em um tempo-espaco determinado e seus verbetes refletem não apenas o léxico, mas aspectos culturais, sociais, históricos e ideológicos. “Dessa forma, reduzir o trabalho com o dicionário à procura da definição, da classe gramatical ou do sinônimo de alguma palavra implica em lançar mão de um grande potencial discursivo que lhe é inerente” (Lima; Seabra, 2016, p. 153). Neste trabalho, o verbete é compreendido como um gênero

discursivo que auxilia na manutenção das relações de poder entre língua e cultura. É preciso então entender brevemente como os estudos da terminologia colaboram com os significados construídos nos dicionários.

O criador da Terminologia, Wüster (1996), define-a como um sistema de conceitos e denominações pertencentes a uma área de especialidade. Nessa área, as chamadas línguas de especialidade podem contribuir para a ampliação dos conceitos da língua geral. A Terminologia, enquanto área do conhecimento, teve grande desenvolvimento a partir da segunda metade do século XX e colabora, por exemplo, com a elaboração de dicionários (Finatto, 2001). Dessa forma, percebe-se que as línguas de especialidade têm o potencial de contribuir com a língua como um todo, sobretudo por meio das discussões acadêmicas que utilizam linguagem especializada e funcionam como fontes de inovação e contribuição linguística.

No que diz respeito à organização, os dicionários são construídos de forma a observar duas estruturas: a microestrutura, relacionada à organização de um verbete; e, a macroestrutura, a obra do dicionário completa (Faulstich, 2010). Essa forma de organização busca “atender demandas das práticas sociais dos consulentes. Assim, o dicionário deve oferecer os usos do léxico da língua-alvo num contexto socio-cultural” (Vilarinho, 2013, p. 37). É por meio das definições em suas microestruturas que os dicionários normatizam a língua, preocupando-se com o seu bom uso, conforme Faulstich (2010). O que é considerado “bom uso” é um importante objeto de discussão para esta pesquisa, haja vista que os dicionários normatizam a língua no sentido de legitimar, de forma positiva, a norma padrão.

Sobre a microestrutura de um dicionário, Faulstich (2011, p. 195) define como “um enunciado que expõe de forma sumária as características genéricas e específicas, de um objeto, inserindo-o num determinado campo do conhecimento”. Essa contextualização é importante, pois expõe não só a visão de mundo do lexicógrafo, mas, como pontua Vilarinho (2013, p. 39), “no texto da definição, é possível observar a visão de mundo da sociedade”, uma vez que o lexicógrafo também faz parte desta sociedade em alguma posição social, racial e de gênero. No contexto deste trabalho, essa visão está relacionada aos aspectos ideológicos que abordam sobre classe, raça e gênero, e, dialeticamente, aos dicionários e seus verbetes, os quais são mantenedores dessas visões de mundo.

Vilarinho (2013) sinaliza para as formas como determinadas definições podem reproduzir estereótipos, quando deveriam definir o protótipo. Com isso, a pesquisadora faz uma importante reflexão sobre o que é reproduzido nos dicionários, ao não recomendar o uso de antônimos em suas definições, por criarem sentidos de oposição entre termos.

Outra característica dos verbetes de dicionário é a apresentação do máximo de contexto possível, para facilitar a compreensão e, em alguns casos, com ilustração (Faulstich, 2011). Conforme Côrrea (2012, p. 364), a contextualização nos dicionários tem três funções: “a) especificar e/ou explicar o conteúdo de natureza enciclopédica ausente das definições; b) contextualizar o uso vocabular; c) facilitar a compreensão do significado”.

Esses aspectos conceituais compõem a compreensão da microestrutura, que é constituída por: palavra-entrada; data (nem todos contém); informação gramatical, categoria e gênero; significação do lexema (*mesmo que, figurado*). Tal construção, em função de suas características específicas, pode ser considerada um gênero discursivo. A seguir, exemplifica-se com um verbete dos *corpora* desta pesquisa, conforme elucida Vilarinho (2013):

Quadro 1 – Verbetes Negra em dicionário de língua portuguesa: Caldas Aulete (1958)

NEGRA (ê), *s. f.* mulher negra. || (P. ext.) Escrava. || (Jôgo) A terceira partida que desempata as anteriores. || Mancha ou nódoa negra que aparece na pele: Desta feita limitaram-se a contusões e duas *negras* no corpo os frutos da arruaça (Aq. Ribeiro, *Aldeia*, c. 6, p. 120, ed. 1946); Quando lhe acabava a fúria, eu e minha irmã ficávamos sem forças e com os corpos cheios de *negras* (Antero de Fig., *Miradouro*, p. 54, ed. 1934). || *Uma negra de trabalho*, mulher que se afadiga e moureja por índole ou necessidade. || F. fem. De *Negro*.

Fonte: Aulete, 1958, p. 3444

Conforme o verbete exemplificado, com base na discussão de Vilarinho (2013), pode-se observar: palavra-entrada, ‘Negra’, em outros dicionários exemplificam a separação silábica, neste demonstra a pronúncia por meio de “(ê)”. O termo não é datado, há informação gramatical, categoria e gênero por meio de sigla “*s. f.*”, isto é, substantivo feminino. Em seguida, há a significação do lexema, com as definições que se seguem. Há algumas remissões, como “p. ext.”, por extensão, fazendo compreender que é uma forma de definir. Além disso, pode-se verificar exemplos do uso nos verbetes, direcionando o consulente para a forma de empregar.

Em função de sua padronização, o verbete é considerado um gênero discursivo, que tem potencial de se transformar em outros gêneros para se fazerem presentes em outras práticas sociais, como nos livros didáticos, em publicidades: “um gênero se relaciona com outro gênero, quando novas práticas de linguagem são requeridas, se imbricando, se sobrepondo, se complementando uns aos outros” (Lima; Seabra, 2016, p. 153).

Os estudos do léxico têm entre suas metas compreender e elaborar definições (Faulstich, 2014). Esses estudos entendem que a relação entre termo-conceito é dinâmica, pois a explicação é construída com base na funcionalidade da linguagem, que “possui características específicas

que se organizam de traços observáveis ou imagináveis” (Faulstich, 1998, p. 2). Ainda conforme a autora, “a definição canônica é a que aparece com mais frequência nos dicionários tradicionais cuja primeira preocupação é dizer o que é aquilo, que se exhibe sob a representação de uma palavra” (Faulstich, 2014, p. 373). Não é objetivo deste trabalho indicar quais são as definições canônicas a respeito dos verbetes analisados, no entanto serão observadas as mais recorrentes nos dicionários selecionados.

No que diz respeito à macroestrutura, Vilarinho (2013) elucida que se trata das palavras iniciais a respeito da equipe editorial, prefácio, detalhamento dos verbetes, os verbos, o acordo ortográfico que o dicionário se adequa, lista de reduções e referências bibliográficas, entre outras informações. A exemplo de como os dicionários são formulados, apresento a seguir o prefácio do dicionário de Nascentes (1943), que contém a história e os objetivos da Academia Brasileira de Letras:

Cada palavra está acompanhada de sua transcrição no alfabeto fonético internacional, o que permite perceber com clareza qual o timbre vocálico e qual a acentuação, preferidos pela Academia. Seguimos aqui o exemplo dos dicionários de língua inglesa, das poucas que dispõem de tal sistema de transcrição. Ao significado principal da palavra segue o sentido figurado, o técnico, o especial. Indica-se também a fraseologia mais importante. A regência é dada, indiretamente, por meio da exemplificação, fechando-se o verbete com a etimologia. Houve a preocupação compreensível de não se envolver a Academia em contendas etimológicas, pelo que só se consignam as etimologias livres de controvérsias. Só o alfabeto grego pôde, na presente edição, ser usado nas etimologias; espera-se que na definitiva sejam empregados o árabe, o hebraico e sânscrito. Quanto aos brasileirismos, o critério adotado foi o de registrar apenas aqueles que Rodolfo Garcia chamou pambasileiros, além de um ou outro de caráter regional, mas de importância nacional. O projeto incluiu muitas palavras não dicionarizadas, deixando de indicá-las, no entanto, pelo receio de marcar alguma constante de dicionário não consultado. Também admitiu contribuições oficiais os cargos do serviço público, de acordo com as designações do D.A.S.P., os adjetivos pátrios existentes na lista oficial do Itamarati. Os nomes de animais e vegetais acham-se cientificamente designados, sempre que foi possível, pela família, pelo gênero e pela espécie; as rochas trazem a sua composição mineralógica e os minerais a respectiva composição química. Figuram no projeto muitos vocábulos novos, trazidos pela última guerra e pelos progressos da medicina, da física nuclear, da evolução política. Omitiram-se, porém, barbarismos, estrangeirismos, inúteis, palavras chulas, de gíria ou pouco decentes, e significações do mesmo gênero, salvo um ou outro caso, em que por motivos de vária natureza, foi necessário consigná-las. Como dissemos, o presente trabalho é apenas um projeto, mas não escapará a ninguém o seu vulto e a contribuição que representa para os objetivos que a Academia Brasileira teve em vista, tomando a responsabilidade de promover a sua publicação. O autor, Professor Antenor Nascentes, deu desempenho cabal e profícuo à missão que a Academia lhe confiou. Cumpre agora aos Srs. Acadêmicos, aos especialistas e às pessoas interessadas, fazer a crítica construtiva e oferecer a sua preciosa e desejada colaboração, a de que a edição definitiva corresponda, por todos os títulos, aos superiores intuítos de nossa instituição s. a cultura da língua e da literatura nacional. A Academia agradece a todos quantos concorreram para o bom dêste trabalho (Athayde, 1943, p. IV).

Esse prefácio pertence a um dos dicionários da Academia Brasileira de Letras analisado nesta pesquisa. Nele é possível verificar quais são os critérios utilizados para o uso de

transcrições a partir do alfabeto fonético internacional. Além disso, observa-se qual é o sentido principal da palavra “privilegiado”; conforme o prefácio, é o figurado, técnico e especial – e o produtor indica que os verbetes contêm exemplos de uso. No prefácio, informa-se, ainda, que os editores selecionaram definições que consideram relevantes a todo o Brasil, ignorando regionalismos. No entanto, verificamos na seção anterior que o regionalismo também é confundido com brasileirismo. Nesse sentido, ao perguntarmos quais são as definições e palavras consideradas regionalismos e quais são as consideradas padrões, identificamos uma tentativa de compreender a padronização da língua portuguesa, excluindo outras expressões. Além disso, o prefácio destaca uma evolução em relação ao conteúdo apresentado, impulsionada pelas transformações históricas, bem como pelos avanços científicos e tecnológicos da época.

Ainda nesse contexto, é relevante destacar que o autor do prefácio indica a omissão de barbarismos, palavras chulas, gírias e pouco decentes. Essas informações são importantes para a presente pesquisa, pois os verbetes dos dicionários da ABL correspondem a parte considerável dos *corpora* analisados.

O uso do prefácio contextualiza o leitor sobre esse tipo de gênero, sobre como a obra é organizada e sobre quais os valores os dicionaristas (re)produzem. Vilarinho (2013) contribui para a compreensão do contexto dos dicionários na contemporaneidade, especialmente a partir da implementação de normativas voltadas à padronização e à qualidade dessas obras, que, por sua natureza didática, integram o ambiente escolar e se inserem no âmbito da política linguística. A autora compreende o dicionário como um material didático que faz parte de um contexto no ensino e que o PNLD serve como uma regulamentação “embrionária para as obras lexicográficas, já que os critérios estabelecidos para que as editoras possam concorrer ao edital faz com que os dicionários sejam elaborados com base nos parâmetros normatizados pelo MEC” (Vilarinho, 2013, p. 53).

No prefácio exemplificado, os dicionaristas escolhem quais são as expressões ditas nacionais e regionais, privilegiando umas em detrimento de outras. Lima e Seabra (2016) consideram que o dicionário é reflexo da sociedade, e que a linguagem carrega aspectos do tempo-espço. Conforme os autores, “se as sociedades e suas linguagens mudam através do tempo, é de se esperar que os dicionários também mudem” (Lima; Seabra, 2016, p. 154). No entanto, também compreendo uma relação dialética do dicionário com a sociedade, isto é, ele não é só reflexo, mas opera no sentido de constituir a sociedade. O PNLD dos dicionários surge em 1985 e a partir desse momento, os dicionários, então, buscam atender a uma demanda mercadológica, para adentrarem nas escolas obedecendo a critérios de seleção. O Ministério da

Educação (MEC) orienta que, além da contribuição com os conhecimentos sobre ortografia, definições e contextos de uso dos vocábulos, não sejam reproduzidas explicações e definições preconceituosas ou estereotipadas, conforme critério de exclusão e seleção:

Da mesma forma que os demais materiais didáticos, os dicionários devem colaborar para a construção escolar da ética necessária ao convívio republicano. Assim, serão *excluídos* do PNDL Dicionários 2012 as obras que apresentarem explicações, definições e/ou ilustrações preconceituosas ou estereotipadas. (Brasil, 2012, p. 93).

Com base nessa orientação, observa-se uma mudança no modelo de normatização, com maior valorização da política linguística, isto é, conforme Ribeiro da Silva (2013), trata-se de um planejamento linguístico, a partir de determinadas orientações. Considerando-se que o dicionário constitui um inventário da língua, reconhece-se a relevância da preservação de seu registro e valor cultural, o que implica decisões sobre manter ou suprimir determinadas expressões, bem como refletir criticamente sobre a reprodução de estereótipos e preconceitos.

Conforme Vilarinho (2013, p. 61) “o dicionário legitima o léxico de uma língua ao apresentar a descrição dos recursos linguísticos e dos aspectos culturais da sociedade, é instrumento difusor da língua”. Em sua tese de doutorado, Vilarinho (2013) direciona para a importância de os dicionaristas respeitarem as teorias da linguística ao formularem um dicionário. Pouco mais de uma década depois, o presente trabalho orienta para a construção de verbetes que sejam comprometidos com a literatura e com os conhecimentos produzidos em uma perspectiva decolonial e antirracista, pois o MEC formula diretrizes sob pena de exclusão de dicionários que reproduzam e difundam definições preconceituosas ou estereotipadas em ambientes escolares.

Nesta seção vimos como os dicionários são organizados por meio da sua microestrutura, macroestrutura, a partir dos estudos de Vilarinho (2013) e Faulstich (2010, 2011, 2013). Ademais, exemplifiquei as estruturas baseadas nos dicionários utilizados no desenvolvimento desta pesquisa. Foi possível observar os conceitos de terminologia, lexicologia, lexicografia e a relevância destes conceitos para a construção dos verbetes de dicionários. Por fim, verificamos como a política linguística do governo federal, por meio do MEC e do PNDL Dicionários, busca formular diretrizes para a produção e seleção de dicionários no Brasil.

2.3 O gênero verbete e estereótipos

Na seção anterior, iniciei a discussão que é um dos temas centrais nesta tese: a reprodução de estereótipos nos dicionários brasileiros de língua portuguesa. Como verificamos,

os dicionários são organizados de forma a reproduzir o que é compreendido como bom uso da língua portuguesa, conforme contextos e definições de determinadas palavras em seus verbetes. Para isso, alguns verbetes são constituídos de indicativos do que é considerado norma padrão culta, o que os dicionaristas compreendem como desvio e outras formas de uso.

Conforme Gabriel Nascimento (2019), a língua, no contexto de países colonizados, é um subproduto criado pela colonialidade, em que o epistemicídio atua, ressaltando que a língua, em si, não tem cor, no entanto, tem sujeitos por trás delas. Desse modo, não é inesperado que ela dissemine estereótipos, seja de raça, cor ou gênero.

Em qualquer língua *encontra-se* [sic], pois, inúmeras palavras e expressões lexicalizadas que denotam os estereótipos dessa sociedade e, ao mesmo tempo, os preconceitos associados, pelos membros dessa comunidade linguística, a cada grupo minoritário ou não (Correia, 2006, p. 155-6).

Retomando Gabriel Nascimento (2019), ao apontar que a língua é um dos pilares da estrutura do racismo, podemos observar como a língua portuguesa pode reproduzir estereótipos em níveis de construção do conhecimento sobre os negros e os povos indígenas. No entanto, o questionamento que faço é: em quais contextos e quais agentes reproduzem estereótipos por meio da língua portuguesa? Como veremos mais a frente, há resistência. Acerca dos dicionários, Correia aponta que:

As expressões destes preconceitos *pode* [sic] ocorrer, pelo menos, a dois níveis distintos: do nível do próprio léxico, através das significações que efetivamente atribuímos às palavras e dos usos que delas fazemos, e ao nível do dicionário, através da forma específica como o lexicógrafo descreve determinadas unidades, o que se nota através das escolhas que faz e das palavras que usa na sua descrição (Correia, 2006, p. 156).

Ainda nesse mesmo contexto de discussão, as pessoas negras são expostas a determinados sentidos e significados desde cedo. Conforme Gonzalez (2020, p. 39), o racismo se manifesta desde a educação infantil, em que as crianças negras “são vistas como indisciplinadas, dispersivas, desajustadas ou pouco inteligentes”. Para a autora, o sistema de ensino se manifesta como racista por meio dos livros didáticos, das práticas pedagógicas e dos momentos de recreação. Além destes, também temos os dicionários como material didático que compõem o sistema de ensino.

Conforme Fanon (2020, p. 52), “falar uma língua é assumir um mundo, uma cultura” e, sendo assim, há uma cultura privilegiada na difusão da língua portuguesa e das práticas pedagógicas. Elas são, assim, entendidas como parte da colonialidade. Em relação a isso, Gabriel Nascimento (2019) nos relembra sobre a construção e a presente desconstrução dos sentidos negativos de Preto e Negro em que, conforme Mbembe (2014), é um signo que se faz

mais presente a partir da modernidade, pois é durante a colonização, por meio do seu processo civilizatório, que os europeus transmitiram seus valores para as suas respectivas colônias. “A língua portuguesa, como as demais línguas, está eivada de unidades lexicais ou expressões que denotam muitos dos preconceitos que marcaram a sociedade portuguesa e as sociedades lusófonas ao longo dos tempos” (Correia, 2006, p. 156).

Dito isso, é importante refletir sobre o poder de escolha entre reproduzir definições X ou Y. Ainda conforme Correia (2006, p. 156),

No tratamento destas unidades, o lexicógrafo é alvo de uma tensão que o obriga a optar entre descrever os usos *efectivos* das unidades lexicais, perpetuando, deste modo, as marcas lexicais da discriminação, ou “legislar” linguisticamente, estabelecendo aquilo que é, ou não, social e politicamente *correcto* na sua sociedade e no seu tempo [sic].

É importante pensar sobre como a língua reproduz estereótipos variados em relação aos povos colonizados, em relação às definições racistas nos dicionários. Correia (2006, p. 164) defende que “o discurso definitório e os exemplos são bastantes neutros [...], mas não poderemos invocar que os traços preconceituosos são da responsabilidade dos lexicógrafos, mas sim do próprio léxico do português”. Com base neste trabalho, compreendo que o racismo é uma estrutura que perpassa a organização da sociedade, a linguagem, entre outros aspectos. No entanto, produtores de textos são agentes e têm responsabilidades sobre o que é disseminado e compreendido como o *bom uso* da língua portuguesa. Ademais, compreendo que a relevância do papel social do lexicógrafo não pode ser simplesmente ignorada, pois conforme Bakhtin (1997), a língua modifica o sujeito e o sujeito modifica a língua, em uma relação dialética. Nascimento (2019), além disso, enfatiza que a língua é sempre submetida aos projetos de poder. Este, então, é o escopo no qual está inserida. Embora a língua não tenha cor ou raça propriamente, ela opera como parte indissociável da colonialidade, pois é produzida por pessoas encarnadas em *locus* de enunciação.

Em nosso caso, não devemos deixar de refletir sobre a rede de práticas sociais em que os dicionários e seus verbetes estão inseridos. Eles estão em diversas práticas sociais, que “são articuladas a diferentes tipos de elementos sociais que são associados a áreas particulares da vida social¹”, conforme Fairclough (2003, p. 25, tradução minha), os quais estão em um contexto educativo, pedagógico e de manutenção da cultura e língua. Neste trabalho, compreendo os verbetes de dicionários como um gênero discursivo - aprofundarei este tópico

¹ Do original: “Social practices can be seen as articulations of different types of social element which are associated with particular areas of social life” (Fairclough, 2003, p. 25).

na *Seção III – Metodologia: Colocando o preto no branco*. Porém, antecipando brevemente a discussão, como gênero, na presente pesquisa, compreendo que os verbetes são um modo de agir e interagir, conforme postulado por Fairclough (2003), em que devemos considerar o que as pessoas estão fazendo, a relação social entre elas e qual é o meio de comunicação em que ele opera. Além disso, os verbetes também são compreendidos como gênero de governança (idem, 2003), pois eles têm função normativa, regulando o uso da linguagem; constroem sentidos, como agir, falar e entender; poder simbólico, legitimando discursos de determinados atores sociais; e tido como autoridade na manutenção da língua. Esses fatores, então, contribuem para o linguicídio e o epistemicídio das populações racializadas.

Sendo assim, os produtores dos dicionários analisados neste trabalho têm parte de suas biografias levantadas com o objetivo de compreender o *lôcus* socioenunciativo dessas pessoas, sobretudo por considerarmos relevantes as suas contribuições lexicográficas para a cultura brasileira. No entanto, este trabalho enfrenta um paradoxo: ao contrário dos nossos colonizadores, valorizamos a memória, o registro histórico e a cultura. Nesse sentido, as propostas de mudança aqui apresentadas têm como objetivo provocar reflexão e transformação, questionando aquilo que foi imposto como norma por meio das definições contidas nos verbetes dos dicionários.

Na presente seção, busquei retomar o conceito de epistemicídio para elucidar que a (re)produção de estereótipos faz parte do léxico do português brasileiro, reforçando a estigmatização e marginalização dos povos minorizados. Além disso, aponto para como os lexicógrafos compõem uma sociedade que está estruturada a partir da colonialidade, do racismo e, com isso, podem reproduzir em nível institucional determinados estereótipos. Na seção seguinte, problematizo a ideia de contribuição africana no português brasileiro.

2.4 A resistência negra na língua portuguesa

Até o presente momento desta análise, têm sido evidenciados o epistemicídio e o linguicídio ocorridos no contexto do processo de colonização do Brasil e no pós-abolição. No entanto, sabemos que no idioma português brasileiro, há forte presença de palavras e expressões que são de origens africanas e indígenas. Nesta seção, então, trago alguns levantamentos das influências e resistências das populações negras e suas epistemes por meio da língua portuguesa

Sabe-se que, no Brasil, há apenas uma língua oral oficial: a portuguesa. Essa oficialização, contudo, não por escolha, mas por uma imposição histórica que desconsiderou a diversidade linguística existente no país. No contexto brasileiro, a língua portuguesa integra

uma identidade nacional que foi construída a partir de múltiplas influências — das línguas africanas e indígenas, das antigas línguas gerais utilizadas no período colonial, bem como dos movimentos literários que buscavam afirmar uma identidade brasileira em oposição à cultura e à língua portuguesa de Portugal. Mônica Fontana (2015) elucida como a língua oficial, promovida pelo Estado, permite a consolidação de uma unidade imaginária como língua nacional

não só como língua do Estado brasileiro, mas também da nação e povo brasileiro, representados imaginariamente na unidade e homogeneidade cultural e linguística historicamente construída para compor a evidência de uma identidade nacional (Fontana, 2015, p. 223).

Yeda Castro (1983) evidencia que, durante o período colonial, diversos “dialetos” eram falados entre os negros e indígenas, seja nas senzalas, isto é, no meio rural, seja nos centros urbanos. Contudo, no século XIX, a vinda da Coroa Portuguesa, a abertura dos portos e o processo de desenvolvimento urbano aceleraram o que ela chama de nivelamento. Com isso, a autora considera que há uma mestiçagem linguística, que converge, então, para o português e as suas resistências.

Nessa proximidade relativa talvez possamos encontrar as razões subjacentes aos fatores de ordem extralinguística que terminaram por determinar a falta de resistência dos antigos falantes africanos no Brasil à adoção da língua portuguesa e a consequente aceitação desta por eles [...] (Castro, 1983, p. 98).

Essas resistências, conforme a autora apresenta, ocorrem por meio das terminologias religiosas, dos candomblés na Bahia, por populares, por pessoas com maior nível de educação e na linguagem do português brasileiro como um todo. A autora demonstra, ainda, como expressões e palavras de origens africanas estão mantidas no léxico dos brasileiros como, por exemplo, a influência do banto (Castro, 1939).

Outro aspecto relevante na história da língua portuguesa no Brasil refere-se à compreensão da linguagem como instrumento de libertação. Tal perspectiva manifesta-se especialmente nas formas de resistência às múltiplas opressões históricas e socioculturais vivenciadas por diferentes grupos sociais. Castro (1983, p. 96) explica isso no seguinte excerto:

Nessas, onde se misturavam africanos de diferentes procedências étnicas a um contingente de indígenas, a fim de evitar rebeliões que pusessem seriamente em perigo a vida de seus proprietários numericamente inferiores e estabelecidos em áreas interioranas e isoladas, a necessidade de comunicação entre povos linguisticamente diferenciados deve ter provocado a emergência de uma espécie de língua franca que chamaremos de *dialeto das senzalas* (Castro, 1983, p. 96, grifos da autora).

Considerando que há uma gama de resistência das línguas africanas e ameríndias em nosso idioma, neste trabalho evito os termos *heranças* ou *contribuições*, pois compreendo que

não se trata de herdar o que nunca foi oferecido e, tampouco, contribuir quando os colonizadores ativamente tentaram apagar as línguas nativas dos povos colonizados. Compreendo que o discurso a respeito da língua oficial pode ocorrer de forma similar ao da Democracia Racial, uma vez que as diversas línguas faladas pelos povos colonizados se fazem presentes no português por meio de expressões, ditos populares, entre outros. No entanto, assim como o racismo e a desigualdade racial, a população negra resiste. O mesmo ocorre em relação à língua. Castro (1983) aponta que as línguas africanas trazem influências das mais diversas áreas do conhecimento, bem como Lopes (2014) em seu dicionário afro-brasileiro e como Krieger (2012) discorrem a respeito do Tupi no que diz respeito à paisagem e às plantas do Brasil.

Há, no Brasil, atualmente, uma diminuição no número de analfabetizados, conforme a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (2023). Contudo, há um vergonhoso percentual de pessoas negras (pretos e pardos) analfabetizadas, o que corresponde ao dobro das pessoas brancas. É importante ressaltar, neste ponto, que, em primeiro lugar, utilizo a passivação (Basílio, 2011) em *analfabetizado* em razão de compreender que a exclusão e o racismo são processos ativos, que vitimizam as pessoas vulneráveis e racializadas. Conforme Paulo Freire (1996, p. 26), “ensinar inexiste sem aprender e vice-versa e foi aprendendo socialmente que, historicamente, mulheres e homens descobriram que era possível ensinar”. Desse modo, se em sociedade podemos comungar, ensinar e emancipar as pessoas, esta mesma sociedade age de forma contrária, excluindo, ao negar acesso à educação, saúde e outros direitos. Ainda no que diz respeito ao termo “analfabetização” e seus derivados, em segundo lugar, reitera-se que o alto percentual de analfabetizados entre a população negra torna a resistência à exclusão e ao racismo processos ainda mais relevantes, haja vista tratar-se de uma predominância de saberes e epistemes que sobrevivem por meio da oralidade e da ancestralidade, enfrentando a ativa exclusão. Ademais, a população negra mantém viva os seus saberes por meio da norma padrão, amplamente ensinadas nas escolas, como aponta Nascimento (2019). Em outras palavras, alfabetizada ou não, a população negra resiste a um processo de exclusão, apagamento que age em várias frentes.

Leda Martins (2021), por meio de repertório provindo de epistemologias e cosmovisões de saberes africanos, traz à luz que a despeito de parte dos povos do continente africano terem desenvolvido a grafia, a exemplo dos egípcios, a transmissão de conhecimento predominantemente de forma oral foi um difusor de valores culturais. Os africanos, assim, e seus descendentes conseguiram disseminar múltiplos saberes concretos e abstratos através da

oralidade e do corpo, “o que o corpo e na voz se repete é também uma episteme” (Martins, 2021, p. 23).

O sistema mundo moderno colonial age, então, subalternizando os povos racializados e tratando nossos conhecimentos como acientíficos por meio da suposta dicotomia entre oralidade e escrita e, para isso, exclui-se os negros dos espaços de produção de conhecimento, para que que não registremos nossas epistemes. Essa forma de organização do mundo prioriza a linguagem escrita na organização e disseminação dos conhecimentos (Martins, 2021). Desse modo, numa organização social em que as pessoas brancas se privilegiam por meio do domínio da norma padrão da língua portuguesa, os desviantes desta imposição, certamente, são excluídos.

Retomo, com isso, a discussão sobre brasileiro, que iniciei anteriormente nesta seção. Segundo Krieger (2012), trata-se das influências das línguas dos povos colonizados marcadas nos dicionários do português brasileiro. Conforme a autora, trata-se da diferenciação entre o léxico do português falado no Brasil e do europeu. Em outras palavras, essas marcações de brasileiro, então, evidenciam o que é singular ao português brasileiro por conta dessas resistências.

O que chamo, recorrentemente, neste trabalho, de resistência negra na língua portuguesa, Lelia Gonzalez (2020) chama de *pretoguês*. A utilização desse termo não se trata apenas de uma forma de falar, mas de uma resistência cultural, conceituação com a qual este trabalho comunga. Na mesma linha, bell hooks (2017) pontua a respeito da apropriação dos negros sobre a língua inglesa nos Estados Unidos, que “rompia com o costume e o sentido padronizado, de tal modo que os brancos muitas vezes não conseguissem compreender a fala dos negros, transformou o inglês em algo mais que a simples língua do opressor” (hooks, 2017, p. 227).

Essa resistência sobre a dominação que ocorre linguisticamente é compreendida como desvio da norma culta ou norma padrão. É possível identificar que os dicionários classificam certos termos como “brasileirismos” como marcas de influência cultural que os colonizadores não conseguiram suprimir completamente. Nesse contexto, a branquitude, tradicionalmente associada à ideia de civilidade, opera também em um nível simbólico mais profundo por meio de sua não marcação, isto é, que não se nomeia nem se reconhece como tal, justamente por se constituir como a norma imposta e historicamente naturalizada como padrão a ser seguido.

Conforme Cida Bento (2022, p. 18) “esse pacto da branquitude possui um componente narcísico, de autopreservação, como se o ‘diferente’ ameaçasse o ‘normal’, o ‘universal’”. A

norma, nesse sentido, é o português com as crenças, valores e supremacias de povos e culturas normatizados, em níveis lexicais (Correia, 2006) e gramaticais (Gonzalez, 2020).

Correia (2006) defende que uma das formas com que a branquitude opera é afirmar que os preconceitos e os estereótipos são problemas da língua portuguesa, sem que os produtores, isto é, lexicógrafos, sejam responsabilizados. Além disso, comungo com as ideias de Nascimento (2019, p. 20), ao destacar que os sujeitos estão submetidos à língua (a qual, por sua vez, é transformada pelas ações desses mesmos sujeitos, ainda que eles não sejam plenamente autoconscientes) e que as línguas “não são neutras e estão sempre atravessadas por processos de poder, assim como os próprios sujeitos”.

Nesse sentido, enfatizo como a resistência negra e indígena ocorre por meio da língua portuguesa e como ela ainda é registrada na língua oficial. Ademais, aponto como as resistências das línguas africanas e do Tupi podem ser compreendidas sob a lente da democracia racial. Por fim, relaciono a discussão com o conceito de branquitude não marcada, justamente por ser compreendido como a norma, o que é um idioma que sofre modificações e influências com o decorrer do tempo.

2.5 O poder por trás do discurso: os produtores dos dicionários

Na presente seção, como dito anteriormente, levanto brevemente as biografias dos produtores dos dicionários que analiso nesta pesquisa. Este levantamento ocorre com a finalidade de contextualizar o poder por trás do discurso (Fairclough, 2001, [1989]). Embora nesta seção haja a discussão a respeito dos produtores dos dicionários, é importante dar relevo à discussão de Fairclough, em que o poder não é exercido por um indivíduo isolado, mas por um conjunto de relações que constituem a estrutura social.

Entre os dicionários selecionados para a presente pesquisa, nem todos são produzidos por uma pessoa unicamente. O dicionário Michaelis, por exemplo, é produzido por uma empresa estrangeira, que abarca diversos idiomas. Conforme informações presentes no site da empresa, hoje Michaelis tem *status* de marca. No entanto o primeiro dicionário foi produzido no final do século XIX pelas irmãs Henriette Michaelis, de nacionalidade alemã, e Carolina Michaelis de Vasconcelos, portuguesa e filóloga (Michaelis, 2025)². Por não manterem vínculo direto com a produção lexicográfica brasileira e por se tratarem de obras com autodenominação

² Produtores de diversos dicionários, monolíngues e bilingues, em seu site, Michaelis se autodenomina como marca. Disponível em: < <https://michaelis.uol.com.br/>>. Acesso em: 07 jan. 2025

de marca, as respectivas biografias das autoras não serão abordadas nesta seção, especialmente porque não se trata de publicações póstumas.

Já o dicionário produzido por Caldas Aulete, autor de origem portuguesa, caracteriza-se como uma obra póstuma, e está inserido, conforme veremos adiante, em um contexto particular de produção em relação à lexicografia brasileira. Sua obra já circulava no país e, quando a produção lexicográfica é consolidada no Brasil, é lançada uma reedição brasileira do Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa (DCLP), sendo considerado um dos mais importantes no país.

Na seção seguinte, será apresentado um breve histórico da Academia Brasileira de Letras – por conta de seu papel na institucionalização das questões aqui discutidas – e também dos principais autores dos dicionários analisados: Laudelino Freire, Antenor Nascentes, Caldas Aulete, Antônio Houaiss e Evanildo Bechara.

2.5.1 *Academia Brasileira de Letras*

A Academia Brasileira de Letras foi fundada em 1897, ao fim do império, como uma instituição privada e independente na cidade do Rio de Janeiro. Seu primeiro presidente foi o escritor negro Machado de Assis. Antes de sua fundação, houve várias tentativas da criação de instituições voltadas ao interesse dos literatos. Fanini (2009) apresenta um histórico de algumas delas, como o Grêmio de Letras e Artes (1887), que visava, junto ao governo, recursos financeiros e a Sociedade Brasileira dos Homens de Letras, que tinha como objetivo a obtenção de apoio sobre a regulamentação dos direitos autorais.

A fundação da ABL está relacionada com a *Revista Brasileira*, periódico que contava com a publicação de vários nomes da literatura nacional, reunindo ensaios e estudos científicos (El Far, 2000). Fanini (2009) aponta como o periódico foi se tornando um encontro da intelectualidade carioca, em que escritores publicavam os seus textos e artigos:

As questões constitucionaes, jurídicas, econômicas, políticas e sociaes em summa, que nos occupam e preoccupam a todos, terão um lugar nas suas paginas. Republicana, mas profundamente liberal, aceita e admite todas as controvérsias que não se achem em completo antagonismo com a inspiração de sua direcção. Em política, Philosophia, em Arte não pertence a nenhum partido, a nenhum systema, a nenhuma escola. Pretende simplesmente ser uma tribuna onde todos os que tenham alguma cousa que dizer e saibam dize-la, possam livremente manifestar-se (*Revista Brasileira*, 1895, p. 3).³

³ *Revista Brasileira*, ano I, tomo I, jan.-mar., 1895, p. 3. Disponível em <https://hemeroteca-pdf.bn.gov.br/139955/per139955_1895_00001.pdf>. Acesso em: 29, dez., 2024.

A *Revista Brasileira* trata-se de um periódico plural atento ao debate público da época. O trecho anteriormente citado está grafado conforme o original e são nessas grafias que a intelectualidade daquele momento convoca seus pares para publicações. O trecho selecionado desperta atenção em razão de nele podermos perceber uma pretensa delimitação dos escritores: *todos os que tenham alguma coisa que dizer e saibam dizê-la, possam livremente manifestar-se*. Alessandra El Far (2000) destaca que entre os escritores desta revista estavam Nina Rodrigues, Joaquim Nabuco, Machado de Assis, entre outros. Reitera-se que todos eram homens e majoritariamente brancos.

Os frequentes debates em torno de temas literários levavam os colaboradores, no momento da entrega de seus textos ao periódico, a engajar-se em longas conversas. A partir dessas interações, formaram-se dois grupos: Rabelais e Panelinha, conhecidos por promoverem banquetes entre seus integrantes. Fanini (2009) elucida que o momento político não era favorável aos debates mais democraticamente estabelecidos e os futuros membros da Academia divergiam sobre o cenário político brasileiro. No entanto, seus desejos em comum versavam sobre a “institucionalização de uma unidade linguística e literária no país, a formulação de regras que estabelecessem os usos da linguagem e a estrutura dos discursos por eles produzidos” (Fanini, 2009, p. 12).

Inspirada na Academia Francesa de Letras, no que diz respeito à definição de seu perfil institucional - dada a forte influência que esta exercia sobre a intelectualidade brasileira da época -, a Academia Brasileira de Letras (ABL) foi fundada com quarenta membros. Cada um dos fundadores escolheu um patrono já falecido, expoente da literatura nacional, para nomear a respectiva cadeira que ocuparia. A diferença entre a Academia Francesa e a brasileira é que, na francesa, os fundadores são os próprios patronos. Fanini (2009) expõe o sexismo da institucionalidade da ABL: os fundadores compreenderam que as grandes contribuições literárias no Brasil eram masculinas, daí o nome: patronos. Entre os fundadores estavam: Aluísio Azevedo, Joaquim Nabuco, José do Patrocínio, Machado de Assis (primeiro presidente), Olavo Bilac e Ruy Barbosa.

A maior parte dos fundadores eram membros de famílias abastadas, com formação acadêmica em direito, medicina ou engenharia, sem vínculos com o universo literário. Não obstante, por conta de suas influências sociais, fizeram-se presentes na Academia (Fanini, 2009). Machado de Assis representava, juntamente com José do Patrocínio, uma exceção, haja vista que ambos superaram a pobreza por meio da literatura (El Far, 2000). Fanini (2009) descreve a ABL como uma instituição majoritariamente masculina, em que homens são eleitos por influência política. Já as mulheres que integram o panteão dos imortais, inclusive as

preteridas, mesmo na contemporaneidade, são escritoras ou pesquisadoras renomadas, com ampla carreira literária ou acadêmica consolidada. Resgata-se, como exemplo, a rejeição de Conceição Evaristo, uma mulher negra, como concorrente à ocupação da cadeira de número sete em 2018, haja vista que, mesmo havendo reconhecimento de sua produção literária por meio do prêmio Jabuti, a autora recebeu somente um voto entre os quarenta ocupantes⁴.

Composta por homens influentes de prestígio social, a ABL passou os primeiros anos sem sede própria. Antes de se instalarem no prédio Petit Trianon em 1923, os acadêmicos chegaram a se reunir no Colégio Pedro II, Ministério do Interior e da Justiça. Fanini (2009) mostra como esses acadêmicos, por serem influentes e terem bom relacionamento com políticos da época, conseguiram algumas concessões do governo, dando-lhes estabilidade.

Em sua tese de doutorado, Fanini (2009) aponta para o caráter misógino e classista da agremiação, em que a indumentária séria, muitas vezes, é utilizada como argumento contrário à elegibilidade das mulheres. Em outras palavras, o fardão, nome dado ao traje dos imortais da Academia, deveria ser um traje tipicamente masculino, dos homens que não exerciam trabalhos manuais. Somente em 1977, com oito décadas de sua existência, a Academia elegeu a primeira mulher para compor uma entre as 40 cadeiras, que foi Rachel de Queiroz.

Entre os fundadores da Academia Brasileira de Letras, a presença negra é sempre pensada por meio das figuras de Machado de Assis e José do Patrocínio que, conforme verificamos, representam um grupo seletivo de homens que participaram da agremiação por suas contribuições literárias. Este caráter exclusivo de um determinado grupo social, de certa forma, permanece o mesmo. Atualmente, após décadas rejeitando figuras femininas, entre os membros da ABL estão personalidades como Lília Schwarcz, Rosiska Darcy e Fernanda Montenegro⁵.

Em seu discurso de posse, a escritora Lília Schwarcz dá relevo à equidade de gênero. Em um gesto de solidariedade, a autora destaca a necessidade de superação do racismo na Casa de Machado de Assis, apontando para como o racismo se manifesta: “lembro aqui, nesse momento festivo, que, infelizmente ainda vivemos num país em que o racismo se inscreve nos lugares mais suspeitos e insuspeitos: no monopólio dos espaços de poder, nas posições elevadas em instituições privadas e públicas [...]”⁶ (Schwarcz, 2024).

⁴ Em 2018, a escritora mineira Conceição Evaristo foi rejeitada pela Academia Brasileira de Letras. Embora contasse com uma forte campanha popular para o seu ingresso, perdeu para Cacá Diegues, que recebeu apoio do jornalista e colunista Merval Pereira, entre outros. Disponível em <<https://www.intercept.com.br/2018/08/30/conceicao-evaristo-escritora-negra-eleicao-abl/>> Acesso em: 29 dez. 2024.

⁵ Academia Brasileira de Letras < <https://www.academia.org.br/academia/quem-somos>>. Acesso, 29 dez. 2024.

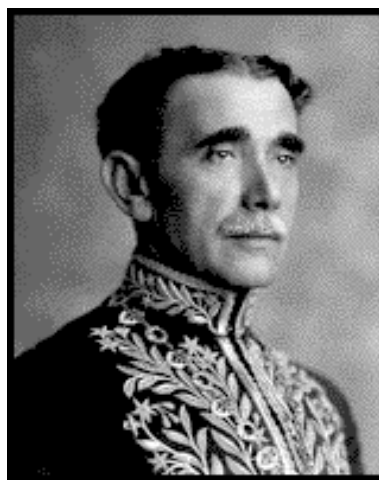
⁶ Discurso de posse – Lília Schwarcz < <https://www.academia.org.br/academicos/lilia-schwarcz/discurso-de-posse>>. Acesso, 29 dez. 2024.

No ano de 2024, o primeiro indígena a tomar posse, Ailton Krenak (2024), em seu discurso, também chama atenção para a pouca representatividade feminina entre outras mazelas, como o racismo. O escritor ainda evidencia o fato de ocupar a Cadeira de número cinco, a mesma ocupada pela primeira mulher eleita, Rachel de Queiroz. Krenak finaliza enfatizando como a cultura brasileira ignora os povos indígenas em sua institucionalização: “Os povos indígenas acompanharam toda essa história brasileira, mesmo para aqueles que pensam que nós nunca entendemos direito o que os brancos estão falando⁷”.

A ABL ainda tem muito a percorrer no que tange à diversidade de gênero e de raça. Essa instituição, que difunde e preserva a cultura da literatura de língua portuguesa e o Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa (VOLP), deve ter o anseio de abarcar aqueles que se comunicam e são responsáveis pela preservação da cultura de língua portuguesa. Há nessa instituição um evidente exemplo de como operam-se o pacto da branquitude (Bento, 2022), o racismo institucional e o sexismo.

2.5.2 Laudelino Freire

Figura 1 – Laudelino Freire



Fonte: Academia Brasileira de Letras

Natural de Lagarto, localizada em Sergipe, Laudelino Freire (1873 – 1937), homem branco, iniciou seus estudos preparatórios em seu estado natal, precisamente na cidade de Laranjeiras, e os concluiu na Escola Militar do Rio de Janeiro. No entanto, não seguiu carreira

⁷ Discurso de posse – Ailton Krenak < <https://www.academia.org.br/academicos/ailton-krenak/discurso-de-posse>>. Acesso, 29 dez. 2024.

militar, pois foi acometido por uma grave enfermidade. Assim, seguiu sua formação na área de Direito (Santos; Amorim; Ávila, 2017).

Freire foi advogado, jornalista, filólogo e Deputado Estadual na Assembleia Legislativa de Sergipe por três mandatos (1896 – 1895, 1896 – 1897, 1898 – 1899). Após exercer seu papel na política, fixou-se no Rio de Janeiro, onde trabalhou como professor catedrático na Escola Militar do Rio de Janeiro. Colaborou com vários periódicos de grande circulação no estado de Sergipe e no Rio de Janeiro e também atuou como tradutor (Santos; Amorim; Ávila, 2017).

Sobre suas contribuições para a língua portuguesa, em 1918 Freire fundou a *Revista da Língua Portuguesa*, considerada indispensável para o estudo da língua materna e foi diretor da *Estante Clássica*. Também é autor de o *Grande e Novíssimo Dicionário da Língua Portuguesa* (1939 – 1944), obra póstuma com cinco volumes. Ademais, atuou como relator-geral da reforma ortográfica elaborada conjuntamente pela Academia Brasileira de Letras e pela Academia das Ciências de Lisboa, posteriormente oficializada pelos governos de ambos os países. (Freire, 1939).

2.5.3 Antenor Nascentes

Figura 2 – Antenor Nascentes



Fonte: Não identificada

Nascido na cidade do Rio de Janeiro em 1886, Antenor Nascentes (1886 – 1972), homem negro, foi filólogo, linguista e lexicógrafo brasileiro. Embora seu registro fotográfico

careça de fonte, esse registro é encontrado em diversos sítios na *internet*. Nascentes é descrito por Bechara (2022) como ilustre representante da negritude brasileira em artigo no sítio da ABL⁸. Além de ter escrito o primeiro dicionário etimológico do Brasil, é conhecido por ser um dos mais importantes estudiosos da Língua Portuguesa no século XX.

Nascentes foi estudante dedicado durante a sua formação inicial no Colégio Pedro II. Coursou Direito na Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais. No entanto, conforme Veloso (2022), nunca advogou. Em 1903, iniciou sua carreira lecionando em escolas particulares antes de retornar ao Colégio Pedro II como professor. Com o seu dicionário etimológico, foi prestigiado e passou a ser fonte para os estudos da língua portuguesa (Veloso, 2022).

Recebeu diversas honrarias no Brasil e no exterior, a exemplo do prêmio Machado de Assis, pela Academia Brasileira de Letras. Apesar de ter publicado o dicionário que contém o nome da Academia em seu título, Nascentes, ao concorrer à cadeira, teve seu nome preterido, ao passo que Adonias Filho foi eleito (Veloso, 2022).

A sua relação com a produção do dicionário pela Academia se dá no contexto em que Afrânio Peixoto, quando presidente, o convida em 1940 para a elaboração. No entanto, a obra ficou engavetada. Concluído em 1943, o dicionário passa a ser impresso na Imprensa Nacional em decorrência da visita do então presidente da República Juscelino Kubitschek à Academia Brasileira de Letras. Com isso, o dicionário é publicado em decorrência de um decreto em 1956. A demora fez com que Nascentes pensasse que a obra seria publicada após sua morte, lamentando-se por esse fato (Veloso, 2022).

2.5.4 *Caldas Aulete*

Francisco Júlio de Caldas Aulete (1823 – 1878) foi um lexicógrafo, professor, gramático e político português. Filho de contador do Tribunal de Relação de Lisboa, Aulete teve uma vida que lhe possibilitou dedicar-se aos estudos e à produção de livros. Não há registro fotográfico de Caldas Aulete, no entanto, devido ao seu contexto, podemos presumir que trata-se de um homem branco. Boa parte da sua vida profissional e acadêmica foi dedicada ao ensino em manuais didáticos, que tiveram sucesso no século XIX em Portugal. Nascido em Lisboa, tem a sua produção bibliográfica voltada a materiais didáticos (Porto Editora, 2025).

⁸ Conforme Bechara (2020): “Num momento em que estamos testemunhando importantes manifestações antirracismo, presto homenagem a um dos mais importantes estudiosos negros de nossa língua no Brasil do século XX, Antenor Nascentes, carioca (1886-1972), filólogo, etimólogo e lexicógrafo e didata, ocupante da Cadeira nº 3 da Academia Brasileira de Filologia, que escolheu como Patrono o dicionarista Antônio de Moraes Silva”.

Entre as suas produções, a que se destaca em nosso contexto é o *Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa* (1881) e suas reedições. Seu dicionário, obra póstuma, tem grande relevância no Brasil, sobretudo após a consolidação da lexicografia.

No final do século XIX e início do século XX, ele foi um dos representantes dos dicionários portugueses que circulavam no Brasil, onde ainda não havia produção própria que concorresse com a portuguesa. A partir de 1958, quando o DCLP ganha a sua primeira edição brasileira pela Editora Delta, ele passa a ser um dicionário brasileiro, um representante dos dicionários produzidos no Brasil (Giacomini, 2006, p. 2).

É dessa forma, então, que o dicionário de Caldas Aulete (1958), embora seja uma obra póstuma, é relevante para presente pesquisa, devido a toda a sua contribuição para a língua portuguesa no século XXI. Giacomini (2006, p. 5) aponta que, desde sua primeira edição, em 1881, seu dicionário tinha como objetivo ser um “representante da língua atual” e difundia no Brasil o português europeu. Sobre a edição de 1958, analisada neste trabalho, Giacomini aponta como o dicionário ganha novos aspectos na edição brasileira, como o acervo das duas pátrias, tópico que será explorado detalhadamente na *Seção IV – Análise: Serviço de preto*.

2.5.5 Antônio Houaiss

Figura 3 – Antônio Houaiss



Fonte: Academia Brasileira de Letras

Carioca, Antônio Houaiss (1915 – 1999) é descendente de imigrantes libaneses e foi um intelectual, diplomata, ministro de estado e presidente da Academia Brasileira de Letras. A sua formação intelectual ocorreu no Rio de Janeiro no ensino público e, entre os anos 1934 e 1946

lecionou português, latim e literatura. Tinha 16 anos de idade quando começou a trabalhar como professor de português e, posteriormente, dedicou-se à carreira diplomática (Houaiss, 2009).

Aprovado por concurso de provas em 1945, a carreira diplomática foi marcada por fatos relevantes como a condução do processo de descolonização de países africanos e asiáticos, quando trabalhou como relator da IV Comissão da Assembleia Geral das Nações Unidas na década de 1960 (Houaiss, 2009).

Quanto às suas obras, Houaiss elaborou as enciclopédias Delta-Larousse e a Mirador Internacional. Além de ter lançado dois dicionários, também organizou a primeira edição do Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa, da Academia Brasileira de Letras. Em 1986, iniciou a elaboração do *Grande dicionário Houaiss*, no entanto foi interrompido por falta de financiamento em 1992, retornando em 1997, com a fundação do Instituto Antônio Houaiss. No ano 2000, o dicionário foi finalizado após seu falecimento em 1999 (Houaiss, 2009).

2.5.6 Evanildo Bechara

Figura 4 – Evanildo Bechara



Fonte: Academia Brasileira de Letras

Nascido em Recife (PE), (1928 – 2025), Evanildo Cavalcante Bechara foi um filólogo, linguista, lexicógrafo e membro da Academia de Letras, ocupante da cadeira número 33. Foi professor Titular Emérito da Universidade do Rio de Janeiro e da Universidade Federal Fluminense, com vasta experiência na docência e no ensino da língua portuguesa. Atualmente, o Instituto de Letras da Universidade Estadual do Rio de Janeiro instituiu a *Cátedra Evanildo*

Bechara para promover eventos sobre a Língua Portuguesa e estudos linguísticos no Brasil e demais países (Quintiliano; Stanke, 2024).

Aos doze anos de idade, mudou-se para o Rio de Janeiro para dar continuidade em seus estudos após o falecimento do pai. Com aproximadamente vinte anos de idade, Evanildo Bechara terminou sua licenciatura em Letras, na modalidade Neolatinas, na Faculdade do Instituto *La-Fayette*, hoje Universidade Estadual do Rio de Janeiro (Academia Brasileira de Letras, 2016).

Bechara atuou como Professor Titular e Emérito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e da Universidade Federal Fluminense. Devido ao teor de suas contribuições no ensino e na produção bibliográfica de língua portuguesa, é reconhecido internacionalmente, sobretudo em Portugal, onde tem título de doutor *honoris causa* pela Universidade de Coimbra, além de ter sido sócio correspondente da Academia das Ciências de Lisboa e membro da *Société de Linguistique Romane* (Quintiliano; Stanke, 2024).

3 Aporte teórico: Não deixar em branco

Ilustração 2 - *Possíveis sonhos de Mônica*, Eliana Amorim, colagem digital, 2019.



3.1 Análise do Discurso Crítica em linhas gerais

Neste capítulo teórico, são apresentadas as influências dos Estudos Discursivos Críticos. Tais pressupostos teóricos têm raízes brancas europeias e, neste trabalho, busca-se discorrer a respeito de algumas contribuições de nosso contexto de Sul Global e decolonial para os Estudos Críticos do Discurso (EDC). Para a composição do capítulo, selecionou-se a colagem de Eliana Amorim (2019) *Possíveis sonhos de Mônica*, quem gentilmente autorizou a utilização de sua releitura de uma ama de leite que, originalmente, alimentava criança branca com seu leite materno. Nesta obra, há duas crianças negras que podem ser compreendidas como seus filhos

e, portanto, como a concretização do sonho de maternidade. A imagem escolhida de Eliana Amorim, sendo assim, dialoga com o capítulo ao expressar, de forma visual e simbólica, a busca por uma perspectiva decolonial nos Estudos Críticos do Discurso, ilustrando o rompimento com tradições eurocêntricas e a valorização de experiências e sonhos do Sul Global e quais pesquisadores e saberes alimentamos em nossas epistemes.

As indagações e reflexões da presente pesquisa foram realizadas a partir dos pressupostos teóricos dos Estudos Discursivos Críticos, do método relacional-dialético desenvolvido por Chouliaraki e Fairclough (1999), cuja abordagem é transdisciplinar. Primeiramente, este viés rompe com as fronteiras epistemológicas e dialoga com outras áreas do conhecimento, compreendendo que o discurso é socialmente motivado e constitutivo com a finalidade de manter ou transformar relações de poder e dominação, e que não remetem somente a uma ação individual.

As análises discursivo-críticas trabalhadas nesta tese ocorrem em perspectiva decolonial (Maldonado-Torres, 2018), observando o racismo linguístico (Nascimento, G. 2019), juntamente com o conceito de interseccionalidade (Gonzalez, 2020; Akotirene, 2019), a exemplo de alguns campos do conhecimento que atravessam o objeto de estudo.

Os ECD surgem a partir das influências do marxismo ocidental, tendo como precursores os estudos de Bakhtin ([1992] 2003), cujos aspectos conjunturais se relacionam ao discurso, por meio de ideologias, interações, contextos e compreensão dos significados. Para Volochinov ([1992] 2003), a linguagem é um fenômeno social, histórico e, consequentemente, ideológico. O linguista russo se apoia nos pensamentos marxistas para explicar a relação entre a *infraestrutura* (condições e divisão de trabalho) e a *superestrutura* (instituições, estruturas de poder e cultura). Na infraestrutura, estão as interações e, na superestrutura, a linguagem. Por considerar a relação entre linguagem e ideologia, sua teoria influencia o pensamento faircloughiano.

Além disso, os estudos de Fairclough são embasados a partir do conceito de discurso de Michel Foucault (2003), que tem como base o exercício do poder. A relevância de Michel Foucault para Teoria Social do Discurso (1992) concentra-se, sobretudo, na relação entre discurso, poder e o funcionamento do discurso na mudança social. Para o filósofo francês, o método adotado para a compreensão linguística ocorre por meio do que ele denomina arqueologia, cuja análise revela que o discurso tem efeito constitutivo sobre a realidade. Para Foucault (2003), discurso é um conjunto de enunciados que se apoiam numa formação discursiva. Além disso, outro conceito que contribui para os Estudos Críticos do Discurso é o de poder, que Foucault conceitua como a produção do saber e da realidade. A partir da

compreensão sobre a relação entre linguagem e poder, Fairclough (1989) afirma que o poder não é definido e mantido de forma definitiva, pode ser adquirido e exercido por meio das lutas sociais e que também pode ser perdido.

Para compreender a relação discurso e sociedade, outra teoria basilar nos ECD, no método Chouliaraki & Fairclough (1999), é a do Realismo Crítico de Bhaskar (1998; 2002), em que o mundo social é considerado um sistema aberto em transformações constantes, interligando-se às conjunturas e às estruturas. Fairclough (2003) baseia-se em uma perspectiva social realista, fundamentada em ontologia realista.

O realismo crítico é relevante para a abordagem dialético-relacional, pois incorpora um viés emancipatório às nossas investigações, ao propor que se identifiquem problemas sociais e que se compreendam caminhos para sua resolução. Assim, Bhaskar (1998) traz o conceito de *crítica explanatória*, que busca enfatizar um problema social e, a partir disso, identificar obstáculos para sua superação.

Chouliaraki & Fairclough (1999, p. 38, tradução minha) consideram o discurso como uma prática conjunta,

devemos usar o termo ‘discurso’ para referir-se a elementos semióticos das práticas sociais. Discurso, sendo assim, inclui linguagem (escrita e falada e em combinação com outras semióticas, por exemplo, música cantada), comunicação não verbal (expressões faciais, movimentos corporais, gestos etc.) e imagens visuais (por exemplo, fotografias, filmes). O conceito de discurso pode ser compreendido como uma perspectiva particular nessas diversas formas de semiose – é compreendido como momentos das práticas sociais em articulações com outros momentos não discursivos⁹.

Ainda para Chouliaraki & Fairclough (1999), práticas sociais são formas de interagir socialmente, uma forma de ação situada. No entanto, nem todas as interações em uma prática social são discursivas, mas grande parte das interações envolvem discursos. E, por isso, faz sentido focar no discurso para compreender as interações sociais.

Fairclough (2003, p. 124, tradução minha) entende o “Discurso como forma de representar aspectos da vida – processos, relações e estruturas do mundo material, do ‘mundo mental’ dos pensamentos, sentimentos e crenças e outros, e o mundo social¹⁰”. Cada Discurso

⁹ Do original: “We shall use the term ‘discourse’ to refer to semiotic elements of social practices. Discourse therefore includes language (written and spoken and in combination with other semiotics, for example, with music in singing), nonverbal communication (facial expressions, body movements, gestures, etc) and visual images (for instance, photographs, film). The concept of discourse can be understood as a particular perspective on these various forms of semiosis – it sees them as moments of social practices in their articulation with other non-discursive moments” (Chouliaraki; Fairclough, 1999, p. 38).

¹⁰ Do original “I see discourses as ways of representing aspects of the world – the processes, relations and structures of the material world, the ‘mental world’ of thoughts, feelings, beliefs and so forth, and the social world” (Fairclough, 2003, p. 124).

tem potencialidade de ser diferente devido aos diversos contextos socio-históricos-culturais das pessoas e às suas perspectivas de compreensão do mundo e os processos sociais. Fairclough (idem) complementa que Discurso é mais do que somente a representação do mundo, também é projeção, imaginação, representação de mundos possíveis e diferentes. Além disso, o Discurso pode ser transformado por meio de combinações de outros discursos articulados. Essas articulações fazem com que novos discursos surjam, por meio de combinações já existentes de maneiras particulares (ibidem). A diferença ocorre no seguinte sentido: discurso refere-se a eventos comunicativos concretos, tais como textos, falas e interações; o Discurso, por sua vez, trata-se de formações discursivas mais amplas, isto é, visões de mundo institucionalizadas, que estruturam práticas sociais. Discurso é o conjunto de significados e ideologias e discurso é a manifestação situada.

Dessa forma, essa pesquisa parte da perspectiva de que toda prática social é constituída de discurso em níveis diferentes, e que o discurso é um momento das práticas sociais, sendo ele passível de transformação diante de discursos anteriormente produzidos. Essas formas de compreensão das práticas sociais e do discurso se fazem presentes em como os dicionários se transformam ao longo dos anos, nas construções dos verbetes. Quanto à prática social, há as práticas sociais particulares em que um consulente procura um verbete num dicionário: o ato de procurar e o que fará com a informação consultada, podendo gerar novos discursos escritos ou falados, além de articular conhecimentos e crenças.

E é no contexto de mudança social que Fairclough (2003) entende o discurso e como eles se transformam nessas articulações. A mudança social é, então, o novo momento da globalização, da pós-modernidade, da sociedade da informação e do novo capitalismo. Em nosso contexto, de Sul Global, compreendemos, então, o *preto no branco*, como aponta Resende (2024) e Macedo (2023; 2022), respectivamente, a partir de um enfoque decolonial, em afroperspectiva e enegrecimento. Assim, neste trabalho, há o esforço de apontar para um momento em que se evidenciam vozes pouco ecoadas, como proposto por Gersiney Santos, a partir do conceito de Aquilombagem Crítica (Santos, G., Santos, D., 2022). Esses aspectos serão desenvolvidos, de forma aprofundada, na seção 3.5 *Análise do Discurso Crítica em afroperspectiva*, em que constam as contribuições de Macedo (2023) para uma análise do discurso crítica que evidencia vozes negras e subalternas.

3.2 A abordagem dialético-relacional

A abordagem dialético-relacional de Fairclough (2003) enfoca na relação entre o discurso e sociedade. Em sua obra *Discourse in late modernity* (Chouliaraki; Fairclough, 1999), o discurso é compreendido como um dos momentos da prática social que se articula a outros momentos não discursivos, internalizando-os também. O discurso, semioticamente, ocorre de três maneiras: 1) gênero: na forma de agir e interagir, oralmente ou de forma escrita; 2) discurso: na forma de representar o mundo material; 3) estilo: modo particular de ser, relacionado à identidade. Sendo assim, o discurso é um momento, dentre outros, conforme podemos verificar na figura a seguir:

Figura 5 – Momentos da prática social



Fonte: Resende, Ramalho (2019, p. 39)

Os momentos da prática social articulam-se e internalizam-se em relação aos demais momentos. Essa articulação e internalização entre os momentos são levadas em conta analiticamente. O discurso configura-se como uma atividade social inserida nas práticas sociais, sendo constituído por relações, estruturas e processos que refletem dinâmicas mais amplas da organização social. (Fairclough, 2003).

Em *Discourse in Late Modernity* (Chouliaraki; Fairclough, 1999), o Discurso está relacionado com a constituição de crenças e identidades. Sobre os momentos das práticas sociais, os autores operacionalizam a teoria de David Harvey (1996), que assim define Momentos: relações sociais, poder, práticas materiais, crenças/desejos/valores, rituais/instituições e discursos. Tais momentos, para o autor, são entendidos em uma relação em que se internalizam uns aos outros.

O conceito de articulação (Laclau, Mouffe, [1958] 2015), destacado por Chouliaraki e Fairclough (1999) na operacionalização do discurso, descreve como diferentes práticas sociais se interconectam de modos variados. No recorte desta pesquisa, dialoga, pois, para além do

campo econômico, trata-se de um campo teórico que traz relevância também no sentido da construção da identidade, que pode ser negociada e instável (Laclau; Mouffe, [1958] 2015). De maneira analítica, está relacionada com a maneira pela qual os discursos reproduzem total, parcialmente ou destroem os poderes causais das estruturas.

Por tais articulações ocorrerem no âmbito do discurso, a ideologia e hegemonia são conceitos importantes nos EDC. Ideologia juntamente com a hegemonia são um construto discursivo, sendo parte de como o discurso relaciona-se com outros momentos de práticas sociais (Chouliaraki; Fairclough, 1999), faz-se presente por meio de modos de operação. Através do aporte teórico de Thompson (1995), que compreende que esse conceito se entrecruza com relações de poder, realiza-se a análise dos aspectos ideológicos, contribuindo para a compreensão de quais os lugares sociais que pessoas e grupos ocupam no poder. Para o autor, “fenômenos ideológicos são fenômenos simbólicos significativos desde que eles sirvam, em circunstâncias sócio-históricas específicas, para estabelecer relações de dominação” (Thompson, 1995, p. 76).

Embora a análise das formas da ideologia tenha as suas bases teóricas fundadas no marxismo clássico, Thompson (1995) evidencia que as relações de classe não são a única forma de dominação e subordinação. Segundo o autor, as ideologias ocorrem através de formas simbólicas, compreendidas como um “amplo espectro de ações e falas, imagens e textos, que são produzidos por sujeitos e reconhecidos por eles e outros como construtos significativos” (Thompson, 1995, p. 79). Elas operam por meio de cinco *modos operandi*, como vemos a seguir:

Quadro 2 – Modos de operação da ideologia

Modos de operação da ideologia	Estratégias tópicas de construção simbólica
Legitimação: relações de dominação são representadas como legítimas.	Racionalização: Uma cadeia de raciocínio procura justificar um conjunto de relações.
	Universalização: interesses específicos são apresentados como interesses gerais.
	Narrativização: exigências de legitimação inseridas em histórias do passado que legitimam o presente.

Dissimulação: relações de dominação são ocultadas, negadas ou obscurecidas.	Deslocamento: deslocamento contextual de termos e expressões.
	Eufemização: valoração positiva de instituições, ações ou relações.
	Tropo: sinédoque, metonímia, metáfora.
Unificação: construção simbólica de identidade coletiva.	Padronização: um referencial padrão proposto como fundamento compartilhado.
	Simbolização da unidade: construção de símbolos de unidade e identificação coletiva.
Fragmentação: segmentação de indivíduos e grupos que possam representar ameaça ao grupo dominante.	Diferenciação: ênfase em características que desunem e impedem a constituição de desafio efetivo
	Expurgo do outro: construção simbólica de um inimigo.
Reificação: retratação de uma situação transitória como permanente e natural.	Naturalização: criação social e histórica tratada como acontecimento natural.
	Eternalização: fenômeno sócio-histórico apresentados como permanentes.
	Nominalização/passivação: concentração da atenção em certos temas em detrimento de outros, com apagamento de atores e ações.

Fonte: Thompson (1995) (com adaptações)

Os modos de operação elencados por Thompson (1995) não são as únicas maneiras que as ideologias operam, elas podem operar de forma simultânea, sobrepondo-se umas às outras. As estratégias dessas operações dependem das práticas sociais particulares em que elas são utilizadas. Conforme Thompson (1995), o modo de *legitimação* se dá quando as relações de dominação são apresentadas como justas e dignas de apoio.

A *dissimulação* opera de forma a ocultar as relações de dominação estabelecidas, que são negadas ou obscurecidas, desviando a atenção das pessoas. Esse modo de operação pode ocorrer por *deslocamento*, quando são empregadas conotações positivas ou negativas em contextos diferentes; *eufemização*, quando o uso de termos positivos é utilizado para representar

ações, instituições ou relações sociais, obscurecendo os aspectos negativos; *tropo*, quando emprega o uso de metáforas e outras figuras de linguagem, ocultando ou obscurecendo relações de dominação.

A *unificação* opera na construção de uma unidade identitária, independentemente das diferenças que os separam. Essa estratégia ocorre por meio de *padronização*, isto é, construção de um padrão; ou de *simbolização da unidade*, construindo símbolos que unem.

A *fragmentação* ocorre por meio da segmentação dos indivíduos e da construção simbólica de grupos tidos como ameaça aos dominadores. Essa estratégia opera por meio de *diferenciação*, enfatizando as diferenças dos grupos; e *expurgo do outro*, construindo um inimigo que ameaça a sociedade.

O quinto modo é a *reificação*, que apresenta uma situação transitória como permanente, natural e atemporal. Ocorre por *naturalização*, em que uma construção social é dada como natural; por *eternalização*, que representa os processos como permanentes e imutáveis; por *nominalização*, que representa ações e participantes por meio de nomes; e por *passivação*, que é a estratégia que utiliza verbos na voz passiva.

Assim, Thompson (1995) tem contribuído para as análises da construção simbólica das ideologias nos discursos, fornecendo ferramentas para análises linguísticas de construções discursivas revestidas de ideologia. Essa compreensão relaciona-se ao pensamento de Fairclough (2003, p. 218), que define ideologia como uma forma de representar aspectos do mundo “que contribui para estabelecer e manter relações de poder, dominação e exploração¹¹”.

A ideologia tem um papel importante na luta pelo poder e elas são significações/construções da realidade, construídas em diversas dimensões das práticas discursivas, que reproduzem ou transformam relações de poder. Para Thompson (1995), as ideologias operam de forma a sustentar relações de dominação, mas por meio de formas simbólicas.

Elas não são estáticas, pois a luta ideológica tem como dimensão a prática discursiva, em que remolda outras práticas, que é investida na linguagem de várias formas “em vários níveis, e que não tem de escolher entre possíveis ‘localizações’ diferentes da ideologia que parecem todas parcialmente justificadas e nenhuma das quais parece inteiramente satisfatória” (Fairclough, [1992] 2016, p. 122).

Conforme Chauí, as ideias que circulam no senso comum são as que foram popularizadas e aceitas pelos membros das camadas subalternas. Para a autora, “interiorizada

¹¹ Do original: “ideologies are representations of aspects of the world which contribute to establishing and maintain relations of power, domination and exploitation” (Fairclough, p. 2003, p. 218).

como senso comum, a ideologia mantém-se mesmo após a vitória da classe emergente, que se torna, então classe dominante” (Chauí, 2008, p. 98).

Assim, a ideologia atinge *status* de senso comum quando ela está em vias, ou já ocupa, o lugar de hegemonia, que é a liderança nos campos econômicos, políticos, culturais e ideológicos. Há, assim, uma forma de conquistar a hegemonia, que perpassa por uma série de alianças e interação. Nesta pesquisa, então, o conceito de hegemonia é relacionado ao de supremacia branca, compreendida como uma forma de hegemonia, ou seja, uma forma de dominação que é exercida não apenas pelo exercício bruto do poder, pela pura força, mas também pelo estabelecimento de mediações e pela formação de consensos ideológicos (Almeida, 2019. p. 75).

A supremacia branca e o racismo estrutural, aponta Almeida (2019), perpassam várias áreas da vida cotidiana, tais como a luta política, econômica, social etc. Desse modo, o racismo, como uma ideologia dominante, é um consenso que trabalha por meio de alianças formadas com a finalidade na manutenção da dominação, por meio da linguagem (racismo linguístico), estrutura (racismo estrutural) e políticas (política linguística). Assim, há também formas de articulação entre grupos minorizados para contrapor e disputar a luta ideológica. Chouliaraki e Fairclough (1999) compreendem, então, que o exercício do poder, em termos de dominação, também se manifesta através das práticas particulares.

3.3 Discurso e significado acional, identificacional e representacional

Primeiramente, é preciso retomar a origem do conceito de significado acional, que é uma adaptação das funções da linguagem de Halliday, as quais ele postula como três: ideacional, que é a representação da experiência e o modo de refletir a realidade na língua; interpessoal, que pode ser definida como a língua como ação; textual, que compreende aspectos semânticos, gramaticais, estruturais. Com isso, Fairclough (2003) articula tais conceitos com os de gênero, discurso e estilo e, assim, propõe três tipos de significados: significado acional, que focaliza o texto como modo de *inter-ação* em eventos sociais; significado representacional, que enfatiza a representação de aspectos do mundo físico, mental e social em textos; e significado identificacional, que se relaciona à construção e negociação das identidades no discurso (Fairclough, 2003).

Os sentidos do significado acional estão relacionados à noção de gênero discursivo e de agentividade nas práticas sociais. Esse significado ocorre em termos de atividade, como as pessoas agem discursivamente, e de relação social, isto é, as relações entre as pessoas que

participam de um determinado evento. Os significados dessa agentividade são revelados a partir da análise da composição genérica dos gêneros, nas representações das vozes de outras pessoas presentes nos textos e por meio de marcas ideológicas e escolhas linguísticas (Fairclough, 2003). Isso, de certa forma, ocorre nos dicionários para exemplificar um termo e como ele é comumente utilizado.

O estudo de gêneros nos ECD é relevante, pois são a instância interna do discurso, em que se relaciona a ação discursiva – “agimos discursivamente por meio de textos que materializam gêneros” (Acosta; Resende, 2014, p. 132). A ação social ocorre por meio do significado acional, contudo, não sozinho, pois depende do suporte-gênero. O suporte são espaços sociais, em práticas sociais e, com isso, podem ser veículos, espaços físicos ou virtuais, em que os textos podem ocorrer potencialmente ou como realização. Assim, eles podem atender a propósitos particulares, associando ao significado acional do discurso, “pois internalizam e expressam, de maneira relativamente estável, a ação de atores em práticas sociais específicas” (Acosta; Resende, 2014, p. 134-5).

Por sua vez, os gêneros discursivos são as formas de agir e interagir nos eventos sociais, embora, para Fairclough (2003), as interações não ocorram somente discursivamente, mas principalmente por meio de discurso. Os gêneros realizam eventos nas interações sociais de forma que as pessoas são capazes de compreender e reconhecer textos que circulam, por meio da organização linguística e do suporte que está sendo veiculado. Os gêneros discursivos, com isso, têm propósitos que podem ser reconhecidos pelas pessoas, que está relacionada as suas funções.

Dessa forma, ressalta-se o significado acional relacionado à prática social particular em que o dicionário é produzido. A consulta a um dicionário é uma prática social particular e pode contribuir a um evento social concreto: a reprodução do verbete em pré-gêneros e/ou gêneros, isto é, em uma sala de aula, uma leitura, produção de um texto ou pesquisa, por algum pesquisador, professor, entre outros. Em termos analíticos, buscou-se também entender como falantes negros e brancos mobilizam esses verbetes na construção de suas identidades. Assim, a consulta a um dicionário articula-se a outras práticas, por meio de interdiscursividade, por exemplo, quando, em uma aula, alguém consulta o dicionário para elucidar um termo desconhecido, ou por meio da intertextualidade, na medida em que dicionários funcionam como fontes em diversos gêneros, além disso, os dicionários podem reforçar ou enfraquecer determinados significados em um discurso. Por fim, interessa observar como esses verbetes podem influenciar práticas sociais específicas, como o ato de autodeclaração de cor ou raça em um censo.

A intertextualidade (Fairclough, 2003) combina, com outras vozes. Os verbetes e suas explicações conduzem o leitor de forma a articular-se com outros conhecimentos e textos: exemplos de utilização de um termo em específico ou exemplos da literatura. Além da intertextualidade, há a pressuposição, que é tomada como um dado e, nos dicionários, opera como um conhecimento tido como conhecido e, por isso, pode ser mobilizado na construção de significados. Em um primeiro momento, então, os dicionários operam no sentido de ter menos diálogo, definido à função de definir.

Nesse sentido, então, o verbete, compreendido como um gênero discursivo, pode ser analisado à luz dos significados acional, representacional e ideacional, desenvolvidos por Fairclough (2003). Como gênero discursivo, o verbete está inserido em práticas sociais específicas e cumpre uma função comunicativa dentro de determinados contextos, como em dicionários. Em suma, sua construção baseia-se na intertextualidade, na medida em que incorpora referências a outros textos e discursos para apresentar definições e informações de maneira sistemática e legítima. Há, também, interdiscursividade quando os dicionários definem utilizando a forma como as pessoas supostamente se referem a determinadas coisas, objetos, pessoas e processos. Além disso, o significado acional do verbete reside em sua função social de informar, descrever ou categorizar conceitos, desempenhando um papel essencial na disseminação de conhecimentos e na legitimação de entendimentos compartilhados, por meio de pressuposições. Desse modo, o verbete exemplifica como esses conceitos se articulam para moldar práticas discursivas em contextos específicos.

No contexto étnico-racial, em que ainda reverbera a ideologia de branqueamento da sociedade brasileira, o significado acional, observado nesta pesquisa, leva a compreender como as definições podem direcionar os consulentes, pessoas negras, a se compreenderem ou não como pertencentes ao grupo racial em questão.

3.4 O sistema de avaliatividade

O sistema de avaliatividade é um sistema semântico discursivo que contribui na análise de diferentes estruturas no discurso. Com base na Linguística Sistêmico Funcional, o sistema da avaliatividade compreende a relevância da situação em que o texto é produzido.

Esse sistema é organizado em três subsistemas: atitude, gradação e engajamento, que por sua vez se reorganizam em outros subsistemas. O primeiro deles é da atitude, que está dividido em três:

- Afeto: recurso linguístico que opera expressando reações emocionais;

- Julgamento: recurso que opera na avaliação do comportamento das pessoas;
- Apreciação: atribui valor estético às coisas.

Assim, Martin e White (2005) apontam que a avaliatividade está inserida na semântica do discurso por algumas razões importantes. Primeiro, a manifestação da atitude tende a ultrapassar a gramática. Além disso, a atitude é realizada por meio de categorias gramaticais. Por fim, os autores destacam o uso da metáfora gramatical, que cria uma tensão entre a forma linguística empregada (o "fraseado") e o significado avaliatório pretendido, evidenciando a complexidade da construção de sentido avaliativo no texto.

Martin e White (2005) classificam o *afeto*, *julgamento* e *apreciação*, do subsistema *Atitude*, e seus respectivos significados, apresentados a seguir.

Quadro 3 – Avaliatividade: o subsistema de atitude

Atitude	Afeto	(in)felicidade	
		(in)segurança	
		(in)satisfação	
	Julgamento	Estima social	(a)normalidade
			(in)capacidade
			Tenacidade
		Sanção social	veracidade
			propriedade
	Apreciação	Reação	Impacto
			Qualidade
		Composição	Proporção
			Complexidade
		Valoração	

Fonte: Martin & White (2005)

O afeto expressa as emoções no discurso e pode expressar felicidade, infelicidade, segurança, insegurança, satisfação e insatisfação. O julgamento expressa avaliação do comportamento das pessoas, diz como as pessoas avaliam por meio da moralidade, legalidade e capacidade. O julgamento por meio de estima social está relacionado à admiração e crítica sem implicações legais; já o de sanção social está relacionado às questões legais, comportamento ético ou verdadeiro. A apreciação avalia as coisas, objetos e fenômenos. A reação está ligada às reações que as coisas provocam nas pessoas. A composição está associada à proporcionalidade e complexidade, ou seja, se a composição está equilibrada e se os objetos

ou pessoas têm níveis de complexidade. Por fim, a valoração relaciona-se ao significado social, que é atribuído a determinado elemento (Martin; White, 2005).

A avaliatividade é composta por outros dois subsistemas: engajamento e gradação. O sistema de engajamento é dividido em monoglossia e heteroglossia. Inicialmente, o engajamento está associado à forma como os sentidos são construídos no texto de forma a estabelecer negociação, por isso está diretamente relacionado à ideia de dialogismo de Bakhtin. A monoglossia são asserções categóricas que não dão margem a questionamentos ou à dialogia. Na heteroglossia, por sua vez, os autores indicam referência a outras vozes ou pontos de vistas, baseados no conceito de contração e expansão dialógica:

- Expansão dialógica: a voz presente no discurso é apenas uma das existentes.
- Contração dialógica: o produtor assume uma posição em desacordo ou em rejeição a uma outra.

A contração dialógica pode ocorrer por meio de confirmação de expectativa, endosso e pronunciamento. Essas são formas de manifestações linguísticas que operam da seguinte maneira: a confirmação de expectativa representa o senso comum; endosso é a atribuição de fontes externas para validar a proposição; pronunciamento é a ênfase que o produtor do texto faz por meio de operações linguísticas, como “*a verdade é que...*”, “*você deve concordar que...*”, “*podemos concluir que...*” (Vian, Jr. 2010).

Por fim, o subsistema da gradação está relacionado ao grau, volume e intensidade das avaliações, do afeto e da apreciação. A gradação pressupõe a existência de uma escala, um *continuum*, de intensidade. A gradação, então, é o subsistema que indica tanto a intensidade, se é alta, média ou baixa; quanto a força e o foco (Martin; White, 2005).

Na presente pesquisa, os dados apontaram o sistema de avaliatividade mais frequente no subsistema de atitude ao definirem a população negra e a branquitude. Embora apresentem contração e expansão dialógica, os dados foram mais significativos nas análises do subsistema de atitude.

3.5 Análise do Discurso Crítica em afroperspectividade

Na introdução deste trabalho, foi evidenciado o *lôcus* de enunciação para enfatizar que sou um professor negro e que meu interesse na pesquisa dessa tese partiu das minhas experiências e das minhas vivências. Enfatizo este histórico como parte relevante de aporte teórico-metodológico, pois as nossas subjetividades são relevantes para a construção do conhecimento e nosso corpo também é parte de práticas sociais (Carvalho, 2024).

Nesse sentido, não só a minha experiência individual como professor e homem negro é relevante, mas o contexto que circunda as minhas práticas. Macedo (2023, p. 656) aponta para a importância de contextualizar a pesquisa, pensando a subjetividade negra do pesquisador, a fim de “reescrever nossas próprias histórias, transgredir as avenidas da matriz de opressão que atingem nossos corpos e projetar/construir realidades outras”.

Desse modo, retomo a este passado e a seus ruídos coloniais para dar relevo ao aporte teórico desta pesquisa e, para tanto, também tento fazer um esforço epistemológico de justiça cognitiva em relação a intelectuais negros — tanto no plano metodológico quanto na análise crítica — como propõe Macedo (2023). É importante justificarmos como a raça tem papel preponderante nas relações estabelecidas pela colonialidade, evidenciando o *locus* de enunciação negro, sem deixar de refletir sobre a dimensão política que traz consigo.

Um dos caminhos possíveis é a constante retomada aos princípios constitutivos da decolonialidade e do pensamento afrodiaspórico que nos ensina que a raça é sim um princípio constitutivo do sistema moderno/colonial onde qualquer explanação sobre a realidade social tocada pela colonização necessita ser racializada (Macedo, p. 657, 2023).

Com isso, a partir de uma afroperspectividade, neste trabalho, busco “fazer o exercício de (re)formulação teórica e metodológica que reconheça a existência de modos outros de entendimento e explanação de fenômenos sociais” (Macedo, p. 661, 2023). A autora também defende que, apesar de ser pensada na filosofia, a afroperspectividade pode ser abordada em outras áreas do conhecimento, a exemplo dos estudos discursivos. Utilizando-se da contribuição de Renato Nogueira (2015), Macedo (2023) elenca alguns pontos sobre a relevância de entender o corpo negro e suas práticas sociais em uma sociedade racista. A primeira delas, conforme a pesquisa é

se os saberes negros também são produzidos pelo corpo, no âmbito discursivo analítico, o corpo deve ser considerado um dos elementos da prática social; 2) se o corpo constitui como um dos elementos de uma dada prática social e este produz conhecimento, deve se levar em consideração que este não apenas “oferece” informações de um evento social como algo observável (no sentido de “objeto de estudo” pautado na ciência positivista), mas nesse evento também se produz conceitos e teorias que podem fazer parte de um arcabouço teórico e metodológico, seja o nível social e/ou discursivo; 3) leva-se em conta a presença corpórea de quem está conduzindo a pesquisa a fim de desconstruir a ideia de um conhecimento neutro e objetivo (Macedo, 2023, p. 662-3).

A pesquisa que fazemos não é neutra, é ciência a partir da análise discursiva de textos em língua portuguesa, em detrimento de várias outras possibilidades do que poderia ser a língua oficial ou línguas oficiais, e essa língua nos constitui como sujeitos. Neste quesito, considera-

se a interseccionalidade (Akotirene, 2019; Gonzales, 2019) como uma das bases teóricas e metodológicas para as análises do discurso, buscando, então, pensar o corpo como

um dos pontos cruciais que podem ajudar a melhor explicar tanto o processo de internalização dos momentos da prática como sua (re-des)articulação, fazendo com que se analise como a negociação da diferença acontece em uma prática particular, ou seja, como são negociadas as diferenças em (redes de) práticas sociais específicas de resistência e reexistência (Carvalho, 2024, p. 91).

A universidade trata determinados conhecimentos como universais, pois produz o saber legitimado pela modernidade, juntamente com a branquitude. Entretanto, há, como aponta Resende (2024, p. 40, grifos da autora), um cenário paradoxal sobre a universidade em contexto de América Latina: “um *espaço de subordinação* na produção de conhecimento acadêmico internacional e um *espaço de privilégio* na produção de conhecimento local”. Devido aos aspectos que desfavorecem os conhecimentos produzidos pelo Sul Global e ao racismo epistêmico, é preciso fazer justiça cognitiva à/aos pesquisadoras/es negras/os justamente por sermos marginalizados. Com isso, faz-se importante considerar a descentralidade do conhecimento produzido pela universidade.

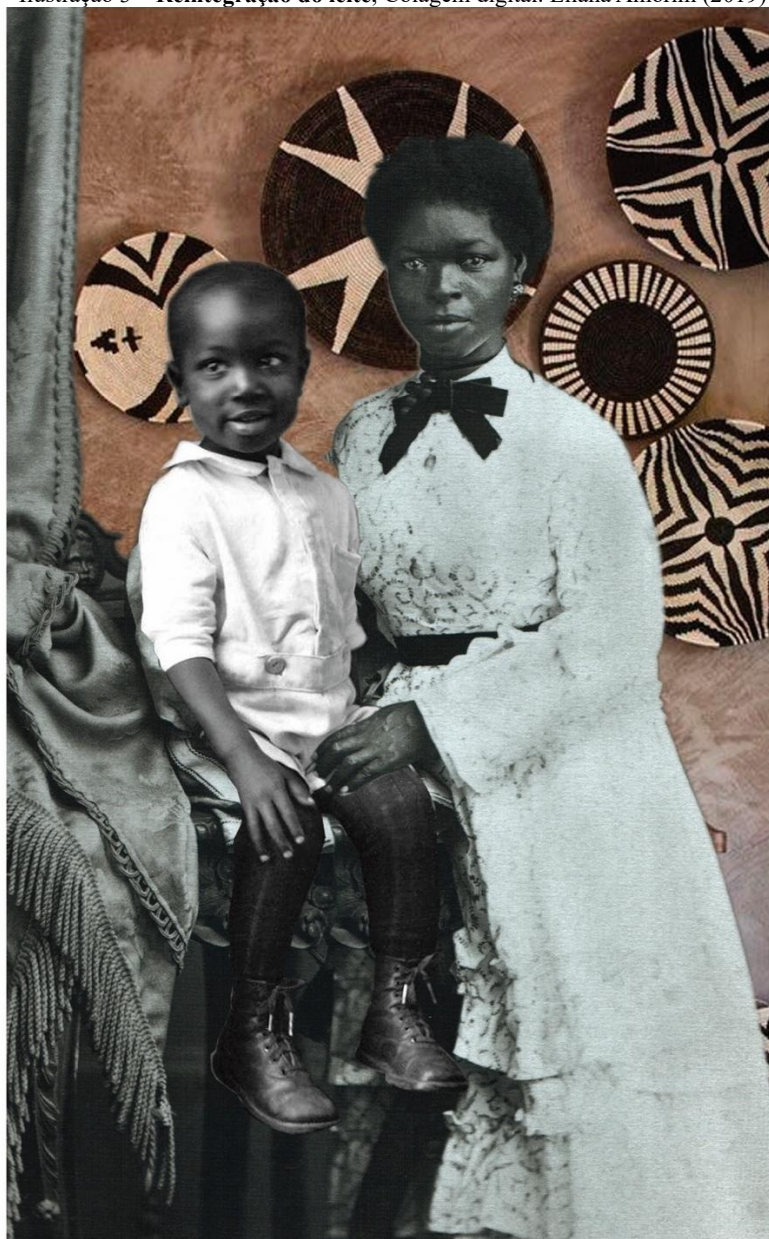
Dessa forma, é importante considerar pesquisadoras/es decoloniais e negras/os para além da explanatória crítica, mas também no aporte teórico e metodológico, a partir da transdisciplinaridade e interdisciplinaridade, ou melhor, de um conhecimento pluristêmico (Macedo, 2023). A proposta da afroperspectividade não é somente descentralizar o conhecimento europeu, mas horizontalizar os demais conhecimentos produzidos. No caso desta tese, trata-se de um posicionamento político de procurar subsídios e respostas em outros lugares para um problema criado pelos colonizadores.

A última interface elencada por Macedo (2023) na aplicação da afroperspectividade é o senso de coletividade, opondo-se ao individualismo. Como princípio, busca-se o cuidado e o não-adoecimento decorrente das demandas acadêmicas. Esta interface propõe uma mudança na forma como agir na academia, mudando da competitividade estabelecida pelo moderno-colonial para um ambiente de colaboração, em outras palavras, conforme nomeio este capítulo, *não deixar em branco*.

Nesta seção, buscou-se evidenciar como metodologicamente o trabalho está ancorado, a partir da afroperspectividade, que destaca conhecimentos produzidos pelas pessoas historicamente marginalizadas na universidade, por meio de uma perspectiva também interseccional e decolonial. Na seção seguinte, será explicado como os dados desta pesquisa foram coletados para a realização das análises.

4 Metodologia: Colocando o preto no branco

Ilustração 3 – *Reintegração do leite*, Colagem digital. Eliana Amorim (2019)



4.1 A seleção dos *corpora*

Para a composição do capítulo metodológico, utilizo como subtítulo outra expressão identificada nos dicionários analisados para expressar elucidações e explicações: *colocar o preto no branco*. Esta expressão foi selecionada para evidenciar esta seção, em que apresento o aporte metodológico da pesquisa. Ademais, é neste capítulo em que explico os passos adotados para as análises. A escolha da obra “*Reintegração do leite*” (2019), de Eliane Amorim, deve-se à disponibilidade e à generosidade da artista, que gentilmente autorizou o uso da imagem

para a composição deste trabalho. Tal obra dialoga com o exercício de evidenciar a afroperspectividade neste trabalho, ao enegrecer sua obra.

Nesta seção, apresentarei como os dicionários e seus verbetes foram selecionados, bem como as respectivas justificativas para as seleções, quantidade e datas de publicações e edições. Na subseção seguinte, abordarei os verbetes analisados, que abarcam aspectos teóricos no campo dos estudos étnico-raciais, bem como no campo da dicionarística.

4.1.1 A seleção dos verbetes

Para a apresentação dos verbetes e as suas justificativas, retomarei alguns conceitos sobre como a questão racial no Brasil é compreendida. Conforme Telles (2003), há pontos de vistas que decorrem do século passado que se antagonizam: o primeiro versa sobre a suposta ausência de racismo no país, pois vivemos sob o prisma da Democracia Racial (Freyre, 2006) e, devido à mestiçagem, não deveríamos ter conflitos raciais; o segundo enxerga a ideologia da Democracia Racial como dissimulação do racismo vivenciado pela população negra (Fernandes, 2008).

A ideologia da Democracia Racial, ao ser elaborada em meados de 1930, cria uma identidade nacional e traz novos conceitos pertinentes aos intelectuais da época sobre a composição da população brasileira, a exemplo da forma como o darwinismo social, que estava arraigado em nossa sociedade e detratava a miscigenação, foi, de certa forma, superado pelas ideias de Freyre (2006). As ideias do livro *Casa Grande e Senzala* fizeram com que a mestiçagem biológica e cultural fosse compreendida como a representação oficial da nação, levando a uma falsa percepção de que há uma harmonia nas relações interraciais (Schwarcz, 2012).

Assim, elementos da cultura negra foram incorporados ao *ethos* de nosso país: carnaval, capoeira, samba, entre outros. Ressalto que tais processos ocorreram sobretudo nas ditaduras de Vargas e dos militares golpistas de 1964 com o objetivo de ofuscar as graves violações dos direitos humanos. Os militares propagaram um falso contraponto ao regime de segregação estadunidense e ao *apartheid* sul-africano; consagraram o Pelé, que dava impulso aos ideais da Democracia Racial, ao mesmo tempo em que expulsaram intelectuais que questionavam o racismo (Telles, 2003).

Nos anos duros do regime militar, especialmente entre 1967 e 1974, a ideologia da democracia racial havia se firmado e era amplamente compreendida. A mera menção de raça ou racismo resultava em sanções sociais, e, frequentemente, qualquer um que mencionasse a questão seria rotulado de racista (Telles, 2003, p. 57).

Tal forma de dissimular as opressões raciais não são novas. Embora os movimentos eugenistas fossem expressivos durante o período da luta abolicionista, a própria escravidão era falseada por intelectuais e pela mídia à época, da mesma forma como tais processos podem ser observados hoje. Essa forma de falseamento pode ser vista a seguir, apresentada por van Dijk (2021) e atribuída a Joaquim Nabuco na segunda metade do século XIX:

Encontram-se, por fim, declarações repetidas de que a escravidão entre nós é um estado muito brando e suave para o escravo, de fato melhor para este do que para o senhor, tão feliz pela descrição, que se chega a supor que os escravos, se fossem consultados, prefeririam o cativeiro à liberdade; o que tudo prova, apenas, que os jornais e os artigos não são escritos por escravos, nem por pessoas que se hajam mentalmente colocado, por um segundo, na posição deles (Nabuco *apud* Dijk, 2021, p. 86).

Essa breve apresentação do histórico e das principais concepções que tratam da questão étnico-racial, sobretudo do falseamento do racismo como forma de dominação, nos ajudam a apresentar e a justificar a escolha dos verbetes que são analisados nesta pesquisa. Os verbetes escolhidos serão analisados tendo como base o histórico e as ideologias, a Democracia Racial e sua negação, as quais compreendo como bases teóricas nesta tese.

Atualmente, contamos com publicações de dicionários com proposta antirracista que buscam explicar unidades lexicais sobre o tema, não só para difundir uma melhor compreensão por pesquisadores, mas, a meu ver, para sistematizar as definições contextualizadas para o público geral. O *Dicionário Racial* organizado por Manuel Sousa Jr. e o *Dicionário das relações étnico-raciais contemporâneas* de Flávia Rios, Marcio Santos e Alex Ratts definem, para os seus leitores, vários termos sobre as questões étnico-raciais. Trata-se de produções bibliográficas realizadas por estudiosos das áreas da sociologia, história e educação, consequentemente, não sendo produzidas por linguistas e ou lexicógrafos, conforme os tradicionais dicionários da língua portuguesa. No entanto, devido à importância de tais produções, busco também fundamentar a presente pesquisa nesses mesmos documentos.

Como parte da justificativa deste trabalho, compreendo que seja importante apresentar como os verbetes definem os termos selecionados. Nesse sentido, esta análise abordará não apenas a relevância social e decolonial da pesquisa por meio dos verbetes, mas também sua contribuição no campo da lexicografia, com ênfase na dicionarística. Os principais verbetes analisados definem os termos utilizados para identificação, conforme Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), e como o Estatuto da Igualdade Racial define a população negra (Brasil, 2010, p. 13) “população negra: o conjunto de pessoas que se autodeclaram pretas

e pardas, conforme o quesito cor ou raça usado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou que adotam autodefinição análoga”. eles:

Quadro 4 – Termos identificatórios

- Parda e Pardo;
- Preta e Preto;
- Negra e Negro;
- Branco.

Fonte: IBGE

Para a explanatória crítica, serão analisados verbetes com as definições que são caras ao entendimento das relações étnico-raciais:

Quadro 5 – Verbetes associados às relações étnico-raciais

- Raça;
- Racismo;
- Quilombo.

Fonte: Elaborado pelo autor

Tais verbetes são importantes para compreendermos como as relações étnico-raciais são definidas nos discursos presentes nos dicionários, isto é, ajudam a compreender quais são as perspectivas apresentadas nos verbetes. Com isso, é estabelecido um diálogo com as próprias definições que os dicionários abordam.

Ao analisar, devido à polissemia dos conceitos sociais/científicos e a palavra-entrada, utilizarei Raça, Racismo, Quilombo, Parda, Pardo, Preta, Preto, Negra, Negro e Branco com iniciais maiúsculas para fazer referência à palavra-entrada e às definições elencadas no verbete. No que diz respeito aos demais usos, empregarei a forma padrão, isto é, sem destaque, indicando se tratar dos conceitos socialmente elencados.

Apresento, então, algumas acepções presentes nos verbetes que contribuem para a justificativa da seleção dos termos a seguir, que são utilizados para identificação de cor ou raça do IBGE e como o Estatuto da Igualdade Racial define população negra. Destaca-se, especialmente, a atenção voltada às definições dos verbetes *Negro* e *Negra*, uma vez que o dicionário Michaelis (1998) apresenta a definição de *Negro* por meio dos seguintes atributos:

Quadro 6 – Verbetes “Negro”

Negro adj (lat nigrū) [...] Sm 1 Indivíduo da raça negra. 2 Escravo. 3 Homem que trabalha muito. 4 poét Escuridão, trevas [...].

Fonte: Michaelis (1998, p. 1447)

A definição de Negro em Michaelis (1998) ocorre por diversos atributos valorativos e o mesmo ocorre em Nascentes (1988) ao definir Negra.

Quadro 7 – Verbetes “Negra”

Negra s.f. Mulher de cor preta; mulher de etnia negróide. || (p. ext.) Escrava. || (pop.) A partida de um jogo que desempata as anteriores.

Fonte: Nascentes (1988, p. 436)

As definições chamam atenção pela relação desenvolvida entre pessoas negras – seja homem ou mulher – e o trabalho excessivo. Ademais, no caso da definição de Negra, também identifica-se a relação com a escravidão, apesar de esse dicionário ter edição com data de 1988, há exatos cem anos da abolição.

Também analiso os termos Parda e Pardo, para compreender como este grupo é representado nessas definições. Assim, vejamos uma de suas definições a seguir:

Quadro 8 – Verbetes “Pardo(a)”

Pardo,a (‘pardu, a) Adj. De côr intermediária entre o prêto e o branco, quase escuro. | U.t.c.s. Pessoa mestiça. | Branco sujo. [...]

Fonte: Aulete (1958, p. 3.726)

Curiosamente, há no termo Pardo uma construção social e política, pois os pardos e os pretos, juntos, compõem a categoria negro (Munanga, 2020a). Em alguns casos, a categoria, socialmente, também contempla caboclos, “indígenas aculturados ou pessoas com ascendência predominantemente indígena” (Telles, 2003, p. 106). Este, então, é um termo em disputa política constante. Nesse sentido, neste trabalho, o termo será considerado como parte constituinte da população negra. Este tópico será explorado com mais detalhes nas análises do termo.

Para esta investigação também foram selecionados os verbetes de Preto e Preta, conforme as definições a seguir.

Quadro 9 – Verbetes “Prêto”

PRÊTO , s.m. Habitante da África. 2. Indivíduo de raça negra. 3. Escravo prêto [...]

Fonte: Freire (1939, p. 4.125)

Quadro 10 – Verbetes “Preta”

Preta : s.f. (fem de preto) 1 Mulher negra .
--

Fonte: Michaelis (1998, p. 1.694)

As definições dos termos *Preto* e *Preta* justificam-se não apenas por serem as designações oficiais, mas também por conterem elementos que serão aprofundados nas análises subsequentes. O termo *Preta* é definido por meio de sua relação com *Preto*. Desse modo, para compreender o que é mulher preta, o leitor deve consultar o verbete de *Preto*.

Por outro lado, os sentidos apresentados justificam um estudo a respeito da definição do termo *Branco*. Observa-se, nesse sentido, que em um dos dicionários consultados foram atribuídos, dentre outros, os seguintes significados:

Quadro 11 – Verbetes “Branco”

branco <i>adj.</i> [...] 18 <i>B ant.</i> senhor de escravos 19 <i>p. ext.</i> patrão, pessoa importante ou pessoa da classe dominante.
--

Fonte: Houaiss (2009, p. 322)

Em um primeiro momento, podemos afirmar que as definições marcam explicitamente a relação entre cor da pele e o exercício do poder, o que, neste caso, é a relação com a escravidão. Em outras palavras, *Branco* é compreendido e definido como senhor de escravos, a despeito de a definição ocorrer por meio da abreviação *B. ant.*, indicando que é uma definição antiga e antiquada. A presente análise também explora a compreensão dessas abreviações, pois elas direcionam o consulente para a compreensão dos verbetes.

Nos dicionários consultados foram pesquisados os verbetes de *Branca*. No entanto, não foram encontrados dados significativos para a composição dos *corpora*. Os verbetes encontrados não definem *Branca* por meio da compreensão do substantivo feminino do homem *Branco*. Os dicionários definem o termo por meio de associação à cor branca e, assim, este verbete não se faz presente nas análises realizadas nesta pesquisa. A ausência deste dado pode nos indicar a forma como a supremacia branca e o sexismo operam em suas relações hierárquicas e isso será apresentado mais detalhadamente nas análises posteriores.

Os verbetes a seguir serão analisados para compor a explanatória crítica deste trabalho. Conforme Bechara (2011), Raça é uma visão que pode ser confundida com a compreensão biológica, em vez de social, conforme a definição a seguir:

Quadro 12 – Verbetes “Raça”

raça 1 Classificação de grupos humanos por seus caracteres físicos hereditários. 2 Conjunto de seres humanos; humanidade. 3 Variedade de espécie animal. 4 Pop. Pej. Laia; categoria; classe. 5 Pop. Força de vontade e disposição; garra. Acabar com a raça de Pop. Exterminar; matar. Na raça: com força de vontade e disposição [Do it. Razza].

Fonte: Bechara (2011, p. 979).

Segundo o dicionário supracitado, a definição de Raça se baseia em características hereditárias, desconsiderando aspectos sociais e políticos (Guimarães, 2012). Este verbete é analisado para compreendermos como os lexicógrafos definem esse termo multifacetado ao longo do último século, levando-se em conta contextos biológicos, sociais e históricos.

Outro termo analisado neste trabalho é o termo Racismo. Assim, Laudelino Freire (1939, p. 4.270) define:

Quadro 13 – Verbetes “Racismo”

racismo 1 Doutrina que apregoa a superioridade inerente de certas raças humanas. | 2 Caracteres físicos, morais e intelectuais que caracterizam determinada raça.

Fonte: Freire (1939, p. 4.270)

Destaca-se, em especial, o uso do atributo “inerente” na definição de racismo, por sua implicação na ideia de uma suposta superioridade natural de um grupo sobre outro. Tal formulação justifica a análise das definições do termo, uma vez que, em uma primeira leitura, observa-se que o racismo não é apresentado como uma prática abjeta ou condenável, mas sim como uma doutrina que categoriza indivíduos em grupos pretensamente superiores nos aspectos físicos, morais e intelectuais. Em razão disso, justifica-se, também, a adoção do Sistema de Avaliatividade (Martin; White, 2003) e da Linguística Sistemico-Funcional como instrumentos analíticos das operações linguísticas, os quais serão detalhados nas seções subsequentes. Retomando a discussão a respeito do emprego do termo “inerente”, nota-se, ainda, uma tentativa de naturalização das diferenças humanas, sobretudo sob a perspectiva biológica. Com isso, justifica-se, também, o uso dos modos de operação das ideologias postulados por Thompson (1995).

Por fim, apresenta-se o termo Quilombo, que exhibe em suas definições palavras pertencentes a um campo semântico associado ao pretense pertencimento do negro à escravidão, vejamos:

Quadro 14 – Verbetes “Quilombo”

Quilombo S.m. Habitação clandestina nas matas e desertos, a qual servia de refúgio a escravos fugidos.
--

Fonte: Nascentes (1961, p. 16).

Quilombo é apresentado como clandestino, logo os negros, para viverem na legalidade deveriam estar sob o jugo da escravidão. O sentido do termo “escravo fugido”, e não a condição de negro quilombola, apaga a identidade racial por meio da escravidão. Nego Bispo faz essa discussão em seus escritos e falas, apontando que “os Quilombos permaneceram como organizações criminosas desde o início da colonização do Brasil até a promulgação da Lei Áurea” (Santos, 2015, p. 49).

Essas são algumas das definições encontradas que justificam a importância de um estudo realizado com base na perspectiva dos estudos discursivos críticos, pois, conforme Fairclough (2016 [1992]), o discurso, para além de reproduzir a sociedade, também, legitima o poder por meio da e na linguagem. Saliento que o discurso, como elemento de eventos sociais, causa efeitos sociais e ideológicos diversos. Não se pretende afirmar que os textos, por si sós, transformam a vida das pessoas ou desencadeiam eventos políticos. No entanto, é inegável que exercem influência significativa sobre nossas crenças, conhecimentos, atitudes, valores, relações sociais e identidades (Fairclough, 2003).

4.2.2 Os dicionários selecionados

Os verbetes anteriormente apresentados foram coletados de dez dicionários publicados durante o último século. Ao todo, foram selecionados dez dicionários, cada um representativo de uma década, conforme quadro a seguir:

Quadro 15 – Dicionários selecionados para a pesquisa

Ano	Dicionário
1939	FREIRE, Laudelino. Grande e Novíssimo Dicionário da Língua Portuguesa. (org) FREIRE, L., DE CAMPOS, J. L. Editora Praça Mauá 7, Rio de Janeiro, 1939.

1943	NASCENTES, Antenor. Dicionário da língua portuguesa . Academia Brasileira de Letras, Rio de Janeiro, 1943.
1958	AULETE, Caldas. Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa . Editora Delta S. A. Travessa Ouvidor, 22, Rio de Janeiro, 1958.
1961	NASCENTES, Antenor. Dicionário da língua portuguesa . Academia Brasileira de Letras, Rio de Janeiro, 1961.
1976	NASCENTES, Antenor. Dicionário ilustrado da língua portuguesa da academia brasileira de letras . Academia Brasileira de Letras. Bloch Editores S/A, Rio de Janeiro, 1976
1988	NASCENTES, Antenor. Dicionário da língua portuguesa da Academia Brasileira de Letras . Rio de Janeiro: Bloch Ed., 1988.
1998	MICHAELIS: moderno dicionário da língua portuguesa , São Paulo. Companhia Melhoramentos, 1998.
2009	HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. Dicionário Houaiss da língua portuguesa . 1 ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
2011	BECHARA, Evanildo. Dicionário da língua portuguesa Evanildo Bechara . 1.ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2011.
2008	BECHARA, Evanildo. Dicionário escolar da Língua Portuguesa : Academia Brasileira de Letras. 2ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008. (Reimpresso: Março 2022)

Fonte: Elaborado pelo autor

Entre os dicionários selecionados, cinco são produzidos pela Academia Brasileira de Letras: Nascentes (1943, 1962, 1976, 1988) e Bechara (2008). Os de Antenor Nascentes, embora sejam republicações, são relevantes para esta pesquisa, pois evidenciam o discurso produzido e publicado nos contextos sociais diversos, gerando implicações em práticas sociais particulares. O mesmo ocorre com o de Bechara (2008), que foi reimpresso no ano de 2022. A respeito dos demais dicionários, optou-se pela seleção por terem maior circulação, como os de Evanildo Bechara (2011), Houaiss (2009) e Michaelis (1998). Além disso, os dicionários mais antigos, Freire (1939) e Aulete (1958), compõem significativamente os *corpora* desta pesquisa pelo fácil acesso às obras nos acervos mais prestigiados de Brasília, como a Biblioteca do Senado Federal e a Biblioteca Central da UnB (BCE).

Ainda sobre a seleção dos *corpora*, o Dicionário Escolar da Língua Portuguesa: Academia Brasileira de Letras de Evanildo Bechara (2008) foi selecionado para constituir os

corpora referentes à década de 2020, pois foi reimpresso, conforme catálogo, em março de 2022. Isso nos leva a considerar que, mesmo após mais de dez anos de seu primeiro lançamento, os produtores e editores podem ainda refletir e definir os sentidos dos termos como elaborado em 2008.

A justificativa temporal da seleção dos *corpora* se dá por se tratar do início da produção lexicográfica no Brasil, juntamente ao momento em que intelectuais estão repensando a identidade nacional. Os dicionários selecionados são representativos entre as décadas de 1930 e 2020. Esse recorte temporal perpassa importantes movimentos intelectuais e transformações sociais que reverberam na atualidade. Conceitos como eugenia, miscigenação, democracia racial - sua compreensão como mito - e, por fim, a luta por direitos constitucionalmente estabelecidos na redemocratização, bem como suas manutenções e avanços estão abarcados no marco temporal selecionado para a análise dos verbetes. Além disso, há a concepção de raças humanas que se transforma ao longo do século passado, de biológico para social (Guimarães, 2012). Desse modo, este é um recorte temporal que aborda tanto a questão étnico racial quanto a produção lexicográfica brasileira.

Nesta seção, apresentam-se as principais justificativas para a elaboração do presente trabalho, como os dicionários definem a questão racial ao definir o que é ser Negro, Negra, Preta, Preto, Parda, Pardo, Branco, Raça, Racismo e Quilombo. Ademais, apresentei os termos selecionados para análise, bem como as justificativas de suas escolhas; e, por fim, quantos dicionários foram selecionados e o recorte temporal estabelecido para a análise.

4.3 Procedimentos metodológicos

Conforme Ada Brasileiro (2013), a análise do discurso tem dois tipos de dados: verbais e visuais. Definidos desse modo, o *corpus* é o discurso, isto é, a linguagem visual, corporal como elemento do processo social material, que inclui “todas as formas de construção de sentidos – imagens, linguagem corporal e a própria língua” (Fairclough; Melo, 2012, p. 308).

No âmbito dos Estudos Críticos do Discurso (ECD), compreendemos o discurso como objeto de análise. Os ECD não são apenas um método utilizado para compreender a linguagem nas práticas sociais, mas um modo de análise de textos que compreende o discurso como elemento da vida social, conectado a outros elementos (Chouliaraki; Fairclough, 1999). Ademais, como mencionado, pretende-se identificar os efeitos ideológicos que os sentidos de textos podem ter sobre as práticas sociais das pessoas.

Sabemos que o epistemicídio e as demais formas de manifestações do racismo fazem com que a presença de pessoas negras em espaços de destaques e privilégios sejam minimizadas

e que os verbetes dos dicionários analisados foram escritos majoritariamente por homens brancos, que são eles: Laudelino Freire, Antenor Nascentes, Caldas Aulete, Michaelis, Antônio Houaiss, Mauro de Salles Villar e Evanildo Bechara. Muitos deles foram e são membros de uma Academia com histórico sexista, cujo primeiro presidente foi Machado de Assis, um homem negro. Tais apontamentos são importantes, pois, como veremos, há uma implicação relacionada com os objetivos que pretendo alcançar nesta tese.

Assim, para contemplar o Objetivo Geral deste trabalho, - *Analisar discursiva e criticamente verbetes que definem a identidade negra e a questão étnico-racial em dicionários brasileiros de língua portuguesa do último século (1930 – 2020), problematizando as questões raciais no Brasil* – foi utilizado o aporte teórico e metodológico relacional-dialético e transformacional postulado por Fairclough (2003) e Chouliaraki e Fairclough (1999) para compreender como as questões relacionadas à negritude e seus aspectos raciais são explicados nos textos dos dicionários.

Outra ferramenta utilizada para análise são os estudos sistêmico-funcionais de Halliday (1994) e Halliday e Mathiessen (2004) e o sistema de Avaliatividade (Martin; White, 2005). Segundo os autores, realizações léxico-gramaticais permitem avaliar coisas ou pessoas no discurso e “vislumbrar, a partir da perspectiva sistêmico-funcional de linguagem, os diferentes recursos utilizados e as possíveis metodologias para a análise de como tais mecanismos ocorrem em língua portuguesa” (Vian, Jr. 2010, p. 19). Nesse sentido, ao verificar que os dicionários, por vezes, utilizam metáforas em seus verbetes, também serão utilizadas as concepções de metáforas orientacionais de Lakoff e Johnson (2003) para a realização das análises elencadas.

Para contemplar o primeiro objetivo específico – *Discutir a negritude e a questão racial no Brasil a partir de verbetes de dicionários, contribuindo com a formação e a potencialização da identidade negra através de uma perspectiva antirracista* – os verbetes foram analisados de forma a considerar como as pessoas negras são representadas. Para isso, a análise levou em consideração estudos sobre negritude e decolonialidade, por meio dos trabalhos de autores como Carneiro (2011), Fernandes (2008), Guimarães (2009, 2012), Munanga (2020a, 2020b), Abdias do Nascimento (2017) e Gabriel Nascimento (2019, 2023).

Em relação ao segundo objetivo específico – *Analisar discursivamente o gênero verbete e seu contexto de produção, identificando os discursos/saberes e poderes ali (re)produzidos sobre a identidade negra e a questão étnico-racial, por meio dos significados acional, representacional e identificacional* – estabelece-se um diálogo entre a lexicografia e os Estudos Discursivos Críticos. Desse modo, constrói-se uma relação com os estudos sobre as definições dos dicionários e a sua função, conforme os seguintes pesquisadores: Borba (2003), Vilarinho

(2013), Faulstich (2010, 2011, 2013, 2014), Lima e Seabra (2016), Correia (2006); juntamente com as ideias de significados acional, representacional e identificacional, estabelecidos por Fairclough (2003).

Por fim, com a finalidade de *propor caminhos e orientações para outras definições/acepções dos verbetes analisados em uma perspectiva antirracista, à luz das análises, com o intuito de fortalecer a negritude e promover o letramento racial crítico*, após realizadas as análises, será realizada com base na exposição crítica, caminhos para definições que não reproduzam estereótipos de raça.

Sistematizando a pesquisa conforme o enquadre dos ECD (Chouliaraki, Fairclough, 1999), temos o seguinte quadro.

Quadro 16 – O enquadre metodológico da pesquisa

Quadro 16 – O Enquadro metodológico da pesquisa			
1) Um problema (atividade, reflexividade)			
2) Obstáculos para serem superados	a) Análise de conjuntura		
	b) Análise da prática particular	i)	Práticas relevantes
		ii)	Relações do discurso com outros momentos da prática
	c) Análise do discurso	i)	Análise estrutural
		ii)	Análise interacional
3) Função do problema na prática			
4) Possíveis maneiras de superar os obstáculos			
5) Reflexão sobre a análise			

Fonte: Chouliaraki e Fairclough (1999)

As pesquisas nesta abordagem partem da identificação de um problema e meios para a sua superação. Em primeiro lugar, o problema que verificamos ao longo da subseção anterior é como os dicionários definem as pessoas negras e a questão racial – aspectos da relação entre identidade negra e a linguagem já problematizados por Kilomba (2019), Carneiro (2011), Fanon (2020)

O segundo passo para investigação é a identificação de obstáculos para que o problema seja superado. Há três passos sugeridos pelos autores para isso: 1) análise de conjuntura; 2) análise da prática particular; 3) análise do discurso, orientada para a estrutura. Conforme observaremos ao longo da tese, na análise de conjuntura, busca-se evidenciar como ocorrem as relações étnico-raciais no Brasil, os avanços, direitos conquistados pela população negra ao longo das décadas, entre outras abordagens. Para a análise, também considera-se a prática particular, observando como as definições dos verbetes ocorrem e como os consulentes, sobretudo negras e negros, podem se compreender e compreender as questões étnico-raciais a partir dos dicionários e suas vozes de autoridade. Por fim, a análise do discurso é realizada por meio dos estudos de (Fairclough, 2003; 2016 [1992]), Chouliaraki e Fairclough (1999), Linguística Sistémico Funcional (Halliday, 1994; Halliday, Mathiessen, 2014) e Sistema de Avaliatividade (Martin; White, 2005).

A respeito da função do problema na prática, observa-se como os dicionários reproduzem suas definições e as repetem. Com isso, com base nos EDC, compreendemos que há uma relação dialética em que os dicionários influenciam como as pessoas compreendem os verbetes definidos, à medida que os dicionaristas definem conforme a língua é utilizada pelos leitores.

Com isso, é pertinente considerar que os dicionários analisados são relativos a um século de produção da lexicografia no Brasil e, com isso, são também documentos históricos e culturais, o que Vilarinho (2013) chama de inventário da língua dessas épocas. O problema a ser superado, então, está também relacionado a como as obras futuras definirão os verbetes. Nessa perspectiva, este trabalho tem o intuito de tentar fazer este resgate para, assim, dar subsídios teoricamente fundamentados para as futuras produções.

Na etapa seguinte do trabalho, serão exploradas possíveis maneiras de superar os obstáculos interpostos. Serão propostos caminhos e orientações para outras explicações dos termos Pardo, Preto, Negro, Racismo, Quilombo e Raça. Com isso, ao apontar as incoerências e as implicações do que foi reverberado até os dias atuais, a presente pesquisa tem finalidade de tornar-se um livro. Por fim, na reflexão sobre a análise, problematizaremos quais os impactos dos dicionários, como gênero de governança, em nossa sociedade.

4.4 A organização dos *corpora* de pesquisa

Após a seleção dos dados, foi realizada uma análise preliminar com o intuito de verificar informações que corroboravam a análise da conjuntura do problema de pesquisa apresentada na seção anterior. Na primeira fase desse percurso, foi identificada a falta de alguns dados, a

exemplo de como alguns dicionários aglutinam os verbetes femininos aos masculinos e como as definições destes são mais detalhadas, assim contendo mais informações. No que tange à representação das pessoas negras, por exemplo, nos verbetes que definem Negro, os dicionários referem-se a toda a população negra, não somente ao homem negro.

Em certos contextos, informações referentes às mulheres negras apresentam-se com acepções similares nos verbetes que definem os termos Preta e Negra. Além disso, certas acepções relacionadas à definição de Pardo também são encontradas no verbete Branco, como na expressão ‘branco da Bahia’. Com isso, a análise desenvolvida no próximo capítulo está organizada de modo que as concepções e as definições sejam propriamente aglutinadas para fluidez do texto para evitar repetições.

Por tratar-se de dados bibliográficos, os trechos dos verbetes serão sistematizados e identificados conforme postulados pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), isto é, como referências bibliográficas, conforme identifique a seguir: (Freire, 1939), (Nascentes, 1943), assim sucessivamente. A identificação da palavra-entrada ocorrerá conforme identificada pelos dicionários analisados. Por fim, são analisados os trechos das definições em verbetes que se referem às pessoas negras, desconsiderando acepções que não se relacionam com os objetivos elencados nesta tese.

No capítulo seguinte, apresentarei as análises dos discursos dos verbetes, norteadas pelo desenho da pesquisa, descrito na seção anterior. Inicialmente, serão apresentadas considerações sobre os elementos da macroestrutura dos dicionários analisados, haja vista que a análise e os objetivos desta pesquisa estão focados no gênero discursivo verbete. Esta apresentação tem o intuito de contextualizar as análises para uma melhor compreensão dos dados. Por fim, as categorias de análise dos *corpora* da pesquisa foram organizadas conforme os significados do discurso, considerando-se o significado acional.

5 ANÁLISE: SERVIÇO DE PRETO

Ilustração 4 – A redenção de Cam, Modesto Brocos (1895)



Este capítulo intitula-se “Serviço de preto” por se tratar de uma expressão popularmente conhecida por seu teor racista, historicamente utilizada para desqualificar o trabalho realizado por pessoas negras e estendido a qualquer trabalho malfeito, atribuindo-lhes, de forma pejorativa, a ideia de inadequação ou incompetência. Ao longo deste capítulo, aspectos semelhantes são analisados criticamente, com o intuito de compreender suas implicações sociais, históricas e simbólicas. Desse modo, busca-se nesta seção ressignificar a expressão diante de uma análise de verbetes com conotações que reverberam crenças e saberes racistas. A imagem, *A redenção de Cam*, de Modesto Brocos (1895), é apresentada com mais detalhes ao longo da próxima página, a partir dos verbetes que serão analisados.

Inicialmente, convido o(a) leitor(a) a observar atentamente a pintura *A Redenção de Cam*, atentando-se, em especial, para as definições de alguns dos verbetes que serão analisados ao longo deste capítulo.

- **Parda:** Mulher mulata (Freire, 1939);
- **Pardo:** Que tem côr intermedia a prêto e branco (Freire, 1939);
- **Negra:** Mulher que se afadiga e moireja por índole ou necessidade (Michaelis, 1998);
- **Branco:** (bras.) Senhor, patrão luzidio (Nascentes, 1976, 1988).

A obra aponta para uma série de conhecimentos que circulavam popularmente sobre a discussão étnico-racial no Brasil. Neste quadro, observamos que há a avó negra, agradecendo aos céus pelo seu neto que nasceu de cor branca; a mãe, parda, sentada entre a calçada e o chão de barro; o homem, sentado dentro da casa, em que o chão não é de barro, mas cimentado, indicando certo desenvolvimento e *status* social, diferentemente da avó, que está descalça com os pés no chão de terra. Conforme, Lotierzo e Schwarcz (2013, p. 24), a obra destaca a questão do branqueamento no Brasil, por meio de uma explicação religiosa, no caso, a cristã, estabelecendo uma “relação entre mestiçagem, pecado e civilização. Mas aqui, a redenção aconteceria por meio do branqueamento – o que contraria a ideia de que a expiação dos pecados seria uma decorrência da purgação, marcada no corpo pela degeneração”.

De certo modo, esses são os aspectos identificados nas definições presentes nos verbetes: a mulher parda, mulata, colocada de forma intermédia entre o preto e o branco; a mulher negra, que se afadiga e moureja, por índole ou necessidade, indicando que seu *status* social é precarizado, agradecendo aos céus pelo neto e, possivelmente, pela sua cor de pele. Por

fim, o branco, que é compreendido como alguém que tem prestígio social, por ser senhor e patrão luzidio, indicando superioridade social em relação às mulheres.

Neste capítulo, serão analisados os verbetes dos dicionários que tratam das questões étnico-raciais no Brasil, dialogando com os principais teóricos que tratam de raça e racismo. Antes de iniciar tais análises, apresenta-se, na sequência, a macroestrutura dos dicionários selecionados para a análise.

5.1 A macroestrutura dos dicionários

Nesta seção, apresenta-se, brevemente, o que dizem os dicionários analisados em suas introduções sobre as formas como os termos analisados são definidos. Tais elementos são importantes para possibilitar a análise, então, dos verbetes à luz de um determinado contexto histórico e cultural.

Freire (1939, p. VII), em sua introdução, aponta que seu dicionário é composto por “vocábulo em geral, ou palavras próprias da língua”, “Expressões idiomáticas, dizeres, modismos, brasileirismos e regionalismos” e “indianismos e africanismos”. Apesar desses pontos elencados, ele enfatiza que não se preocupou em distinguir regionalismos e provincianismos.

A macroestrutura do dicionário de Freire, ainda traz os seguintes dizeres, nos quais observa-se como se deu na prática, sobre registros de chulices

No registro dos termos de gíria e de conversação, tive empenho em evitar as corruelas que conduzem a erros crassos ou se traduzem em chulices, e em proscrever os barbarismos e solecismos que tanto desprimoram e achincalham o idioma. Léxico não é portão de feira franca, aberto a disparates de gíria, troças e plebeísmos de esquina, chulismos de mangalaça e pulhices desprezáveis, que se originam de ignóbil corrupção vocabular ou do instinto não menos grosseiro da plebe – palavras que não são palavras e têm em regra existência efêmera no giro flamejante das patuscadas e da patuleia (Freire, 1939, p. VIII).

O produtor do dicionário tem, com isso, empenho em evitar o que ele chama de corruela. Desse modo, há uma decisão consciente sobre omitir formas de expressão de determinados grupos sociais, considerados como barbarismos e plebeísmos de esquina.

O dicionário de Caldas Aulete (1958) aponta a diferença que ocorre com as edições portuguesa e a brasileira. Ademais, os produtores dão relevo às informações de que o progresso tornou os dicionários de Caldas Aulete antiquados e, com isso, os editores o atualizaram naquele momento, aumentando os verbetes de brasileirismos, as abonações com indicação de livro e página em seus exemplos.

No que se refere ao dicionário elaborado por Nascentes (1943), já mencionado no capítulo 1, ressalta-se que sua proposta se fundamenta na premissa de atualização em

consonância com os avanços das ciências. O dicionário de Nascentes (1976; 1988) também omite barbarismos, estrangeirismos e palavras pouco decentes, salvos os casos que possam aderir nos dicionários.

Em relação ao Dicionário Houaiss (2009), os responsáveis por sua elaboração justificam a quantidade de verbetes presentes pela necessidade de uma conformação mais compacta da obra. Em decorrência disso, optou-se por não incluir, segundo os próprios editores, determinados dialetismos do português europeu, bem como vocábulos provenientes de crioulos orientais e africanos que constavam em edições anteriores. Bechara (2011) evidencia que sua obra busca propagar conceitos e princípios regidos pela ética, não só no conteúdo dos verbetes e dos exemplos, mas também nas indicações dos níveis da linguagem. Levando em consideração a popularização da internet naquele período, Bechara em sua obra também se mostra preocupado com as questões da linguagem e as redes sociais.

Bechara (2008, p. 5), por fim, dá relevo ao papel do dicionário e aos seus objetivos, ao dizer: “[...] o que inicialmente seria uma luta vã com as palavras – na voz do Poeta – se há de transformar no mergulho da alma e do sentimento de um povo, de que o léxico da língua é o seu mágico intérprete”. Com isso, o prefácio em questão aponta, mais diretamente que os demais, que os dicionários são, conforme apontado por Barros (2000), um inventário ou registro do saber linguístico da sociedade.

É, então, uma postura diferente das verificadas anteriormente, isto é, enquanto os demais dicionários assertivamente apontam a retirada das expressões compreendidas como pouco decentes, neste dicionário de Bechara (2008), há a incorporação e, com isso, o mergulho na alma e no sentimento do povo. No entanto, esses dicionários não apontam para como seriam, então, abordadas as questões racistas e de racismo nos dicionários, se são compreendidas como expressões bárbaras e pouco decentes ou não.

5.2 A microestrutura nos dicionários: racialidades nos verbetes

Nesta subseção, analiso as principais acepções identificadas nos verbetes. Em alguns momentos, por trata-se de acepções que são repetitivas nos dicionários, em busca de proporcionar uma leitura mais fluída da análise e dos excertos selecionados, a análise está organizada por meio das acepções identificadas. Com isso, inicialmente, analisarei as principais acepções encontradas nos *corpora*.

As análises estão organizadas a partir das categorias macrossemânticas: 1) Negra e Preta: substantivo feminino; 2) A mulher negra: mulata e sexualização; 3) A desumanização

das mulheres negras; 4) Negra e Negro: escravidão e classe; 5) Cor, raça e pele nos dicionários; 6) A construção do inimigo: ele é negro; 7) Escurecido e denegrado; 8) As metáforas raciais nos dicionários; 9) Pardo e a negritude; 10) Definições de Negro nos dicionários; 11) A branquitude nos verbetes.

5.2.1 *Negra e Preta: substantivo feminino*

As representações sociais das mulheres negras são atravessadas por múltiplas formas de violência, incidindo não apenas o sexismo, enquanto expressão da desigualdade de gênero, mas o racismo. Esta análise, assim, leva em consideração estudos de interseccionalidade conforme Akotirene (2019, p. 37), “nos mostra como e quando mulheres negras são discriminadas e estão mais vezes posicionadas em avenidas identitárias, que farão delas vulneráveis à colisão das estruturas e fluxos modernos”. As definições analisadas revelam como as representações presentes nos verbetes reverberam nas mulheres, frequentemente identificadas de forma relacional ao homem, por meio da expressão “substantivo feminino”, através do masculino genérico. Essa abordagem tende a apagar a singularidade feminina, além de apresentar menor recorrência em comparação às definições no masculino.

No que concerne aos termos “Preta” e “Parda”, entre os dicionários selecionados, os da Academia Brasileira de Letras (Nascentes, 1943; 1961; 1976. 1988; Bechara, 2008) não apresentam tais definições. O termo “Negra”, no entanto, é definido pelos dicionários de Nascentes (1976; 1988). Sobre as definições de “Parda”, os da ABL não apresentam como substantivo feminino de “Pardo”, apesar de constarem outras definições do campo da biologia, por exemplo. No que diz respeito aos termos “Preta” e “Negra”, são aglutinados aos masculinos – inclusive na ordem alfabética apresentada. Desse modo, há uma menor quantidade de verbetes em relação às palavras-entradas e suas definições.

Nas definições de “Pardo”, “Preto” e “Negro”, como veremos mais adiante, há maior recorrência nas definições e acepções. O masculino é considerado genérico e contém mais informações. Já as mulheres negras são apresentadas de maneira em que o consulente deve conhecer as respectivas definições no masculino.

[1] **Preta:** s. f. mulher de raça negra (Freire, 1939; Aulete, 1958).

Neste excerto, há uma acepção que se repete. Isso ocorre com frequência entre os dicionários analisados. Os produtores reproduzem definições utilizadas por outros autores e, a

princípio, isso chama atenção, pois é uma maneira de validar determinadas definições e conhecimentos como uma forma canônica (Faulstich, 2014). Isso implica dizer que, aos olhos dos lexicógrafos, “Preta” é definida em relação ao “Preto”.

Sabemos que este é um aspecto das regras gramaticais e que os gêneros são colocados conforme as regras da gramática normativa. Porém, no que concerne à forma em que a definição é construída, tecnicamente, a leitura é direcionada da seguinte maneira: em primeiro lugar, explicita-se o substantivo feminino (s. f.) de “Preto” e, posteriormente, define-se, “mulher de raça negra”. Quanto às mulheres pretas, o gênero é definido por meio de apreciação, composição e complexidade, conforme o Sistema de Avaliatividade (Martin; White, 2005), isto é, “Preta” é apresentada por meio de Diferenciação (Thompson, 1995), abordando o que ela é e o que não é: substantivo feminino de raça negra.

Essa primeira acepção, para além de nos fazer compreender que o sentido construído se trata de “Preta”, inicia-se por meio da sigla “s. f.” e nos leva a observar os dados por meio de um olhar interseccional. Para Collins (2021), esse olhar revela como os sistemas de poder se interconectam em relações de opressão e privilégio intra e entre grupos identitários.

Retomando o exemplo, a explicação de “Preta” também ocorre por meio do vocábulo “raça”, avaliando a composição de negra, relacionando à complexidade de “Preta”. Em outras palavras, a definição de “Preta” ocorre sob o seguinte raciocínio: “s. f.”, indicando que se trata de uma mulher, operando linguisticamente como um marcador de gênero e de raça negra, marcando que não é branca. Há, a meu ver, uma referência implícita do que é definido, de uma forma binária e relacional: evidencia-se o gênero em posição temática e condicionada a uma classificação morfológica na gramática normativa, pois não está no masculino. As definições reforçam que as relações de gênero não são só binárias, mas atributivas e hierárquicas. As definições de raça, então, serão analisadas com detalhes adiante.

Ainda no que diz respeito às definições de “Preta”, outro fato interessante para a análise é a equivalência ao termo “Negra”. Os dicionários, colocam em termos semelhantes: “Preta” é sinônimo de “Negra”:

[2] **Preta:** s. f. (fem. de preto) 1 Mulher negra (Michaelis, 1998);

[3] **Preta:** s. f. 1 mulher negra (Houaiss, 2009).

Novamente, retomam-se as abreviações utilizadas nos dicionários, as quais indicam a forma como o leitor deve compreender o respectivo masculino de Preto, sendo este tomado como pressuposição. (Fairclough, 2003). A meu ver, isso ocorre por existir no senso comum o

colonialismo compreendido como um processo naturalmente masculino e que, como ressalta Oyewùmí (2014, p. 121), “as histórias de ambos o colonizador e o colonizado vêm sendo escritas do ponto de vista masculino – mulheres são periféricas se aparecerem¹²”. E é assim que os dicionários explicam não só “Preta”, como também “Parda” e “Negra”, a partir dos masculinos genéricos. Tais definições, por esta lógica, são uma manifestação do que Kilomba (2019) classifica como racismo genderizado, em que o racismo e o sexismo se manifestam conjuntamente para oprimir as mulheres negras, pois as relações de dominação entrecruzam raça e gênero.

Nesse contexto, a mulher negra é definida em constante relação com as demais identidades: negra deve estar relacionada à definição do “Negro” e da mulher branca. O machismo e o racismo apagam as identidades das mulheres negras para que elas sejam decodificadas de modo a estarem em relação, gerando o que Grada Kilomba (2019) chama de racismo genderizado:

Uma grande parte das políticas *negras* construiu seus *sujeitos* em torno de concepções de masculinidade heterossexual *negra*. A construção do *sujeito negro* como “masculino” é problemática porque invisibiliza experiências de mulheres e pessoas LGBTQIA+ *negras*. Essa conceituação simplesmente transforma o conceito clássico “homem *branco* heterossexual” em “homem *negro* heterossexual”, sendo “raça” a única categoria alterada (Kilomba, 2019, p. 96, grifos da autora).

Temos o dado que “Negro” é um termo imposto pela Branquitude (Bento, 2020; Nascimento, G., 2019), pois a construção da identidade negra perpassa pela categoria discursiva e histórica de forma eurocêntrica, porque passamos forçadamente a utilizar a língua dos colonizadores para construir sentidos e significados. Antes da colonização, povos africanos não reivindicavam para si uma identidade compreendida como negra e, assim, há o epistemicídio do povo negro, somado a isso, a identidade das mulheres negras foram, então, duplamente apagadas e são definidas a partir de um olhar sexista e racista.

Nós, homens negros, somos, muitas vezes, induzidos a pensar a colonialidade no masculino, mesmo considerando a importância da interseccionalidade nos mecanismos sofisticados de opressão. Há algo que nós não conseguimos conhecer mesmo lendo autoras negras e conversando com mulheres pretas, que é a vivência e o *lôcus* de enunciação. Sei que esse apagamento não é o único tipo de violência sofrido pelas mulheres negras. Nesse sentido, hooks (2022, p. 47) aponta para a violência física, que compreendo neste trabalho como articulada com as demais formas de opressão, “de fato, quando a escravidão terminou, a

¹² Do original “The histories of both the colonized and the colonizer have been written from the male point of view – women are peripheral if they appear at all” (Oyewùmí, 2014, p. 121).

masculinidade patriarcal tornou-se um ideal aceito pela maioria dos homens negros, o qual seria reforçado pelas normas do século XX”.

As definições também operam no sentido de explicar “Negra” através do atributo da cor, como construtos socialmente estabelecidos. Com isso, é importante ressaltar que, conforme identificado, os produtores dos dicionários fazem compreender os aspectos sociais das cores e da raça, vejamos:

- [4] **Negra:** s. f. mulher de cor preta; mulher de etnia negróide (Nascentes, 1976; Nascentes, 1988);
- [5] **Negra:** Mulher de cor preta (Michaelis, 1998);
- [6] **Negra:** Mulher de cor negra (Bechara, 2011; Bechara, 2008).

Os atributos verificados nas definições de “Negra” avaliam em termos de composição e complexidade: a cor, que é preta e negra. A relação entre cor e raça será analisada mais detalhadamente adiante. No que se refere às representações das mulheres negras, observa-se, à primeira vista, a marca de diferenças historicamente construídas sob a lógica colonial. Os dicionários naturalizam (Thompson, 1995) as relações assimétricas de poder que o racismo e o sexismo impõem às mulheres negras. As identidades das mulheres negras são definidas de forma a apagar as singularidades, “o uso do masculino genérico para designar humanidade reduz automaticamente a existência das mulheres à não existência” (Kilomba, 2019, p. 108).

O termo “Parda” aparece seis vezes nos verbetes analisados. Há, porém, somente duas definições que contemplam os objetivos desta tese. Uma das definições de “Parda” que chama atenção é a que define por meio de “para diferenciar das chamadas branquinhas”, vejamos:

- [7] **Parda:** ETIM fem. substv. de *pardo*, prov. para diferenciar das chamadas *branquinhas* (Houaiss, 2009)

Em primeiro lugar, sabemos da possível polissemia dos signos e que é possível verificar outros usos para o termo “Parda”, como, por exemplo, aguardente, trazida pelos próprios dicionários. Neste caso, iniciarei a análise por meio da própria estrutura na definição do verbete, que identifica a etimologia, mediante o feminino do substantivo de “Pardo”. Na sequência, há a abreviação “prov.” que indica “provérbio” ou “provavelmente”, conforme o próprio Houaiss (2009) e, assim, segue-se a definição.

O processo mental “diferençar” denota racionalização (Thompson, 1995) para compreender que “Parda” é diferente de “branquinha”, operando por meio de pressuposição (Fairclough, 2003). Em seguida, há “das chamadas”, que é uma forma de o produtor do dicionário se distanciar desta identificação, que também pode ser parte da estrutura do gênero verbete. Por fim, o atributo “branquinha”, no diminutivo, que pode ter vários sentidos na língua portuguesa, como ideia de pequenez, carinho ou até desprezo (Prade, 2013), indicando uma multiplicidade de sentidos e interpretações que somente pode ser compreendida por meio da língua em uso (Silva; Lebler, 2020).

Recorrentemente, as definições nos verbetes analisados trazem diversas acepções, fazendo compreender os variados sentidos que podem ser encontrados em uma determinada palavra entrada. Neste caso, temos uma acepção que é seguida de “substantivo feminino” de “Pardo”, diferente das “branquinhas”: um deles é definir como aguardente amarela; outra seria definir como não branquinha, indicando-a num lugar de possível delicadeza, por meio do diminutivo. Conforme Silva e Lebler (2020), o uso do diminutivo na língua portuguesa, sem o contexto de uso, pode gerar conflitos e desentendimentos, causando confusão entre os falantes da língua. Tal problemática é relevante para esta discussão, haja vista essa ser uma forma de representar a população negra que, conforme vemos, pode causar compreensões errôneas se não identificadas de maneira explícita. Trata-se, aqui, do termo “Parda”, utilizado oficialmente pelo IBGE para designar um grupo populacional. Assim, espera-se que os dicionários, bem como os acervos linguísticos, históricos e culturais, acompanhem os usos mais adequados da língua, conforme discussão apresentada na primeira seção deste trabalho.

5.2.2 A mulher negra: mulata e sexualização

Dos dez dicionários selecionados, seis contêm a palavra “Parda”, das quais somente Freire (1939) e Michaelis (1998) definem de forma explícita, mulher mulata. Assim, os dicionários constroem o significado do termo “Parda” estabelecendo uma equivalência com a mulher mulata:

[8] **Parda:** *S. f.* de *pardo*. Mulher mulata (Freire, 1939);

[9] **Parda:** *S. f.* mulher mulata (Michaelis, 1998);

Desse modo, é pertinente trazer à tona as reflexões sobre as acepções presentes nos dicionários, pois, ao representar “Parda” como mulata, há uma avaliação que ocorre por meio

de estima social e normalidade. Socialmente, mulata remete à sexualização dessas mulheres (Schwarcs, 2024), reforçando o mito da democracia racial, que exerce violência simbólica sobre as mulheres negras, imputando-lhes a subalternização e a sexualização (Gonzalez, 2020). Historicamente, as mulheres negras eram obrigadas a servir em dois lugares no período da escravidão: nas plantações e na casa grande. Lélia Gonzalez (2020, p. 202), ao explicar as condições das relações sociais e sexuais entre os homens brancos e as mulheres negras, denuncia

É por aí que a gente deve entender que esse papo de que a miscigenação é prova da “democracia racial” brasileira não está com nada. Na verdade, o grande contingente de brasileiros mestiços resultou de estupro, de violentação, de manipulação sexual da escrava. Por isso existem os preconceitos e os mitos relativos à mulher negra: de que ela é “mulher fácil”, de que é “boa de cama” (mito da mulata) etc. e tal.

O mito da democracia racial atinge tanto homens quanto mulheres pardas. As mulheres são afetadas pela conotação de condição de servidão ao homem, que pode ser observado na descrição gramatical do verbete (substantivo feminino de “pardo”), que passa pela dominação sexual travestida de contemplação e admiração. Por sua vez, conforme Schwarcz (2012), o homem negro, na figura do mulato, representa a malandragem e o “jeitinho brasileiro”. Além disso, ainda conforme a autora, é concebida a ideia de que a aversão ao labor é “coisa de preto” e é na mestiçagem que se ancora a ideia da vagabundagem, do ócio e o que chamamos de cordialidade (Holanda, 1995). Com isso, em comparação, a mulher mulata (parda) é socialmente compreendida como promíscua, aquela que aflora a sensualidade, que tem “a cor do pecado” e é compreendida como mercadoria, vide expressão “mulata tipo de exportação”¹³.

É na suposta admiração dos corpos das mulheres pardas que a violência sexual reside. Isso pode ser observado em Gilberto Freyre (2006, p. 72), que, em tom de contemplação das mulheres negras, apresenta as seguintes reflexões ao explicar como o processo colonizador logrou por meio da miscigenação.

Com relação ao Brasil, que o diga o ditado: “Branca para casar, mulata para f..., negra para trabalhar”, ditado em que se sente, ao lado do convencionalismo social da superioridade da mulher branca e da inferioridade da preta, a preferência sexual pela mulata, da cabocla, da morena celebrada pela beleza dos seus olhos, pela alvura dos

¹³ Em uma cartilha da Secretaria de Estado de Direitos Humanos do estado do Espírito Santo, ao denunciar palavras e expressões racistas, é destacada a expressão “Mulata”, que assim se define: “Na língua espanhola, referia-se ao filhote macho do cruzamento de cavalo com jumenta ou de jumento com égua. A enorme carga pejorativa é ainda maior quando se diz “mulata tipo exportação”, reiterando a visão do corpo da mulher negra como mercadoria. A palavra remete à ideia de sedução, sensualidade”. Disponível em <<https://sedh.es.gov.br/Not%C3%ADcia/novembro-negro-conheca-algumas-expressoes-racistas-e-seus-significados#:~:text=%E2%80%9CMulata%E2%80%9D%3A%20Na%20l%C3%ADngua%20espanhola,%C3%A0%20ideia%20de%20sedu%C3%A7%C3%A3o%2C%20sensualidade.>>> Acesso em 18 de Jan. de 2024.

seus dentes, pelos seus dengues, quindins e embelegos muito mais do que as “virgens pálidas” e as “louras donzelas” (Freyre, 2006, p. 72).

Como podemos observar, Gilberto Freyre (2006) expõe a mulata de forma a apreciar a sua beleza, mascarando todo o sexismo e a violência sexual que as mulheres negras sofreram no período escravagista. O discurso da democracia racial, por meio da miscigenação, “omite o estupro colonial praticado pelo colonizador sobre mulheres negras e indígenas” (Carneiro, 2011, p. 66). Essas acepções atravessam a década, definindo “Parda” por meio da escolha lexicogramatical “mulata”, que pode fazer associações sexistas em relação à mulher negra. Socialmente, é no contexto de violência simbólica que se constrói a narrativa de que a miscigenação foi um processo pacífico e não de relações de dominação e de poder. Em outras palavras, é na suposta celebração da beleza das mulheres pardas que a dominação e a violência sexual contra as mulheres negras são executadas no contexto brasileiro.

Tal acepção nos faz refletir sobre como a violência sexual contra as mulheres negras, travestida de deslumbramento de suas belezas, ocorreu, pois o racismo e a escravização são a dominação de um povo contra o outro, isto é, do branco contra o negro, ou melhor, do branco contra a negra. Como ressalta Davis (2016), a escravização objetifica as pessoas negras de forma que as mulheres são até hoje compreendidas como propriedade dos homens brancos e, sendo assim,

[A escravidão] se sustentava tanto na rotina do abuso sexual quanto no tronco e no açoite. Impulsos sexuais excessivos, existentes ou não entre os homens brancos como indivíduos, não tinham nenhuma relação com essa verdadeira institucionalização do estupro. A coerção sexual, em vez disso, era uma dimensão essencial das relações sociais entre o senhor e a escrava. Em outras palavras, o direito alegado pelos proprietários e seus agentes sobre o corpo das escravas era uma expressão direta de seu suposto direito de propriedade sobre pessoas negras como um todo. A licença para estuprar emanava da cruel dominação econômica e era por ela facilitada, como marca grotesca da escravidão (Davis, 2016, p. 180).

Dessa forma, “Parda” aponta para efeitos de sentido ideológicos racistas e sexistas. E essa identificação nos conduz para uma parcela significativa da população brasileira: mulheres negras. Ressalta-se que os textos nestes dicionários foram produzidos por instituições constituídas por homens brancos, o que nos leva a refletir sobre como a imagem das mulheres negras é associada à ideia de promiscuidade, reproduzida socialmente por meio da definição (e conhecimentos) de “mulata”. Como observado, dos dez dicionários analisados, seis deles têm explicação de “Parda”, mas somente dois descrevem Parda, a mulher, e ainda caracterizam-na e avaliam-na de maneira racista e sexista.

Ao analisar “Negra”, também foi verificada acepções semelhantes que, ademais, evidenciam questões de classe, raça e gênero. Primeiramente, ressoa, no senso comum, a ideia

de que as mulheres negras suportam mais dor. Essa também é uma das várias manifestações sexistas e racistas presente nos verbetes nos dicionários a força da mulher negra:

- [10] **Negra:** Mulher que se afadiga e moireja por índole ou necessidade (Freire, 1939; Michaelis, 1998);
- [11] **Negra:** Uma negra de trabalho, mulher que se afadiga e moureja por índole ou necessidade (Aulete, 1958).

Os processos materiais identificados nos excertos (afadiga e moureja) apontam para como as mulheres negras são transformadas em decorrência das opressões racistas, pois elas são avaliadas por meio do subsistema julgamento, em estima social e normalidade, isto é, tem um comportamento comum: trabalhar e mourejar por índole e necessidade. A violência racista ocorre de modo que transforma a mulher em uma pessoa afadigada e moirejada. O que era pressuposição nos dicionários de Freire (1939) e Michaelis (1998) vira explícito em Aulete (1958), por meio de “uma negra de trabalho”.

Assim, ressalta-se a expressão “mourejar”, que etimologicamente está relacionada ao termo “mouro”, conforme Silva Júnior (2017, p. 167), a dimensão religiosa era “responsável por determinar aos portugueses quem era o escravo. O termo ‘mouro’ como sinônimo de escravo referia-se, então, a adeptos de religiões muçulmanas e demais povos não cristãos”. Veremos, ao longo deste trabalho, como essas supostas justificativas para uma racionalização do racismo ocorrem ainda nos dicionários mais recentes.

Em um primeiro momento, poderíamos compreender que as mulheres negras são definidas nos dicionários somente como naturalizadas em situação de estar sob domínio. Contudo, o que ocorre nessa definição vai além, a dominação é eufemizada, reescrita em outras palavras, de maneira a despertar outra valoração sobre a manifestação do racismo e do sexismo por meio do circunstanciador “por índole ou necessidade” (Thompson, 1995). Além disso, há a construção de forma a apagar os escravocratas, exploradores e colonizadores, como nos excertos em que há “mulher que *se* afadiga”, isto é, ela quem causa mal a si mesma. Por meio dos circunstanciadores como em “por índole”, isto é, caráter, há uma forma cruel de manifestação do racismo que responsabiliza a mulher negra pela sua própria precarização no mercado de trabalho e, conseqüentemente, pela sua sexualização, ou seja, o racismo, junto ao patriarcado e ao capitalismo, imputa às mulheres negras o questionamento sobre a índole, a honestidade, levantando, assim, suspeitas sobre essas mulheres. A relação entre o corpo negro e a moralidade é endossada pelos discursos produzidos pelo aspecto biológico, cujas provas de

moralidade e caráter estão na estética dos corpos, em especial aqueles que não se conformam morfologicamente ao padrão da matriz do sistema do mundo moderno-colonial.

Há nestas definições o mesmo falseamento e dissimulação das opressões: por questão de caráter, considerado como duvidoso, a mulher negra trabalha muito e, nesses sentidos, o trabalho é apresentado de forma dissimulada. Essa explicação da mulher negra como muito trabalhadora também ressoa com o que Kilomba (2019) compreende como o mito da mulher negra forte, que deve ter altas performances. Há, então, nesse mito a ideia da supermulher e, com isso, existe uma dissimulação da forma como as opressões se relacionam.

Ressalta-se, contudo, que essas definições que sexualizam os corpos negros não ocorrem nos verbetes dos respectivos masculinos. Embora sejam estereótipos de raça amplamente propagados (hooks, 2022; Collins, 2004; Davis, 2016), de que homens negros são violentos sexualmente, este não foi um dado presente na pesquisa.

A seguir, veremos outras formas de desumanização da mulher negra propagadas pelo discurso dos verbetes.

5.2.3 A desumanização das mulheres negras

Antes de prosseguirmos a análise, é importante reiterarmos o caráter polissêmico dos signos. Os verbetes contêm, em suas definições, exemplos de uso que causaram alguns entraves. No entanto, ao esmiuçarmos as definições a seguir, verificamos a representação da desumanização das mulheres negras.

[12] **Preta:** mandar à preta dos pasteis: pedir que deixe de maçar (Michaelis, 1998);

[13] **Preta: Mandar à p. dos pastéis** mandar que deixe de incomodar – ETIM. Fem. de *preto* (Houaiss, 2009).

Esta definição foi encontrada em dois dos dicionários selecionados e que estão entre os mais recentes: Michaelis (1998) e Houaiss (2009). Os dois verbetes definem, por meio de processo verbal e material (pedir e mandar, respectivamente) que alguém deixe de incomodar e maçar. Há nesses verbetes operações por meio de pressuposições (Fairclough, 2003), alguém que está sendo incomodado também é alguém que está ficando sem paciência e, sendo assim, pode ofender ou pedir educadamente que quem incomoda se retire, que vá fazer outra coisa etc. É nesse contexto, então, que a definição de “Preta” ocorre: a “‘Preta’ dos pastéis” é um lugar ao qual alguém pode ser mandado ao estar incomodando. O processo material “mandar”,

imperativo, indica que há uma valoração, quem tem o poder de mandar e quem deve obedecer, que muda as coisas e que faz acontecer.

Por outro lado, em Houaiss (1998), há o comando reforçado por meio do processo verbal “pedir”. Ainda assim, estabelece a relação entre quem manda alguém a algum lugar e alguém que incomoda. Essa definição, por meio da análise da LSF e do sistema de avaliatividade, naturaliza na ofensa que o lugar da mulher negra é negativo, como consequência de provocar incômodo, por meio de estima social de normalidade: o lugar da “preta dos pastéis”.

Para Devulsky (2021, p. 100), as mulheres negras são historicamente desumanizadas “como mote para desassociá-los daquilo que denota sua humanidade: a liberdade, a linguagem, a cultura e a sua história”. Expressões desse tipo funcionam com o intuito de reforçar os discursos racistas e sexistas, desumanizando as mulheres negras e reforçando representações cristalizadas de raça, gênero e classe, pois refere-se a informalidade e a baixa remuneração. Ainda para Devulsky (2021, p. 53), a mulher negra, sobretudo, as de pele mais escura, é “relacionada à crueldade e à repulsa”. As definições dos dicionários apontam que a mulher “Preta” não existe como sujeito, ela é apresentada como se a sua existência dependesse do homem “Preto” e, quando aparece em sua singularidade, opera como ato de fala de insulto. Desse modo, temos uma expressão veiculada pelos dicionários, que apresentam como a sociedade repudia as mulheres negras, explicando-as por meio de um insulto verbal, de um ato violento.

Outra acepção que chama atenção é a “partida de desempate”, justamente por sua recorrência. Trata-se de uma expressão popular no contexto brasileiro em situações de competição:

- [14] **Negra:** No jogo, a partida que desempata as anteriores (Freire, 1939);
- [15] **Negra:** (Jôgo) A terceira partida que desempata as anteriores (Aulete, 1958);
- [16] **Negra:** A partida de um jogo que desempata as anteriores (Nascentes, 1976; Nascentes, 1988);
- [17] **Negra:** A partida decisiva que desempata as anteriores (Michaelis, 1998);
- [18] **Negra:** DESP LUD em jogos ou em competições esportivas, a terceira partida, que desempata as anteriores (Houaiss, 2009);
- [19] **Negra:** Partida final de uma disputa de qualquer esporte ou jogo que tenha terminado em empate: *Vamos desempatar jogando a negra* (Bechara, 2008).

A definição perpassa o último século e está relacionada a jogos e partidas praticadas em contextos diversos. A acepção guia o leitor com o intuito de situar o leitor “no jogo”, na “partida decisiva”, “DESP LUD” (indicando esporte e ludologia) como Tema e “partida final de uma disputa”, operando como Rema. Essa construção situa o leitor para que desvincule da compreensão da mulher negra, mas sobre o que pode ser dito em um jogo, há um Deslocamento (Thompson, 1995).

Conforme Oliveira e Pereira (2021, p. 102),

ao se propor uma disputa cujo prêmio ao vencedor é uma mulher, negra, se está reiterando a situação de subserviência da mulher ao homem e, sobretudo, a naturalização de práticas de violação do corpo da mulher negra pelo homem branco. Há, de forma mais ou menos velada, uma apologia ao estupro e, consequentemente, uma ‘coisificação’ da mulher pela objetificação de seu corpo (Oliveira; Pereira, 2021, p. 102).

Essa definição, sendo assim, mascara o que a expressão significa e busca dar sentido, pois o Tema é colocado de maneira em que “Negra” opera de forma metafórica: não significa somente mulher negra, mas uma das partidas de um jogo – a de desempate. Com isso, há uma maneira de Dissimular (Thompson, 1995) as formas de opressão racista e sexista. É importante destacar que, nos dicionários, nem sempre elas aparecem dissimuladas, isso depende do contexto de uso, pois o léxico do português apresenta usos variados e contextuais para os signos aqui analisados.

5.2.4 *Negra e Negro: Raça, classe e gênero*

A escravidão, como dito anteriormente, foi um sistema econômico que funcionou por meio da desumanização das pessoas negras. Na seção anterior, foi apresentado como essa desumanização, sobretudo das mulheres negras, continua operando nos verbetes dos dicionários. As acepções que se apresentam nesta seção definem “Negra” e “Negro” sob viés da condição de escravos:

[20] **Negra:** 2. Escrava. || 3. Mulher que trabalha muito (Freire, 1939);

[21] **Negra:** 2. Mulher em cativo; escrava <o feitor mandava até as n. para o pelourinho>

3. Fig. Mulher muito trabalhadora <é uma n. no tanque>. (Houaiss, 2009);

As mulheres negras tiveram a sua identidade apagada e de forma relacional são definidas por meio de atributo feminino de negro, não deixando de ter seu gênero, raça e classe marcados.

A partir desse apagamento, o que é reescrito surge por meio da visão de raça, classe e de gênero que o sistema moderno-colonial impôs, naturalizando as mulheres negras à condição de subserviência (Thompson, 1995). Isso ocorre, primeiramente, pelo uso de “escrava”, que poderia ser reescrito por meio da passivação (Basílio, 2011), como em *escravizada* ou *escravizado* – o mesmo ocorre com as definições de Negro, como veremos à frente. Contudo, tal forma de escrever desresponsabiliza homens branco – escravistas, proprietários de terras – pela escravidão. No que tange às mulheres negras, a definição reforça e naturaliza o sentido de que elas são serventes.

As definições tanto de Freire (1939) quanto de Houaiss (2009), embora tenham quase cem anos de diferença, marcam taxativamente o gênero, raça e classe que nossa sociedade designa às mulheres negras. Por meio de julgamento, estima social e normalidade, as mulheres negras são definidas como quem “trabalha[m] muito”, no dicionário de Freire (1939). Há nessa definição as intersecções de raça, classe e gênero na medida em que as mulheres negras são apresentadas de forma naturalizada como quem trabalha muito. Histórica e socialmente, isso é contextualizado a partir de como ocorreu o movimento sufragista no Brasil que, conforme Gonzalez (2022), é feito às custas da exploração da mulher negra (Gonzalez, 2019). Esse tipo de acepção encontra eco no excerto de Houaiss (2009): mulher muito trabalhadora <é uma n. no tanque>. Há nesse trecho um processo relacional “é”, definindo “Negra” como “uma negra no tanque” e o circunstanciador “no tanque”, então, enfatizando a classe social, demonstrando o tipo de trabalho dessas mulheres.

Ainda na definição de Houaiss (2009), o excerto “Mulher em cativeiro; Escrava <o feitor mandava até as n. para o pelourinho>”, contém uma construção lexical que evidencia a falta de liberdade, por meio dos atributos “mulher em cativeiro” e “escrava”. Os produtores dos dicionários compreendem e fazem compreender, então, a mulher negra como alguém que não goza de direitos fundamentais, no entanto, esse processo é naturalizado nos verbetes. O exemplo, por meio de processo material “mandava”, indica como a mulher negra (meta) tem a sua identidade afirmada e reafirmada no lugar de quem sofre ações de outros. Sabemos que a circunstância da oração (para o pelourinho) indica lugar em que a ação acontece, conhecido por ser onde escravistas açoitavam os negros escravizados. Contudo, a definição não traz todas as explicações de forma explícita, operando como pressuposição (Fairclough, 2003). O feitor (ator) não tem a sua raça identificada, o que faz compreender que ele é alguém que está em posição de poder por fazer, acontecer e transformar processos, essa é a forma como a branquitude não marcada opera (Rosenberg, 2004). Por fim, a modalização “até” pode enfatizar

a posição de dominação desse feitor, uma vez que se marca o gênero, mandando homens e mulheres negras ao pelourinho para o açoite.

Nesta acepção, o produtor do dicionário não define de forma explícita o que ocorre: o que significa mandar para o pelourinho? Quem é o feitor? Por que manda até mulheres negras? Nesse trecho, a definição ocorre por meio de metáfora e de informações implícitas, operando por pressuposição, dissimulando as relações de poder e dominação (Thompson, 1995). Compreende-se que se naturaliza a mulher negra em situações de subalternidade, como “muito trabalhadora”, “no tanque” e no “pelourinho”, pois os processos sociais de violência não são evidenciados, mas inferidos.

Em relação ao “Negro”, a escravidão e o trabalho excessivo também é um dado e isso nos leva a refletir como a sociedade brasileira não se responsabilizou no pós-abolição. Moura (2019) aponta que a estrutura estatal era montada para que os ex-escravizados fossem mantidos em posição de subserviência e, no pós-abolição, realocados em posições degradantes ao serem substituídos por mão-de-obra assalariada e europeia enquanto o país era embranquecido.

Onde não houve possibilidade de se investir para substituí-los por outro tipo de trabalhador, o negro foi integrado na economia, mas, por outro lado, naquelas áreas prósperas que tinham condições de investir na substituição da mão de obra, ele foi marginalizado (Moura, 2019, p. 119).

A seguir, apresentam-se alguns dos verbetes que reproduzem tais acepções em “Negro”:

- [22] **Negro:** (p. ext.) Escravo; homem que trabalha muito (Nascentes, 1976; Nascentes, 1988);
- [23] **Negro:** Escravo (Aulete, 1958);
- [24] **Negro:** 2. Escravo. | 3. Homem que trabalho muito (Freire, 1939; Michaelis, 1998);

Observamos que são recorrentes essas definições que relacionam “Negro” á escravidão. O verbete apresenta a abreviação “p. ext.”, que significa por extensão, podendo fazer compreender que há uma relação contextual de uso, porém chama atenção que essa relação ocorra reiteradas vezes. A segunda parte da definição acontece por meio de atributo “homem que trabalha muito”, composta pela modalização: como o homem negro é forçado a trabalhar? Muito. Essas acepções operam por meio de julgamento, estima social, normalidade e capacidade.

Conforme Moura (2019), a população negra está sublocada no mercado de trabalho e na economia capitalista. Com isso, trabalhar muito significa estar em posições de menor prestígio

social, contrariando o discurso falsamente propagado pelo senso comum de que o trabalho imputa alguma virtude. Assim, Negro é definido por meio dessas acepções como quem é forçado a trabalhar muito no período colonial na condição de escravo e, atualmente, continua trabalhando em espaços degradantes, sem que houvesse alguma mobilidade social. Consequentemente, essa perspectiva possibilita compreender a meritocracia como falaciosa, “no contexto brasileiro, o discurso da meritocracia é altamente racista, uma vez que promove a conformação ideológica dos indivíduos à desigualdade racial” (Almeida, 2019, p. 82).

Assim, representar-nos por meio de “pessoas que trabalham muito” avaliza e naturaliza tal concepção, sobretudo em postos de trabalho precarizados e desvalorizados a ponto de não termos mobilidade social. Essa representação não só dissimula as relações assimétricas de poder e dominação, como também naturaliza as desigualdades sociais e raciais, fazendo compreender que o lugar do Negro é o da precariedade, do trabalho excessivo, da servidão, da escravidão. Nesse sentido, Lélia Gonzalez (2022) nos alerta sobre como as opressões se relacionam, por meio dos recortes raciais e de classe.

O sistema se beneficia com a manutenção de tais condições, na medida em que, desse modo, conserva à sua disposição a mão de obra mais barata possível. Isso porque a comunidade negra nada mais é do que mão de obra de reserva, utilizável segundo as necessidades do sistema. Ou seja, além dos aspectos acima assinalados, a estratégia também se exerce de maneira a favorecer os patrões, mediante a repressão policial (que exige dos negros, como documento, a apresentação da carteira profissional). Pressionado pela polícia, de um lado, e pelas péssimas condições de vida, do outro, o negro oferece a sua força de trabalho para qualquer preço no mercado de trabalho (Gonzalez, 2022, p. 23).

Essas definições reverberam na forma como “Negro” é lido socialmente em uma conjuntura que nos submete a um sistema articulado de opressão. Os verbetes, então, dissimulam a desigualdade: somos entendidos como trabalhadores, excluídos, não temos acesso à mobilidade social, não temos acesso à segurança, entre outros direitos básicos e fundamentais. O racismo falseia quem somos, então, reduzindo-nos à maneira como trabalhamos, considerada excessiva e forçada, e à opressão que sofremos, o que se expressa em enunciados como “trabalhar como um negro”, uma formulação que opera como pressuposto (Fairclough, 2003), como se observa no excerto a seguir:

[25] **Negro:** *trabalhar como um negro* ou *ser um negro de trabalho*, mourejar, trabalhar excessivamente (Aulete, 1958);

Nessa definição, há uma avaliação que opera por meio do processo material “trabalhar”, indicando julgamento de estima social, capacidade e normalidade: negro trabalha muito. Outro processo identificado é “ser”, que opera de forma relacional, vinculando um elemento ao outro. Essa definição contradiz outras afirmações propagadas no senso comum, por exemplo, expressões como “serviço de preto”, “amanhã é dia de branco”, pois revelam as concepções opostas: ou o “Negro” trabalha muito ou não trabalha.

Num primeiro momento, compreende-se que há uma relação ao construir a imagem do branco consagrado pelo seu bom trabalho, enquanto o negro é entendido socialmente como preguiçoso. Munanga (2020b, p. 32) defende que isso é, muitas vezes, sinônimo de resistência e rebeldia “às vezes o negro trabalhava pouco. Mas isso não era preguiça, e sim resistência, rebelião diante do trabalho desumano, forçado e sem remuneração. Uma revolta passiva”.

O que está amplamente divulgado nos dicionários entra em contradição com tais dizeres difundidos socialmente. Com isso, parte de nossa sociedade pode ter certas dúvidas sobre como o negro trabalha, se é muito ou pouco, se somos trabalhadores ou preguiçosos. Essas contradições sobre o “Negro” ecoam no sentido de legitimar ainda mais a dominação, isto é, por meio dessa contradição imposta, os negros são pessoas que podem ser mais exploradas, e colocadas à prova, uma vez que se compreende que não trabalham direito. Assim, esse é um estereótipo negativo que imputa a toda população negra características negativas (Ribeiro, 2018).

Conforme vemos nas definições colocadas neste tópico, a luta de classes é inerente à luta antirracista. Os negros, evidentemente, compõem a classe trabalhadora e, Munanga (2020b, p. 31), mais uma vez, explica como isso é evidenciado em nossa sociedade, “o mito do negro preguiçoso não é real, como demonstra a expressão ‘trabalhar como um negro’, usada pelo próprio branco quando trabalhava muito e duro”, verifica-se, assim, como classe e raça estão relacionadas. E, nesta análise, observamos como o gênero também é fator relevante para definição das mulheres negras (Davis, 2016).

Florestan Fernandes (2017) acreditava que, com o desenvolvimento do capitalismo, o racismo desapareceria a despeito da população branca tentar manter seus privilégios de classe. “Sob o capitalismo é possível fazer algumas transformações e urge partir da ordem existente para fomentar uma democratização profunda de todas as esferas da vida” (Fernandes, 2017, p. 20). No entanto, podemos verificar que “Negro” é reapresentado como escravo, inclusive nos dicionários mais recentes, e é definido como pessoa que trabalha muito, isto é, a condição de exclusão permanece, independentemente do momento histórico, ao longo do último século. Esse fator evidencia a manifestação da colonialidade como forma de opressão.

Para Jessé Souza (2017), Fernandes não percebeu a moral singular do capitalismo e a importância do capital cultural na manutenção dos privilégios da burguesia e da supremacia branca. Superar os desafios impostos pelo capitalismo passa por superar o racismo, pois a

divisão de classes, a divisão de grupos de interior das classes, o processo de individualização e os antagonismos sociais que caracterizam as contradições que formam a sociabilidade capitalista têm o racismo como veículo importantíssimo. E negar isso é simplesmente não compreender o capitalismo enquanto forma de sociabilidade (Almeida, 2019, p. 185).

Com esses dados, compreende-se que os verbetes dos dicionários operam no sentido de eternalização relações de poder (Thompson, 1995). Os dicionários definem precisamente quem é o dominado e quem é o dominador: o “Negro” é apresentado como escravo e trabalhador precarizado. Dessa forma, os dicionários dissimulam a relação de dominação para que, assim, possamos compreender que tal dado, a dominação escravista e capitalista, seja visto como natural (Thompson, 1995) e, por conseguinte, nos verbetes não é necessário dizer quem é o dominador, pois está compreendido de forma antagônica e pressuposta.

- [26] **Preto:** PRÊTO-MINA, s. m. Indivíduo de uma raça de pretos robustos e estimados, que o Brasil, noutros tempo, importou da Costa da Mina (Freire, 1939);
- [27] **Preto:** Preto Mina: escravo importado da Costa da Mina (Michaelis, 1998);

Essas definições de “Preto” operam no sentido de avaliar em grau de composição as pessoas “Pretas”. Mais uma vez, remete-se à escravização: pessoas pretas são consideradas escravas. Em outras palavras, a representação cristalizada, a idealização e a subalternização das pessoas negras operam por meio do discurso presente nos dicionários. Por meio dessa avaliação, a definição opera no sentido de diferenciar (Thompson, 1995).

Dessa forma, as definições avaliam a partir de aspectos de estima social e de normalidade sobre a escravidão, por meio de “pretos robustos e estimados” e “escravo importado”. Em última instância, trata-se de naturalizar a representação dos negros como escravos (Thompson, 1995). Ressalta-se que, nessas acepções, “Preto Mina” é definido em voz passiva, de forma a ocultar o importador, isto é, o homem branco escravista. Em amíúde, nas definições de Preto, há processos materiais (importar), em que “Preto Mina” é a Meta, ou seja, quem sofre pelo processo. Ainda sobre o processo material importar, o negro é representado como era compreendido no período escravocrata, isto é, mercadoria, objeto.

As avaliações de “Preto Mina” caracterizam-no no sentido de naturalizar a escravidão e de diferenciar: robustos e estimados, expressando valoração positiva aos olhos dos escravistas.

Os produtores dos dicionários, quase meio século após a abolição da escravidão, ainda operam de forma a reverberar valores escravocrata e racista.

A definição de Freire (1939) apresenta a relação do Brasil com a escravização nos seguintes termos: por meio de circunstanciador “noutros tempos” para fazer compreender que a importação de negros para o país não é mais uma prática, ocultando o período escravocrata. No entanto, ofusca esses importadores, isto é, as pessoas envolvidas nas práticas de comércio de pessoas escravizadas. O produtor do verbete, ao responsabilizar o país, isto é, o Brasil, dissimula os responsáveis pelo tráfico negreiro e aqueles que lucraram com a escravização: traficantes, governantes, senhores de terras, fazendeiros, produtores de cana de açúcar e café, para citar alguns (Thompson, 1995).

[28] **Preto:** PRETO MUZUNGO, s. m. Prêto de raça nobre, ou prêto já um tanto civilizado (Freire, 1939);

[29] **Preto:** Preto Muzungo: preto de raça nobre, ou algo civilizado (Michaelis, 1998);

Nos dois excertos, há descrição das características físicas, sociais e culturais das pessoas descritas como escravas: “raça nobre”, “um tanto já civilizado” e “algo civilizado” – ainda não civilizado, pois isso o igualaria ao branco. Em comparação ao Preto-Mina, o Preto Muzungo, apesar de ser definido como “um tanto civilizado”, não o é completamente, pois também é desumanizado, conforme Michaelis (1998), por meio de “algo civilizado”. Isto é, até então, o produtor do dicionário recorre a avaliação por composição por meio de estima social, por meio de “um tanto civilizado”. Essas descrições aparecem ao definir o “Preto” como escravo, desumanizando-os, trazendo inicialmente à memória o que era feito em leilões, comércios e anúncios de pessoas negras escravizadas que escapavam da escravidão. Tal forma de operar se faz no sentido de diferenciar Pretos Muzungos, Pretos Minas dos demais (Thompson, 1995).

As referências a 'bestialidade' e 'ferocidade' demonstram como a associação entre seres humanos e determinadas culturas, incluindo suas características físicas, e animais ou mesmo insetos é uma tônica muito comum do racismo e, portanto, do processo de desumanização que antecede práticas discriminatórias ou genocídios até os dias de hoje (Almeida, 2019, p. 28-9).

Ainda na construção da diferenciação, o “Preto Muzungo”, que os dicionários definem como “preto de raça nobre e prêto já um tanto civilizado” (Freire, 1939) e “ou algo civilizado” (Michaelis, 1998), há processos que apontam sobre o quanto o “Preto Muzungo” está inserido no processo civilizatório: numa perspectiva europeia de civilização, o “Preto Muzungo” é nobre, ou se não é nobre é já um tanto civilizado. Assim, as características que o fazem nobre

é ser e estar em conformidade com os valores europeus. Essa avaliação reverbera na apreciação de composição e complexidade sobre como o “Preto Muzungo” é entendido nos dicionários. A construção “já um tanto” implica que o “Preto Muzungo” está no processo de se tornar civilizado.

A definição de “Preto Muzungo” reverbera a desumanização da população negra e, nesses verbetes, há a relação de civilização com nobreza e dignidade. Assim, podemos inferir que, na concepção abordada, os demais pretos, ou as demais parcelas da população africana, não são compreendidos como nobres. Há, portanto, a diferenciação nos dicionários nas definições dos “Pretos Mzungos” em distinção aos demais.

Os dicionários atribuem uma estima ao “Preto Muzungo”, dentro do que são os valores escravocratas e racistas. Em contraste, enquanto o “Preto Muzungo” é entendido como alguém familiarizado com a noção de civilidade dos brancos, há uma comparação com os demais negros africanos, por exemplo, o “Boçal”, definido – nos verbetes explorados adiante – como os negros que “não compreendiam bem o português e falavam dialetos africanos” (Machado; Sousa Júnior, 2024, p. 219). Há uma operação de sentidos negociada na construção da identidade negra que funciona no sistema escravista da seguinte forma: para dominar, há tanto a unificação, todos são negros; como também há a diferenciação por meio de “Preto Muzungo”, “Preto-Mina” e “Boçais”.

Além disso, nos discursos analisados, há a repetição da definição por meio de “escravo”, já identificada em outras definições. Essa forma de representação naturaliza relações de poder e dominação por representar a escravização, um processo histórico e cultural, de maneira reificada (Thompson, 1995). Em outras palavras, ocorre aqui uma decisão ideológica de se referir aos negros e pretos como “escravos”, em detrimento de “escravizado”, por meio do sufixo *-ado* (Basílio, 2011). Tal decisão acarretaria uma responsabilização dos brancos escravistas. No entanto, sabemos que isso seria uma afronta ao pacto narcísico da branquitude (Bento, 2022). Por isso, ao explicar “Preto Mina” e quem eram os responsáveis pelo tráfico negreiro, os dicionaristas escolhem utilizar tal definição “[...] o Brasil, noutros tempo, importou da Costa da Mina”, desresponsabilizando brancos que se beneficiaram e beneficiam do racismo.

O termo desumaniza as pessoas negras e transformam-nas em mercadorias, reproduzindo a forma pela qual eram tratadas durante a escravização. A posse de pessoas escravizadas era compreendida como sinal de nobreza e existia um mecanismo social e econômico na sociedade capitalista para o tráfico e comercialização.

Os cativos, enquanto mercadorias, podiam ser leiloados, comprados, vendidos, emprestados ou alugados para as mais variadas funções, além de poderem ser

oferecidos como garantia para empréstimos e atuarem na zona urbana ou rural. Em alguns documentos, principalmente após 1850, os cativos eram os bens mais valiosos de uma fazenda, com valor superior aos bens de terra (Machado; Sousa Júnior, 2024, p. 119).

As construções naturalizadas que relacionam o “Negro” à escravidão ainda se fazem presentes nos dicionários de língua portuguesa em outros verbetes. Esses efeitos de sentidos sociais negativos reverberam ainda hoje na forma como as pessoas compreendem a população negra e descendentes de pessoas escravizadas. Diante disso, os negros não são apresentados por meio de valores positivos, sobretudo no que concerne aos “Quilombos”.

- [30] **Quilombo:** Habitação clandestina nas matas e desertos, a qual servia de refúgio a escravos fugidos (Nascentes, 1946; 1961);
- [31] **Quilombo:** Acampamento fortificado nas matas ou locais agrestes, o qual servia de refúgio a escravos fugidos (Nascentes, 1976; Bechara, 2022);
- [32] **Quilombo:** Hist B. local escondido, ger. No mato, onde se abrigavam escravos fugidos (Houaiss, 2009);

As definições de “Quilombo” ofuscam a resistência negra ao longo da história (Thompson, 1995). Verifica-se, nos exemplos, processos materiais em “servia” e “abrigavam”, que indicam ação da população negra contra o sistema escravista colonial pela própria existência e resistência. Ademais, esses processos estão conjugados no passado, indicando que na contemporaneidade não existem mais quilombos. Seja com esta finalidade ou não, os quilombos que resistem nos dias atuais são apagados conforme tais definições. Em Houaiss (2009), essa ideia de que na contemporaneidade a população negra também se organiza socialmente em quilombos é, assim, rechaçada veementemente, por meio da abreviação “Hist B.”, indicando que há um valor histórico.

Sabemos que “de fato, a história do movimento negro é de resistência e de lutas travadas durante todo o período da escravidão, indo da resistência individual às insurgências urbanas dos quilombos” (Bento, 2022, p. 38). No entanto, os dicionários reforçam o epistemicídio ao ignorar que, na atualidade, existem povos quilombolas que ainda lutam pelo reconhecimento de terras¹⁴.

¹⁴ Em setembro de 2024, o presidente Luís Inácio Lula da Silva assinou acordo de conciliação de território quilombola, a disputa durou cerca de 40 anos para reconhecimento de parte do território, que será utilizado como base espacial do governo federal. Disponível em <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2024-09/lula-assina-acordo-e-encerra-disputa-de-40-anos-em-alcantara>>. Acesso em: 07/10/2024

O Quilombo é definido nos dicionários por meio de “habitação clandestina”, “acampamento fortificado” e “local escondido”, implicando para avaliações a respeito da sua composição. Inicialmente, ao definir como habitação clandestina, a avaliação ocorre por meio de sanção social, pois os quilombos fazem algo de errado; Por meio de acampamento fortificado, há uma avaliação que ocorre por composição e proporção; Por fim, através de local escondido, a avaliação também se dá por meio de uma avaliação moral ou ética, escondido da norma.

Esses aspectos históricos nas definições de “Quilombo” ignoram que os quilombolas somente foram reconhecidos na Constituição de 1988 (Bento, 2022) e não aparecem da mesma forma nos verbetes de dicionários como pessoas dotadas de direitos, como podemos verificar em seguida:

[33] **Quilombo:** Casa ou esconderijo, no mato, onde se acoitavam os negros fugidos (Michaelis, 1998);

[34] **Quilombo:** Bras. Hist. Local onde os escravos fugitivos se abrigavam (Bechara, 2011);

Mesmo com a Constituição Federal indicando que os Quilombos são legalmente reconhecidos, os dicionários não avançam para a nova realidade no país. Nego Bispo (2019) já chamava atenção para isso ao analisar os textos regulatórios e os textos reivindicatórios presentes na Constituição Federal de 1988. Santos (2019a, p. 95) observa as diferentes maneiras pelas quais os diversos povos, colonizadores e contra colonizadores, influenciaram a produção dos textos, como por exemplo, os usos das denominações *quilombo* e *povos indígenas*:

Ao acatarmos essas denominações, por reivindicação nossa, mesmo sabendo que no passado elas nos foram impostas, nós só o fizemos porque somos capazes de ressignificá-las. Tanto é que elas se transformaram do crime para o direito, do pejorativo para o afirmativo. Isso demonstra um refluxo filosófico que é um resultado direto da nossa capacidade de pensar e de elaborar conceitos circularmente.

Para Nego Bispo (2019a, p. 97), as “ressignificações das nossas identidades em meio aos mais perversos contextos de racismo, discriminação e estigmas; a interlocução das nossas linguagens orais com a linguagem escrita dos colonizadores” estão inseridas nas guerras de denominação, por meio da práxis-política e pelos usos estrategicamente discursivos das denominações, entre outros elementos linguísticos. Nego Bispo (2019) se autodenomina como um intelectual orgânico contra colonial, porque, para ele, um quilombola nunca se rendeu ao colonialismo.

Entretanto, o léxico utilizado para representar os “Quilombos” minimiza o tamanho da luta e da resistência dos negros, ao utilizar termos como: habitação clandestina, local escondido, casa e esconderijo. Essa escolha avalia os “Quilombos” em sentido de sanção social, apontando para honestidade e propriedade, por ser um lugar clandestino e escondido. Com isso, reforça as suspeitas sobre as pessoas negras: o lugar do negro, então, é a escravidão no período colonial e a não existência no pós-abolição.

As definições dos dicionários analisados não representam, ainda em 2020, os “Quilombos” como símbolos de resistência do período escravista e, tampouco, como símbolo da luta por direito e território na contemporaneidade. Isso é como ocorre o epistemicídio na prática (Carneiro, 2005), por meio da ideologia da democracia racial que, como aponta Abdias do Nascimento (2017), eclipsa qualquer rastro de luta dos povos negros. Em termos práticos, quilombolas são representados como fugitivos e, atualmente, essas representações reverberam na legitimação do agronegócio invasor de terras demarcadas, que mata crianças quilombolas e indígenas, incendeia florestas e destrói plantações.

As representações identificadas nesta seção não só reduzem o negro ao trabalho forçado, mas também ofuscam e escondem as potencialidades da população negra na construção do Brasil em aspectos culturais materiais e imateriais.

A história dos quilombos [...] é omitida da historiografia oficial. Isso pode ter ocorrido para não ferir a imagem de país da suposta democracia racial ou, ainda, para não reconhecer o protagonismo da população negra na história nacional (Bento, 2022, p. 38-9).

Com isso, na representação do “Negro” como uma pessoa que se esconde nas matas, há, então, a ideia de que algo está fora de controle. Conforme Bento (2022, p. 44), “outra característica é que a personalidade autoritária requer um inimigo, porque precisa sempre projetar ‘para fora’, em grupos considerados ‘minoritários’ e periféricos, a raiva e o ressentimento sociais” (Bento, 2022, p. 44).

Mesmos os dicionários produzidos após a lei 10.639/03 parecem não seguir a legislação, tampouco os critérios do PNLD dicionários e reproduzem não só uma forma de epistemicídio, mas também intensificam o racismo institucional nesse contexto, isto é, quando as instituições reproduzem a concepção de que negros não se organizam em quilombolas na contemporaneidade e no que tange aspectos históricos, naturalizam a concepção do Negro à escravidão, pois este é o seu lugar natural e do qual é fugitivo (Thompson, 1995).

5.2.5 Cor, raça e pele nos dicionários

Ao representarem as pessoas “Negras”, em muitos excertos, os dicionários nos definem como pertencentes a uma determinada cor e raça. Socialmente, o conceito de raça e de cor evocam muitos sentidos, Schwarcs (2024, p. 61, grifo da autora) explica que a cor não é apenas uma questão de fenótipo, “delimita uma sorte de intersecção entre fenótipo e origem”. Historicamente, há o dado de que a identificação por meio da cor fez com que a sociedade brasileira entendesse o ex-escravizado como alguém livre, “compreender a transformação do escravizado em negro propicia uma diretriz para pensarmos a respeito do papel que a relação entre os conceitos de ‘raça’ e de ‘cor’ exerceu no plano das relações de produção e no simbólico” (Nascimento, 2006, p. 136-7).

As noções de cor e raça, conforme defende Nascimento (2006), apontam para a concepção de suposta diversidade que o país tem e, com isso, desassociamos o histórico racista, pois remete que somos uma

nação arco-íris, inclusiva por definição. A referência a uma identidade nacional centrada no conceito de cor permitiu mobilizar – de acordo com os contextos – a ambiguidade das representações dos grupos raciais e étnicos não-brancos, ao mesmo tempo e que assegurou sua incorporação como parte do modelo de mestiço nacional (Nascimento, 2006, p. 143-4).

Nesse contexto, a cor mascara as relações raciais. Diferentemente do que ocorre nos Estados Unidos da América, que se baseia na regra de “uma gota de sangue”, o racismo no Brasil acontece pelo que Degler (1992) denomina de grupos de cores ou o que Nogueira (2006) chama de marca. Assim, a cor identifica minorias racializadas, conforme Antônio Bispo dos Santos (2015), preto é a cor, ao passo que negro é a raça.

A seguir, apresenta-se como as definições operam por meio das cores:

[35] **Negra:** Mulher de cor preta (Michaelis, 1998);

[36] **Negra:** Mulher de cor negra (Bechara, 2011; Bechara, 2008);

[37] **Preto:** Diz-se da cor mais escura entre todas. Negro (Michaelis, 1998);

[38] **Preto:** Que é a da cor mais escura que existe; negro (Bechara, 2008);

Em primeiro lugar, foram desconsideradas algumas acepções que definiam “Preto” como a própria cor preta e, então, foram selecionados os trechos que definem as pessoas lidas socialmente como de cor preta. Os excertos apresentados, na maioria dos dicionários mais recentes, definem as pessoas negras por meio do atributo da cor. Há a recorrência do “diz-se”, para além de ser parte de como é construído o gênero verbete, linguisticamente opera no sentido de se distanciar do que é dito, podendo fazer compreender que os leitores conhecem tais

atributos de determinados grupos sociais, por ser um conhecimento compartilhado. Nesse contexto, conforme Barros (2000) os discursos presentes nos dicionários constituem-se como anônimos da coletividade, operando, assim, como intertextualidade.

Os atributos na construção dessas definições de “Preto” e “Negra” possibilitam algumas inferências. Em primeiro lugar, esses atributos avaliam em termos de composição e complexidade: a cor, que é preta e negra. Há nos dicionários analisados outra definição que ocorre pela cor, “homem de cor negra: pessoa de cor e pele negra”; “mulher negra: mulher de cor preta”.

Outras acepções que remetem à cor foram identificadas nos verbetes de “Pardo”. Telles (2003, p. 106), ao falar sobre o racismo à brasileira, elucida sobre como a classificação do IBGE ocorre quando se fala da mistura entre preto e branco, socialmente.

Enquanto os termos branco e preto se referem aos extremos desse *continuum* de cores, a categoria pardo utilizada pelo censo acomoda os vários termos do discurso popular que definem aqueles de mistura racial. Esse termo, embora seja frequentemente usado como substituto para mulato ou para identificar pessoas com mescla de branco e negro, também pode incluir outras categorias como os caboclos, isto é, indígenas aculturados ou pessoas com ascendência predominantemente indígena (Telles, 2003, p. 106).

Com isso, verifica-se que algumas definições de “Pardo” como cor intermediária entre preto e branco:

[39] **Pardo:** Que tem côr intermedia a prêto e branco (Freire, 1939);

Inicialmente, é preciso fazer as considerações iniciais sobre esse verbete: “Pardo” não é cor entre branco e preto e, desse modo, esta definição está se referindo às pessoas pardas em nosso contexto socio-étnico-racial e cultural. Em uma sociedade, como a brasileira, em que as pessoas são hierarquizadas por meio da cor de suas peles, então, o verbete é construído de forma a atribuir ao “Pardo” tais avaliações: intermédio ao preto e branco.

Ressalta-se que o momento histórico da publicação deste verbete de Freire (1939) é o que eugenistas exerciam certa influência na sociedade brasileira e consideravam a miscigenação uma degeneração biológica (Telles, 2003). Nessa definição, o processo relacional possessivo “tem” indica que as pessoas pardas são aquelas que portam tais características, ou seja, o portador da representação social parda – alguém é pardo por ter determinados atributos, diferentemente de “ser”. No início do século XX, as pessoas pardas já traziam questões referentes à miscigenação e, posteriormente, a ideologia da democracia racial funcionaria como um escape para negar a negritude.

Nascimento (2006) chama atenção para a maneira como o discurso da cor é utilizado para que o Pardo, como categoria, se esquive do racismo, uma vez que as demais formas de identificação remetem à identidade negra. “No discurso da cor, o pardo, diferente do termo mestiço, não suscitou a discussão sobre pureza, mas permitiu mobilizar a noção de mestiço superior através da identificação com o componente branco” (Nascimento, 2006, p. 145). Tal apontamento reverbera nos dados analisados, a exemplo da definição “branco sujo”, encontrada nos verbetes de “Pardo” e nos de “Raça”, que é compreendida como a que se perpetua, sem misturas.

A construção dos verbetes nos conduz a compreender a cor de forma contrastiva, em relação de dependência e subordinação entre as lexias, isto é, há uma comparação entre o “Branco” e “Preto”, que são colocados em polos opostos: “Branco” é diferente de “Preto”, no entanto, o Pardo “tem cor intermedia”. Outras definições, simplesmente ocorrem por meio de atributos, como a que se pode verificar a seguir:

[40] **Pardo:** De cor entre branco e preto (Michaelis, 1998; Bechara, 2011);

Essa definição, presente em dois dos dicionários, apresenta o “Pardo” por meio de processo relacional identificacional com os seguintes atributos: “Pardo (é) de cor entre branco e preto”, avaliando-o em termos de composição, isto é, a cor. Essa definição ocorre quando as discussões sobre políticas de inclusão para negros estavam em voga, operando no sentido ideológico de fortalecer a miscigenação, em contexto de argumento contrário a tais políticas. Conforme Guimarães (2012), quem mapeou argumentos contrários às cotas raciais nas universidades, aponta como a miscigenação foi utilizada pelos detratores das Políticas de Ações Afirmativas (PAA). Compreende-se que a explicação presente nos dicionários pode operar no sentido de fortalecer a ideologia da democracia racial, que lança entraves nas reivindicações de direitos para a população negra. Ademais, como será debatido nas próximas subseções, Pardo não é compreendido como componente da raça negra, o que, ideologicamente, implica dizer que no Brasil, somos miscigenados, logo, não temos raça – conforme toda a racionalização da negação do racismo, que é amplamente conhecida por nós.

Desse modo, além de desmobilizar, a definição despolitiza a discussão sobre o que é ser “Pardo”: primeiramente, ela coloca o enfoque nas cores *per se*, não nas possibilidades de ser componente de um grupo social e político que se agrega à negritude. Em segundo lugar, ela foge à lógica sobre a qual seria a cor entre branco e preto, pois, em verbetes que definem Branco e Preto, há definições correspondentes da física, tais como: ausência de luz, de cor, mistura de

todas as cores etc. Já na definição de “Pardo”, não foram encontradas acepções semelhantes, pois “Pardo” não é cor intermediária entre “Branco” e “Preto”, o que temos aqui é uma construção social, racializada, moderna-colonial e ideológica. Em terceiro lugar, observa-se a vagueza em que a definição flutua, isto é, a falta de precisão sobre o que é ser “Pardo”, pois ela é politicamente motivada, uma vez que há diversas possibilidades de cores entre uma e outra.

[41] **Pardo:** De côr intermediária entre prêto e o branco, quase escuro (Nascentes, 1943; Nascentes, 1961; Nascentes, 1976; Nascentes, 1988; Bechara, 2008);

Pelas reiteradas vezes que este tipo de acepção ocorre, verifica-se que se trata de uma definição canônica, conforme Faulstich (2014). Elas são reverberadas pelos dicionários da Academia Brasileira de Letras e ocorrem pelo processo relacional atributivo. A despeito da modalização em “quase escuro”, como circunstância, uma aproximação com negro (Fairclough, 2003), ainda há ambiguidades sobre o que é ser Pardo. Ao definir por meio dessa modalização, os produtores se engajam aproximando o Pardo da negritude, o que seria diferente caso a escolha léxico-gramatical fosse “quase claro”. Desse modo, a representação cristalizada opera no sentido de apagar a negritude e, com isso, a acepção reforça: “Pardo” não é negro, pois é quase escuro.

Novamente, essas definições operavam em seus contextos históricos como propagadores da ideologia da democracia racial. Elas não passaram por alterações significativas durante o regime ditatorial de Vargas, dos militares golpistas, no contexto social dos dois primeiros mandatos de Lula, quando as políticas de inclusão tinham destaques no governo federal e foram mantidas durante o regime do extremista de direita, Jair Bolsonaro. Em cada contexto histórico e político, essas definições carregam sentidos sobre como a própria sociedade brasileira é compreendida. Na segunda metade do século XX, o Brasil é compreendido em uma miscigenação, o que contribuindo para o rechaço das discussões étnico-raciais. Em Bechara (2008) ao serem publicadas, durante mandato de Lula, essas acepções poderiam ter operado no sentido de fortalecer o discurso anticotas e, ao ser republicada, no sentido de evidenciar a miscigenação, fortalecendo a identidade brasileira.

O “Pardo” tem a sua identidade, conforme Schwarcs (2017, p. 105) manipulada “na linguagem oficial, representa uma incógnita; já no popular, tem cor definida e é silencioso, à semelhança do racismo vigente em nosso país”. Dessa forma, na prática, ocorre o que Munanga (2020, p. 25) chama de hipodescendência que é: “a filiação ao grupo inferiorizado e não ao superiorizado. Basta ser um pouco negro para sê-lo totalmente, mas para ser branco é necessário

sê-lo totalmente”. No entanto, observamos que o “Pardo” não é definido como quem está vinculado à negritude, embora seja definido como “de cor escura”.

[42] **Pardo:** que é de côr escura, entre o branco e o prêto (Aulete, 1958);

[43] **Pardo:** de cor escura, entre o branco e o preto (Houaiss, 2009);

Esses verbetes definem “Pardo” por meio do processo relacional identificado em “é de cor escura”, evidenciando, em seus respectivos momentos históricos, uma acepção de que o “Pardo” é escuro, em posição temática (Fuzer; Cabral, 2014, p. 130), com “o elemento colocado em posição inicial da oração, funcionando como o ponto de partida da mensagem”. A definição inicia-se, de forma assertiva, com “de cor escura” seguida do atributo circunstancial “entre o branco e o preto”.

Do ponto de vista léxico-gramatical, Halliday (1984) aborda a oração como uma onda de informação porque o início dela é proeminente. Para compreendermos a sua organização, é necessário retomarmos dois sistemas também vinculados à metafunção textual, tendo em vista que a gramática é a base para a construção de significados no estrato da semântica do discurso: estrutura temática e estrutura da informação. O sistema de estrutura temática produz significados em termos de Tema, definido como o ponto de partida que localiza e orienta a oração no contexto e Rema, definido como o restante da mensagem, parte em que o Tema é desenvolvido.

Como Tema, os dois dicionários apresentam como dado o seguinte tópico: “que é de cor escura” e “de cor escura”. Inicialmente, há um fator inquestionável, a diferenciação (Thompson, 1995) com o grupo dos “Branços” que é construída pelo discurso dos dicionários: O “Pardo” é de cor escura. Como Rema, em “entre o branco e o preto”, há a exposição do novo, que é a cor. Em outros verbetes, a acepção ocorreu pelo uso de “intermediário/intermédio”, levando a compreender a hierarquia entre branco e preto, que são socialmente inferidos e reforçados pelos dicionários analisados.

De maneira geral, os dicionários definem o “Pardo” de modo a fazer compreender que não se trata de um negro nem de um branco, apesar da cor escura ou quase escura. Para Abdias do Nascimento (2017), o mestiço tem, tanto na escravidão quanto por meio da ideologia da democracia racial, serventia à casa grande, pois a mulatização do país é parte de um genocídio em curso, no qual torna os negros, sobretudo os pardos, alheios à sua negritude. Para Silva e Leão (2012, p. 120), trata-se da “lógica do embranquecimento, que coloca o pardo como

problema quanto como solução, isto é, problema porque não branco, e solução porque menos preto”.

Jesus (2021) relata que, no final dos anos 1980, já na redemocratização, perto de ocorrer o Censo demográfico dos anos 1990, movimentos sociais lançaram a campanha chamada “Não deixe sua cor passar em branco”, com o objetivo de politizar pessoas pardas que tendiam a se identificar como brancas, o que expressava o resultado da alienação identitária promovida pelas ditaduras de Vargas e dos militares golpistas de 1964. Jesus (2021, p. 50) reforça a ideia de politização da cor, ao afirmar que “há muito tempo tem sido uma bandeira de luta do Movimento Negro e das entidades negras em todo o Brasil. Longe de resgatar um sentido biológico da noção de raça, esta e outras iniciativas explicitam a disputa política em torno da cor, em torno da raça negra”. A busca pelo reconhecimento da cor como um elemento político é recente e ocorre a despeito dos dicionaristas.

Essa definição atribuída ao “Pardo” coloca em relevo, conforme Devulski (2021, p. 17-8), que a “mestiçagem, de origem violenta, fez parte de um projeto colonial que pretendia diluir a negritude até o ponto em que ela desaparecesse”. Assim, há uma dissimulação, em que o “Pardo” é definido de maneira vaga quanto à sua cor, o que pretensamente significaria algo positivo que reverberaria na identidade nacional (Thompson, 1995). De uma outra perspectiva, o “Pardo” é definido como nem uma coisa e nem outra, isto é, nem branco e nem negro, ele é distanciado da sua negritude e, com isso, há outro *modos operandi* identificado, que é a Diferenciação, que o desagrega de uma mobilização política, não é negro, apesar de ser quase escuro ou escuro (Thompson, 1995).

As acepções nos dicionários também representam Negras e Negros como pessoas racializadas. No entanto, as concepções de raça evocam uma condição já refutada pela biologia “as ideias que envolviam o ‘mito do sangue’ e a miscigenação perderam o substrato biológico com a descoberta de que não era o sangue o transmissor das características hereditárias, e sim os genes” (Nascimento, 2005, p. 45). Conforme Guimarães (2019), cientistas sociais, depois da Segunda Guerra Mundial, devido ao holocausto, passaram a utilizar raça para definir grupos sociais de pessoas, ou seja, “os fenótipos seriam uma espécie de matéria prima física e ganhariam sentido social apenas por meio de crenças, valores e atitudes” (Guimarães, 2019, p. 24), por esse motivo, as definições biológicas não se sustentam para a definição de raças humanas. Na mesma linha, Munanga (2020a, p. 118) aponta para essa transição de conceituação de raça, em que, tanto no Pré-Guerra quanto no Pós-Guerra, o conceito mantém as opressões contra os negros.

[...] Mais do que isso, o racismo no século XXI não depende mais do conceito biológico de raça, mas sim de outras essencializações políticas, culturais e históricas. É como se bastasse dizer que a raça não existe cientificamente para que o racismo desapareça automaticamente, como fumaça (Munanga, 2020a, p. 118).

O vocábulo Raça é apresentado nos dicionários para definir Preto e Negro como a população negra de forma geral, como se verifica nos excertos que definem as pessoas negras por meio do uso de raça:

- [44] **Preta:** s.f. mulher de raça negra (Freire, 1939; Aulete, 1958);
- [45] **Negra:** mulher de raça negra; preta (Houaiss, 2009);
- [46] **Negro:** s.m. Homem de raça negra; prêto (Freire, 1939; Aulete, 1958);
- [47] **Preto:** Diz-se da raça negra (Freire, 1939);
- [48] **Preto:** Que pertence à raça negra (Freire, 1939);
- [49] **Preto:** Homem da raça preta: dois pretos e um branco foram passear juntos (Aulete, 1958);
- [50] **Negro:** Que pertence à raça ou ramo negro (Freire, 1939. Michaelis, 1998);
- [51] **Negro:** Sm 1 Indivíduo da raça negra (Michaelis, 1998);

Em seguida, em “s.m. homem da raça negra”, os dicionários de Freire (1939) e Aulete (1958) enfatizam que se trata de um homem e, por meio de s. m. a definição reforça aspectos elencados anteriormente: o negro é o homem e a população da raça negra. A definição por meio de raça, conforme verificado, era amplamente empregado nos verbetes até a primeira metade do século passado para as pessoas negras.

Há, em uma acepção de Freire (1939), o processo verbal “diz-se”, indicando certo afastamento pelos produtores sobre o que está sendo dito. Com o uso da terceira pessoa, compreende-se que o dicionarista não evidencia a fonte da informação e, com isso, faz entender que este é um uso corrente na língua entre os falantes. Assim, os dicionários operam por pressuposição (Fairclough, 2003) que leitores têm esse conhecimento, até mesmo interdiscursivamente (Fairclough, 2003). Contudo, compreende-se que os trechos apresentados reforçam tais entendimentos, definindo pelo viés da racialização.

Linguisticamente, nessa acepção, o processo relacional de atributo em “que pertence a raça negra” relaciona as pessoas pretas à raça negra. O que podemos apontar aqui são os sentidos sociais que o vocábulo Raça evoca. Conforme Nascimento (2019), essa é uma forma que o discurso da branquitude opera, no sentido de racializar o Negro, para que o Branco seja compreendido como ser humano universal; e é por meio da língua que a racialização ocorre,

por meio de nomeações. No entanto, tanto nas definições de Branco quanto de Negro, o vocábulo Raça aparece, como veremos mais adiante.

Na definição “homem da raça preta: dois pretos e um branco foram passear juntos”, de Aulete (1958), verificamos que “Preto” é explicado também por meio de atributo. Nesse caso, avaliativamente, trata-se de um julgamento que ocorre por meio de estima social e normalidade, isto é, pessoas de diferentes raças são apresentadas a partir deste vocábulo ao marcar a diferença. Em outras palavras, é comum que pessoas pretas sejam compreendidas como da raça negra, pois é uma preocupação ter este marcador ao falarmos de pessoas negras.

Em relação ao termo “ramo”, atribuído nas definições de Freire (1939) e Michaelis (1998) no excerto [50], podemos verificar uma compreensão de que os grupos humanos são caracterizados de forma taxonômica, ou seja, classificados de maneira hierárquica. Por meio da lexicalização, em que constroem sentidos de marcar diferenças nessas duas acepções, raça pode ser compreendida de forma a não somente categorizar grupos, mas hierarquizar. O excerto em questão aborda as mesmas questões compreendidas pelos racialistas, que são pseudocientistas “europeus que, entre os séculos XIX e XX, teorizaram sobre a existência das raças hierarquizadas em superiores e inferiores, dando origem ao racismo científico” (Munanga, 2020a, p. 122). A definição apresentada cria uma equivalência entre os termos raça e ramo por meio de “ou”, em que qualquer um dos léxicos pode ser aplicado para se fazer compreender o que é “Negro”, por meio de uma operação linguística que infere expansão dialógica, isto é, abrindo possibilidade para demais interpretações.

Nesses excertos, os dicionários continuam definindo as pessoas negras por meio do conceito de raça. Embora saibamos que os sentidos e significados de raça mudaram após a Segunda Guerra Mundial, os vocábulos são mantidos sem que haja mudança do componente compreendido como biológico para o social. Apesar de a grande maioria dos dicionários que definem por meio de “raça” serem da primeira metade do século passado, ainda há alguns dicionários que continuaram definindo “Negra” e “Negro” por meio desse vocábulo. Retomando Munanga (2017, p. 33), “em sua evolução, a ciência biológica demonstrou, já na segunda metade do século XX, que raça não existe e, conseqüentemente, que são absurdas as crenças baseadas na superioridade e inferioridade raciais dos grupos humanos”. Há uma recorrência na forma de definir as pessoas negras, que ocorre por meio do campo semântico racial, sem que tais aspectos sejam apontados como falsos, o que pode levar os consulentes leigos a compreenderem supostas hierarquias como fato, pois os produtores dos dicionários não apresentaram tais transformações significantes na forma de definir as pessoas negras.

Conforme Quijano (2005, p. 108), a ideia da raça foi construída para legitimar relações de poder, os europeus se denominaram brancos e, por conseguinte, superiores: “os povos conquistados e dominados foram postos numa situação natural de inferioridade, e consequentemente também seus traços fenotípicos, bem como suas descobertas mentais e culturais”. Por descobertas mentais e culturais, os povos racializados não puderam nomear as coisas e a si mesmo, sendo o que chamamos de linguicídio (Nascimento, 2019) e o desprezo e assassinato dos nossos saberes é conhecido como epistemicídio (Carneiro, 2005), conforme as definições analisadas nesta tese. Segundo Coates (2015, p. 19), “raça é filha do racismo”, pois ela racionalizou a dominação e essa opressão.

Em acréscimo a essas discussões, podemos perceber que nos dicionários de Nascentes (1976; 1988), o verbete de “Negra” e “Negro” contém a definição “de etnia negróide”, que não ocorre por meio do termo raça:

[52] **Negra:** s. f. mulher de cor preta; mulher de etnia negróide (Nascentes, 1976; Nascentes, 1988);

[53] **Negro:** membro da etnia negróide (Nascentes, 1976);

Tais definições condizem com as questões levantadas sobre os aspectos históricos por não remeterem mais ao sentido biológico (Guimarães, 2009). Há, então, um atributo que ocorre de forma relacional, como membro de um grupo, diferentemente das questões biologicamente elencadas anteriormente. Novamente, “Negra” é “mulher de etnia negróide” ao passo que “Negro” é “membro da etnia negróide”. Em Nascentes (1976), o dicionário situado no Pós-Guerra, verifica-se o uso do vocábulo “etnia” para a construção do verbete. O “Negro” muda do atributo “de raça preta” para “membro da etnia negra”, como quem é afiliado. Os dois sentidos ocorrem de forma relacional, no entanto causam controvérsias sobre como isso ocorre.

Conforme Guimarães (2009, p. 183-4), o uso do termo “etnia” tornou-se comum, buscou-se, assim, “o banimento da palavra ‘raça’ dos textos científicos ou mesmo eruditos, substituída pelo termo ‘etnia’, como forma de negar qualquer existência às raças, e evitar que seu emprego constitua uma realidade racista”. Há, contudo, uma evidente realidade racista e, no período em que esses dicionários foram publicados, durante a ditadura dos militares golpistas de 1964, esse tipo de definição pode ter sido muito conveniente para que a visão de uma sociedade racialmente dividida não fosse exposta. Sabemos, no entanto, que essa realidade é um fato a despeito de como os grupos humanos são classificados discursivamente, assim,

definem Negro e Negra por meio de julgamento, estima social e normalidade, ou seja, como membros de um segmento, mas sem grandes implicações sociais ou históricas.

O termo “Raça”, conforme será apresentado nesta seção, carrega um extenso histórico em nosso contexto. Munanga (2003) relembra que este conceito foi, cientificamente, primeiro utilizado na Zoologia e Botânica, classificando animais e vegetais. Com o decorrer dos séculos, passaram a utilizar para compreenderem as relações sociais na França, mesmo não havendo diferenças morfológicas notáveis e, posteriormente, a cor da pele virou um critério.

Para melhor compreensão de como os dicionários definem o que é “Raça”, inicialmente, consideramos a forma como buscam se atualizar sobre os conceitos. Para Di Fabio e Isquardo (2021), que analisaram e compararam os verbetes de “Raça” e “Etnia” em dicionários de edições diferentes, existem lacunas nas atualizações dos termos, tendo em vista os distintos sentidos que eles evocam. Com o intuito de compreender “Raça” nos dicionários analisados, a seguir, apresentam-se algumas acepções.

- [54] **Raça:** Os ascendentes e descendentes originários de um mesmo povo ou de uma mesma família (Freire, 1939);
- [55] **Raça:** Os ascendentes e descendentes originários de um mesmo povo ou de uma mesma família: a raça judaica (Aulete, 1958);
- [56] **Raça:** Conjunto dos ascendentes e descendentes de uma mesma família ou de um mesmo povo (Michaelis, 1998);

Percebemos que há repetição dos léxicos “ascendentes”, “descendentes” e “família” nas definições destacadas. Em um primeiro momento, percebe-se que o produtor do texto conduz a leitura por meio de pressuposições ao definir os conceitos a partir de uma perspectiva biologicamente cimentada (Fairclough, 2003). Partindo do sistema de avaliatividade, pode-se perceber que há apreciação, composição e proporção nas definições de Raça, ao apontar como pertencentes a um mesmo grupo, indicando quais características esses ascendentes e descendentes devem ter. As acepções são construídas de forma a indicar quais são os atributos de alguém pertencente a uma raça, o que deve ser “originário” e “de uma mesma” família ou povo.

Nas definições de Freire (1939) e Aulete (1958), há outro dado que chama atenção, que é o atributo “os ascendentes e descendentes originários”. Por meio dele, embora esses verbetes estejam definindo uma suposta pureza racial, podemos compreender o que está escrito de forma mais implícita quando comparados com os dados já analisados: pessoas pardas não têm raça,

pois conforme as definições verificadas, “Pardo” não é definido por meio de raça em seus verbetes, mas pela cor. Além disso, em Aulete (1958), para exemplificar o que é raça, o dicionário apresenta a “raça judia”, apresentando as vítimas do regime nazista como pessoas racializadas.

Essa definição, relacionada ao *ethos* da democracia racial, pode enfraquecer a negritude e as mobilizações da população negra, pois a partir da compreensão da raça como um fator político, essa concepção aponta para uma desracialização dos pardos e da sociedade brasileira e, assim, corroboram-se posicionamentos de que a miscigenação impediria a propagação de uma ideologia racista, uma vez que brasileiros supostamente não têm raça (Guimarães, 2009). Esse tipo de aceção também é verificado por outra definição de Aulete (1958):

[57] **Raça:** Variedade da espécie humana e em geral de qualquer espécie de animais que se conserva perpétua pela geração (Aulete, 1958);

Essa aceção expõe vários elementos importantes para esta análise, o primeiro que gostaria de enfatizar é a alusão a Raça como biológica, sobretudo presente em humanos e animais. Em segundo lugar, o discurso sobre raça, conforme a definição expõe, trata-se da pureza e isso é mais detalhado quando olhamos por meio da análise linguística, que constrói o verbete por meio de: “variedade da espécie humana e em geral de qualquer espécie de animais”. No entanto, a definição ocorre ao final da década de 1950, passado pouco mais de uma década da derrocada do nazismo na Alemanha e o dicionário em questão insiste na fundamentação biológica de raça por meio de “espécie humana”.

A definição, então, é construída por um processo material na passiva “que se conserva”, indicando que há uma tentativa de dar relevo a como essas populações consideradas puras se mantêm. Esse processo material, indicando que há alguém, que é ocultado, colocando forças nessa transformação, permite entender como a sociedade brasileira pode ter se compreendido e se fazia compreender naquele momento, por meio de um histórico eugenista, ainda bastante arraigado na sociedade ao que parece.

Essa é uma definição que avalia “Raça” por meio de apreciação, composição e proporção, evidenciando que, para fazer parte de determinada raça, os seres devem estar com sua composição “conservada”. Compreendo como evidente o viés ideológico ao definirem Raça por racionalização (Thompson, 1995), em que se preserva as raças da miscigenação. Aos grupos humanos, essa preservação pode ocorrer para a perpetuação de atributos e qualidades, como é visto na aceção a seguir:

- [58] **Raça:** Categoria, classe ou grupo de pessoas com certas e determinadas qualidades ou predicados (Freire, 1939; Michaelis, 1998);

Nessa definição, há um entendimento de que os grupos raciais são diferentes e têm qualidades distintas. Os léxicos “categoria” e “classe” hierarquizam as pessoas racialmente identificadas. Ademais, por meio de “ou”, há uma expansão dialógica que contribui para o entendimento de que “Raça” também é sobre predicados, isto é, avaliando a estima social das pessoas racializadas. As definições em questão atribuem essas diferenças à “Raça” em momentos distintos, com grande diferença temporal, científicas e sociais, o dicionário Michaelis (1998) replica a mesma definição de Freire (1939).

Os léxicos “certas”, “determinadas qualidades” e “predicados” pressupõem que há qualidades inerentemente constituintes no âmbito racial conhecido pelos leitores (Fairclough, 2003). Com isso, os produtores dos verbetes fazem compreender que seus leitores conhecem quais são as qualidades que tem cada grupo racial. Desse modo, reverberam as acepções encontradas em “Negro” como “trabalhar como um negro” em contraste com as de “Branco” que é compreendido como “senhor” e “patrão”. Esses léxicos identificados avaliam por meio de afeto, composição – indicando qual é a proporção das raças.

Ademais, por diversas vezes, o dicionário Aulete (1958) define “Raça” com atributos que avaliam negativamente e de forma hierárquica.

- [59] **Raça:** Geração, gente: mal pensavam que uma *raça* corrupta não conhece outra estrada senão a da servidão ou da licenciosidade (Herc.) (Aulete, 1958);

Inicialmente, há uma intertextualidade em que o produtor expõe outro texto, atribuído a Herc., para exemplificar quais são os usos possíveis do termo (Fairclough, 2003). A definição avalia “raça corrupta” por meio de julgamento, sanção social e veracidade, atribuindo a pessoa racializada uma questão ética. O trecho ocorre por meio de um processo mental cognitivo “conhece”, ao passo que a “raça corrupta” é um experienciador. “outra estrada senão a da servidão ou da licenciosidade” é o fenômeno.

Nessa definição, verifica-se uma pressuposição lógica que implica em descrever que as pessoas, pertencentes a tal raça corrupta, conhecem somente a estrada da servidão, escravidão ou da licenciosidade, isto é, da indisciplina (Fairclough, 2003). Dessa forma, há também opera ideologicamente no sentido de legitimar a escravidão e a persistente exclusão social que

acomete as minorias racializadas em nossa sociedade (Thompson, 1995). Essa operação ideológica funciona no sentido de afirmar que a punição é justa para determinados grupos raciais, por apresentar pessoas racializadas também por meio de “corruptas”. Assim, é relevante lembrar que os verbetes definem “Negro” como escravo, que trabalha muito e a negra açoitada no pelourinho, de forma naturalizada.

[60] **Raça:** Conjunto de ascendentes e descendentes de um mesmo povo ou família; estirpe, geração, origem, casa; cada um dos grandes grupos étnicos que se distinguem por vários caracteres, entre os quais a cor da pele; grupo étnico em relação a uma língua, nação, religião, etc; variedade da espécie humana, ou de espécie animal que se conserva perpetuada pela geração/classe, variedade, qualidade; grupo de seres caracterizados por qualidades análogas; tipo, casta, padrão; gente, descendência; origem nobre, distinção, casta; a humanidade (Nascentes, 1976; Nascentes, 1988);

Há nessa definição de Nascentes (1976; 1988) conceitos que devem ser analisados em pormenores, pois ela é extensa e apresenta “Raça” de forma a trazer dados tanto sociais quanto de características físicas, fenotípicas e biológicas. Em primeiro lugar, o trecho “conjunto de ascendentes e descendentes de um mesmo povo ou família” já foi analisado em momentos anteriores, em que verificou-se como os dicionários constroem uma definição que perpassa por meio da linhagem e da família.

O primeiro trecho a ser analisado nesta acepção traz atributos que avaliam “Raça” por meio de “estirpe, geração, origem, casa”. Esses léxicos constroem uma estima social de normalidade positiva, fazendo compreender que aspectos familiares e de origem constituem um suposto valor. Tais aspectos de valoração positiva são elencados devido à gradação da lexicalização, em que “casa” elenca que alguém pertencente a uma “Raça” é de uma determinada posição social, que obtém patrimônio ou até mesmo em lugar que abriga uma família, como construção parental. Essas definições são realizadas de forma a se fazerem fáceis aos consulentes devido aos léxicos utilizados e, com isso, essa unidade lexical reflete uma origem social específica, de estima social positiva, de nobreza.

Na acepção seguinte, “cada um dos grandes grupos étnicos que se distinguem por vários caracteres, entre os quais a cor da pele”, identifica-se o processo material “distinguem”, que carrega, inicialmente, uma racionalização sobre as distinções dos grupos sociais etnicamente constituídos. Vale salientar o contexto social e científico dessa definição, em que o conceito de

“Raça” já não era mais compreendido como biológico. Desse modo, o uso desse processo mental contribui para uma maior assertividade quanto à forma de se fazer pensar os grupos.

Por estar construída na voz passiva, a definição ofusca quais são as pessoas que distinguiram os grupos sociais por meio de raça. Desse modo, o enfoque é transferido para o fenômeno em si, “cada um dos grandes grupos étnicos”. Ao associar a ideia de “Raça” a de “grupos étnicos”, os dicionaristas marcam, assim, um posicionamento político de evidenciar as diferenças sociais de marca, em vez de biológicas, a despeito de elas ainda aparecerem na acepção seguinte. Conforme Guimarães (2009), o termo *etnia* surge como uma tentativa de retirar este aspecto biológico das pesquisas sociais, no entanto o termo *etnia* é mais amplo que o de raça, pois leva em consideração fatores linguísticos, culturais e religiosos. Todavia, de forma cristalizada e nas demais definições, observa-se uma forma de sanção social de que os “vários caracteres”, entre os quais a cor da pele, funcionam de modo a diferenciar diversos grupos sociais.

Na sequência do verbete, há outra característica social sendo explicitada, “grupo étnico em relação a uma língua, nação, religião, etc”. Nessa afirmação, aparece a primeira ocorrência da palavra “*etnia*”, localizada na década 1970, o que trouxe aspectos socioculturais para definir “Raça”. Há nessa construção uma apreciação de composição, que demonstra que grupos raciais e étnicos têm características muito distintas uma das outras. Com isso, elementos como religião e idioma, por exemplo, constituiriam diferentes *etnias* e grupos populacionais. Ainda assim, opera-se de modo a diferenciar os grupos populacionais (Thompson, 1995).

Em seguida, o dicionário de Nascentes (1976; 1988) replica uma definição de “Raça” que é apresentada por Aulete (1958), “Variedade da espécie humana e em geral de qualquer espécie de animais que se conserva perpétua pela geração”, analisada anteriormente. Nesse caso, há mudança: “variedade da espécie humana, ou de espécie animal, que se conserva perpetuada pela geração/classe, variedade, qualidade”. Nos parágrafos anteriores, foi destacado o uso do processo material “conserva”. A definição se transforma, agora, a partir da contração dialógica por meio de “variedade da espécie humana, *ou* de espécie de animal”, apontando que Raça pode ser utilizada para definir tanto a espécie humana quanto demais animais. Desse modo, o dicionário não descarta o uso de “Raça” biologicamente atribuído para definir grupos sociais. A partir dos circunstanciadores, os dicionários apresentam também uma visão essencialista de Raça.

Seguindo nas definições que servem para caracterizar pessoas, o dicionário de Nascentes (1976; 1988) utiliza “tipo, casta, padrão”, que hierarquiza os grupos sociais, além de “gente, descendência; Origem nobre, distinção, casta; A humanidade”. Nesta acepção há uma

definição que relaciona Raça à humanidade. Com isso, os léxicos ocorrem no sentido de destacar a estima social de normalidade positiva, também de apreciação, composição e proporção. Em outras palavras, há pessoas que pertencem a uma raça em decorrência da descendência, origem nobre, distinção (aos demais grupos), casta. Infere-se, nesse sentido, que há grupos raciais que não são nobres. Esses léxicos operam no sentido de, novamente, diferenciar os grupos sociais, no entanto isso não é apresentado de forma explícita, pois é também dissimulado, pois ofuscam e dissimulam as relações assimétricas de poder e dominação (Thompson, 1995).

O dicionário Houaiss (2009) apresenta explicação de Raça que perpassa o aspecto cultural:

[61] **Raça:** Classe de indivíduos com determinados predicados; categoria <*os nordestinos são uma r. de gente rija*> (Houaiss, 2009);

A definição de Houaiss (2009), que busca relacionar aspectos culturais nos verbetes de “Raça”, traz atributos como “classe” e “categoria”. Esses atributos, avaliativamente, funcionam linguisticamente como forma de julgamento, estima social, normalidade e capacidade. Ou seja, há grupos racializados que tem determinados predicados em detrimento de outros. Como a definição está descrevendo aspectos geográficos, há uma forma de diferenciar os grupos humanos, a partir da localização regional.

Os atributos, tanto “classe” quanto “categoria”, elencados na explicação funcionam no sentido de apresentar diferenças entre os grupos raciais compreendidos pelo produtor do texto, como se as pessoas tivessem determinadas qualidades. Houaiss (2009), além disso, exemplifica com um processo: “*os nordestinos são uma r. de gente rija*”, relacionando às pessoas de toda uma região do país uma mesma característica – em que há uma estigmatização. Com isso, implicitamente, compreende-se o determinismo biológico que se relaciona com aspectos socioculturais.

[62] **Raça:** Estirpe, geração, origem, casa, brasão (Michaelis, 1998);

[63] **Raça:** Classe, tipo, categoria <*uma r. de gente mal educada*> (Houaiss, 2009);

[64] **Raça:** Qualidade de indivíduo de origem ilustre; distinção <*pessoa de r.*> (Houaiss, 2009)

Com o uso dos léxicos “casa, brasão”, há uma avaliação que ocorre por meio da descendência, isto é, a pretensa origem nobre ou não desses grupos racializados. A julgar todo o contexto da população negra no Brasil, exposto no primeiro capítulo desta tese, quem tem família, antepassados, origem nobre e brasão são as pessoas brancas, pois gozam de prestígio social, conforme também observaremos na análise da branquitude nos dicionários. Esse tipo de definição, assim, também age no sentido de destacar a estima social dos grupos racializados.

No excerto seguinte, verifica-se que há outro tipo de estima social por normalidade negativa: “uma raça de gente mal educada”. Essa definição também opera no sentido de diferenciar os grupos de pessoas. Alguém que não é de uma raça de gente educada é de uma raça de gente mal-educada.

Houaiss (2009) segue na definição elucidando que uma pessoa de raça também pode ser compreendida como alguém nobre, que se distingue positivamente. O atributo em “pessoa de raça” funciona, assim, no sentido de enaltecer julgamento de estima social positiva, sobretudo em relação a alguém de origem ilustre, que se distingue das demais. De toda forma, opera linguisticamente a construir os sentidos de que essa origem pode funcionar biologicamente.

[65] **Raça:** *Pop. Pej.* Laia; categoria; classe (Bechara, 2011)

[66] **Raça:** *Pej.* Espécie, classe, laia: *Não confie nessa raça de gente* (Bechara, 2008)

As definições de Bechara (2011; 2022) operam no sentido de evidenciar as acepções que se transformaram ao falarmos de “Raça”. Inicialmente, as abreviações “pop. pej.” e “pej.” evidenciam que se trata de uma acepção que funciona no âmbito popular e pejorativo, isto é, ofensivo. Dessa forma, a explicação de Bechara diferencia-se do dicionário Aulete (1958) ao demarcar a conotação pejorativa e ofensiva da expressão.

Bechara (2022) tem uma definição que opera por um processo mental “confiar”, em que explica que há raças que são dignas de confiança e outras não. Isso ocorre por meio da “espécie, classe, laia” da pessoa, conforme as escolhas lexicais elencadas pelo produtor do texto. Assim, há uma avaliação negativa de estima social.

O quadro a seguir demonstra como os dicionários, sobretudo os publicados a partir da segunda metade do século XX, representam a “Raça” por meio de distinção. Destaca-se que as definições encontradas nos dicionários anteriores evidenciavam a questão da descendência, como um marcador racial, posteriormente há uma diferenciação racial entre os grupos racializados.

Quadro 17 – Estima social entre os grupos raciais presentes nos verbetes de Raça

Diferenciação dos tipos de raças humanas		
Estima social positiva	Estima social negativa	Dicionário
Raça honesta conhece o caminho da liberdade.	Raça corrupta só conhece o caminho da servidão	Aulete (1958)
Origem nobre	Origem não nobre	Nascentes (1976; 1988)
Origem ilustre	Origem não ilustre	Houaiss (2009)
Raça de gente rija	Raça de gente mole	Houaiss (2009)
Raça de gente bem-educada	Raça de gente mal-educada	Houaiss (2009)
Raça de gente confiável	Raça de gente não confiável	Bechara (2008)

Fonte: Elaborado pelo autor

Podemos verificar no quadro que as definições publicadas a partir da segunda metade do século XX indicam diferenciações entre os grupos racializados. Os dicionários ainda mantêm as definições de “Raça” em uma perspectiva biológica, em alguns dos verbetes, no entanto, apresentam mais avaliações positivas e negativas entre os grupos racializados. Com isso, estigmatizam, de forma relacional, os grupos de pessoas racializadas.

Também a partir da segunda metade do século passado, os dicionários passaram a definir as pessoas negras por meio do léxico “pele”. No entanto, há questões que são levantadas a seguir sobre como isso ocorreu.

[67] **Preto:** raça preta ou negra, raça de homens caracterizados pela pele mais ou menos escura, cabelos curtos e muito crespos, nariz achatado e maxilas proeminentes (Aulete, 1958);

Nesse excerto, há uma avaliação de como “Preto” é apreciado, por meio de proporção e complexidade. A definição ocorre por meio de detalhamento de quais os dicionaristas compreendem ser os traços físicos de uma pessoa preta, como “mais ou menos escuro”. Certamente, define como escuro, mas modaliza o quanto. Esse verbete define “Preto” a partir de uma classificação fenotípica, através dos traços físicos com enfoque na cor da pele. Essa definição, datada de 1950, reproduz os discursos biológicos sobre a conformação morfológica das evidências científicas operadas pela colonialidade do saber, poder e ser.

Nos verbetes de “Preto”, os dicionários definem por meio de atribuições de qualidades físicas e morais, como apresentado adiante. Essas definições ocorrem por meio de diferenciação o que é comum, pois quem definiu os negros, historicamente, foram os brancos (Thompson, 1995). Essas associações, por meio de “cabelos curtos e muito crespos, nariz achatado e maxilas proeminentes”, remontam a trechos de jornais em que escravagistas reivindicavam a captura de escravizados que escapavam, como aponta Petrucci (2013, p. 22-3)

Na época da escravidão, nos casos de fuga, por exemplo, os donos de escravos publicavam anúncios de busca com a descrição física mais acurada possível, incluindo os detalhes de nuances de cor da pele, dos cabelos e outros traços ou marcas, como cicatrizes ou falta de algum membro, para permitir e facilitar a identificação e a recuperação de quem tivesse fugido. Desenvolveu-se, dessa maneira, desde aquela época, uma terminologia de descrição da aparência ou traços físicos das características raciais dos indivíduos.

As demais definições de “Preto” ocorrem por meio da referência à cor da pele, “mais ou menos escura”, apresentam-se características físicas, porém orienta o leitor a entender a partir da cultura miscigenacionista da nossa sociedade ou de uma suposta diversidade, que desemboca no preconceito de marca (Nogueira, 2006). O fenótipo é referenciado para descrever quem é preto no Brasil, contudo a cor da pele não é apresentada com maior grau de comprometimento ao verificarmos as modalizações.

Com essas definições, observa-se uma supressão da diversidade das pessoas negras, conforme Munanga (2020b, p. 26).

Embora reconhecessem as diferenças físicas e culturais entre os negros encontrados no continente, os europeus ficaram mais impressionados com os aspectos que vários povos tinham em comum: a cor da pele, o cabelo, a forma do nariz e dos lábios, a forma da cabeça, etc. Desses traços físicos, considerados elementos coletivos, “montou-se” um negro geral.

Os europeus diferenciaram os negros e nos descreveram de formas gerais. Por exemplo, Auguste Comte acreditava que havia uma superioridade moral e intelectual dos europeus em relação aos demais povos do mundo, que se dava por meio da estrutura do cérebro do homem branco. “Com essas teorias sobre características físicas e morais do negro patenteia-se a legitimação e a justificativa de duas instituições: a escravidão e a colonização” (Munanga, 2020b, p. 30).

[68] **Negro:** Diz-se de quem tem a pele negra: *os homens negros* (Bechara, 2008);

[69] **Negro:** Pessoa de pele negra; negro; *Os negros brasileiros estão resgatando a sua cultura* (Bechara, 2008);

O processo relacional identificado no excerto de Bechara (2008), em “diz-se de quem tem a pele negra”, marca posse e enfatiza que as características físicas das pessoas, isto é, a pele negra é algo que se pode possuir. Negros, por assim dizer, são apresentados nos dicionários como pessoas que possuem determinadas características físicas. Essa definição opera no sentido de evidenciar e identificar racialmente as pessoas negras como portadoras de algo. Contudo, no período em que o dicionário é publicado, em que movimentos sociais estão organizados para implementação das cotas raciais nas universidades e melhoria nos índices econômicos, ser portador do atributo “pele negra” opera no sentido de questionar a identidade racial das pessoas negras, pois a década dos anos 2000 foi um período de luta constante e grandes vitórias para os movimentos sociais que lutam por igualdade racial.

A definição de “Negro”, por meio de “pele negra”, repete a questão abordada sobre gêneros e o racismo genderizado, o que também se faz presente por meio de “os negros brasileiros estão resgatando a sua cultura”, em que se trata de definir as pessoas negras lutando por seus direitos. Essa definição de Bechara (2008) faz compreender o “Negro” a partir de suas características de marca, ou seja, a cor da pele e não por concepções biológicas ou fenotípicas exclusivamente (Nogueira, 2006).

No excerto seguinte, os atributos “pessoa de pele negra; negro” operam no sentido de apreciar sua composição, proporção e complexidade: as pessoas negras são de pele negra. Em “os negros brasileiros estão resgatando a sua cultura” há uma presunção valorativa, a partir da afirmação de que negros estão pegando de volta a sua própria cultura, por meio de “resgatando” (Fairclough, 2003). Nessa definição, há processo material que valora positivamente a luta dos povos negros ao identificá-los como agentes. Tal acepção tem consigo vários processos

históricos, tais como a aculturação dos negros na sociedade brasileira e o próprio epistemicídio (Carneiro, 2005). Esse tipo de representação é uma forma de trazer à tona a forma como o nosso povo tem se empoderado ao longo dos últimos anos. Embora num primeiro momento, a definição de Bechara (2008) traga um sentido difuso sobre a população negra, essa é uma acepção que define “Negro” de forma a enfatizar a mobilização social e a coesão dos movimentos.

Figura 6 – Ilustração de Negro, em Aulete (1958)



Fonte: Aulete, 1958, p. 3445

Ademais, essa postura combativa somente aparece em verbete masculino, indicando a naturalização da assimetria de poder e dominação imposta às mulheres negras (Thompson, 1995). Os dicionários imputam à definição de Negra uma série de atributos negativos e, ao apresentar uma positiva, os homens negros são apresentados como combativos. De certo modo, os dicionários apagam e ofuscam o sexismo na luta contra o racismo, e as mulheres negras são, então, excluídas e têm seu protagonismo apagado nas lutas pela emancipação dos negros e das mulheres e, desse modo, ainda são colocadas à margem quando se refere à luta por direitos da população negra (Gonzalez, 2020).

O uso do processo material “resgatar”, nesse excerto, pode fazer compreender que a nossa cultura estava em risco e esse resgate ocorre no presente de forma continuada, isto é, estamos passando por esse processo. Dessa forma, é possível elaborar os seguintes questionamentos: por que aqueles que apagaram as culturas negras são omitidos? Tais tipos de inferências são colocadas nas definições de “Branco”? A resposta para ambas é a mesma: não, pois o Branco não é apresentado como responsável pelo racismo nos dicionários, como será explorado adiante.

Outro ponto que chama atenção nesse excerto é que “cultura” se encontra no singular, evidenciando que as diversas culturas e possibilidades de existências dos povos negros no Brasil estão em uma situação de risco, pois é comum que os conhecimentos da população negra sejam vistos dentro de uma singularidade. Assim, boa parte do processo de apagamento já é compreendida como exitosa. Ademais, é como se, após séculos de contribuição dos negros à cultura brasileira, como difunde a ideologia da democracia racial, não fossem consideradas parte relevante (Schwarcz, 2012; Telles, 2003). Desse modo, diferencia-se da seguinte forma: existe a cultura negra no Brasil, que está sendo resgatada, e a cultura brasileira. Há, então, a construção da diferenciação: nós e eles (Thompson, 1995).

Tais definições, de certo modo, são ambíguas quanto ao que caracteriza alguém como “Negro”. Todavia, a cor da pele é compreendida como um marcador inquestionável da negritude. Em outro verbete, a definição ocorre por descrever a partir do que se compreende como pejorativo:

[70] **Preto:** 2 *pej.* Com a pele escura [Obs. Nesta acp. e na acp. 7, a denominação correta é *negro*] [...] 7 *Pej.* Pessoa negra [Ant.: *alvo, branco.*] (Bechara, 2011);

O dicionário de Bechara (2011) apresenta, nessas acepções, em que a definição correta para “Preto” é “com a pele escura” e “pessoa negra”; pois, segundo ele, referir-se a uma pessoa chamando-a de “preta” é pejorativo. Conforme observa-se ao longo da presente pesquisa, o IBGE classifica as pessoas pretas e pardas como negras, sendo assim Bechara (2011) apresenta um descompasso um ponto pacífico na contemporaneidade.

Temos ciência que referir-se a uma pessoa preta não se trata de ofensa, mas sim de uma identificação oficial. Existem acepções pejorativas que são as demais definições exploradas nesta pesquisa, relacionando pessoas pretas a qualificações, avaliações e atributos que alimentam sentidos racistas. A cor preta tem significados de sentidos negativos que os movimentos sociais, de forma bem-sucedida, vêm ressignificando para que mais pessoas se

identifiquem com essa classificação de cor e raça, sobretudo, pelo fato de que, segundo dados oficiais, mais pessoas se autodeclararam pretas e pardas em 2022 (IBGE, 2023). Em algum momento, ser considerado “Preto” passou por transformação devido aos movimentos sociais, e agora existe “uma juventude [...], em sua maioria periférica, que aprendeu a ter orgulho de ser negro e da periferia, numa postura afirmativa e realista” (Gomes, 2017, p. 75).

O dicionário ao reproduzir a acepção de “Preto” como pejorativo culmina não só na desinformação, mas ao que os dicionaristas compreendem como o lugar do “Preto”.

Pessoas sociabilizadas sabem que chamar alguém de “preto” não objetiva uma identificação racial ou uma qualificação precisa da sua cor, que se restringiria a um modo de descrever alguém. Identificar alguém como “preto” em uma sociedade racista é reservar a ele um lugar de desprezo, é imputar a ele um sentido político de subordinação, pouco importando o que o sujeito acredita ser (Devulsky, 2021, p. 35).

A definição de “Preto”, como pejorativa, alimenta, não só o racismo linguístico, mas também estrutura as bases do racismo institucional, pois políticas públicas precisam de grupos politicamente engajados para reivindicá-las. Conforme Almeida (2019, p. 63), deve-se compreender o racismo como um processo político e histórico e “de constituição de subjetividades, de indivíduos cuja consciência e afetos estão de algum modo conectados com as práticas sociais”. Com isso, há uma relação dialética entre o discurso, ideologia e prática social, pois temos uma prática social concreta: dicionaristas produzem sentidos e significados; consultantes, leitores, estudantes e professores compreendem o mundo e a si mesmos a partir dos discursos e ideologias presentes nos dicionários.

Linguisticamente, as definições identificadas “com a pele escura” e “pessoa negra” operam no sentido de atributo. Por meio do sistema de avaliação, há tanto uma apreciação de composição de proporção e complexidade, que é explicar como é uma pessoa negra, quanto de estima social. Assim, a estima social ocorre no processo relacional identificacional em “nesta acp. e na acp 7, a denominação correta é negro”. Há, com isso, um processo relacional, isto é, relaciona uma coisa à outra, indicando que “Preto” é errado e o correto é “Negro”. Ademais, também opera por pressuposição lógica em que as demais formas de se referir às pessoas pretas são incorretas, quando não se trata de certo ou errado, mas de algo que vai além: reproduzir ou não o racismo (Fairclough, 2003).

Ideologicamente, em função de o mito da democracia racial ainda ser muito forte em nosso país, afirmar que existe uma forma correta de se referir às pessoas pretas pode operar no sentido de corroborar o que chamam de politicamente correto. De forma geral, a população brasileira tem receio de ser compreendida como racista e, por muitos anos, como diagnosticou Fernandes (2008), teve preconceito de ter preconceito e, como consequência, o debate sobre o

racismo é inviabilizado. Uma definição nesses moldes pode, então, impedir o diálogo sobre políticas de reparação para a população negra, uma vez que estigmatiza os sentidos e significados de “Preto”, sobretudo por *não haver nada de errado* com o termo “Preto”.

Nesta seção, foram apresentadas análises das definições que contêm cor e raça como componentes nas suas construções. Verificou-se que “Pardo” não é apresentado como um grupo racialmente constituído e isso reverbera na forma como é compreendido socialmente, em um limbo racial. Ademais, ressaltou-se como a cor avalia em termos de proporção e complexidade, o que ao “Pardo” não é atribuído da mesma forma. Os dados demonstram conformidade quando verificados os verbetes de “Raça”, que apontam para o sentido de pureza como constituição. Por fim, destaca-se como a pele é construída por meio de um marcador cultural e histórico da população negra, conforme os verbetes.

5.2.6 A construção do inimigo: ele é negro

Os dicionários apresentam definições diversas sobre os sentidos do termo “Negro”. Alguns desses sentidos trazem acepções que expressam tristeza, desgraça e mal. Apesar de essas acepções apresentarem diferenças em seu campo semântico, serão consideradas no mesmo item, pois a tristeza é apresentada como lutuosa em alguns aspectos. A acepção de maldade se faz presente na mesma seção, pois relaciona-se com o sentido de infortúnio e desgraça, sendo ainda relacionado ao sentido de morte.

[71] **Negro:** Lutuoso, fúnebre (Freire, 1939);

[72] **Negro:** (*Fig.*) Lúgubre, triste. Funesto, maldito. Execrável (Nascentes, 1943; Nascentes, 1961; Nascentes, 1976; Nascentes, 1988);

Essas definições apontam para uma tristeza profunda, como lutuosa e fúnebre e estão relacionadas com a dor do luto, remontando a um tipo específico de tristeza. Essas acepções ocorrem por meio de lexicalização, operando por meio de racionalização (Thompson, 1995), isto é, relacionando o luto, com tristeza, com maldito e execrável, demonstrando sentidos negativos em relação ao afeto, isto é, como infelicidade.

As definições “lutuoso” e “fúnebre” ocorrem no dicionário de Freire (1939) em sentido denotativo. Tal forma de compreender os aspectos dos significados pode indicar para o consulente que este é o sentido mais aproximado do uso de “Negro”: grande tristeza advinda do luto, causado pelo maldito e execrável. Por outro lado, nos excertos apresentados por

Nascentes, verifica-se o sentido figurado dos termos (*Fig.*), o que pode indicar um uso popular e comum do atributo de Negro equivalente à tristeza. A acepção em questão é apresentada de modo a possibilitar a compreensão de como a língua influencia e é influenciada por meio dos dicionários, reforçando, assim, crenças e valores que circulam na sociedade.

Essas definições indicam tristeza, apontando, mesmo indiretamente, o uso de metáforas raciais por meio do adjetivo e atributo “Negro”. Conforme será apresentado na subseção 4.2.10 *Metáforas raciais cotidianas nos dicionários*, a metáfora da “cor” indica felicidade e alegria; o termo “Negro” indica, neste caso, tristeza e luto, entre outros atributos. Esta é uma contribuição das metáforas raciais, segundo Oliveira e Paiva (1998). Diferentemente das metáforas que veremos adiante, o termo “Negro” não é comparado ao branco, que indicaria vazio, mas sim às demais cores, pois preto é a ausência de todas as cores, conforme os dicionários elucidam.

Um leitor desatento pode relacionar os sentidos das cores com o estabelecido socialmente, por meio de raça e etnia. Ademais, os signos são ideologicamente motivados. Assim, nessas concepções, é possível identificar construções que foram reforçadas e mantidas ao longo do tempo.

[73] **Negro:** Infausto, que anuncia infortúnios, funesto (Freire, 1939);

[74] **Negro:** *Ver tudo negro*, ter tristes pressentimentos, desconsoladoras previsões (Aulete, 1958);

[75] **Negro:** *Fig.* Sombrio; triste, funesto: *um destino negro* (Bechara, 2008);

Na definição de Freire (1939), verifica-se o processo verbal “anuncia”, em que se relaciona o Negro àquele que dá más notícias. No excerto seguinte (Aulete, 1958), o processo mental em “*ver tudo negro*” aponta para como “Negro” é valorado, no sentido de infelicidade. Em seguida, ainda no mesmo trecho, há o processo relacional possessivo “ter”, em que se relaciona o possuidor (oculto), com possuído, “tristes pressentimentos”. Os processos, então, nos levam a considerar que o afeto de infelicidade engloba uma vasta gama de atributos em “Negro”: quem fala, no sentido de anunciar, quem vê e tem tristes pressentimentos.

Observa-se, nessas acepções, um contraste entre definições que contribuem para a compreensão da infelicidade de maneira dicotômica, isto é, em polos opostos, conforme os fundamentos da colonialidade (Maldonado-Torres, 2018). Nesse contexto, a “luz” é associada à esperança e, conseqüentemente, à felicidade. Percebe-se, portanto, uma questão lexicológica na língua portuguesa, que tem historicamente reverberado sentidos negativos atribuídos à figura do Negro.

- [76] **Negro:** 10. Tempestuoso. 11. Tétrico, horrível, lúgubre (Freire, 1939);
- [77] **Negro:** 11 Ameaçador, medonho. 12 Condenado, maldito. 13 Que anuncia infortúnios; funesto, nefasto. 14. Horrendo, pavoroso. 15. Pervertido. 16 Adverso, inimigo. 17 Execrável, nefando, odioso (Michaelis, 1998);
- [78] **Negro:** Adverso, inimigo, funesto: *debalde negro fado cobriu meus dias de fortuna escura* (Tolentino) (Aulete, 1958);

Os dicionários trazem acepções que fazem compreender “Negro” como atributos, qualificando as coisas como infortúnios e, não somente, mas aquele que traz e causa a tristeza e insegurança. Primeiramente, veremos os atributos presentes em Freire (1939), que avaliam “Negro” no sentido de “Afeto” e “Insegurança”, por meio de “tempestuoso”, “tétrico”, “horrível” e “lúgubre”.

Os atributos presentes na definição de Michaelis (1998) apontam para o campo semântico, avaliando “Negro” em termos de afeto e insegurança, com: “ameaçador”, “medonho”, “condenado”, “maldito”, “que anuncia infortúnios”, “funesto”, “nefasto”, “horrendo”, “pavoroso”, “pervertido”, “adverso”, “inimigo”, “execrável”, “nefando” e “odioso”. Esses atributos avaliam “Negro” como quem é o inimigo. Ademais, também considera-se que essas avaliações operam no sentido de definir por meio de estima social negativa e tenacidade, ao não nos definir como confiáveis.

O mesmo ocorre com o excerto seguinte (Aulete, 1958), que define como “adverso, inimigo e funesto”. Na definição, o dicionarista utiliza um exemplo para explicar como utiliza o termo “Negro”: “*debalde negro fado cobriu meus dias de fortuna escura*”. O processo material identificado “cobrir” faz compreender como “Negro” é definido no discurso dos dicionários e, por sua vez, por aqueles que detêm o poder do discurso, ou seja, homens brancos.

Para Munanga (2020b), tais formas de compreender o termo “Negro” está relacionada como os europeus também compreendem a simbologia das cores

A cor preta representa uma mancha moral e física, a morte e a corrupção, enquanto a branca remete à vida e à pureza. Nessa ordem de ideias, a Igreja Católica fez do preto a representação do pecado e da maldição divina (Munanga, 2020b, p.26).

O termo “Negro”, como podemos observar, não é só avaliado como tristeza, por meio do afeto infelicidade, mas também por insegurança. Em outras palavras, há um movimento dialético sobre como os negros são explicados nos dicionários do português brasileiro: nós, negros, somos compreendidos como quem causa a insegurança às pessoas, pois somos inimigos; como consequência, também somos apresentados não só como a infelicidade em si,

mas também como quem causa e a anuncia. A seguir, serão apresentadas mais acepções que denotam sentidos negativos a “Negro”.

5.2.7 *Escurecido e denegrado*

Nesta seção, analisarei as principais acepções do termo “Negro” que o definem como “escuro”, “sombrio”, “ausência de luz e cor”. Nessas acepções, esse termo é, por vezes, definido metaforicamente.

- [79] **Negro:** Adj. Totalmente escuro, como o carvão, por exemplo; na realidade, falta de toda cor (Nascentes, 1943; Nascentes, 1961; Nascentes, 1976);
- [80] **Negro:** Adj. 1. Totalmente escuro, falta de toda cor: *Os cabelos de Iracema eram negros* (Bechara, 2008);

Essas definições não apresentam o termo “Negro” no sentido de definir as pessoas negras, no entanto são importantes para compreender como elas se articulam com as demais definições e as ideologias observadas no discurso dos dicionários. Nelas, vemos que ocorre por meio de “totalmente” e “toda”, indicando alto grau de comprometimento com o tanto que a cor negra é escura, representando a ausência de cor. Tal forma de representar “Negro” contribui para adjetivar as coisas tanto em sentido literal quanto metafórico, em que, por meio do escuro, denotará o sentido de tristeza. Avaliativamente, as definições são construídas com apreciações por composição e proporção, isto é, “Negro” não tem nenhuma cor. Inclusive, a acepção de Bechara (2008) contém composição e proporção dos cabelos de Iracema, enfatizando, assim, que é a forma que a definição deve ser compreendida.

Os verbetes analisados apresentam informações que reforçam concepções provenientes de determinadas áreas do conhecimento, como a Física, amplamente difundidas pelo senso comum, levando à associação de “Negro” a “Preto” e, consequentemente, à ideia de ausência de luz e de cor.

Metaforicamente (Lakoff; Johnson, 2003), consideram que há na ausência de cor uma representação da tristeza. Isso corresponde, neste trabalho, ao conceito de Metáforas Negras (Vieira, 2018; Oliveira e Paiva, 1998). Nesse contexto, a ausência de cor é representada de forma a deixar as coisas monótonas e monocromáticas. Tal perspectiva foi identificada também no momento de minha pesquisa de mestrado (Amorim, 2021), ao analisar como as cotas raciais são representadas em textos jornalísticos: “Nas duas universidades, a reserva de vagas tem

conseguido, aos poucos, *dar mais cores aos corredores e salas de aula*”. Com objetivo de dissimular as desigualdades étnico-raciais no país, as metáforas mudam as palavras de seu sentido original. Conforme vemos, a presença de pessoas negras passou a colorir os corredores e as salas de aula, isto é, deixar mais alegre, pois a inclusão estava ocorrendo. Em forma de adjetivo, “Negro”, representa a ausência de cor em seu sentido popular, pode corroborar aos consulentes a compreensão de acepções que reproduzem sentidos negativos. Em muitas dessas definições, percebe-se a ocorrência de metáforas, indicando não só a escuridão como ausência de luz, conforme concebido pela física, mas também em sentido religioso. Alguns sentidos da construção do termo “Negro” como escuro também se fazem presentes por meio da associação de “escuro” e “sombrio”, construindo-se o sentido de compreensão da cor negra como sombria, a partir de uma perspectiva da mitologia judaico-cristã.

[81] **Negro:** 3 Escuro. | 4 Sombrio (Freire, 1939);

[82] **Negro:** 2 Escuro. 3 Sombrio (Michaelis, 1998);

Nas acepções anteriores, vemos Negro com os adjetivos “escuro” e “sombrio” nas definições de Freire (1939) e Michaelis (1998). Novamente, é possível identificar a repetição de acepções antigas para o dicionário de Michaelis (1998). Na lexicografia, esses dicionários operam no sentido de fazer essas acepções como canônicas. Considerando-se o âmbito de estudo desta pesquisa, há o significado-potencial (Fairclough, 2016 [1992]), que é produzido pelos dicionários de modo a trazer relações de complementariedade, pois “Negro” é definido como “cor escura”, passando-se, então, a escuro por ausência de luz. Assim, “Negro” recebe avaliações negativas que são representações cristalizadas.

Com isso, os dicionários, como instrumentos pedagógicos (Borba, 2003) e inventário da língua (Vilarinho, 2013), ensinam as pessoas a utilizarem esses atributos negativos de “Negro” definidos por meio de adjetivos e, muitas vezes, em sentido figurado. Desse modo, analisam-se as metáforas raciais identificadas por Oliveira e Paiva (1998) no discurso dicionarístico, nas quais os termos são qualificados como “sombrio” e avaliados por meio de categorias como apreciação, composição e proporção — sendo descritos como escuros e sombrios. Isoladamente, essas unidades lexicais não simbolizam necessariamente uma forma de racismo. O que pode ser identificada é a prática social na qual o verbete “Negro” opera, no sentido de reforçar os sentidos negativos em diferentes contextos de uso, como observa-se em “escuro”, “sombrio” e “tristeza”.

[83] **Negro:** *Poét.* Escuridão, trevas (Freire, 1939);

[84] **Negro:** (Poét.) Escuridão, trevas: o *negro* da noite (Aulete, 1958);

Nas definições presentes em [83] e [84], observa-se que a utilização de termos como “escuridão” e “trevas” corrobora a compreensão de que o negro é ausência de luz, para além de escuro. Neste caso, vai além da compreensão do sentido comum do termo, que dá a dimensão desta ausência de luz em sentido poético (poét.), isto é, metaforicamente. Assim, nesse contexto, “Trevas” pode também ocorrer de forma a indicar o castigo na mitologia judaico-cristã, em que os pecadores são condenados pelos seus pecados.

As avaliações de “Negro”, negativamente, não são concebidas somente na lógica da ausência de luz, mas também de compreender a luz e o conhecimento. Embora não se faça presente nos verbetes, esta também é uma aceção que é colocada como dicotômica entre escuro e esclarecer. Metaforicamente, a cor negra, por meio de “trevas”, indicando a ausência de luz, pode também indicar conhecimento, conforme contextos de usos. Isso ocorre, a exemplo, na forma como historicamente o continente europeu nomeia o período em que as pessoas eram proibidas de estudar os próprios conhecimentos produzidos, conhecido popularmente como Idade das Trevas ou Idade Média. Além disso, também demoniza o léxico. Os dicionários, assim, constroem as aceções por meio de associações e pressuposições, podendo fazer compreender e relacionar determinadas informações.

Na sequência, apresentaremos as definições de “Boçal”, presentes em alguns dos dicionários. Neles, a relação com a cor negra e a negritude se fazem presentes, conforme identifica-se no quadro a seguir:

Quadro 18 – Algumas definições de boçal

Aulete (1958, p. 596)	BOÇAL, <i>adj.</i> Estúpido, rude, inculto; ignorante: Era uma grossaria que a mulher mais <i>boçal</i> decerto não faria. (Castilho). (Bras.) recém-chegado da África, não ladino (fal. De escravo negro). -, s. m. (Bras.) escravo boçal, negro-novo, caramutange. F. lat. <i>Bucca</i> . Cp. Cast, <i>Bozal</i> .
Michaelis (1998, p 338)	Bo.çal <i>adj.</i> m+f 1 Inexperiente. 2 Ignorante. 3 Grosseiro, tosco 4 Estúpido, inculto, rude 5 dizia-se do escravo negro recém-chegado da África e desconhecedor da língua do país. <i>Antôn:</i> (aceção 3): fino, polido.
Houaiss (2009, p. 303)	Boçal <i>adj.</i> 1 <i>ant.</i> referente ao escravo negro recém-chegado da África, que ainda não falava o português. 2 <i>p. ext.</i> que ou aquele que é falto de cultura; ignorante, rude, tosco. 3 <i>p. ext.</i> que ou aquele que é desprovido de inteligência, sensibilidade, sentimentos humanos; besta, estúpida, tapado. <i>Adj.</i> infm. Hiperb. 4 muito grande; enorme, descomunal, imenso <fez um esforço b.

	<i>para passar de ano</i> > ETIM ORIG. CONTRV, SIN/VAR carratumanje, negro-novo; ver tb, sinonímia de <i>bronco</i> ANT fino, ladino, polido; ver tb. antonímia de <i>toló</i> HOM boçais (pl.)/boçais (fl.boçal) PAR buçal (s.m.)
--	--

Fonte: Elaborado pelo autor

Há nos verbetes acima definições que versam sobre a ausência de conhecimento das pessoas negras escravizadas. Essas acepções relacionam ao negro a ausência de conhecimento, na medida em que não estão apresentando costumes e tradições do povo branco e europeu. Machado e Sousa Júnior (2024, p. 119), ao definirem os termos “Escravo” e “Escravizado”, no Dicionário racial de termos afro-brasileiros, também explicam que

Os *boçais* eram facilmente reconhecidos. Não compreendiam bem o português e falavam dialetos africanos. Por estarem ‘sozinhos’ nesse novo território, uma vez que não conheciam ninguém, podiam ser mais facilmente dominados pelos escravocratas (Machado; Sousa Júnior, 2024, p. 119, grifo dos autores).

Apresentados como inferiores, tais definições fizeram com que os negros recém-chegados fossem entendidos por meio de avaliações como os que foram observados nos dicionários analisados: estúpido, rude, inculto; ignorante. Recém-chegado da África, não ladino, escravo, inexperiente, ignorante, grosseiro, tosco, escravo recém-chegado da África, falta de cultura, desprovido de inteligência, sensibilidade, sentimentos humanos, besta, estúpida, tapado.

As definições de “Boçal” inferiorizam os negros escravizados que resistem, em maior ou menor grau, isto é, aqueles que não se submetiam à cultura europeia eram chamados de boçais, que, por sua vez, é uma expressão ofensiva na atualidade. As acepções de “Boçal”, assim, constroem a imagem de uma pessoa que é diminuída justamente por não ter passado pelo epistemicídio, por não estar submetida e socializada conforme as expectativas do colonizador, e, tampouco, ao linguicídio, por não falar português.

A partir de uma perspectiva decolonial (Quijano, 2005), em que foi identificada toda uma história de linguicídio (Nascimento, 2019) e do epistemicídio (Carneiro, 2005), pode-se verificar que, por meio da simbologia das cores (Munanga, 2020b), há uma forma de representar o negro como ausência de luz e, por conseguinte, de conhecimento, ocorrência que é dada de forma metafórica. Em acréscimo, Maldonado-Torres (2018, p. 38), com o conceito de catástrofe metafísica, auxilia a compreender como o colonialismo mudou as subjetividades das pessoas, sobretudo nesta relação Senhor-Escravo: “A catástrofe metafísica tornou possível que as mesmas e, até mesmo as piores ações fossem infligidas contra pessoas não cristãs vivendo fora dos reinos europeus, sem muita necessidade de justificativa legal”. Em última instância, era

esse o conceito de civilização que estava sendo aplicado: por meio da dominação, mediante a episteme.

A princípio, de maneira dicotômica, conforme a lógica da colonialidade, pode-se inferir que “Branco” é representado como a própria luz, logo, conhecimento, que por sua vez, “civiliza” os demais povos do mundo. Isso ocorre por meio de expressões como “esclarecer”, “clarear” e a já vista “colocar o preto no branco”. Essas acepções são construídas a partir da perspectiva de histórica única (Adichie, 2019), conceito que Schwarcz (2024, p. 45) desenvolve para evidenciar a Branquitude como norma ao explicar como os colonizadores estavam nesta “espécie de ‘missão’ – como se os europeus fossem ‘obrigados’ a catequizar, controlar e reprimir os assim chamados gentios”. Desse modo, reitera-se como “Boçal” é definido como alguém que é subumano por não saber o idioma do colonizador, ou seja, a humanidade e o saber são compreendidos como brancos.

Para analisar o exemplo a seguir, retomaremos o sentido de sombra e escuridão física. Observa-se que tais acepções podem conter sentidos que indicam como os significados são construídos:

[85] **Negro:** 9 Que causa sombra; que traz escuridão (Freire, 1939);

A definição de Freire (1939) demonstra como há sentidos coloniais nas definições de “Negro”, pois se trata de processos materiais em “causa” e “traz”. Em muitas das acepções apontadas pelos dicionários, há o uso de sinônimos e palavras equivalentes para as construções de sentidos. No excerto anterior, observamos que os verbetes de “Negro” não definem somente como escuro, trevas ou sombrio. Identifica-se ainda, nesta acepção, o processo material, que indica o fazer, trazer e causar a sombra. Em outras palavras, o sentido de “Negro” não é só ser e estar escuro de forma relacional, mas, por processo material, tornar as coisas sombrias, infortunadas, tristes, desgraçadas e as demais acepções que observadas ao longo desta tese.

Tais formas de definir “Negro”, possibilita a compreensão de como o termo é constituído e consolidado popularmente por meio das definições. Na maior parte das acepções, “Negro” é definido por meio de atributos negativos que podem ser relacionados à negritude, devido ao fato de ser o mesmo léxico, do mesmo campo semântico. Assim, esses sentidos podem acabar causando pouca identificação com a categoria Negra, como já apresentado (Kilomba, 2019; Fanon, 2020).

Outras definições evocam sentidos a partir dos sinônimos de “escurecido”, conforme a definição que segue.

- [86] **Negro:** Escurecido pelo tempo ou pelo sol: *Juca ficou negro de tanta praia nesse verão* (Bechara, 2008);

Inicialmente, a definição relaciona os sentidos de escurecido com “Negro”. Há nesta acepção, por meio do Tema “Escurecido”, uma construção na voz passiva a fim de destacar característica: é escuro, por ter se tornado, ou seja, pelo tempo ou pelo sol. Com isso, é definido por meio de processo relacional. O verbete opera de forma que as pessoas possam vir a se tornar negras a partir da exposição ao sol. Assim, no exemplo, Juca, por seu turno, é apresentado por processo relacional, “ficou” negro. O dicionário de Bechara (2008) define como “Negro” aquele que se expõe ao sol.

A identidade negra, conforme vemos, então, é apresentada como algo que pode ser manipulado. Se por um lado os dicionários são unânimes em definir “Negro” como “escravo”, uma condição, no entanto, naturalizada; por outro, no momento de definir como escuro, utiliza “escurecido”, por meio de passivação, fazendo compreender a maleabilidade na identidade negra a partir da cor da pele. A condição da subalternidade como “escravo”, isto é, construção social, é naturalizada, em detrimento de um fato natural e genético como a cor da pele.

A tese de que a exposição ao sol provoca a mudança na cor da pele e, por isso, ela fica negra, é uma construção de sentido negativa, pois reduz os atributos culturais de um povo a uma certa mudança de tonalidade de cor, que não é negra factualmente. Essa interpretação pode fazer o consulente compreender a identidade negra como falaciosa. Nesse sentido, essa forma de definir “Negro” não contribui para o debate sobre o que ser negro no Brasil, em que fenótipo é, mormente, uma das formas mais recorrentes de identificação racial. Acresce-se, ainda, que muitas pessoas, conforme Censo de 2022 (IBGE, 2023) não compreendem a sua identidade racial, pois não se identificavam como pardas, por sua vinculação ao Negro, o que também já foi apontado por Sueli Carneiro (2011).

Enfatiza-se, nesse sentido, que a definição é publicizada em seu primeiro contexto, no ano de 2008, quando as discussões sobre cotas raciais ocorriam e recebiam duras críticas em editoriais de veículos de comunicação (Daflon; Feres Jr, 2012; 2015), sobretudo por conta das possibilidades de fraudes, que as bancas de heteroidentificação vêm tentando inibir (Vaz, 2018). Em 2022, quando o dicionário de Bechara (2008) é relançado, havia a discussão da revisão da Lei nº 12.711/12, a Lei de Cotas, que estava prestes a ocorrer no Congresso Nacional. Essa definição, assim, não contribui para fazer compreender que “Negro” não é quem “fica negro”, diante da manutenção de uma importante política pública voltada para a população negra.

- [87] **Negro:** Denegrado, requeimado do tempo, do sol (Freire, 1939; Aulete, 1958; Michaelis, 1998);

Inicialmente, como tópico temático

denegrado há a vinculação entre o que é ser negro e o que é ser denegrado. Essas são palavras que carregam o mesmo radical e mesmo sabendo que o signo é imotivado e que a palavra denegrir não é mais usada em sentido literal, é impossível deixar de associá-la com a palavra negro, presente em sua raiz (Oliveira e Paiva, 1998, p. 113).

Embora os dois vocábulos possam ser empregados em contextos distintos, é inegável a existência de uma relação entre eles, uma vez que os sentidos atribuídos são construídos de modo a conduzir os consulentes a determinadas acepções. Em outras palavras, embora algumas pessoas possam dizer que as duas unidades lexicais não carregam sentidos semelhantes, ao explicar “Negro”, ao longo de um século, os dicionários utilizaram os sentidos de denegrado para tal. Avaliativamente, os processos materiais podem indicar apreciação de composição e proporção.

A definição segue por meio de uma pressuposição lógica (Fairclough, 2003) em “requeimado”. O prefixo “re” faz com que o sentido mude, indicando que algo está sendo queimado mais de uma vez do “tempo, do sol”. Essa acepção pressupõe que a cor negra se faz presente em algo que já estava queimado e, portanto, fica mais escura.

Há uma considerável recorrência de definições de Negro com os vocábulos “denegrir” e “denegrado”. Essas definições, como será demonstrado adiante, ocorrem por meio de desgaste da imagem social, da reputação e do que é físico, que é requeimado e fica mais escuro. Isso é possível observar nos verbetes a seguir:

Quadro 19 – Algumas definições de denegrir e denegrado

Nascentes (1943, p. 21)	Denegrir. Tornar negro, enegrecer, escurecer. (<i>Pint.</i>) Escurecer pela ação do tempo, má qualidade das tintas, etc. (<i>Fig.</i>) Deslustrar, ofender a opinião ou a fama de uma pessoa; macular, manchar, infamar, injuriar: Bem que você tentou <i>denegrir</i> o meu nome, mas em vão... (Alteração de <i>denegrir</i> por influência do <i>negro</i> , do lat. <i>denigrare</i> , com mudança na conjugação).
Houaiss (2009, p. 614)	Denegrado <i>adj</i> (sXVII) 1 que se tornou negro ou escuro; enegrecido 2 que teve sua reputação abalada; maculada, desacreditado, difamado.

Bechara (2011, p. 486)	Denegrir (de.ne.gri) v. <i>td.</i> 1 <i>Fig.</i> Desfazer ou perder (honra, prestígio, etc.). <i>denegrir a reputação</i> . 2 Tornar(-se) de cor escura <i>A nicotina denigre os dentes</i> . [...].
------------------------	---

Fonte: Elaborado pelo autor

Nessas definições, “Denegrir” e, a sua mudança de classe gramatical, “Denegrido” dão sustentação à ideia de que o conceito de negro também está relacionado com desgaste, porém, neste caso, com o de reputação. Isso não ocorre somente em sentido conotativo, mas também denotativo. Vejamos como ocorrem os processos encontrados nas definições apresentadas: Processos verbais: “(Fig.) *Ofender* a opinião ou a fama de uma pessoa” (Nascentes, 1943); “*Infamar*” (Nascentes, 1943); “Bem que você tentou *denegrir* o meu nome, mas em vão...” (Nascentes, 1943). A LSF afirma que o processo verbal *denegrir* contém um *alvo*, que é a “entidade atingida pelo processo de dizer” (Fuzer; Cabral, 2014, p. 72). Nesse sentido, é possível verificar que os processos evocados, tais quais, ofender, infamar, operam no mesmo sentido de apontar a um alvo.

Podemos verificar outros processos nos seguintes excertos (materiais e relacionais): “tornar negro, enegrecer, escurecer | (*Pint.*) Escurecer pela ação do tempo, má qualidade das tintas, etc” (Nascentes, 1943); “manchar” (Nascentes, 1943); “Desfazer ou perder (honra, prestígio, etc.)” (Bechara, 2011); “Tornar(-se) de cor escura” (Bechara, 2011). Por meio de estima social, os verbetes definem como algo ou alguém é transformado ao ser denegrido. Por fim, foi verificado processo relacional em “que teve a sua reputação abalada” (Houaiss, 2009), apresentando como o possuidor se relaciona como o que possui (a reputação). Como atributo, a pessoa denegrída é aquela que possui uma estima social negativa.

Os verbetes constroem uma lógica subentendida nas definições de “Denegrir” e “Denegrido”: a estima social negativa é evocada, pois a pessoa denegrída passa a ter a sua reputação abalada após infamada e ofendida. Com isso, os processos demonstram transformação no portador, que é quem se torna negro e é enegrecido. Por fim, a pessoa denegrída é aquela que, por um processo relacional, torna-se negra – conforme o discurso dos verbetes.

5.2.8 As metáforas raciais nos dicionários

Ao longo da presente análise, foram observadas tanto nas explicações de “Negra”, “Negro” quanto de “Preta” e “Preto”, metáforas raciais que remetem a definições que contrastam a cor “Preta” e “Negra” com os seus opostos. Antes de expor as metáforas

apresentadas, será analisado como o sistema moderno colonial constrói uma dicotomia sobre as cores preta e branca.

A cor negra, em sua representação cristalizada, também é metaforizada como situação difícil. Esse é o caso de expressões como “a coisa tá preta¹⁵”, que dá nome ao título do primeiro capítulo desta tese.

- [88] **Preto:** Difícil, perigoso, em má situação (Freire, 1939);
- [89] **Preto:** Difícil: As coisas estão pretas (Nascentes, 1943; Nascentes, 1961; Nascentes, 1976; Nascentes, 1988);
- [90] **Preto:** (Bras.) (fig.) Perigoso; difícil (Aulete, 1958);
- [91] **Preto:** Em má situação, difícil, perigoso: *A coisa tá preta* (Michaelis, 1998);
- [92] **Preto:** Infrm. Complicado, difícil <a situação está p> (Houaiss, 2009);
- [93] **Preto:** Fig. Pop. Com dificuldades ou quem representa algum perigo. *As coisas estão pretas na economia* (Bechara, 2011);
- [94] **Preto:** Árduo; difícil de resolver: *A situação está preta* (Bechara, 2008);

É reincidente o uso de “Preto” para definir situações difíceis. Nesses verbetes, foram encontrados epítetos “difícil” e “dificuldade”. Observa-se que, em alguns dos casos, tal acepção é apresentada em seus seguintes sentidos: figurado, popular (Bechara, 2011) e informal (Houaiss, 2009). Significa dizer que tal expressão é usual na sociedade, e por se fazer presente nos dicionários selecionados nesta pesquisa, trata-se de uma construção naturalmente comum.

Há, com essa expressão, um julgamento que ocorre por meio de estima social, em que “Preto” é avaliado por meio de normalidade, pois é construída a percepção de que, se as coisas estão pretas, as coisas estão difíceis. Esse fenômeno ocorre por meio de processos relacionais atributivas, como em “Difícil: as coisas *estão* pretas” (Nascentes, 1943; 1961; 1976; 1988), “em má situação; difícil, perigoso: *A coisa tá preta*” (Michaelis, 1998), “a situação *está* preta” (Houaiss, 2009), “[...] quem representa algum perigo. As coisas *estão* pretas na economia” (Bechara, 2011) e “A situação *está* preta” (Bechara, 2008). Todos esses processos relacionais fazem leitores compreenderem que “Preto” é difícil.

¹⁵ A expressão “a coisa tá preta” é recorrentemente citada em cartilhas antirracistas publicadas por órgãos governamentais (DPDF, 2023) e sociedade civil (SINPRO-DF, 2018), em que é considerada racista por associar preto a coisas ruins: “A expressão ‘a coisa tá preta’ fala por si só: se a coisa está preta, é porque ela não está agradável, ou seja, uma situação desconfortável é o mesmo que uma situação ruim. Ser preto(a) não é ser ruim! Isto é RACISMO, e é CRIME” (SINPRO, 2018, p. 3).

Em acréscimo, no excerto de Bechara (2011), há um processo relacional que opera no sentido de relacionar o perigo a alguma pessoa “quem representa algum perigo”, ou seja, é corroborado de diversas formas, por diversos processos relacionais que “Preto” é definido como perigo. No caso desse excerto em específico, trata-se de pessoalizar o perigo, por meio da categoria “Preto”. Em decorrência do processo relacional do verbete, os consulentes podem compreender, por meio de uma perspectiva racista, que “Preto” é quem faz situação tornar-se difícil e, portanto, representa perigo. Ademais, “Negro”, conforme apresentado anteriormente, é compreendido como “inimigo”.

Munanga (2020b) aponta como a simbologia das cores cria sentidos que nos fazem relacionar a cor preta e, conseqüentemente, as pessoas negras, ao que é mau, ao passo que a cor branca é relacionada ao que é bom.

Na simbologia de cores da civilização europeia, a cor preta representa uma mancha moral e física, a morte e a corrupção, enquanto a branca remete à vida e à pureza. Nessa ordem de ideias, a Igreja Católica fez do preto a representação do pecado e da maldição divina. Por isso, nas colônias ocidentais da África, mostrou-se sempre Deus como um branco velho de barba, e o Diabo um moleque preto com chifrinhos e rabinho (Munanga, 2020b, p. 26).

Tais avaliações negativas, conforme a mitologia judaico-cristã, também estão presentes nas definições de “Negro”, que apontam sentidos de maldição, infortúnio etc. As discussões de Munanga (2020b) chamam atenção para a construção dicotômica entre o “Preto” e o “Branco”, em que “branco” tem sentidos positivos, como o do Deus do cristianismo. Desse modo, as cores vão se fazendo de duplês para os papéis sociais, como aponta Schwarcz (2017). As cores e seus sentidos negociam com o conceito de raça.

Além do mais, esse tipo de negociação em torno da cor aponta para feições singulares do sistema brasileiro de marcação de diferença. Em vez de definições precisas, usa-se muito mais da cor do que de conceitos como raça, ou delimitações de origem, quando se necessita identificar a pessoa alheia ou a si próprio (Schwarcz, 2017, p. 103).

As pessoas negras são normalizadas por meio da representação negativa pela cor; ao passo que os brancos são representados positivamente. A julgar, assim, que “Preto” é apresentado como situação difícil, perigosa e que deve ser resolvida, compreende-se que tais representações agem de modo a fazer o expurgo do outro, que é construir a imagem do negro como perigoso, inimigo e mal (Thompson, 1995). A simbologia das cores, assim, não opera isoladamente ao representar o “Preto” como perigoso e difícil, pois ao definir “Negro”, os mesmos sentidos são corroborados.

Tal forma de utilizar a acepção de “Branco” como aquilo que torna fácil uma situação difícil também está presente nos dicionários em expressões como “pôr o Preto no Branco”. Há, assim, a representação do “Branco” como facilitador, por meio de metáfora, novamente.

- [95] **Preto:** Pôr o preto no branco. Tornar algo fácil de compreender (Bechara, 2011);
- [96] **Preto:** Pôr o preto no branco: esclarecer alguma coisa; explicitar alguma coisa (Bechara, 2008);
- [97] **Preto:** Pôr o p. no branco registrar por escrito um acordo, uma vontade etc. (Houaiss, 2009);
- [98] **Preto:** *Pôr o preto no branco:* escrever, para não ficar só em palavras o ajustado; lavar o documento (Michaelis, 1998);

“Pôr o preto no branco”, nesse contexto, é uma acepção que se relaciona àquilo que contribui para facilitar uma situação: o “Preto” é quem é colocado, passivamente, no “Branco” para facilitar. Tal tipo de construção chama atenção em como a cor preta é compreendida como negativa, o que é facilitado pelo esforço do processo material “pôr”. O “Branco” é quem é naturalmente compreendido como facilitador. No sistema de avaliatividade, a expressão é compreendida por meio de julgamento, de estima social e capacidade, isto é, o “Branco” é compreendido como capaz de resolver situações difíceis. Vieira (2018) e Oliveira e Paiva (1998) classificam esse tipo de uso da linguagem popular como metáforas negras, usadas para representar o preconceito racial a partir de signos que utilizam a cor negra em contraste, apresentando o branco como positivo e o preto como negativo.

O preconceito racial é difundido por meio dessas metáforas. Como já apresentado anteriormente, por meio de Tropo (Thompson, 1995), a relação de dominação é dissimulada. Os modos de operação se entrecruzam e as metáforas ocorrem no sentido de dissimular as relações de dominação estabelecidas, ocultando-as e negando-as. Em uma sociedade em que o racismo é estrutural e se faz presente na linguagem, há uma manifestação do expurgo do outro que é naturalizado por meio da linguagem e desse tipo de expressões populares (Thompson, 1995).

No quadro a seguir, apresenta-se como opera esse tipo de metáfora.

Quadro 20 – “A coisa tá preta” e “colocar o preto no branco”

A coisa tá preta	Colocar o preto no branco
Difícil	Tornar fácil

Perigoso	Inofensivo
Má situação	Boa situação
Complicado	Explicitado
Árduo	Fácil

Fonte: Elaborado pelo autor

Há dois polos que se relacionam nessas metáforas, que operam no sentido de dizer sobre o controle (Lakoff; Johnson, 2003): uma situação que pode ser vista como difícil ou fácil. Observa-se pelo quadro que o “Preto” é definido como o que está fora de controle e, assim, está difícil, perigoso, em má situação, complicado e árduo. As expressões presentes, por meio da acepção de dificuldade, trazem os vocábulos, que em contraste, explicitam as acepções, como colocar o preto no branco. Dessa forma, o “Preto” é naturalizado como difícil e, para se tornar fácil, é posto no branco e, assim, temos as seguintes definições: tornar fácil, inofensivo, boa situação, explicitado e fácil.

Isso se dá, porque é naturalizado que, por meio da simbologia das cores (Munanga, 2020b) e das metáforas raciais (Vieira, 2018; Oliveira e Paiva, 1998), tenhamos uma percepção negativa a respeito da cor preta e, em última instância, das pessoas pretas. Para que o “Preto” seja descomplicado deve ser colocado no “Branco”, que não é só compreendido como fácil, mas também tem a qualidade de descomplicar o que é naturalmente difícil.

Ao longo desta análise foram identificadas diversas metáforas nos verbetes. Baseado em Lakoff e Johnson (2003), por meio das metáforas orientacionais, nesta seção, retomam-se algumas metáforas raciais. Conforme os autores, as metáforas cotidianas são utilizadas para que possamos compreender UMA coisa em termos de OUTRA, pois nosso sistema cognitivo é metafórico. Elas estruturam o pensamento do produtor do texto. Como sistema orientacional, as metáforas organizam os textos do cotidiano. As construções dos sentidos metafóricos não são aleatórias, são culturalmente construídas com base na experiência social das pessoas. Por exemplo:

- Feliz é para cima, triste é para baixo;
- Consciente é para cima, inconsciente é para baixo;
- Saúde e vida são para cima, doença e morte são para baixo;
- Racional é para cima, irracional é para baixo;
- Virtude é para cima, depravação é para baixo;

- Bom é para cima, mau é para baixo;
- *Status* superior é para cima, *status* inferior é para baixo;
- Ter controle ou força é para cima, estar sujeito a controle ou força é para baixo;
- Mais é para cima, menos é para baixo.

No contexto brasileiro, Vieira (2018) e Oliveira e Paiva (1998), resgatando os estudos de Lakoff e Johnson (2003), estudam as metáforas raciais, a partir de situações cotidianas, considerando os termos “Negro” e “Preto”. Neste estudo, ao analisar os verbetes, identificam-se algumas expressões e adjetivos que funcionam como metáforas raciais, como se observa a seguir.

Quadro 21 – Metáforas negras cotidianas presentes nos dicionários

Negativo = negro ou preto	Positivo = não negro ou preto branco	Explicação
Trabalhar como uma negra/o	Branco é patrão e/ou senhor	Trabalhar bastante
Ver tudo negro	Ver tudo colorido	(in)felicidade
Trevas	Luz	Bem e mal
Trevas	Luz	Conhecer e desconhecer
A coisa tá preta	Colocar o preto no branco	Dificuldade e facilidade
Mãos ou roupas pretas	Mãos ou roupas brancas	Sujeira e limpeza

Fonte: Elaborado pelo autor

As metáforas identificadas nos dicionários de língua portuguesa no decorrer do século analisado constroem acepções negativas para a cor preta e negra. Inclusive, faz-se ausente expressões como *nota preta*, que indicaria um sentido positivo para as metáforas raciais, que significa uma grande quantidade de dinheiro. Observamos que elas, em sua maior parte, contrastam o preto ou negro ao branco, operando ideologicamente por diferenciação e expurgo do outro e em polos opostos em sua maioria.

Durante a análise, verifica-se que os sentidos de “Preto” e “Negro”, quando metaforicamente explicados nos dicionários, fazem os leitores compreenderem esses termos por meio de acepções negativas, como é o caso de “*a coisa tá preta*” para indicar situação difícil, “*mãos ou roupas pretas*” para explicar sujeira, “*trabalhar como um negro*” para falar

do trabalho degradante, “*ver tudo negro*” para explicar a infelicidade e, por fim, “*trevas*” para falar sobre ignorância e falta de conhecimento e o mal.

5.2.9 Pardo e a negritude

Antes de apresentar a análise propriamente dos verbetes de “Pardo”, é importante retratar o contexto histórico que versa sobre a miscigenação no Brasil. As pessoas pardas correspondem à maior parcela da população brasileira (IBGE, 2023) e são compreendidas oficialmente como mistura de dois grupos de cor ou raça, entre branco, preto e indígena, – ao mesmo tempo que “Pardo”, junto ao “Preto”, constitui a categoria “Negro”. Com isso, fazemos os seguintes questionamentos: quem é o “Pardo” no Brasil? Quais são as características do “Pardo”? Quão complexas são as relações étnico-raciais no Brasil?

Vimos anteriormente que, o “Pardo”, devido ao *ethos* da democracia racial, é visto como a síntese da brasilidade e, ao mesmo tempo, é avaliado negativamente, pois ecoa nele determinados estereótipos de estima social negativas, como o da malandragem e o jeitinho brasileiro. Quanto às mulheres pardas, os dicionários reverberam a concepção da mulher mulata, através da sexualização. A partir dos verbetes analisados, debate-se sobre o “Pardo”, a negritude e o seu apagamento.

Essa leitura da representação do “Pardo”, conforme Schwarcz (2012, p. 58), inicia nos anos 1930, em que o discurso oficial era de que “‘o mestiço vira nacional’, ao lado de um processo de desafricanização de vários elementos culturais, simbolicamente clareados”. Esse apagamento da cultura negra, para além de ser o que chamamos de epistemicídio, faz retomar as questões sobre a identidade na mestiçagem, isto é, Pardo passa a ser visto como brasileiro e não como negro (Carneiro, 2005). Ademais, contraditoriamente, naquela época, estava em curso o branqueamento da população brasileira (Schwarcz, 2012).

Fazer com que a identidade racial das pessoas pardas seja apagada por meio da mestiçagem também é fruto da miscigenação: “os negros e índios, na política republicana, são apropriados como objetos culturais, símbolos e marcos fundadores de uma civilização brasileira, mas têm negado o direito a uma existência singular plena como membros de um grupo étnico” (Guimarães, 2012, p. 121). Assim, as discriminações raciais contra as pessoas identificadas como pardas são um fato a despeito do que o mito da democracia racial diz. Conforme Carneiro (2011, p. 67), o pardo é aquele que tem a sua identidade destrozada pelo racismo e “pelo ônus simbólico que a negritude contém socialmente, não sabem mais o que são ou, simplesmente, não desejam ser o que são”. Conforme Devulsky (2021, p. 21), socialmente,

o “Pardo” é compreendido como aquele que está inserido na “estrutura racial que infere a sua identidade negra as características negativas atribuídas à africanidade desde o processo de escravidão”.

Em tempos anteriores, para os eugenistas, o mestiço era considerado “quase sempre um desequilibrado, um decaído, sem energia física dos ascendentes selvagens e sem a atitude intelectual dos ancestrais superiores” (Munanga, 2020a, p. 61). Esses aspectos negativos na composição brasileira são superados após o surgimento das ideias de Gilberto Freyre, que conforme Munanga (2020a), aclama a miscigenação por influenciar o estilo de vida da classe senhorial. Com isso, o mito da democracia racial,

exalta a ideia de convivência harmoniosa entre os indivíduos de todas as camadas sociais e grupos étnicos, permitindo às elites dominantes dissimular as desigualdades e impedindo os membros das comunidades não brancas de terem consciência dos sutis mecanismos de exclusão da qual são vítimas na sociedade (Munanga, 2020a, p. 83).

Além disso, o processo de miscigenação executado conscientemente, por meio do branqueamento, age com propósitos de eliminar a superioridade numérica de negros no Brasil para, assim, “evitar os prováveis conflitos raciais conhecidos em outros países, de um lado, e por outro, garantir o comando do País ao segmento branco, evitando a sua ‘haitinização’” (Munanga, 2020a, p. 82)¹⁶.

Nesse sentido, o país foi um grande laboratório racial para aqueles que aplicavam e observavam, em grupos de pessoas, modelos darwinistas sociais, “julgavam povos e culturas a partir de critérios deterministas com os quais se procuravam ‘naturalizar’ diferenças e fazer de questões políticas e históricas dados da própria biologia” (Nascimento Jr, 2023, p. 34). Para Schwarcs, no Brasil ocorreu uma releitura particular das ideias de Charles Darwin: absorveram a ideia de que as raças eram realidades essenciais ao mesmo tempo que negaram que a mestiçagem levaria à degeneração, como o modelo original previa. Os eugenistas fizeram

um casamento entre modelos evolucionistas (que acreditavam que a humanidade passava por etapas diferentes de desenvolvimento) e darwinismo social (que negava qualquer futuro na miscigenação racial) – arranjo esse que, em outros contextos, acabaria em separação litigiosa –, no Brasil as teorias ajudaram a explicar a desigualdade como inferioridade, mas também apostaram em uma miscigenação positiva, contanto que o resultado fosse cada vez mais branco (Schwarcs, 2012, p. 39).

¹⁶ A Revolução Haitiana (1791 – 1804) aboliu a escravidão e fez a primeira república de africanos fora do continente, em que os franceses foram derrotados. Tal evento fez com que diversas monarquias europeias, com colônias pelo mundo, ficassem sob alerta. Tal evento reverberou no território brasileiro de modo que a Coroa portuguesa pedia a eliminação de grupos que ameaçassem a ordem vigente, em nome de combater o “haitismo” (Schwarcs; Starling, 2015).

Fonte: IBGE, 2023, p.9

Conforme o histórico traçado pelo IBGE (2023), as pessoas indígenas foram negligenciadas pelo censo até metade do século passado, pois não apareciam nas categorias da pesquisa. Após isso, em 1960, descendentes de povos indígenas não aldeados eram categorizados como pardos. Somente em 1991, os povos indígenas passaram a ser reconhecidos no censo. Por fim, em 2010, o recenseador é orientado a obter a informação de que, se a pessoa for indígena, ela deve apresentar a etnia e a língua falada, desconsiderando que a caracterização das raças se dá por um processo social, político e que, em muitos casos, há o evidente apagamento das culturas dos povos tradicionais não aldeados no Brasil.

Os pardos passam a ser identificados a partir da segunda metade do século – anteriormente essa classificação era apagada ou identificada como mestiça. Ressalta-se que este trabalho tem objetivo de fortalecer a negritude e, com isso, o “Pardo” é compreendido como constituinte da identidade negra. A respeito da identidade do “Pardo”, há discussões que perpassam diversos tópicos, como o descrito na introdução: pessoas pardas não se identificam como negras, devido aos atributos negativos.

Como consequência, o Censo de 2022 também apontou que as pessoas autodeclaradas pardas se tornaram maior parte da população brasileira¹⁷ e isso se deu pela mudança da metodologia de pesquisa com perguntas adicionais feitas pelo recenseador, no momento da pesquisa, que elucidam o significado dos termos da classificação, trazendo mais informações à população. O Censo de 2022 revelou um expressivo aumento do número de pardos e uma diminuição do número da população amarela no Brasil. Como metodologia, os recenseadores acrescentaram uma questão de confirmação à categoria amarela, perguntando se o participante tem descendência de origem oriental: Japonesa, Chinesa ou Coreana (IBGE, 2023). Contudo, podemos considerar que tal dado se trata de uma maior compreensão da identidade étnico-racial da população brasileira. Ademais, o instituto considera parda a pessoa que se identifica como mistura de duas ou mais destas cores ou raças: branca, preta e indígena. A julgar a miscigenação da população brasileira, faz-se compreensivo que pardos sejam compreendidos como maior parcela da sociedade. Nesta pesquisa, porém, não dispensando solidariedade com a luta dos povos indígenas, “Pardo” é compreendido como componente do povo e da identidade negra.

¹⁷ “Em 2022, cerca de 92,1 milhões de pessoas se declararam pardas, o equivalente a 45,3% da população do país. Desde 1991, esse contingente não superava a população branca, que chegou a 88,2 milhões (43,5% da população do país)”. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38719-censo-2022-pela-primeira-vez-desde-1991-a-maior-parte-da-populacao-do-brasil-se-declara-parda>> Acesso em 18 Jan. 2024.

Assim, reforça-se o objetivo deste trabalho que é contribuir para o fortalecimento da população negra.

A primeira acepção de “Pardo” analisada é a que o avalia por meio do atributo “sujo”, presente em quatro dos dicionários analisados (Freire, 1939; Aulete, 1958; Michaelis, 1998; Houaiss, 2009):

[99] **Pardo:** Branco sujo (Freire, 1939; Aulete, 1958; Houaiss, 2009);

[100] **Pardo:** Branco sujo, escurecido (Michaelis, 1998);

Inicialmente, é relevante discutir a possível polissemia dessas acepções. Nas definições anteriormente analisadas, verifica-se que as definições de “Pardo”, “cor intermediária entre branco e preto”, estavam socialmente motivadas, pois “Pardo” naturalmente não é a cor que está entre os dois espectros. Ademais, os dicionários constroem ideia de hierarquia, superioridade e inferioridade, ao utilizar o vocábulo intermédio. Com isso, compreendo que a mesma ideia se aplica nessas definições, isto é, é uma acepção socialmente motivada, devido ao histórico eugenista da sociedade brasileira, logicamente, sujeira pode manchar de diversas cores, não somente de cor “parda”.

Com isso, essa definição pode sustentar e reforçar pontos de vistas que apresentam a miscigenação como negativa para a sociedade brasileira, sobretudo para a construção do *ethos* da democracia racial. O atributo “sujo” opera por uma avaliação de estima social do branco. Tal escolha de léxico gramatical produz um efeito de sentido social em que a miscigenação é compreendida como negativa, pois “suja” (Fairclough, 2003). Há uma presunção valorativa relacional, hierárquica e atributiva que coloca o “Pardo” em relação de inferioridade, com apreciação estética negativa, sujo, enquanto Branco é apresentado como limpo, de maneira implícita. Essa definição, avaliativamente, apresenta os traços de negritude a partir de uma estima social negativa, ou seja, por meio de sujeira.

Há, no mito da democracia racial (Freyre, 2006), uma cisão com os ideais eugenistas do final do século XIX, pois acreditava-se que, por meio da miscigenação, “a população brasileira exemplificava a degeneração biológica” (Telles, 2003, p. 43). Por outro lado, outros acadêmicos eugenistas compreendiam como verdadeiras as

previsões racistas de inferioridade do negro e do mulato, mas acreditavam que essa inferioridade poderia ser suplantada através da miscigenação. Com base em sua interpretação de eugenia e sua sensibilidade às teorias de degeneração racial e tropical, os acadêmicos brasileiros propuseram a solução do “branqueamento”, através da mescla de brancos e não-brancos (Telles, 2003, p. 45-6)

Tais ideais também foram utilizados para que o Brasil pudesse explorar a mão de obra excedente da Europa e, assim, branquear o país, fazendo uma limpeza étnica por meio da miscigenação (Telles, 2003). Portanto, era previsto pelos eugenistas que a população negra brasileira diminuísse gradativamente. Essa forma de apresentar o “Pardo” dialoga com o seguinte pensamento: o “Pardo” na sociedade é compreendido como degenerado, e isso ocorre por meio da apreciação estética negativa “sujo”.

Com isso, a expressão “branco sujo” perpassa pelas décadas sem que os dicionaristas pudessem perceber que ela pode corroborar construções discursivas racistas como “barriga suja”¹⁸. Compreende-se que não se davam conta, pois os dicionários foram produzidos por instituições brancas, constituídas por homens brancos, que explicam a vida social por meio de conhecimentos e saberes, a partir de um sistema de mundo moderno colonial.

Retomando à definição, o verbete pode cancelar o senso comum dos ideais de cor e raça, que também são apresentados nas de “Preto”. Com isso, há os seguintes paralelos: “Branco” é compreendido como limpo, “Pardo” é branco sujo, e “Preto” é muito sujo, reforçando discursos racistas e eugenistas que circulavam no século XVIII e início do XIX. Desse modo, essa definição de “Pardo” reverbera essa concepção de mundo em que “branco sujo” é uma definição, uma construção de conhecimentos, que prevalece a despeito do mito da democracia racial, que supostamente valorizaria o mulato.

No entanto, essa atribuição acontece de modo a associar o “Pardo” ao “Branco” em vez de aproximá-lo da identidade negra – enfraquecendo a negritude das pessoas pardas. “Pardo”, ao ser definido como “branco sujo”, é associado ao branco de maneira inferior (um branco de segunda categoria). Para Kilomba (2019, p. 154, grifos da autora), tais aspectos pejorativos fazem com que a população negra perca a identificação com sua negritude, “o *sujeito negro* se encontra forçado a se identificar com a branquitude, porque as imagens de pessoas *negras* não são positivas”. É preferível, assim, ser considerado um branco inferior, sujo, a ser negro. Tal explicação age de forma a hierarquizar o “Branco” e, por outro lado, inferiorizar o “Pardo”, o que enfraquece a negritude entre pretos, negros e pardos, reforçando e executando o projeto de branqueamento da população brasileira.

O problema de os dicionários definirem “Pardo” desta forma é que, ao atribuírem sentidos negativos, estão produzindo conhecimentos a partir de experiências, vivências e pontos

¹⁸ “Barriga suja” é uma expressão sabidamente racista, que traz a ideia de que ter um filho com um negro é algo que traz impureza, conforme cartilha “Tire o racismo do vocabulário: Glossário de palavras racistas e suas substituições”. Disponível em <<https://pedagogia.paginas.ufsc.br/files/2022/11/glossa%CC%81rio-palavras-racistas-Livreto.pdf>>. Visualizado em 23 de Jan. 2024. (Tourinho, 2022).

de vista racistas, e isso tem a ver com os significados das palavras. Segundo Fairclough (2016 [1992], p. 239), “a lexicalização de significados são questões que são variáveis socialmente e socialmente contestadas, e facetas de processos sociais e culturais mais amplos”, ou seja, os sentidos atribuídos às palavras e às expressões são construtos sociais e, ainda conforme Fairclough (idem), os significados dentro do significado potencial têm relações de complementariedade. Em outras palavras, o contexto social somado aos demais significados analisados se complementam. No caso de “Pardo”, o racismo e as ideologias estabelecem relações de sentido entre si.

As relações étnico-raciais no Brasil fazem da questão do “Pardo” um dilema. Há acepções que definem “Branco” na entrada de “Pardo” e o contrário também ocorre nas entradas de “Branco”.

Devemos compreender “democracia racial” como significando a metáfora perfeita para designar o racismo estilo brasileiro: não tão óbvio como o racismo dos Estados Unidos e nem legalizado qual o apartheid da África do Sul, mas institucionalizado de forma eficaz nos níveis oficiais de governo, assim como difuso e profundamente penetrante no tecido social, psicológico, econômico, político e cultural da sociedade do país (Nascimento, 2017, p. 111).

Isso é corroborado pela forma como os “Pardos” são representados nas definições de “Branco”:

[101] **Branco:** BRANCO DA BAÍA, s. m. *pop.* Alcinha dada aos mulatos (Freire, 1939);

[102] **Branco:** B.-da-baía: mulato (Michaelis, 1998);

[103] **Branco:** B. da baía *B m. q.* mulato (Houaiss, 2009);

Verifica-se que os atributos presentes na definição de “Branco” são referentes ao “Pardo”, que são avaliados por meio de julgamento, estima social e capacidade. Como será apresentado adiante, as definições de Branco remetem ao lugar social, de estima, indicando prestígio. Nos exemplos citados, há pressuposições, pois o produtor do dicionário compreende que a Bahia é composta por relevante número de pessoas negras, “não é sem razão que Salvador é hoje uma das mais importantes cidades no mundo, no que se refere ao estudo da história e cultura negra e em mobilizações e articulações políticas negras” (Bussotti, 2022, p 24). Assim, verifica-se o Tema, “Branco da Baía”, em que os leitores compreendem o estado como um dado e, posteriormente, “mulato” como Rema.

Verifica-se, então, uma forma de contextualizar os sentidos expostos e as avaliações atribuídas ao Pardo presentes nos dicionários, através de outra palavra de entrada. Ao analisar

o verbete “baiano” em diferentes dicionários da língua portuguesa, Tavares (2021, p. 85) faz uma contextualização sobre a Bahia.

A capital baiana, Salvador, é conhecida por ser a cidade de maior população negra fora da África. Isso não se revela apenas no contingente, mas também no modo como essa comunidade mantém tradições de suas raízes africanas e as ressignificam em sua própria história, preenchendo o seu cotidiano com elementos de uma cultura afro-brasileira. Se em sentido pejorativo o dicionário inclui as palavras “negro” e “mulato”, é necessário lembrar que no Brasil elas já foram sinônimas de escravo; por quase quatro séculos, foi pela cor que se diferenciava pessoas de mercadorias. (Tavares, 2021, p. 85)

Há, por assim dizer, nessa expressão, mais uma forma de diferenciação (Thompson, 1995), que é embranquecer o Pardo e retirar-lhe a negritude, o que conforme Nascimento (2006) faz do pardo um mestiço superior. Para Waldir Oliveira (2004), a expressão “*Branco da Bahia*” aparece no sentido de dizer que os brancos nem sempre são tão brancos, contudo, por conta do racismo

desfrutavam de posição de algum relevo na sociedade. Ou seja, o preto que subia socialmente, de certo modo, era considerado branco. Porque as categorias “branco” e “preto”, na Bahia, eram, muitas vezes, decorrentes da ascensão social de cada um. Assim, à cor negra se somavam a falta de instrução ou a falta de um emprego de prestígio. Em conclusão, havia um relacionamento muito estreito entre essas três coisas: - negro, pobre e ignorante (idem, 2004, p. 129).

Há, nessas observações de Oliveira (2004), ponderações importantes, que é a forma como a negritude é relacionada à pobreza de maneira naturalizada e como a ascensão social embranquece. Silva e Leão (2012, p. 121) também explicam que os “mulatos desfrutariam de uma ‘válvula de escape’, que permitiria uma ascensão socioeconômica maior do que a dos pretos”.

Desse modo, chama atenção como há, de certo modo, vários conhecimentos operando em sentidos interligados em pressuposições (Fairclough, 2003). Na definição de Houaiss (2009), temos a sigla “m. q.” que indica “mesmo que” para fazer compreender os sentidos como equivalentes: no estado da Bahia, o mulato é “Branco”. Isso, pois, branquitude é relacionada ao progresso e à dominação e, por sua vez, a negritude relaciona-se à subalternidade, conforme explanado anteriormente.

Ainda conforme Tavares (2021), o termo “Baiano”, nos dicionários, aponta para como os estados do Norte e do Nordeste são apresentados como subdesenvolvidos; enquanto os do Sul e do Sudeste são desenvolvidos. “O baiano, o sertanejo, e os nordestinos de modo geral, são comumente estereotipados com pessoas pouco instruídas, ingênuas, incultas, em vista de serem colocadas em posição social de inferioridade” (Tavares, 2021, p. 83).

A acepção “branco da Baía” é mais uma das formas como opera o racismo em nosso país, ideologicamente, opera por meio de diferenciação pelo embranquecimento (Thompson, 1995). Essa definição segmenta os negros e mestiços, ao passo que unifica os brancos e os grupos que veem vantagens quando a discussão étnico-racial não é levantada (Thompson, 1995). Por isso, reforça como os dicionários agem no sentido de enfraquecer a identidade negra.

‘Embranquecimento’ passou, portanto, a significar a capacidade da nação brasileira (definida como uma extensão da civilização europeia, em que uma nova raça emergia) de absorver e integrar mestiços e pretos. Tal capacidade requer, de modo implícito, a concordância das pessoas de cor em renegar sua ancestralidade africana ou indígena. ‘Embranquecimento’ e ‘democracia racial’ transformaram-se, pois, em categorias de um novo discurso racialista (Guimarães, 2009, p. 55-6).

Desse modo, os dicionários operam no sentido de fortalecer o embranquecimento das pessoas mestiças. O “Pardo”, assim, não se diferenciaria somente do “Preto”, mas, nessa explicação, ele se aliaria à identidade branca, pois é apresentado como equivalente. Não há, assim, como apontam os teóricos, uma hipodescendência, os dicionários são explícitos em embranquecer o “Pardo” de diversas formas, sejam nas explicações de “Pardo” ou nas de “Branco”. O resultado é um apagamento da identidade negra: o “Pardo” é, por vezes, dissociado da negritude e incorporado ao universo da branquitude — que, por sua vez, é definida em oposição à identidade negra.

As outras definições de “Pardo” ocorrem por meio das acepções “mulato” e “mestiço” como sinônimos. Não faz parte dos objetivos deste trabalho discutir a suposta origem do termo mulato, mas sim analisar, à luz dos EDC, precisamente da LSF, como os efeitos dos sentidos são construídos nos discursos e como as ideologias operam nos dicionários.

[104] **Pardo:** O mesmo que mulato (Freire, 1939);

O verbete apresenta equivalência entre os dois termos, por meio da relação lexicogramatical “o mesmo que”. E, com isso, é estabelecida uma relação de sinonímia, sem que os itens lexicais, “Pardo” e “Mulato”, sejam compreendidos por meio de metonímias, isto é, aproximados, mas com o mesmo valor semântico. Mulato, conforme Nascimento (2006), evoca o sentido de impureza ao mestiço, por ser oriundo de uma mistura racial. Linguisticamente, isso ocorre por meio de estima social e normalidade.

O dicionário de Freire, além disso, também apresenta outra acepção que repete a construção do sentido de que “Pardo” é definido como mulato:

[105] **Pardo:** Diz-se do mulato (Freire, 1939);

Como já apresentado, há uma pressuposição que opera por meio de interdiscursividade por meio de “diz-se”, em que as pessoas conhecem o que é “Pardo” por meio da unidade lexical mulato. Há uma operação no sentido que evidencia a branquitude, sobretudo na década de 1930, em que os dicionários eram produzidos por pessoas brancas e circulavam entre pessoas brancas, pois a população negra majoritariamente estava lutando por direitos básicos, como alfabetização de crianças, jovens e adultos e a integração do negro na sociedade, por meio da Frente Negra Brasileira (FNB), que foi extinta por Vargas em 1937 (Gomes, 2017).

Ao analisar o termo “mulato” no Atlas Linguístico do Estado do Mato Grosso do Sul, Santana (2023) verifica que a denominação não é muito expressiva na fala das pessoas mais jovens. Esse é um dado que expressa o uso da língua, aquilo que nos dicionaristas é indicado pelo uso de “diz-se”. Contudo, mesmo com sua obsolescência no uso coloquial, verifica-se que mulato se faz presente em todos os dicionários analisados nesta pesquisa.

É importante ressaltar que o contexto social de produção do dicionário de Freire (1939) interfere na produção das definições do verbete uma vez que a ideologia da democracia racial estava começando a ser difundida. Esse período é o momento em que no Brasil há uma cisão com os ideais eugenistas. “Enquanto muito de seus colegas racistas supunham que a miscigenação levava à degeneração, [Gilberto] Freyre comemorou a ‘mestiçagem’ como a característica positiva dominante da população brasileira, como se vê, por exemplo em sua influente *Casa-grande e senzala*” (van Dijk, 2021, grifos do autor).

Ainda segundo van Dijk (2018, p. 146, grifos do autor), ao estudar e pesquisar sobre discurso racista em notícias jornalísticas, “a discriminação e racismo, quando discutidos nos discursos da elite, estão sempre *em outro lugar*”. Ressalta-se que os dicionários são produzidos por pessoas influentes em nossa sociedade, ou seja, homens brancos.

Essa transmissão atravessa gerações e altera pouco a hierarquia das relações de dominação ali incrustadas. Esse fenômeno tem um nome, branquitude, e sua perpetuação no tempo se deve a um pacto de cumplicidade não verbalizado entre pessoas brancas, que visa manter seus privilégios (Bento, 2022, p. 18).

Há uma racionalidade na manutenção das relações assimétricas de poder, como defende Munanga (2017, p. 33), “crenças racistas não recuam, apesar de as pessoas terem mais acesso à ciência através da educação, o que mostra que a racionalidade em si não é suficiente para que todas as pessoas possam abrir mão de suas crenças racistas”. Essa construção pressupõe que os produtores dos textos se desresponsabilizam por tais explicações, porém apresentam-nas de

forma a criar efeitos de legitimidade e credibilidade. No contexto de raça e racismo no Brasil, Schwarcs (2011, p. 51) usa o termo racismo à brasileira para explicar esse tipo de prática: é “um racismo que é sempre jogado para o ‘outro’”, isto é, não é o produtor do dicionário que é racista, o racismo projeta-se no conteúdo, como se a definição apenas reproduzisse o que se diz sobre pessoas pardas.

[106] **Pardo:** s. m. mulato: achou aí da banda de fora o Vitorino... e um *pardo* de Goiana que tinha o ofício de sapateiro (Francelim Távora, *Matuto*, c. 19, p. 158, ed. 1902) (Aulete, 1958);

Novamente, a definição ocorre por meio de mulato, no entanto contém um exemplo de uso a partir de uma obra literária. Na obra citada, *O matuto*, de Franklin Távora (1902), hoje em domínio público, “Pardo” é representado por Lauriano, um sapateiro. Observa-se que há um processo relacional possessivo entre “Pardo” e o ofício que representa a classe social, isto é, um ofício de menor prestígio, trabalho manual. Ademais, há uma localização geográfica, Goiana, como atributo, ou seja, interior de um estado do nordeste, que é Pernambuco, onde a história se passa. Esses elementos permitem compreender não só a miscigenação como um dado, mas como as relações étnico-raciais ocorrem no interior do país, conforme a obra. Embora a história de Franklin Távora se passe no início do século XVIII, nesta obra o “Pardo” exerce um ofício ao passo que os “Negros” ainda estavam sendo escravizados pelo país.

Ao contrário das definições que ocorrem pela cor, em que os dicionários apontam maior vagueza, Pardo também é definido pelos termos “mulato” e “mestiço”, como apresentado a seguir:

[107] **Pardo:** pessoa mestiça, de cor parda, filha de mulatos [...] (Nascentes, 1943; Nascentes, 1961);

[108] **Pardo:** pessoa mestiça, de cor parda; mulato (Nascentes, 1976; Nascentes, 1988);

[109] **Pardo:** Que ou quem é mulato (Bechara, 2008);

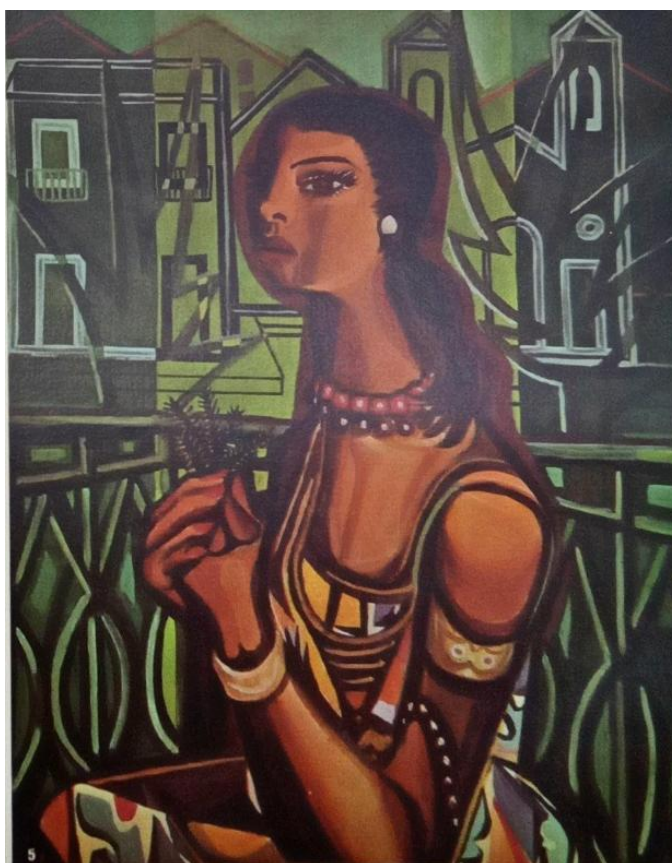
Nas definições de Nascentes (1943; 1961; 1976; 1988), o Tema “pessoa mestiça” guia a leitura do consulente a partir dessa lexia, apresenta o “Pardo” como mestiço e representa-o como um descendente miscigenado. Como Rema, ou seja, as informações novas introduzidas na definição, surgem as expressões: de cor parda, filha de mulatos, que definem e explicam de

forma sintética e dialogicamente, que o “Pardo” é uma pessoa mestiça, que tem a cor parda e é filha de mulatos.

O “Pardo”, como vemos sociologicamente, não necessariamente é filho de mulatos, porém, nos dicionários de Nascentes (1943; 1961), é definido como se fosse. Tal tipo de definição pode intensificar discursivamente o grau da miscigenação em nossa sociedade, pois é relevante reenfatizar que nessas décadas, 1940 e 1960, os ideais da democracia racial estavam sendo oficialmente propagados.

No dicionário de Nascentes (1976), apresenta-se a seguinte ilustração para representar a mulata. O dicionário, por meio da obra creditada à Di Cavalcante para representar o mulato, opera, então, por meio de interdiscursividade.

Figura 7 – Ilustração de Mulata, dicionário de Nascentes (1976)



Fonte: Di Cavalcante In: Nascentes (1976, p. 1125)

A legenda da imagem traz a seguinte descrição

Mulato. Mulatos e mulatas resultado da miscigenação entre o europeu colonizador e o escravo africano, são u traço marcante dentro do complexo étnico brasileiro. Nos tempos coloniais, quando a distinção racial também correspondia a uma distinção econômica, os mulatos custaram a encontrar um lugar dentro da sociedade. Na foto, uma das muitas “Mulatas” pintadas por Di Cavalcante (Nascentes, 1976, p. 1125).

Essa legenda reflete uma série de temas analisados nesta tese, como a relação da miscigenação e o lugar do negro, juntamente com a relação de raça e de classe. Ademais, vale retomar o dado de que as definições de “Raça” compreendem, única e exclusivamente, as pessoas que são lidas como puras racialmente. Os dicionários, então, fazem compreender que há um alinhamento em suas definições de “Pardo”, “Branco”, “Negro”, “Preto” e “Raça”. A “Raça”, então, é algo tão inerentemente biológico, conforme os dicionários, que as pessoas perpetuam as suas linhagens. No dicionário de Nascentes (1943; 1961), observa-se que o mulato é definido como “filha de mulatos”, ao passo que, em Nascentes (1976; 1988), há uma atualização, pois é definido como o próprio mulato.

Por sua vez, Bechara (2008) define por meio de processo relacional identificacional “que ou quem é mulato”, funcionando como atributo de “Pardo”. Desse modo, a avaliação também ocorre nas demais, por meio de nível de complexidade. Assim, o “Pardo” é definido de modo que se desassocia da identidade negra, vinculando-se, algumas vezes, a identidade à branca. Os dicionários relacionam, assim, sinonimicamente, com equivalência de sentidos: “Pardo”, “Mulato” e “Mestiço”. Quanto ao sentido de mulato, Munanga (2020a, p. 26) afirma que o termo vem do espanhol e é

nitidamente uma conotação mais pejorativa do que o termo “mestiço”, pois, no século XVII, os índios tiveram uma certa revalorização através do mito do bom selvagem de J.J. Rousseau e da aceitação das civilizações incas e maias. A etimologia é pretexto cômodo para insistir sobre o aspecto animal do fenômeno. Mais tarde, nota-se uma certa evolução da enciclopédia e seus suplementos, caracterizada pela passagem de uma concepção negativa (a híbrida animal, consequência da imoralidade de alguns brancos) a uma concepção positiva (sendo o mestiço considerado como um indivíduo fisicamente mais vigoroso) (Munanga, 2020a, p. 26).

Percebe-se, assim, que o termo mulato é pejorativo em sua origem e implica a desumanização dos povos negros, amparado por um suposto olhar científico. Nesse sentido, o dicionário de Bechara (2008) possibilita que tais ideias sejam reiteradas e perpetuadas.

5.2.10 Definições de Negro nos dicionários

Como observamos, as definições de Negro nos dicionários são atravessadas de polissemia. Os dicionários reverberam definições que atravessam os anos, conforme podemos

verificar na definição de Negro em Rafael Bluteau (1789), em seu *Diccionario da lingua portuguesa*:

Quadro 23 – Definições de Negro de Rafael Bluteau (1789)

NEGRO, s, m. Cor negra: v. g. “vestido de *negro*.” Homem preto: v. g. “comprei um *negro*”.
Um peixe deste nome.

NEGRO, adj. De cor preta como a tinta de escrever, o carvão apagado. Fig. Infausto, triste, desgraçado: v. g. negras novas: negra consolação [...].

Fonte: Bluteau (1789, p. 340)

Embora Bluteau, padre português, tivesse publicado seu dicionário em contexto lisboense, trata-se de um material acrescido de termos do português brasileiro por Antonio Moraes Silva, natural do Rio de Janeiro. O dicionário traz algumas acepções que foram verificadas ao longo das análises neste trabalho. Identifica-se que Bluteau acrescenta duas entradas para definições de “Negro”, uma funcionando como substantivo e outra como adjetivo.

Dessas definições, destaca-se como, na sociedade da época, “Negro” é definido como mercadoria, sendo substantivo na acepção “homem preto” e “comprei um *negro*”. Essas definições vão ganhando outras dimensões ao longo dos anos, até chegarmos nas definições analisadas na presente tese, em que “Negro” é definido em verbetes que ainda ecoam este passado escravocrata e racista, em graus diferentes. Os leitores e consulentes de dicionários eram pessoas brancas com o *status* social de ter alguém como posse.

As definições apresentadas por Pinto (1832) são estruturadas com adjetivos e substantivos reunidos em uma mesma entrada. Observam-se, nesse contexto, significados que remetem à tristeza. No que se refere ao termo “homem”, entretanto, não se verifica um processo de desumanização, conforme o quadro a seguir:

Quadro 24 – Definição de Negro em Dicionario da lingua brasileira

Negro, adj. De côr preta. Fig. Infausto, triste. (Como subs.) *Negro*, diz-se do homem preto, e *Negro* da mulher preta. Nome de um peixe [...].

Fonte: Pinto (1832, p. 740)

Há contexto histórico para essas definições, embora em 1832 a sociedade ainda fosse escravagista, movimentos abolicionistas atuaram ao longo de uma década para o fim da escravidão. Conforme verifica-se na Figura a seguir, a linha do tempo expressa a forma como ocorreu o processo até chegarmos à abolição da escravidão.

Figura 8 – Linha do tempo até a abolição da escravidão

Fonte: Senado (2015)¹⁹

Esse histórico nos ajuda a compreender, então, como foi longo o percurso para a abolição. A escravidão pode ter durado tanto, pois, conforme Moreira (2020), tinha no componente religioso, junto das teorias científicas, certa sustentação. Destaca-se o *Vocabulário portuguez & Latino* do padre Raphael Bluteau (1712 – 1728) na definição de “Negro”. Apesar de não se tratar de um dicionário, aponta para conhecimentos que são, de certa forma, reverberados nas obras analisadas na presente tese.

Quadro 25 – Definição de Negro em Vocabulário Português de Raphael Bluteau

Negro. Cor negra, ou tinta negra. É um dos dois extremos das cores, [...] os negros que vivem ao longo da costa do Oceano, com o comercio dos Portugueses perderam a sua natural braveza, e muitos deles se fizeram Cristãos. Também não são totalmente bárbaros os que na parte Oriental da Nubia confinam com os Abexins. Ferocíssimos e indômitos são os que vivem o sertão a que os Árabes chamam *Povos do Zunque* [sic]. Estes andam quase todos em contínuas guerras, e feitos prisioneiros, o inimigo que os cativou, os vende aos Africanos, Árabes, e Portugueses, que negociam ao longo da Costa, e em troca de escravos, que levam, dão cavalos, panos, azeites, vinhos, e outras mercancias da Europa. [...] Em lugar de vinho bebem o licor, que eles recolhem em calabças ao pé de uma espécie de palmeiras, que levemente abertas ao machado, [...] sobre a cor dos negros há entre os naturais grandes contendias. Atribuem alguns esta cor preta à força do sol nas terras que estes povos habitam, mas debaixo da Zona Torrida [sic], aonde perpendicularmente arte este Planeta, há homens

¹⁹ Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2015/08/31/lei-dos-sexagenarios-completa-130-anos>>. Acesso em 05 de Mar. 2025

tão brancos, como na Europa, e na Groenlândia, onde pelo espaço de seis meses apenas chegam os raios solares, há homens tão pretos, como na Etiópia, segundo escrevem Pereno [sic.] [...]. Cresce a dificuldade com a observação que se tem feito em pais negros, e mães negras, que de geração em geração fazem em terras de gente branca filhos negros, e de pais brancos e mães brancas, que em terras de negros desde muitos anos continuamente geram filhos brancos, do que erradamente quiseram alguns arguir, que os negros não são filhos de Adão, quanto mais que além da cor negra tem muito deles feições do rosto muito diversas da maior parte dos homens. Para evitar os inconvenientes desta controvérsia, se responde que esta negridão dos corpos foi [sic] castigo do Céu. Convém os Historiadores, assim sagrados, como profanos, que o primeiro pai dos negros foi Caim filho de Noé, o qual achando a seu pai tomado do vinho, e descomposto, chamou aos irmãos, e manifestou a toda a família, a falta de que só ele era sabedor [...]. A ele, e a toda a sua posteridade deu Noé a sua maldição, e um dos efeitos dela foi o perderem todos a alvura natural, símbolo da inocência, ficando por este modo o castigo proporcionado ao delito, pois os descendentes daquele, que ofendeu o decoro do pai, e o denegriu, ficarão negros, e o escurecer da fama foi punido com a escuridade do rosto. Conforma-se esta opinião com o reparo de S. João Christostomo na Homilia 29. In genes. Aonde [sic] atribui à maledicência o cativoiro, em que vivem em terras alheias a maior parte dos negros, de sorte que sua escravidão parece consequência da sua negridão. [...]. Mas para os filósofos, que se não satisfazem com moralidades, me parece mais acertado o dizer, que sem castigo de culpa, e só por oculto mistério da natureza pôde haver descendentes de Adão naturalmente negros, e com feições diferentes das nossas; porque não sendo assim, e só com muitos Adãos se poderá admitir a grande variedade de nações tão dessemelhantes na cor, e nos lineamentos, de forte que para os Tapuyas, e outro Gentio do Brasil, que é de cor de bronze, com feições extraordinárias, houveram mister um Adão, para huns povos da China, de cor de azeitona, e outras singularidades no rosto, e até para Negros, a que chamam Brancos, por que com cor branca tem nariz chato, beijo caído e seria necessário outro pai Adão, e daqui nasceria outra dificuldade, a saber, quem foi o Adão destes Adãos, ou se Deus os criou em diversas partes da terra, independentes uns dos outros, e cada um deles cabeça de diferentes gênero humano. Divide-se a terra dos Negros em alguns quatorze Províncias, ou Reinos [...].

Fonte: Bluteau (1712 – 1728, p. 4338-9)

Há, nessa definição do século XVIII, uma série de atributos que repercutem nos dados analisados que estão presentes nos dicionários mais recentes. Munanga (2020a) aponta como

essas supostas características físicas e morais do negro foram utilizadas, de certa forma, para legitimar e justificar a escravidão e a colonização. Nessa definição, Negros são apresentados como naturalmente bravos; há a referência ao mito bíblico das origens de pessoas negras, que será detalhado mais adiante; escurecer, da fama como denegrado, também versa sobre a legitimação entre cor, mal e, por consequência, a escravidão.

Expostos esse dado histórico da racionalização da opressão racista colonial, apresentase a título de exemplo como Longman (2009) traz os verbetes de “Black” e “Negro”. Em “Black”, o dicionário separa, de forma organizada, as definições de pessoa, cor, sujeira, humor, raiva, evitando, assim, tais associações, conforme vemos na língua portuguesa.

Quadro 26 – Definição de Black em Longman (2009)

Black: People a) belonging to the race of people who originally came from Africa and who have dark brown skin **white** *Over half the students are black.* b) [only before noun] relating to black people: *politics from a black perspective* | *Black and Asian music.*

Fonte: Longman (2009, p. 157)

As definições de Black na língua inglesa operam no sentido de apontar o processo relacional “*belonging*”, isto é, faz a associação entre as pessoas consideradas “Black” com as raízes africanas. Aponta o oposto com Branco (White) sem, no entanto, indicar hierarquias entre quem é superior e quem é inferior, como os do idioma português fazem. No exemplo de uso, podemos verificar o processo relacional do “Negro” com estudante em “*over half the students are black*”. O mesmo caso ocorre com a definição de Black em Oxford (2010):

Quadro 27 – Definição de Black em Oxford (2010)

Black: Belonging to a race of people who have dark skin; connected with black people: *a black woman writer – black culture.* [help] **Black** is the word most widely used and generally accepted in Britain. In the US the currently accepted term is **African American**.²⁰

Fonte: Oxford (2010, p. 142)

No dicionário Oxford, a primeira parte da definição é semelhante à de Longman. A segunda parte contém o processo relacional em “*connected with black people*”, definindo “Black”, com as pessoas negras. Ademais, o dicionário também apresenta o seu caráter pedagógico, apresentando em quais países os termos são mais adequados, o que os dicionários em língua portuguesa analisados nesta tese não apresentam.

²⁰ Tradução nossa: “Black: pertencente a uma raça de pessoas com pele escura; relacionado aos negros: uma escrita negra – cultura negra”.

As definições consultadas de Longman (2009) e Oxford (2010) apresentam o termo Negro como ofensivos na língua inglesa, vejamos:

Quadro 28 – Definição de Negro em Longman (2009)

Negro: *old-fashioned* a word for a black person usually considered offensive.²¹

Fonte: Longman (2010, p. 1168)

Quadro 29 – Definição de Negro em Oxford (2010)

Negro: (*old-fashioned, often offensive*) a member of a race of people with dark skin who originally came from Africa.²²

Fonte: Oxford (2010, p. 1024)

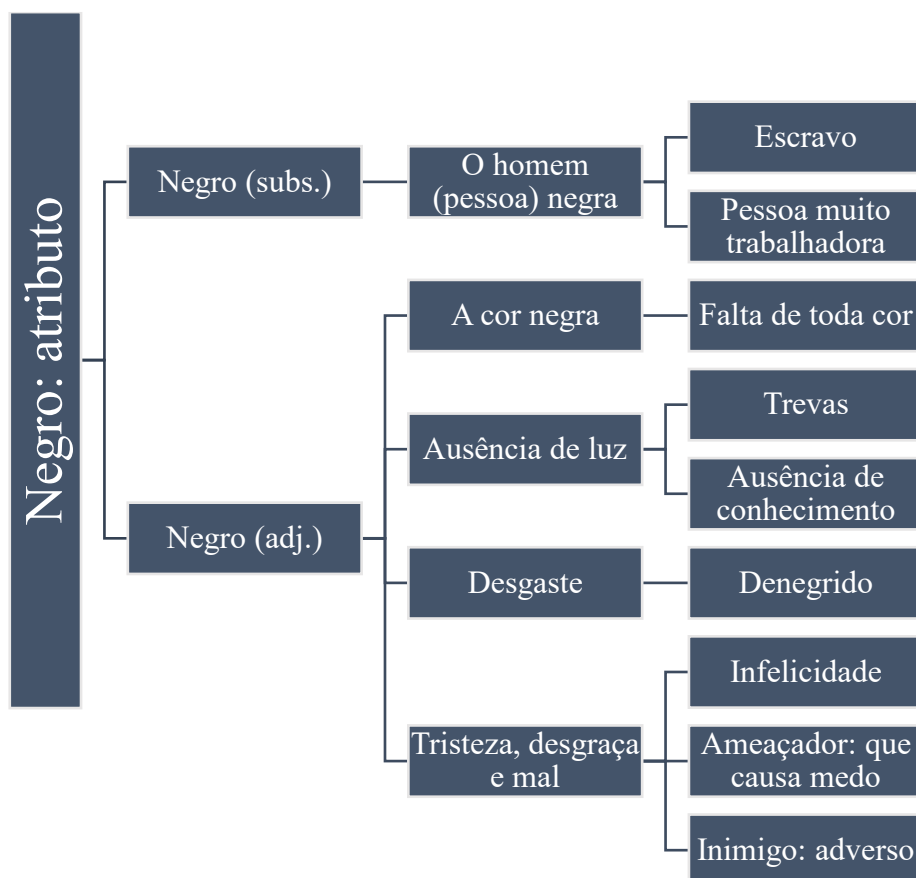
Os dicionários de língua inglesa, com isso, apresentam o termo, no entanto, como ofensivo, ao passo que, como verificou-se em alguns excertos, as acepções ofensivas ocorrem juntamente com as demais, definindo as pessoas negras, sem que haja algum problema.

A maior parte das definições de “Negro” na língua portuguesa verificadas nesta tese apresentam, então, atributos negativos que foram explorados no decorrer deste capítulo. Tais acepções de “Negro” nos dicionários estão detalhadas na figura a seguir.

Figura 9 – Significados do Atributo Negro nos dicionários analisados

²¹ Tradução nossa: “Negro: Antiquado uma palavra para se referir a uma pessoa negra, geralmente considerada ofensiva”.

²² Tradução nossa: Negro: (antiquado, frequentemente ofensivo): um membro de uma raça de pessoas com pele escura que originalmente veio da África.



Fonte: Elaborado pelo autor

O termo “Negro” é apresentado por meio de sentido figurado, carregando sentidos negativos. Ao ser apresentado como falta de toda cor, exerce relação com a tristeza. Contudo, em seu sentido comum, é compreendido como a cor negra, *per si*, que, na física, representa a ausência de todas as cores. Uma explicação similar é a de ausência de luz, que explica o Negro como trevas que, em alguns contextos, pode significar ausência de conhecimento.

Há a compreensão de Negro como desgaste, adjetivando aquilo que está se deteriorando por motivos externos. Essa acepção se relaciona com a concepção de “denegrir”, uma vez que tal palavra indica a deterioração da reputação. Por fim, a acepção como “tristeza desgraça e mal” em que “Negro” funciona como Tropo (Thompson, 1995) para representar o mal no sentido da mitologia judaico cristã. Desse modo, vemos que os sentidos são: tristeza do luto, ameaçador, aquilo que causa medo e o inimigo, que é adverso.

As avaliações presentes nas definições de “Negro” são construídas por meio de uma articulação que perpassa várias áreas, do social ao religioso, em que se justificam e se fundamentam o racismo e a dominação. Conforme Antonio Bispo (2015), o trabalho é um instrumento de castigo e o caráter escravagista da dominação colonial é originário da Bíblia.

Essa acepção, com isso, é articulada com os atributos negativos no sentido religioso apresentadas no decorrer das explicações analisadas.

Ao considerarmos que “Negro” é composto pelos grupos Pardo e Preto, no quadro a seguir, com base no Sistema de Avaliatividade, sumarizam-se as principais avaliações que são designadas ao termo “Negro”, inclusive às mulheres negras, identificadas neste trabalho.

Quadro 30 – A avaliação do Negro sob o Sistema da Avaliatividade

Subsistema atitude			Avaliação dada à Negra e ao Negro
Afeto	(in)felicidade		Negro: Lutuoso, fúnebre; infausto; sombrio; triste.
	(in)segurança		Negro: Maldito, inimigo; adverso; tempestuoso; tétrico; pervertido; execrável; odioso.
	(in)satisfação		-
Julgamento	Estima Social	Normalidade	Parda: Mulher mulata. Pardo: Branco sujo; O mesmo que mulato. Preto: Que pertence à raça negra; difícil; escravo; sujo. Negra: negra de trabalho. Negro: Que pertence à raça negra; meu negro (carinhoso); escravo; homem que trabalha muito; denegrido.
		Tenacidade	Negro: Inimigo, adverso, ameaçador, pervertido, execrável, nefando, odioso.
		Capacidade	Negro/a: trabalhar como um negro.
	Sanção Social	Veracidade	-
		Capacidade	-
Apreciação	Reação	Impacto	-
		Qualidade	-
	Composição	Proporção	Preto: a pessoa de pele negra; O mesmo que negro. Negro: Totalmente escuro; de cor preta; sujo; totalmente escuro; escurecido.
		Complexidade	Pardo: Que tem côr intermedia a prêto e branco; Filha de mulatos. Preta: s. f. mulher de raça negra. Negra: fem. de negro; mulher de cor e raça negra. Negro: Quem tem a pele negra.
	Valoração		-

Fonte: Elaborado pelo autor

Há, como observamos ao longo do presente trabalho, alguns movimentos dialéticos nas explicações de “Negro” (Preto e Pardo). O termo “Negro” é explicado nos dicionários como quem causa insegurança, conforme o sistema de avaliatividade, ao mesmo tempo que também é apresentado como quem traz e causa os afetos de infelicidade. Com isso, “Negro” não só é apresentado como a própria insegurança ou tristeza, mas como quem age e faz esses afetos serem mobilizados. Isso ocorre dentro de uma lógica racista, que se ancora na religião para se sustentar, conforme a catástrofe metafísica de Maldonado-Torres (2018).

O negro é julgado a partir de sua estima social de normalidade, em que a forma como é apresentado se faz pertinente: “Parda” é mulher mulata; “Pardo”, branco sujo e mulato; “Preto”, pertencente à raça negra, difícil, escravo e sujo, atribuições que normalizam o preto a partir de uma determinada concepção social. As mesmas avaliações ocorrem com “Negra” e “Negro” ao serem avaliados como pessoas que trabalham muito. No entanto, em “Negro” identificam-se mais recorrências de outras avaliações de estima social negativa, como escravo e denegrado, em que nossa reputação seria valorada negativamente. Verifica-se, também, que há avaliação por meio de julgamento, estima social e tenacidade, em que somos apresentados como indignos de confiança, pois somos vistos como pessoas que causam o mal, valorados por epítetos negativos.

Por fim, o último aspecto avaliativo, trata-se da composição de proporção e complexidade, em que características físicas e sociais são exploradas pelos dicionaristas para explicar “Negro”, “Preto” e “Pardo”. Essas avaliações de proporção e complexidade ocorrem por meio da apresentação sobre como são nossos corpos, totalmente escuros, da cor preta, o mesmo que negro e pessoa de pele negra. Como complexidade, ocorre por meio de explicar utilizando-se demais referentes, no caso de Negros, utilizando em comparação ao branco; Negras, em comparação aos homens negros.

A seguir, teremos a análise de “Branco” nos verbetes encontrados nos dicionários analisados.

5.2.11 A branquitude nos dicionários

Durante as análises, foi identificada a necessidade de contrapor a identidade Negra construída discursivamente com a branquitude nos dicionários. Comparativamente, verificamos que o termo “Branco” contém acepções importantes que contrastam com as de “Negro”. Como pertencentes a um grupo racialmente constituído, verifica-se que, embora a branquitude seja não marcada, como já exploramos anteriormente, é racialmente identificada nos dicionários analisados.

Para a realização da análise desta seção, foram selecionados dos dicionários os termos “Branco” e “Branca”. No entanto, este último verbete não contém dados suficientes para a composição dos *corpora* desta pesquisa. As definições não versam sobre mulher branca, conforme todos os demais analisados nesta pesquisa. Então, por definirem-se em termos de cor branca, em oposição à cor preta, optei por não analisar os verbetes dos dicionários.

Com exceção dos brancos, todos os outros grupos racializados e minorizados são compreendidos como particulares e minorizados (Bento, 2022). Os trabalhos sobre branquitude buscam preencher essa lacuna e desvincular a ideia de que branco não tem raça (Schucman, 2012). Apesar de compreendermos, num primeiro momento, as pessoas brancas como universais e desracializadas, por serem vistas como a norma, os excertos dos dicionários analisados definem “Branco” como uma pessoa racialmente constituída, porém que se contrasta com a negritude.

[110] **Branco:** Homem da raça *branca*. Ia um prêto na companhia de um *branco* (Aulete, 1958);

A definição do termo “Branco” ocorre de modo a avaliar por meio de apreciação, composição e proporção: “Branco” é um homem da raça branca. Apesar de observarmos o “Branco” ser definido como alguém pertencente a uma raça, no *dicionário das relações étnico-raciais contemporâneas*, Schucman & Conceição (2023, p. 52) definem branquitude como uma “categoria particular que se apresenta ‘falsamente’ como universal, assim ela é muitas vezes não marcada e, portanto, se apresenta fantasiosamente como se fosse uma identidade nacional ‘neutra’ e normativa”. Contraditoriamente, temos, com isso, a racialização das pessoas brancas marcadas ao longo de um século de definições nos verbetes.

Conforme Cida Bento (2022), o branco, ao constituir a branquitude, construiu a sua identidade em relação aos povos que foram colonizados e inferiorizados. Assim, a constituição do homem branco como norma ocorre de modo relacional, ou seja, por meio da comparação com os demais grupos racializados. Nesse sentido, “as hierarquias de raça e gênero foram fundamentais para a estruturação do pensamento colonial” (Bento, 2022, p. 37).

Inicialmente, não percebo como uma contradição “Branco” ser definido por meio de raça. O que ocorre, como observaremos, é que o homem branco tem seus sentidos construídos de modo a inferiorizar os demais grupos, se apresentando como superior, ao mesmo tempo em que dissimula tais relações.

Nos dicionários de Houaiss (2009), Bechara (2011) e Bechara (2008) – este representando a década de 2020, por ter sido reimpresso e divulgado na corrente década –, a unidade lexical “raça” não aparece nas definições de “Branco” e, tampouco, na de “Negro”, indicando uma transformação nesse sentido. Essas definições de “Branco” ecoam avaliação de composição, complexidade e estima social também.

[111] **Branco:** Pessoa de pele branca: *O censo revelou o número de brancos no país* (Bechara, 2008);

[112] **Branco:** *Adj. S.m.* Relativo a ou indivíduo de um grupo populacional ou étnico que se caracteriza por reduzida pigmentação da pele (freq.. tb. Dos cabelos e olhos), e que, em geral difere de outros indivíduos cuja coloração da pele é negra, parda, amarela ou acobreada (Houaiss, 2009);

Os atributos encontrados nessas acepções definem “Branco” por meio das avaliações por apreciação, composição, proporção e complexidade, tornando compreensível quais são as características de alguém considerado “Branco”. Em Houaiss (2009), por exemplo, verificamos que o excerto é construído com processo relacional, por meio de “caracteriza”, operando de formas diferentes: dizendo o que “Branco” é e o que não é. O processo mental “difere” aponta, inclusive, para uma racionalidade na identificação de uma pessoa branca, que é de pigmentação reduzida, e não é de cor escura. Tal forma de definir opera no sentido de afirmar uma Diferenciação (Thompson, 1995) em relação aos demais grupos populacionais. Observa-se, assim, que os dicionários evidenciam tal diferença, pois a raça, nesse momento, não é mais utilizada em suas definições usuais.

Na definição de Bechara (2008) identifica-se o reforço de como opera o masculino genérico em “o censo revelou o número de brancos no país”, uma vez que os dicionários não definem “Branca” como a mulher branca, mas como cor branca. Com isso, se por um lado, os estudos sobre branquitude revelam que “Branco” indicaria o ponto de vista da humanidade como um todo, o gênero masculino tem sido apresentado como toda a população de determinado recorte racial.

[113] **Branco:** *Gír.* Indivíduo bronco ou ingênuo que se deixa lograr, sobretudo com o *conto do vigário* (Freire, 1939);

[114] **Branco:** (Fig.) *Branco* como a neve ou *branco* como um cordeiro inocente, justificado, ilibado (Aulete, 1958);

Primeiramente, nessas acepções há as seguintes indicações *Gir* e *Fig.*, que apontam como gíria e sentido figurado, respectivamente, indicando outros contextos de uso. Elas definem “Branco” por meio de valoração positiva através de julgamento, sanção social e veracidade, fazendo compreender como honesto, inocente e ingênuo. Em Freire (1939), a enganação descrita no verbete é intensificada pelo processo material “lograr”, indicando o quanto “branco e ingênuo” sofre, operando como Meta. Por outro lado, não é apresentado aquele que estaria munido de más intenções para enganar o branco.

A definição seguinte reverbera esta acepção, que, de certo modo, corrobora os sentidos da expressão “ovelha negra” por meio do atributo “cordeiro inocente”, valorando, novamente, o “Branco” como positivo e o negro, negativamente. Assim, há mais uma metáfora racial (Oliveira e Paiva, 1998) que se faz presente nos dicionários, reforçando tais valores apontados. É importante salientar que essas definições, do Branco inocente, não foram encontradas nos dicionários mais recentes. Contudo, as definições negativas de “Negro” e “Preto” são presentes em todos os dicionários analisados.

Ao longo das análises, verifica-se como o cristianismo foi importante para a manutenção da escravização. O conceito de Guerra Justa foi aplicado contra os povos indígenas que se recusavam a se tornarem cristão. Conforme Starling e Schwarcz (2015), os jesuítas buscavam preservar os indígenas da escravidão, pois eles deveriam primeiro ser convertidos. Com isso, aqueles que se recusassem, seriam escravizados. Tais motivações resultaram na pressão contra a Coroa Portuguesa, que fez com que ficasse proibida a escravidão indígena, salvaguardado quando motivado pela Guerra Justa. No entanto, muitos indígenas ainda assim foram escravizados pela igreja católica.

A já mencionada marca de Caim, compreendida como a cor da pele negra dos povos africanos (França, 2021), teria na religião cristã justificativas para as consequências da colonização. Conforme Fanon (2020, p. 103) expõe sobre a relação do cristianismo com o racismo, no caso, o racismo colonial, “todas as formas de exploração se parecem. Todas afirmam sua necessidade com base em algum decreto de ordem bíblica” (Fanon, 2020, p. 103).

Segundo Gabriel Nascimento (2019), o português ensinado como língua estrangeira juntamente com as línguas clássicas era reforçado pelo clero à época da colonização, pois muitas pessoas demonstravam resistência em se comunicar por meio da chamada Língua Geral, originada do Tupinambá.

No Brasil, catalisando as necessidades do capitalismo mercantil subjacente ao empreendimento colonial, o catolicismo surge como vetor premente da racialização da sociedade. Primeiramente disciplinando a sociedade autóctone brasileira, usando a

força tributária da herança católica estabelecida no Brasil desde o século 16, as missões franciscanas e jesuítas trazem a palavra bíblica no âmago de seus princípios. A narrativa bíblica, dada a sua importância basilar na organização da sociedade colonial, irradia assim seus conceitos sobre a moral, os costumes e, como não poderia deixar de ser, sobre aquilo que mais tarde convencionou-se chamar de raça. A hierarquização por diversos povos encontrados por essas missões religiosas pelo mundo, seja na África, seja no Brasil, utiliza-se das alegorias bíblicas como verdadeiras tábulas raciais para a classificação daqueles que não se sujeitam, a priori, à fé cristã (Devulsky, 2021, p. 46-7).

Nesse contexto, retoma-se Maldonado-Torres (2018), que aponta para o conceito de catástrofe metafísica, que contribui para a compreensão de como o colonialismo transformou as subjetividades das pessoas. As diferenças que, outrora, eram compreendidas por meio de Eu-Outro, mediante o colonialismo, passou a ser compreendida como Senhor-Escravo, pois foi nesse momento que se iniciou o processo de desumanizar as demais pessoas, o outro ou o não-branco. Há nesses tipos de definições uma clara forma de perpetuação do racismo, pois em termos práticos, há ideologias que são naturalizadas e reforçadas por meio dos dicionários, ainda conforme Maldonado-Torres (2018, p. 38)

Essa catástrofe metafísica, ligada à civilização ocidental e à guerra, que leva à naturalização do combate, explica porque as condições coloniais na modernidade se assemelham a zonas de guerra perpétuas, onde a extrema e a constante violência em baixo nível são continuamente direcionadas às populações colonizadas e àqueles que são identificados como seus descendentes [...] Também explica porque a diferença subontológica toma a forma de um dualismo maniqueísta por meio do qual o colonizador é identificado como bom e o colonizado como mal.

Assim, temos na nossa concepção de sociedade, sobretudo que perpassa pela língua, a ideia de que o Negro e o Branco se constituem como polos opostos. Enquanto o Negro é apresentado por uma série de atributos negativos, avaliados como insegurança, normalidade, infelicidade, o Branco é reconhecido com “[...] atributos morais e intelectuais que tal aparência expressa, na linguagem da cultura, e que representa aquilo que é investido das excelências do sagrado” (Nogueira, 2021, p. 66). No caso dos dicionários, “Branco” é avaliado, por meio de ingênuo e cordeiro inocente, positivamente.

Com isso, dado este contexto, compreende-se que há, em última instância, uma legitimação (Thompson, 1995) da opressão colonial. A definição do Branco como ingênuo e do Negro como intrinsecamente mau e perverso evidencia a lógica binária do pensamento moderno-colonial. Dessa forma, ao analisarmos os sentidos atribuídos a “Negro” em contraste com “Branco”, observamos que tais significações não se constroem de maneira isolada, mas em oposição relacional. Em outras palavras, justifica-se não somente que o Negro seja oprimido, mas que o Branco seja exaltado, justamente por conta dos sentidos e as definições

que os dicionaristas destacam, que fogem à lógica e operam mais no campo metafórico, poético, gíria, popular etc.

Nos excertos que versam sobre a ingenuidade do Branco, é importante salientar sua importância não somente por realçarem tal estima social. Destaca-se que o contraste desempenha papel fundamental na construção dos sentidos, uma vez que contribui para a compreensão de quem é socialmente definido como malfeitor.

[115] **Branco:** *Ant.* Patrão, senhor (Michaelis, 1998);

[116] **Branco:** *B. ant.* senhor de escravos 19 *p. ext.* patrão, pessoa importante ou pessoa da classe dominante (Houaiss, 2009);

Nessas acepções pode-se perceber que há abreviações indicando os seus contextos de uso. Apontados como antigo e brasileiro antigo, as definições são construídas de modo a fazer compreender que tais acepções não são mais usuais. Contudo, vê-se, ainda assim, que elas são colocadas nos dicionários para definir o que é Branco. Isto é, os dicionários ainda definem “Branco” conforme apresentado anteriormente.

No excerto de Houaiss (2009), podemos verificar a forma “p. ext.”, isto é, por extensão, que não desabona a definição em questão. Conforme Lélia Gonzalez (2022, p. 21) isso ocorre “desde a época colonial aos dias de hoje, a gente saca a existência de uma evidente separação quanto ao espaço físico ocupado por dominadores e dominados”. Essas representações do Branco corroboram o entendimento de que o racismo e a economia capitalista têm uma relação estreita. Essas avaliações ocorrem, por estima social positiva do Branco, bem como nas definições seguintes também.

[117] **Branco:** (bras.) Senhor, patrão luzidio (Nascentes, 1976; Nascentes, 1988);

[118] **Branco:** Senhor, patrão (Freire, 1939; Aulete, 1958; Michaelis, 1998);

Nas definições de Nascentes (1976; 1988), há o que chamamos de brasileirismo, por meio de (bras.). Em outras palavras, em um país colonizado, o Branco é compreendido como naturalmente alguém que tem a sua estima social positiva, como patrão. A qualidade do Branco, assim, é a do brilho, enquanto o Negro e o Preto são ofuscadas, escuras, conforme as acepções analisadas.

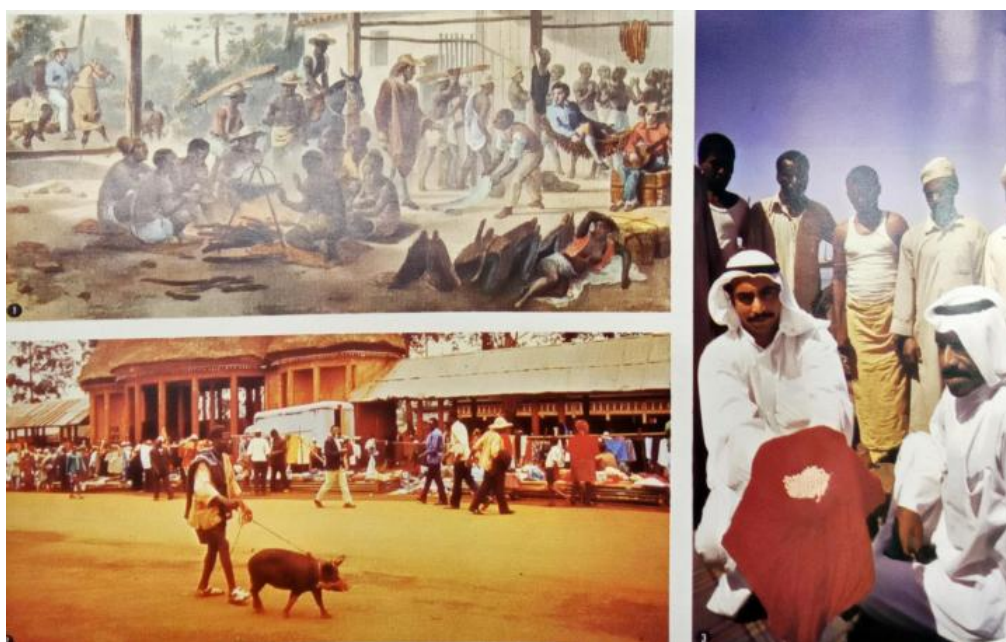
Com isso, essas abonações definindo “Branco” como senhor de escravos, presentes nos dicionários de Michaelis (1998) e Houaiss (2009), são colocadas como antigas e antiquadas. Os

dicionários de Nascentes (1976; 1988) definindo “Branco” como pertencendo à classe dominante têm definições apontadas como brasileirismo. Por fim, os dicionários de Freire (1939), Aulete (1958) e Michaelis (1998) não trazem nenhuma abonação, indicando ser uma definição canônica.

Observamos que as acepções “senhor” e “patrão”, conjuntamente, apontam para o lugar de destaque, poder e prestígio que os brancos detêm em nossa sociedade. Isso ocorre por meio de diferenciação (Thompson, 1995), pois Brancos ocupam lugar de destaque. Essa posição, ademais, não é questionada, pois é fruto do racismo, o que contrasta com a concepção da própria meritocracia, uma vez que os Negros são apresentados como quem é forçado a “trabalhar muito”. Isso, no entanto, não é convertido em prestígio social, mas em subalternidade. Para Cida Bento (2022, p. 63) “o prestígio branco é entendido como um estado passivo, uma estrutura de facilidades que os brancos têm, queiram eles ou não”. Por esse motivo, independentemente das abonações presentes nos dicionários, referenciando momento histórico, uso, contexto, as acepções apontam para o sentido da dominação, isto é, do racismo.

A branquitude não marcada, assim, demonstra-se como este estado de naturalização de estima social positiva. As ilustrações presentes nos dicionários de Nascentes (1976) refletem bem o aspecto da branquitude evidenciado nesses dicionários.

Figura 10 – Ilustrações de Negreiro, Negro e Negócio, dicionário de Nascentes (1976)



Fonte: Nascentes (1976, p. 1140)

Essas ilustrações, ao apresentarem “Negro” e “Negreiro”, apontam para os aspectos do suposto lugar do negro. As legendas das respectivas imagens dizem:

Negreiro, O tráfico negreiro durante três séculos enodoou o nome do Brasil; é inegável, contudo, o papel decisivo representado pelos escravos no desenvolvimento e na prosperidade da colônia. Nessa gravura de Rugendas, um aspecto do comércio negreiro. **Negro,** existem cerca de 200 milhões de negros no continente africano. Destacando-se três tipos principais: os sudaneses (altos, epiderme bem escura), os guineenses (geralmente atarracados, mais claros) e os nilóticos (longilíneos). Do século XVI ao XIX, calcula-se que entre 20 e 40 milhões de negros foram arrancados da África para serem vendidos como escravos em vários países; foi só na segunda metade do séc. XX que a maioria dos estados africanos negros logrou ver reconhecida a sua independência, ponto de partida de uma longa estrada em direção ao desenvolvimento” (Nascentes, 1976, p. 1940-1)

Inicialmente, estas imagens operam não só no sentido de delimitar quais são as pessoas negras nos variados lugares do continente africano. As imagens, contudo, operam por meio da branquitude não marcada, como verificamos ao longo desta seção, isto é, a condição de escravizados e do tráfico dos africanos não é mencionada.

Ademais, as legendas das imagens não evidenciam que foram os brancos os produtores, comerciantes e escravistas. Conforme eles, o que enodoou, isto é, sujou o nome do Brasil, não foram os escravocratas, que enriqueceram suas famílias e seus herdeiros com trabalho escravo, tortura e privação da liberdade dos Negros, mas o tráfico negreiro. A negligência em assumir tal responsabilidade é acentuada de tal modo que, como aponta Schwarcz (2012), a escravidão é compreendida como mal necessário, ao afirmar que ela possibilitou o desenvolvimento das colônias.

A título de exemplificação, na página seguinte do dicionário, há duas outras imagens que operam neste sentido, conforme as figuras a seguir:

Figura 11 – Ilustrações de Negociação e Negro, dicionário de Nascentes (1976)



Os aspectos observados nessas ilustrações são: quem faz negócios. Na legenda de “Negócio”, apresentada na Figura 10, está escrito: “Antes da descoberta de petróleo no golfo Pérsico, as pérolas estavam entre as principais riquezas da região [...]” (Nascentes, 1976, p. 1141). A definição segue, assim, para a de “Negociação”, da Figura 11:

Depois de anos de guerras, os estados frequentemente descobrem que podem melhor superar suas divergências na mesa de negociações. Nesse quadro do pintor espanhol Juan Pantoja de la Cruz aparecem os delegados da Espanha e da Inglaterra que, em 1604, negociaram o fim da guerra entre seus países. (Nascentes, 1976, p. 1141)

Nesse sentido, a operação ocorre pela sua ausência. Os homens brancos são apresentados como pessoas evoluídas, negociam em lugares modernos e fechados, ao passo que os demais povos não seguem os mesmos hábitos. Os demais povos, como podemos perceber, estão negociando da mesma forma como os brancos faziam no passado, por meio de pérolas. Essas operações ocorrem por meio de pressuposições: o povo branco e europeu é evoluído, tal qual o branco é definido como patrão e da classe dominante.

Outro elemento que reforça a argumentação sobre a branquitude não marcada pode ser identificado nos verbetes referentes ao racismo, nos quais determinados pressupostos são implicitamente adotados pelos dicionários, como se observa a seguir:

[119] **Racismo:** s. m. de *raça* + *ismo*. Doutrina que apregoa a superioridade inerente de certas raças humanas. | 2. Caracteres físicos, morais e intelectuais que caracterizam determinada raça (Freire, 1939);

- [120] **Racismo:** *s. m.* Teoria fisiológica e política da pureza da raça, que admite a superioridade de certas raças, sobretudo a chamada ariana, e impede que se lhe misturem elementos estranhos. | F. *Raça*. (Aulete, 1958);
- [121] **Racismo:** *s. m.* Presunção de inerente superioridade racial ou pureza e superioridade de certas raças e conseqüente discriminação entre outras; doutrina ou programa de dominação racial ou discriminação, baseada em tal presunção. (Nascentes, 1988);
- [122] **Racismo:** **1** Teoria que afirma a superioridade de certas raças humanas sobre as demais. **2** Caracteres físicos, morais e intelectuais que distinguem determinada raça. **3** Ação ou qualidade de indivíduo racista **4** Apego à raça (Michaelis, 1998);
- [123] **Racismo:** **1** Conjunto de teorias e crenças que estabelecem uma hierarquia entre as raças, entre as etnias **2** doutrina ou sistema político fundado sobre o direito de uma raça (considera pura e superior) de dominar outras **3** preconceito extremado contra indivíduos pertencentes a uma raça ou etnia diferente, ger. Considerada inferior **4** *p. ana.* Atitude de hostilidade em relação a determinada categoria de pessoas <*r. xenóforo*> ETIM *raça*+*-ismo* (Houaiss, 2009);
- [124] **Racismo:** **1** Recusa em reconhecer os direitos de outra pessoa ou grupo social de características culturais ou étnicas diferentes, em nome de uma pretensa e inerente superioridade. **2.** Atitude de preconceito, discriminação ou até mesmo hostilidade em relação a certos segmentos sociais ou geográficos diferentes (Bechara, 2008);

As definições de Racismo elencadas apresentam de maneira clara como a branquitude opera no sentido de mascarar a opressão. Enquanto nas acepções que definem “Branco” e “Negro”, as estimas sociais estavam bem delimitadas, apresentando os papéis sociais em uma sociedade racista. Nas definições de racismo, observa-se o contrário. Os dicionários não apresentam o homem branco ou caucasiano como racista, mas o ariano, que não é pertencente ao contexto sócio-histórico brasileiro.

Além disso, chama atenção sobre como os dicionários, ao longo das décadas, transformaram as suas definições de Racismo. As mudanças foram de doutrina, teoria, presunção, crenças e recusa. Os verbetes selecionados apresentam processos verbais, materiais e mentais para definir o que é racismo, além de demonstrar como uma racionalização (Thompson, 1995) também se apresenta como uma prática discursiva e social.

O verbete de Freire (1939) define “Racismo” como doutrina que apregoa, isto é, um processo verbal, a inerente superioridade de certas raças humanas. O racismo, então, é apresentado por meio da pressuposição (Fairclough, 2003) “certas raças humanas”, uma vez

que compreende que os consulentes sabem de quais raças humanas está sendo falado. Por fim, a definição segue racionalizando (Thompson, 1995) o racismo como constituído de características físicas, morais e intelectuais presentes nos grupos raciais, como um dado estritamente biológico. Trata-se, portanto, de uma definição que, paradoxalmente, reproduz uma lógica racista ao conceituar o próprio racismo. Aulete (1958) define, inicialmente, o racismo como uma “teoria fisiológica e política da pureza da raça”. Essa definição abrange sentidos que articulam tanto a racionalização biológica quanto a construção social, configurando, assim, uma convergência entre discursos científicos e sociais na legitimação do racismo como um dado naturalizado. Além disso, a definição é construída por meio do processo verbal “admite”, isto é, o conhecimento já estaria posto e, com isso, é reconhecido. Nesse mesmo contexto, observa-se que há outra pressuposição (Fairclough, 2003) que não aborda de maneira direta quais são os supostos grupos raciais que são entendidos como superiores. No entanto, reconhece-se a raça ariana e, assim, tem-se o processo material “impede” que se lhe misturem, indicando que para que uma raça tenha sentido de dominação e perpetuação, deve-se manter pura e intacta. Assim, compreende-se, em última instância, que não há racismo no Brasil em razão da miscigenação.

Na definição de Nascentes (1988) há, por meio de “presunção inerente”, avaliações que levam a compreender o racismo tanto de forma naturalizada quanto racionalizada (Thompson, 1995). O dicionário define como se fosse natural a existência de grupos raciais superiores a outros grupos e, com isso, a teoria do racismo passasse a compreender tais características.

Em seguida, a definição de Michaelis (1998), constituída pelo processo verbal “afirma”, indica convicção no racismo, como um dado. Reitera-se, nesse momento, a compreensão do momento histórico e científico que se difere dos demais. Nesse sentido, o Racismo passa a ser compreendido como social e não mais biológico. No entanto, a definição de Michaelis (1998) insiste em reverberar as definições anteriores, em que se apresentam aspectos “físicos, morais e intelectuais que distinguem determinada raça”. Com isso, o processo mental se “distingue” não só dá racionalidade para o racismo científico, mas também da legitimidade. Trata-se, no entanto, de uma grande desinformação.

Houaiss (2009) define por meio de processo material “estabelecer”. No entanto, aponta a existência de hierarquias sem que sejam naturalmente ou inerentemente superiores. O vocábulo “etnia”, então, faz-se presente apontando a flexibilidade que o termo tomou devido aos avanços históricos. O verbete segue com a seguinte acepção: “doutrina ou sistema político fundado sobre o direito de uma raça (considerada pura e superior) de dominar outras”. Há, neste excerto, uma dissimulação, inicial, do racismo, haja vista que nenhum grupo tem o direito de

dominar outro, pois o assim fazendo está retirando direito deste outro grupo. Ademais, essa definição em questão é uma Dissimulação (Thompson, 1995) das formas de opressão. Por fim, essa definição também é constituída de pressuposição (Fairclough, 2003) ao não apresentar quais são os grupos raciais dominados e dominantes.

Bechara (2008) define o termo “Racismo” de uma maneira mais próxima dos conhecimentos sociologicamente estabelecidos sobre o tema: “recusa em reconhecer os direitos de outra pessoa ou grupo social”. Com isso, o processo mental “reconhecer” denota a falta de reflexão de que todas as pessoas devem ter e exercer os mesmos direitos, e que a sociedade está experienciando outras cognições. Ademais, a definição problematiza essa noção de superioridade racial, mantendo o estilo dos dicionários, mas definindo como “em nome de uma pretensa e inerente superioridade” e, com isso, define que essa suposta superioridade não existe factualmente. Contudo, o dicionário de Bechara (2008) não apresenta os grupos que são considerados dominados e dominadores, pois também apresenta por meio de “certos” segmentos sociais. Além disso, inova, ao também definir o racismo como um dado geográfico.

Os dicionários, com isso, definem “Branco” como superior ao “Negro”. No entanto, no momento de definir isso como racismo, utilizam de pressuposições para não apresentarem de forma taxativa e direta, presumindo que os consulentes já compreendem as relações de dominação de poder entre os grupos. A branquitude, então, opera no sentido de se desracializar, desresponsabilizando-se pelos males causados pela colonização, pelo racismo, pelo capitalismo e sexismo.

Em outras acepções, “Branco” é definidos como limpo e antônimo de “Negro” (Michaelis, 1998). Com isso, o quadro a seguir compara como esses termos têm sido apresentados nos dicionários.

Quadro 31 – O branco e o preto como antônimos

Branco	Negro	
	Pardo	Preto
Limpo, asseado	Branco sujo	Sujo, muito sujo
Ingênuo	Inimigo, adverso, odioso	
Patrão	Pessoa que trabalha muito	
Senhor de escravos	Escravo	

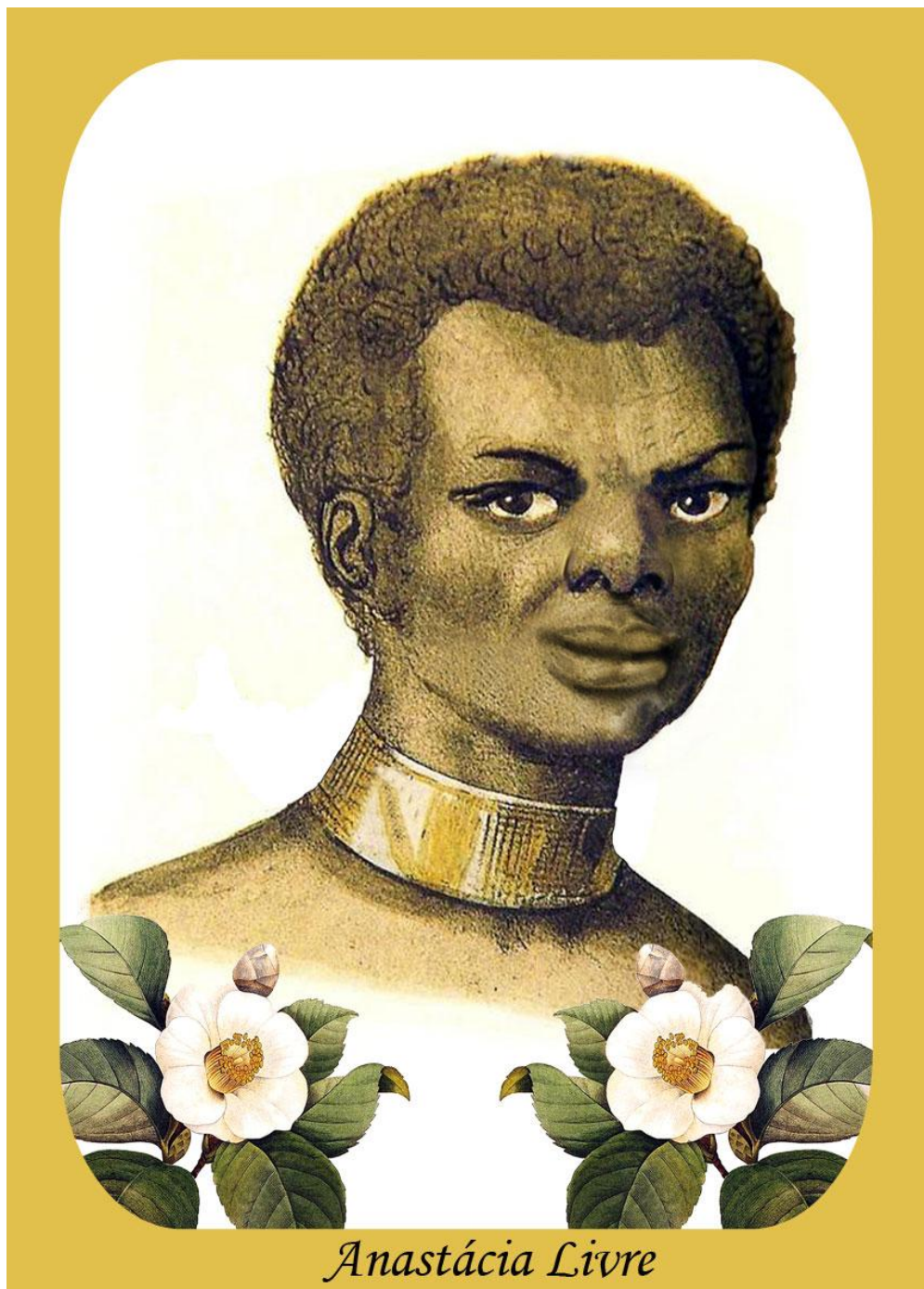
Fonte: Elaborado pelo autor

No quadro anterior, então, apresenta-se uma síntese de como “Branco” é definido não somente por meio de estima social positiva, mas também em termos de composição. Assim, o termo “Branco” é compreendido como limpo, no entanto, “Pardo” é definido como sujo e “Preto” muito sujo. Os dicionários não somente explicam a dominação (preto ser escravo e branco ser senhor), além de apresentá-las como naturais, legitimam (Thompson, 1995) a exploração e as opressões moderno-coloniais. Assim, “Branco”, nas definições, é apresentado como alguém que tem boa reputação: patrão e senhor luzidio, ao passo que o negro é a pessoa que, para além de não ter tal prestígio, é denegrado, isto é, tem sua reputação maculada. Tais aspectos naturalizam (Thompson, 1995) a forma como compreendemos e enxergamos os corpos em determinados lugares sociais. Isso ocorre, ainda, de forma legitimada, uma vez que “Negro” é explicado como adverso e inimigo, enquanto o branco é explicado como inocente.

A análise das definições atribuídas ao verbete “Branco” revelou-se fundamental para estabelecer um contraste e promover uma reflexão mais aprofundada sobre as explicações referentes aos termos “Negro” (Preto e Pardo), permitindo observar como as avaliações se estruturam e se complementam mutuamente. O Branco, para além de ser apresentado como dominador, também é alguém inocente e ingênuo o que, de certa forma, justifica seu lugar como opressor em relações assimétricas de poder e dominação.

6 ÚLTIMAS CONSIDERAÇÕES: DENEGRINDO OS DICIONÁRIOS

Ilustração 5 - *Anastácia livre*, Yhuri Cruz (2019)



Ao longo da presente pesquisa, verificamos que o “Denegrir” tem uma série de atributos negativos, como manchar a reputação de alguém. É indiscutível a herança colonial e racista nesta expressão. Por buscar denunciar tais efeitos de sentidos de “Negro”, este trabalho foi desenvolvido a partir de dicionários e, com o intuito provocar reflexão, inicia-

se a seção com a expressão “denegrir”. Assim, a releitura “Anastácia Livre”, de Yhuri Cruz, que botou um sorriso em uma pintura que, originalmente, era representada com um instrumento de tortura que a impedia de falar, apresenta-se como uma forma de ressignificação.

O presente trabalho contou com grande esforço de se fazer sucinto e breve diante do desafio de falar sobre um tema tão vasto. Assim, as considerações postas aqui não objetivam finalizar as discussões levantadas. As contribuições desta tese buscaram, conforme apontado nos objetivos, *Analisar discursiva e criticamente verbetes que definem a identidade negra e a questão étnico-racial em dicionários brasileiros de língua portuguesa do último século (1930 – 2020), problematizando as questões raciais no Brasil.*

Para tanto, foram estipulados os seguintes objetivos específicos:

- Discutir a negritude e a questão racial no Brasil a partir de verbetes de dicionários, contribuindo com a formação e a potencialização da identidade negra através de uma perspectiva antirracista;
- Analisar discursivamente o gênero verbete e seu contexto de produção, identificando os discursos/saberes e poderes ali (re)produzidos sobre a identidade negra e a questão étnico-racial, por meio dos significados acional, representacional e identificacional;
- Propor caminhos e orientações para outras definições/acepções dos verbetes analisados em uma perspectiva antirracista, à luz das análises, com o intuito de fortalecer a negritude e promover o letramento racial crítico.

Quanto ao primeiro objetivo específico, foi possível, a partir da análise dos verbetes, compreender que os significados do que é ser “Negro” encontram eco nas formas como o colonizador definiu as populações negras. Com isso, tais acepções operam por meio da colonialidade do ser, saber e poder. Diante disso, propõe-se que, ao compreendermos a origem desses sentidos, possamos, enquanto sociedade, a confrontá-los criticamente e a buscar a superação dessas estruturas discursivas.

Quanto ao segundo objetivo, observa-se que as principais obras lexicográficas no Brasil foram produzidas por pessoas de grande prestígio social, não só devido à relevância para a contribuição para a cultura, mas porque elas são brancas. Historicamente, no Brasil, pessoas brancas são as que tem acesso à educação, à cultura e às artes, fazendo com que elas sejam as principais leitoras e produtoras de outros conhecimentos, inclusive aqueles que os dicionários contribuem para reforçar. A análise discursiva, por seu turno, ajudou a compreender não só como o “Negro” é representado diante de uma sociedade que nos atribui

valorações negativas. Também foi possível entender como, conseqüentemente, as pessoas pardas que, historicamente entendem a negritude como um valor negativo, rejeitam a sua identidade negra.

Por fim, o terceiro objetivo específico revisita as principais acepções encontradas nos dicionários. Conforme Vilarinho (2013, p. 44), “os dicionários são instrumentos pedagógicos que devem apresentar os significados em respeito aos direitos humanos, valorizando a diversidade política, social, religiosa, econômica, entre outras da sociedade”. Por essa razão, dado que os dicionários analisados já são parte da história e do patrimônio cultural da sociedade, os apontamentos que faço nesta tese são orientações para as obras vindouras que competirão em editais escolares ou poderão se fazer presentes nos sítios de internet:

1. O gênero verbete normalmente aponta a classe gramatical e o gênero das palavras entradas, por isso há a sigla “s. f.”, por exemplo, ao definir “Preta”, “Parda” e “Negra”. Nesse sentido, compreende-se que o leitor deve ter o prévio conhecimento do respectivo masculino, pois os dicionaristas não apresentam diversos saberes e conhecimentos nos substantivos femininos e, com isso, reverberam acepções em uma perspectiva sexista e patriarcal, uma vez que o masculino é tido como genérico.
2. Os verbetes dos respectivos femininos analisados nesta tese (“Parda” e “Negra”) sexualizam as mulheres negras de forma que, por vezes, é enfatizada a raça e classe social, reforçando a ideia de subjugação.
3. As acepções que ocorrem por desumanização também operam por polissemia, o que gera controvérsia sobre o contexto de uso e as implicações racistas, quando há um valor socio-histórico-cultural na definição, como o de “partida de desempate” para definir “Negra”.
4. As formas de uso presentes nos dicionários devem evidenciar representações positivas sobre as mulheres negras, a exemplo de como elas lutam pelos direitos, tal como apresenta-se no verbete que define “Negro” como quem resgata a própria cultura.
5. Os dicionaristas devem desestimular definições tais como “escravo” ou “escrava”, bem como pessoa que “trabalha muito”. Tal perspectiva reduz a contribuição e a resistência do povo negro na sociedade como trabalhador braçal, diretamente relacionado ao período escravagista e à pouca qualificação. A acepção que sugiro,

sobretudo nos exemplos de uso, é representar pessoas negras como universitárias e professores, em decorrência da Lei de Cotas.

6. Os verbetes de “Quilombo” devem ser definidos como um símbolo de resistência atual, e não somente como dado histórico, isto é, compreendido no passado. Os quilombolas são pessoas que preservam a memória, lutam por moradia e educação até os dias de hoje. Com isso, é importante, também, dicionaristas atualizarem tais acepções, com exemplos de livros e pesquisas desenvolvidos por intelectuais quilombolas.
7. Os verbetes de “Raça” para descrever a humanidade devem indicar explicitamente que não existem raças biológicas para os seres humanos, e as perspectivas apresentadas ocorrem a partir de teorias já refutadas.
8. As definições adjetivas de “Negro” nos dicionários devem ter seus contextos de uso indicadas de forma explícita, para evitar má compreensões devido à polissemia inerente dos termos analisados, devido aos fatores culturais eurocêntricos e colonialistas.
9. Os dicionaristas devem evitar sentidos metafóricos e figurados que operam de forma binária e colonial, contrastando-se com o “Branco”.
10. Os verbetes devem apontar, de forma inquestionável, que Racismo é uma ideologia que suprime direitos das pessoas negras, também não devem empregar pressuposições. Além disso, é importante definir nominalmente quais os grupos de pessoas que são os opressores em uma sociedade como a brasileira.
11. Dicionaristas, por fim, devem definir os verbetes “Preto”, “Preta”, “Negro”, “Negra”, “Parda” e “Pardo” com a compreensão de que está definindo parte significativa da população brasileira. Desse modo, deve-se compreender as nuances dos aspectos socio-histórico-culturais sobre as definições apresentadas. Com isso, ressalta-se que o “Pardo” faz parte da composição da população negra, uma vez explicitado isso, conforme dados do IBGE, ele não deve ser definido como “Branco sujo”, afastando-o da população negra e o valorando-o de forma negativa.

Ao longo dos quatro anos desta pesquisa, debruçei-me sobre os verbetes a partir dos ECD, que contribuíram para compreender não só como o racismo opera linguisticamente no sentido lexical, mas como ele pode ser reproduzido em diversos ambientes, em decorrência das variadas práticas sociais que permeiam o uso dos dicionários. Como contextualizado, os dicionários são compreendidos como um inventário lexical (Vilarinho, 2013), registro do saber

linguístico de uma sociedade (Barros, 2000), instrumento pedagógico e produto cultural (Borba, 2003) e, com isso, seu uso acontece em variados contextos.

Devido às suas variadas possibilidades de uso, tanto em nível lexical quanto cultural, sugirem-se, ainda, outras formas de analisar tais obras, pois os dicionários definem verbetes que direcionam consulentes a outras palavras de entrada. Por exemplo, observa-se, durante as análises, que a explicação de “Negro” direciona o leitor ao termo “Escravo”, que é explicado por Bechara (2022, p. 526) como “1. Diz-se de pessoa que se tornou propriedade de alguém: negro escravo; 2. Fig. Que se submeteu a alguém ou a algo: esposa escrava; 3. Fig. Que faz trabalhar excessivamente: trabalho escravo [...]”. Pode-se observar, desse modo, como há uma visão de mundo racista e sexista das relações étnico-raciais e de gênero, algumas delas são marcadas por meio de sentido figurado e, assim, considera-se importante que se tenha um desenvolvimento analítico no sentido de saber para quais termos esses dicionários direcionam seus leitores. Ao longo da presente pesquisa, foi compreendido que esta também é uma forma de operar atribuindo valor aos termos analisados.

REFERÊNCIAS

- ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. **Biografia de Evanildo Bechara**. Academia Brasileira de Letras, 2016, Disponível em: <<https://www.academia.org.br/academicos/evanildo-bechara/biografia>>, acesso em 7 jan. 2025.
- ACOSTA, M. P. T.; RESENDE, V. M. (2014). Gêneros e suportes: por um refinamento teórico dos níveis de abstração. **Romanica Olomucensia**, 26 (2). pp. 127–142.
- AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo, Sueli Carneiro, Pólen, 2019.
- ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo Estrutural**. São Paulo. Sueli Carneiro. Pólen, 2019.
- AMORIM, Francisco Higo de. **Cotas raciais nas universidades e alunos cotistas: representações sociais em textos da mídia online ao longo da primeira década da Lei 12.711/12**. (Dissertação em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade de Brasília. Brasília, 2021.
- ANDREWS, George Reid. **América afro-latina, 1800-200**. São Carlos: EdUFSCcar, 2007.
- ATHAYDE, Austregésilo. Prefácio. In.: NASCENTES, Antenor. **Dicionário da língua portuguesa**. Academia Brasileira de Letras, Rio de Janeiro, 1943.
- AULETE, Caldas. **Dicionário contemporâneo da língua portuguesa**. Editôra Delta S. A. Travessa Ouvidor, 22, Rio de Janeiro, 1958.
- BARROS, Diana Luz Pessoas de. O discurso do dicionário. **ALFA: Revista de Linguística**. São Paulo, vol. 44, n. esp., p. 75-96, 2000.
- BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, [1992] 2003.
- BASÍLIO, Margarida. **Formação das classes de palavras no português do Brasil**. 3º Ed. São Paulo, Contexto, 2011.
- BAUER, M. W.; AARTS, Bas. A construção do corpus: um princípio para a coleta de dados qualitativos. In BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: Um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2008.
- BECHARA, Evanildo. **Dicionário da língua portuguesa Evanildo Bechara**. 1 ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2011.
- BECHARA, Evanildo. **Dicionário escolar da Língua Portuguesa: Academia Brasileira de Letras**. 2ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.
- BECHARA, Evanildo. **Um ilustre representante da negritude brasileira. Portal da academia Brasileira de Letras**. Disponível em: <http://www2.machadodeassis.org.br/artigos/um-ilustre-representante-danegritude-brasileira>. Acesso em: 30 jun. 2025.
- BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. 1ª ed. São Paulo, Companhia das Letras, 2022.

BHASKAR, Roy. Critical Realism. Essential Readings. In: ARCHER, M.; BHASKAR, R.; COLLIER, A.; LAWSON, T. NORRIE, A (Orgs.). **Centre for critical realism**. London: Routledge, 1998.

BHASKAR, Roy. **From Science to Emancipation. Alienation and the Actuality of Enlightenment**. New Delhi/London: Sage Publications, 2002.

BORBA, Francisco da Silva. **Organização de dicionários: Uma introdução à lexicografia**. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

BRASIL. **Estatuto da Igualdade Racial**. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2010.

BRASIL. **Guia de livros didáticos: PNLD 2024: Língua Portuguesa – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2024.**

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Com direito à palavra: dicionários em sala de aula**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2012.

BRASILEIRO, Ada Magaly Matias. **Manual de produção de textos acadêmicos e científicos**. São Paulo: Atlas, 2013.

BUSSOTI, L. Entrevista: Não podemos pensar na experiência negra no Brasil sem considerar suas relações históricas e contemporâneas com a África. Com Luiza Nascimento dos Reis. **Transformação: Revista de Filosofia**. 45 (Special Issue 2), 21-30, 2022.

CARNEIRO, Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. 339 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de São Paulo. São Paulo. 2005.

CARNEIRO, Sueli. A miscigenação no Brasil. In: **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CARVALHO, Alexandra Bittencourt de. **O discurso na encruzilhada: propondo a Análise de Discurso Crítica Interseccional**. 2024. 210 f. (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2024.

CASTRO, Yeda Pessoa de. Das línguas africanas ao português brasileiro. In: **Afro-Ásia**. Salvador, 14, 1983.

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia?** São Paulo: Brasiliense, 2008.

CHOULIARAKI, Lilie; FAIRCLOUGH, Norman. **Discourse in late modernity: rethinking Critical Discourse Analysis**. Edimburg: Edimburg university Press, 1999.

COATES, Ta-Nehisi. **Entre o mundo e eu**. 1ª ed. Rio de Janeiro, Editora Objetivo, 2015.

COLLINS, Patricia Hill. **Black sexual politics: African americans, gender, and the new racism**. Routledge, New York & London, 2004.

COLLINS, Patrícia Hill. **Interseccionalidade**. 1ª ed. São Paulo, Boitempo, 2020.

CORRÊA, L. Dicionário eletrônico onomasiológico semasiológico do português brasileiro/espanhol rioplatense para o Mercosul. In: ISQUERDO, A. N.; SEABRA, M. C. T. C. de. (Orgs.). **As ciências do léxico**: lexicologia, lexicografia, terminologia. Campo Grande: UFMS, 2012.

CORREIA, Margarita. A Discriminação racial nos dicionários de língua: tópicos para discussão, a partir de dicionários portugueses contemporâneos. In: **Alfa**, São Paulo, 50 (2); 155-171, 2006.

DAFLON, Verônica Toste; FERES Jr, João. A Nata e as Cotas raciais: Genealogia de um argumento público. In: **Opinião Pública**. Campinas, vol. 21, nº 2, agosto, 2015.

DAFLON, Verônica Toste; Feres Jr, João. Ação afirmativa na revista Veja: estratégias editoriais e o enquadramento do debate público. In: **Revista Compolítica**, n. 2, ed. Julho-dezembro, ano 2012, Rio de Janeiro: Compolítica, 2012.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo, Boitempo, 2016.

DEGLER, Carl N. **Neither Black nor White**. Madison: University of Wisconsin Press.

DEVULSKY, Alessandra. **Colorismo**. São Paulo, Jandaíra, 2021.

DI FABIO, Raquel; ISQUERDO, Aparecida Negri. Os verbetes *raça*, *etnia* e *etnicidade* em diferentes edições de dois dicionários de língua portuguesa: a questão da definição. **Revista GTLEX**. Uberlândia, vol. 7, 2021.

DPDF – Defensoria Pública Distrito Federal. **Dicionário Antirracista**: termos para eliminar do seu vocabulário. Brasília, 2023. Disponível em <<http://escola.defensoria.df.gov.br/easjur/wp-content/uploads/2023/11/Dicionario-Antirracista-termos-para-eliminar-do-seu-vocabulario-v7-2.pdf>>. Visualizado em 17 de Fev 2024.

EGGINS, Suzanne. **An introduction to systemic functional linguistics**. 2. ed. London: continuum, [1994] 2004.

EL FAR, Alessandra. **A encenação da imortalidade**: uma análise da Academia Brasileira de Letras nos primeiros anos da República (1897 – 1924). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

FAIRCLOUGH, Norman. **Analysing Discourse**: textual analysis for social research. London: Routledge, 2003.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. 2 ed.; Brasília, Editora Universidade de Brasília, 2016.

FAIRCLOUGH, Norman. **Language and power**. Londres/Nova York:Longman, 1989.

FAIRCLOUGH, Norman; MELO, Iran Ferreira de. Análise Crítica do Discurso como método em pesquisa social científica. **Linha D'Água**, [S. 1.], v. 25, n. 2, p. 307-329, 2012.

FANINI, Michele Asmar. **Farfos e Fardões: Mulheres na Academia Brasileira de Letra (1897 – 2003).** (Tese em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas.** São Paulo, Ubu Editora, 2020.

FAULSTICH, Enilde Leite de Jesus. Avaliação de dicionários: uma proposta metodológica. **Organon: Revista da Faculdade de Filosofia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul**, v. 25, n. 50, 2011.

FAULSTICH, Enilde Leite de Jesus. Características conceituais que distinguem o que é de para que serve nas definições de terminologias científicas e técnica. **As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia e terminologia.** ISQUERDO, A.N. et al (Org.). Campo Grande – MS: Ed. UFMS, 2014.

FAULSTICH, Enilde Leite de Jesus. **Entre a sincronia e a diacronia:** variação terminológica no código da língua. Actas da V I Riterm, Havana, Cuba, 1998.

FAULSTICH, Enilde Leite de Jesus. Glossário de termos empregados nos estudos da Terminologia, da Lexicografia e da Lexicologia. In: **Série léxico & terminologia.** Brasília: Centro Lexterm, Universidade de Brasília, inédito, 2013.

FAULSTICH, Enilde Leite de Jesus. Para gostar de ler um dicionário. In: RAMOS, C. de M. de A.; BEZERRA, J. de R. M.; ROCHA, M. de F. S. **Pelos caminhos dialetologia e da Sociolinguística:** entrelaçando saberes e vidas: homenagem a Socorro Aragão. São Luís: EDUFMA, 2010, p. 166-185.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes.** Volume I. 3ª ed. São Paulo: Globo, 2008.

FERNANDES, Florestan. Prefácio, In: NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro:** processo de um racismo mascarado. 2 ed. São Paulo, Perspectiva, 2017.

FONTANA, Mônica Graciela Zoppi. Língua oficial e políticas públicas de equidade de gênero. **Línguas e instrumentos linguísticos.** Nº 36, jul- dez, 2015.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso.** São Paulo: Loyola, 2003.

FRANÇA, Fábio Gomes de. O perigo negro! A herança racista da polícia moderna no Brasil. In: **O público e o privado.** Nº 40, set/dez, 2021

FRANKENBERG, Ruth. A miragem de uma branquidade não-marcada. In: WARE, Vron (Org). **Branquidade: identidade branca e multiculturalismo.** Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

FREIRE, Laudelino. **Grande e novíssimo dicionário da língua portuguesa.** Rio de Janeiro: A noite, 1939.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia:** Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREYRE, Gilberto. **Casa grande e senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal . 51ª Ed. São Paulo, Global, 2006.

FUZER, Cristiane; CABRAL, S. R. S. **Introdução à Gramática Sistêmico-Funcional em Língua Portuguesa**. 1ª. ed. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2014.

GATES Jr., Henry Louis. **Os negros na América Latina**. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

GIACOMINI, Giovana Iliada. O discurso do *Dicionário contemporâneo da língua portuguesa*, de Caldas Aulete: de 1881 até a atualidade. **Revista Virtual de Estudos da Linguagem – ReVEL**. V. 4, n. 6, março de 2006. ISSN 1678-8931 [www.revel.inf.br].

GOMES, Nilma Lino. **O movimento Negro educador**: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis, RJ, Vozes, 2017.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. In: Gonzalez, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. 1ª ed. Rio de Janeiro, Zahar, 2020.

GONZALEZ, Lélia. Democracia Racial? Nada disso!. In: GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino americano**: ensaios, intervenções e diálogos. 1ª ed. Rio de Janeiro, Zahar, 2020.

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. **Lugar de negro**. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

GUERREIRO RAMOS, Alberto. Patologia social do “branco” brasileiro. In: GUERREIRO RAMOS, Alberto. **Introdução crítica à sociologia brasileira**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1957.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **Classes, Raças e Democracia**. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo, Editora 34, 2012.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **Racismo e Antirracismo no Brasil**. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo, Editora 34, 2009.

HALLIDAY, Michael A. K. & MATHIESSEN, Christian M. I. M. **An introduction to functional grammar**. 3. ed. Londres: Arnold, 2014

HALLIDAY, Michael A. K. **An introduction to functional grammar**. London: hodder, [1984] 1994.

HOLANDA, Sergio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOOKS, Bell. **A gente é da hora**: Homens negros e masculinidade. São Paulo: Elefante, 2022.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir**: A educação como prática da liberdade. 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. 1 ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2022**: Identificação étnico-racial da população, por sexo e idade. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

JESUS, Rodrigo Enilson de. **Quem quer (pode) ser no Brasil?** 1 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

JESUS, Victor. O cheiro do racismo na cultura político-afetiva higienista brasileira: o saneamento do corpo-dejeto. **Psicologia e Sociedade**. Vol. 34, 2022.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: Episódios de racismo cotidiano. 1 ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KRIEGER, Maria da Graça. O léxico do português do Brasil em dicionários. In LOBO, T., CARNEIRO, Z., SOLEDADE, J., ALMEIDA, A., and RIBEIRO, S., orgs. **Rosae**: Linguística histórica, história das línguas e outras histórias [online]. Salvador: EDUFBA, 2012, pp. 391-400.

LAKOFF, George.; JOHNSON, Mark. **Metáforas da vida cotidiana**. São Paulo: Mercado de Letras, 2002.

LIMA, Bruno de Assis Freire; SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de. O gênero verbete em sala de aula ou Por que usar o dicionário nas aulas de Língua Portuguesa?. **Gláuks**. v. n. 16 n. 1, 2016.

LONGMAN. Dictionary of contemporary English. 5th ed. England, 2009.

LOTIERZO, Tatiana H. P.; SCHWARCZ, Lilia K. M. Raça, gênero e projeto branqueador: “a redenção de Cam”, de modesto brocos. **Artelogie** (Online), 5, 2013.

MACHADO, Laryssa da Silva; SOUSA Junior, Manuel Alves de. Escravo / Escravizado. In: SOUSA Junior, Manuel Alves (Org.). **Dicionário racial termos afro-brasileiros e afins (volume 1)**. 1 ed. Curitiba: Appris, 2024.

MAGALHÃES, Izabel; MARTINS, André Ricardo; RESENDE, Viviane de Melo. **Análise de Discurso Crítica**: Um método de pesquisa qualitativa. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2017.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. In: BERNARDINO-COSTA; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramón (Org.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

MARTIN, J. R.; WHITE, P. R. R. **The language of evaluation**: appraisal in English. London, Palgrave, 2005.

MARTINS, Leda Maria. **Performances do tempo espiralar poéticas do Corpo-Tela**. Editora de Livros Cobogó, 2021.

MBEMBE, Achilie. **Crítica da Razão negra**. Lisboa: Antígona, 2014.

MENDES, Marissol de Oliveira Barreto. **Representações discursivas de mulheres negras em textos literários de autoria feminina negra brasileira de livros didáticos de língua portuguesa do 1º ano do ensino médio do Programa Nacional do Livro Didático - PNLD 2018**. 2021. 147 f., il. Dissertação (Mestrado em Linguística) — Universidade de Brasília, Brasília, 2022.

MICHAELIS: **Moderno dicionário da língua portuguesa**, São Paulo. Companhia Melhoramentos, 1998.

MIGNOLO, W. **Local Histories/Global Designs** Chichester: Princeton University Press, 2000.

MOREIRA, Adilson. **Racismo Recreativo**. São Paulo: Sueli Carneiro. Editora Jandaíra, 2020.

MOREIRA, Herivelton; CALEFFE, Luiz Gonzaga. **Metodologia para professor pesquisador**. 2ª ed. Rio de Janeiro, Lamparina, 2008.

MOURA, Clóvis. **Sociologia do negro brasileiro**. 2 ed. São Paulo. Perspectiva, 2019.

MUNANGA, Kabengele. As ambiguidades do racismo à brasileira. In: KON, Noemi Moritz; SILVA, Maria Lúcia; ABUD, Cristiane Curi (Orgs.). **O racismo e o negro no Brasil: Questões para a psicanálise**. 1 Ed. São Paulo, Perspectiva, 2017.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude: Usos e sentidos**. 4 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2020a.

MUNANGA, Kabengele. **Redescutindo a mestiçagem no Brasil: Identidade nacional versus identidade negra**. 5 ed. Belo Horizonte: Autentica, 2020b.

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. In: **3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação – PENESB – RJ**, 05/11/03. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/04/Uma-abordagem-conceitual-das-noco-es-de-raca-racismo-identidade-e-etnia.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2025

NASCENTES, Antenor. **Dicionário da língua portuguesa da Academia Brasileira de Letras**. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1961.

NASCENTES, Antenor. **Dicionário da língua portuguesa**. Academia Brasileira de Letras, Rio de Janeiro, 1943.

NASCENTES, Antenor. **Dicionário ilustrado da língua portuguesa da academia brasileira de letras**. Academia Brasileira de Letras. Bloch Editores S/A, Rio de Janeiro, 1976

NASCENTES, Antenor. **Dicionário da língua portuguesa da Academia Brasileira de Letras**. Rio de Janeiro: Bloch Ed., 1988.

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. 2 ed. São Paulo. Perspectiva, 2017.

NASCIMENTO, Abdias. **O Quilombismo: Documentos de uma militância Pan-Africanista**. 3 ed. Perspectiva, Rio de Janeiro, 2019.

NASCIMENTO, Alessandra Santos. **A construção da nação arco-íris: Problematizando o quesito Raça/Cor (1936-1960)**. (Dissertação em sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Paulista. Araraquara. São Paulo, 2005.

NASCIMENTO, Alessandra Santos. Classificação oficial e extra-oficial: raça e cor em debate. **Perspectivas: revista de ciências sociais**, Araraquara: Universidade Estadual Paulista “Julia de Mesquita Filho” – Unesp, v. 29, p. 133-148, jan./jun. 2006. Disponível em <<http://seer.fclar.unesp.br/perspectivas/article/view/35/28>>. Acesso em fev. 2024.

NASCIMENTO, Alessandra Santos; FONSECA, Dagoberto José. Classificações e identidades: mudanças e continuidades nas definições de cor ou raça. In: PETRUCCELLI, José Luis; SABOIA, Ana Lucia (Org). **Características Étnico-Raciais da População: Classificação e Identidades**. Rio de Janeiro: IBGE, 2013, p. 51-82.

NASCIMENTO, Gabriel. **Racismo linguístico: os subterrâneos da linguagem e do racismo**. Belo Horizonte: Letramento, 2019.

NOGUEIRA, Isildinha Babtista. **A cor do inconsciente: significações do corpo negro**. 1 ed. São Paulo: Perspectiva, 2021.

NOGUEIRA, Oracy. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem: Sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil. **Tempo Social, revista de sociologia da USP**. (online), São Paulo, v. 19, n.1, 2006, p. 287-308. Disponível: <<https://www.scielo.br/j/ts/a/MyPMV9Qph3VrbSNDGvW9PKc/?format=pdf&lang=pt>> Acesso em 05 de Fev. 2024.

NUNES, José Horta. **Dicionários no Brasil: análise e história do século XVI ao XIX**. Campinas: Pontes, 2006.

NUNES, José Horta. Dicionários: história, leitura e produção. In: **Revista de Letras da Universidade Católica de Brasília**. Vol. 3, nº 1/2, Ano III, dez. 2010.

OLIVEIRA E PAIVA, Vera Lúcia Menezes de. Metáforas Negras. In: OLIVEIRA E PAIVA, V.L.M. (Org.) **Metáforas do Cotidiano**. Belo Horizonte: Ed. do Autor, 1998.

OLIVEIRA, Fernando Cezar Melo. **Sistema de cotas raciais à brasileira: uma análise linguística discursiva**. 2016, 275 f. tese (Doutorado em Linguística). Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas, Instituto de Letras, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2016.

OLIVEIRA, Maria Regina de L. G.; PEREIRA, Ariovaldo L. "Disputar a 'negra': uma análise da expressão popular na perspectiva dos estudos de gênero, discurso, raça e classe social. **Trabalhos em Linguística Aplicada**. Campinas, n (60.1): 96-104, jan./abr. 2021.

OLIVEIRA, Waldir Freitas. As pesquisas na Bahia sobre os afro-brasileiros: entrevista de Waldir Freitas Oliveira. In: **Estudos avançados**, ed. 18, 2004, p. 127-134. Disponível: <<https://www.scielo.br/j/ea/a/6cPzFfS8mxt8QWrcndR68Sd/?format=pdf&lang=pt#:~:text=Tanto%20que%20existia%20entre%20n%C3%B3s,certo%20modo%20C%20era%20considerado%20branco.>>. Acesso em 10 de Maio. 2024.

OSÓRIO, Rafael Guerreiro. A classificação de cor ou raça do IBGE revisitada. In: PETRUCCELLI, José Luis. Saboia, Ana Lucia (Org). **Características Étnico-raciais da população**: Classificação e identidades. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. p. 83-99.

OXFORD. Advanced Learner's Dictionary. 8th edition. Oxford: Oxford University Press, 2010.

OYEWÙMÍ, Oyèrónké. **The invention of women**: Making an African sense of western gender discourses. University of Minnesota Press, London, 2014.

PRADE, H. G. Análise contrativa: a derivação sufixal na língua portuguesa e sua tradução para o inglês e o alemão. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras**: Universidade Federal de Santa maria, n. 2, 2013, p. 84-95.

PETRUCCELLI, José Luis. Raça, identidade, identificação: abordagem histórica conceitual. In: PETRUCCELLI, José Luis. Saboia, Ana Lucia (Org). **Características Étnico-raciais da população**: Classificação e identidades. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. p. 13-29.

PORTO EDITORA – **Caldas Aulete** na Infopédia [em linha]. Porto: Porto Editora. [consult. 2025-01-07 13:41:40]. Disponível em [https://www.infopedia.pt/\\$caldas-aulete](https://www.infopedia.pt/$caldas-aulete).

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANCER, E. (Org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas. Buenos Aires. Clacso Livros, 2005. p. 227-278.

QUINTILINO, Deise; STANKE, Roberta. Deise Quintiliano e Roberta Stanke entrevistam EVANILDO BECHARA. **Matraga**, v.31, n. 61, p. 193-197, jan./abril. 2024. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/matraga/article/view/81310/49130>. Acesso em: 07 jan. 2025.

RAJAGOPALAN, Kanavilil. **Por uma linguística crítica**: linguagem, identidade e a questão ética. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

RESENDE, Viviane de Melo. Espaço paradoxal: academia do Sul Global entre subalternidade e privilégio. In: SILVA, Kleber (Org.). **Linguagem e interseccionalidade em lutas por direitos**. São Paulo: Contexto, 2024.

RIBEIRO DA SILVA, Elias. A pesquisa em política linguística: Histórico, desenvolvimento e pressupostos epistemológicos. In: **Trabalhos em Linguística Aplicada**, Campinas, n (52.2): 289-320, jul/dez, 2013.

ROSSI, Angela Maria; KHUN, Mhdi Ibrahim B.; MOREIRA, Tânia Maria. Sistema discursivo de PERIODICIDADE. In: FUZER, Cristiane; CABRAL, Sara Regina S. (Org). **Introdução aos sistemas discursivos em linguística sistêmico-funcional**. Santa Maria. Rio Grande do Sul: Universidade Federal de Santa Maria, 2023, p. 181-202.

SANTANA, Adriana Pereira. Denominações para “mulato” no Atlas Linguístico de Mato Grosso do Sul: aspectos léxico-culturais. **Revista GTLEX**. Uberlândia, v. 9. p. 1-20, 2023.

SANTOS, Antônio Bispo dos. **Colonização, quilombos: Modos e significados**. Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

SANTOS, Gabriel Nascimento dos. A linguagem como zona do não-ser na vida de pessoas negras no sul global. **Gragoatá**, Niterói, v. 28, n. 60, e-53299, jan,-abr. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/gragoata.28i60.53299.pt>.

SANTOS, Vera Maria dos; AMORIM, Simone Silveira; ÁVILA, Éverton Gonçalves de. A chorografia de Laudelino Freire (1898). **Quaestio**, Sorocaba, SP, v. 19, nº 2, p. 455-470, ago. 2017.

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”**: Raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulista. 2012. 160 f. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade de São Paulo. São Paulo. 2012

SCHUCMAN, Lia Vainer; CONCEIÇÃO, Willian Luiz da. Branquitude. In: RIOS, Flávia; SANTOS, Marcio André dos; RATTS, Alex. **Dicionário das relações étnico-raciais contemporâneas**. São Paulo, Perspectiva, 2023.

SCHWARCS, Lília Moritz. **Nem preto nem branco, muito pelo contrário**: cor e raça na sociabilidade brasileira. 1ª ed. São Paulo. Claro Enigma. 2012.

SCHWARCS, Lília Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil: Uma Biografia**. 1 ed. São Paulo. Companhia das Letras, 2015.

SCHWARCZ, Lília Moritz. Raça, cor e linguagem. In: KON, Noemi Moritz; SILVA, Maria Lúcia; ABUD, Cristiane Curi (Orgs.). **O racismo e o negro no Brasil**: Questões para a psicanálise. 1 Ed. São Paulo, Perspectiva, 2017.

SILVA, Graziella; LEÃO, Luciana. O paradoxo da mistura: identidades, desigualdades e percepções de discriminação entre brasileiros pardos. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Vol. 27, n. 80, p. 117-133, 2012.

SILVA Jr, Moises Rodrigues da. Racismo, uma leitura. In: KON, Noemi Moritz; SILVA, Maria Lúcia; ABUD, Cristiane Curi (Orgs.). **O racismo e o negro no Brasil**: Questões para a psicanálise. 1 Ed. São Paulo, Perspectiva, 2017.

SILVA, Marcondes Henrique Barbosa. **Uma construção discursiva**: a identidade das bichas negras no Brasil. 2023. 264 f., il. Tese (Doutorado em Linguística) - Universidade de Brasília, Brasília, 2023.

SINPRO-DF – Sindicato dos Professores do Distrito Federal. **Tire o racismo do seu vocabulário**. Brasília, 2018. Disponível em <<https://www.sinprodf.org.br/wp-content/uploads/2018/05/tire-o-racismo.pdf>>. Acesso em 17 de Fev. 2024.

SOARES DA SILVA, Fabiana; DALLICORTIVO DEBLER, Cristiane. O uso do diminutivo inho e suas possíveis significações pelo viés da Teoria dos Blocos Semânticos (TBS) e da Linguística Formal. **Signo**, Santa Cruz do Sul, v. 45, n. 82, jan. 2020.

SOUZA DIAS, Romar. **Ensino de inglês no contexto superior: analisando conceitos de identidades de raça e de classe por uma perspectiva crítica.** (Tese em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade de Brasília. Brasília, 2021.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato.** Rio de Janeiro, Leya, 2017.

SOUZA, Lynn Mario T. Menezes de. Re-membrando o corpo desmebrado: a representação do sujeito pós-colonial na teoria. **Itinerários**, Araraquara, nº 9, 1996.

TAVARES, Emília Querino. **A construção discursiva da identidade nordestina em dicionários de língua portuguesa: uma análise arqueológica** (Dissertação em linguística). João Pessoa, 2021.

TAVORA, Franklin. **O matuto: crônica pernambucana.** Rio de Janeiro: Garnier, 1902. Disponível em: <<http://www.dominipublico.gov.br/download/texto/bv000104.pdf>>, Acesso em: 08 jan. 2025.

TELLES, Edward Eric. **Racismo à brasileira: Uma nova perspectiva sociológica.** Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Ford, 2003.

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna: Teoria social crítica na era dos meios de comunicação.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

TOURINHO, Francis Solange Vieira. **Tire o racismo do vocabulário: Glossário de palavras racistas e suas substituições,** 2022. Disponível em <<https://pedagogia.paginas.ufsc.br/files/2022/11/glossa%CC%81rio-palavras-racistas-Livreto.pdf>>. Visualizado em 27 de Set. 2023.

VAN DIJK, Teun A. **Discurso antirracista no Brasil: Da abolição às ações afirmativas.** São Paulo: Contexto, 2021.

VAN DIJK, Teun A. **Discurso e poder.** São Paulo: Contexto, 2018.

VASSOLER, Juliana Ferreira. **Ressignificando o Banzo: Uma análise crítica de discursos antirracistas em canções de RAP contemporâneas.** (Tese em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade de Brasília. Brasília, 2023.

VAZ, Livia Santana e Sant'Anna. As comissões de verificação e o direito à (dever de) proteção contra a falsidade de autodeclarações raciais. In: DIAS, Gleidson Renato Martins; TAVARES Jr. Paulo Roberto Faber. **Heteroidentificação e cotas raciais: dúvidas, metodologias e procedimentos.** Canoas, RS. IFRS *campus* Canoas, 2018, o. 32-79.

VELOSO, Tatiane da Silva. **O Idioma Nacional: o português brasileiro em evidência a partir dos estudos de Antenor Nascentes.** (Dissertação em Letras). Câmpus Universitário de Porto Nacional, Tocantins, 2022. 90 f.

VIAN Jr. Orlando. O Sistema de Avaliatividade e a linguagem da avaliação. In: VIAN JR, Orlando; SOUZA, Andersons Alves de; ALMEIDA, Fabíola A. S. D. P. **A linguagem da avaliação em língua portuguesa: estudos sistêmico-funcionais com base no sistema de avaliatividade.** São Carlos: Pedro & João, 2010.

VIEIRA, Roberta da Costa. Metáforas negras – o preconceito racial inscrito na linguagem. **Macabéa – Revista Eletrônica do Netlli**, Crato, v. 7., n. 2., JUL-DEZ, 2018, p. 1-15.

VIEIRA, Viviane; RESENDE, Viviane de Melo. **Análise de discurso (para a) crítica: o texto para material de pesquisa**. Coleção: Linguagem e Sociedade, Vol 1. Campinas, SP: Pontes Editores, 2ª Edição, 2016.

VILARINHO, Michelle Machado de Oliveira. **Proposta de dicionário informatizado analógico de língua portuguesa**. 2013; 306 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2013.

WÜSTER, Eugen. La Formació em terminologia i lexicografia terminològica. In: CABRÉ, M. T. (dir.) **Terminologia. Selecció de textos d'E. Wüster**. Barcelona: Universitat de Barcelona/Servei de Llengua Catalana, 1996. 298p.